

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA / MARÍLIA/ SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO

***VIDAS INFAMES: UMA ETNOGRAFIA DAS
MASCULINIDADES, IDENTIDADES DE GÊNERO E
SOBREVIVÊNCIAS DE HOMENS QUE MORAM NAS RUAS***

**Marília / SP
2018**



“Pé de Colchão”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce (2015). [Foto e Arquivo: Jean dos Anjos].

***VIDAS INFAMES: UMA ETNOGRAFIA DAS
MASCULINIDADES, IDENTIDADES DE GÊNERO E
SOBREVIVÊNCIAS DE HOMENS QUE MORAM NAS RUAS***

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA / MARÍLIA/ SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO

***VIDAS INFAMES: UMA ETNOGRAFIA DAS MASCULINIDADES,
IDENTIDADES DE GÊNERO E SOBREVIVÊNCIAS DE HOMENS QUE
MORAM NAS RUAS***

Orientadora: Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ - Campus/Marília, para obtenção de título de doutora em Ciências Sociais.

**Marília / SP
2018**

Pinheiro, Zuleika de Andrade Câmara.
P654v Vidas infames: uma etnografia das masculinidades,
identidades de gênero e sobrevivências de homens que moram
nas ruas / Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro. – Marília,
2018.
250 f.; 30 cm.

Orientadora: Lidia Maria Vianna Possas.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade
Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências,
2018.

Bibliografia: f. 221-231

1. Masculinidade. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Identidade
de gênero. I. Título.

CDD 301.441

Elaboração por André Sávio Craveiro Bueno
CRB 8/8211
Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO

***Vidas Infames: Uma Etnografia das Masculinidades, Identidades de Gênero e
Sobrevivências de Homens que Moram nas Ruas***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ - Campus/Marília, para obtenção de título de doutora em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Banca Avaliadora no dia 21 de agosto de 2018. .

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas (UNESP/Marília/ SP) (Orientadora)

Profa. Dra. Eliane Rose Maio (UEM/PR)

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga (UNESP/Marília/ SP)

Profa. Dra. Lilian Henrique Azevedo (UNIP/USC /Bauru/ SP)

Profa. Dra. Monique Florêncio de Aguiar (UNESP/Marília/ SP)

*Ao meu meu pai, Christiano Câmara,
um homem impressionante,
que se foi durante a escrita desta tese
sem que pudesse participar deste momento.
A ti, “meu velho”, dedico este trabalho
de quem foi um grande incentivador*

RESUMO

Esta etnografia foi realizada a partir de cenários de circulação de homens em situação de rua; Praça do Ferreira no centro de Fortaleza/Ce e o Centro POP (política pública para a população em situação de rua). A tese trata de apreender um modo específico de “olhar fronteiriço” para a relação contemporânea entre às margens, os chamados moradores de rua e o centro chamadas de “pessoas de bem”. Tendo como pano de fundo essa relação, o objetivo central deste texto é etnografar os estilos de masculinidades forjadas pelos homens em situação de rua com suas *identidades abjetas* e performatizações de gênero com fins de sobrevivência. Os homens em situação de rua, como categoria plástica de rejeição, acusação e desvinculação social e econômica, evocam e questionam zonas de fronteiras simbólicas, espaciais, sociais, corporais, morais e políticas. Consequentemente, incitam nas “pessoas de bem” uma defesa de ações para a sua retirada dos espaços urbanos pelos quais circulam. Com expressões limites de degradação humana por estarem abaixo na escala social e por subverterem o espaço público, os homens que moram na Praça do Ferreira criam alteridades, gestam territorialidades, acionam o Estado e incitam políticas urbanísticas sanitárias e repressivas, além de provocarem saberes e classificações. A pesquisa foi realizada em dois registros empíricos distintos: i) convivência com os homens no Centro POP e participação nas oficinas socioeducativas; ii) convivência em suas sociabilidades no espaço da Praça do Ferreira e ruas do centro de Fortaleza. As descrições e análises das *cenas* do campo procuram circunscrever o funcionamento e a dinâmica das manobras e deslocamentos das masculinidades, no sentido de iluminar seus fluxos, violência, tensões mais frequentes, interesses em disputa e atores que as controlam. Do debate e das análises apresentadas no corpo da tese, destaco cinco argumentos centrais: i) o urbano produz diferenças sociais, e iluminar os cruzamentos entre as relações “nós”/“eles”, pessoas/cidade, vidas possíveis/rejeição, viver/sobreviver, vida/morte é evidenciar as conexões de força que atravessam as questões políticas e sociais que envolvem o fenômeno população em situação de rua; ii) os homens forjam uma *masculinidade exacerbada* tendo na virilidade seu atributo de engrenagem para a violência e a constituição de um *macho exacerbado*; iii) performatizam gênero em práticas de *masculinidade negociada* que são mais dependentes, indolentes e apáticas, pelas quais os homens lançam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação e atitudes subservientes e condescendentes, um estilo de masculinidade menos agressivo; iv) as formas de sobrevivência nas ruas instigam alguns hábitos distintos dos hábitos sociais aos quais estamos acostumados, ao que chamou-se de *masculinidade animalesca*, por entender que tais comportamentos observados mais se assemelhavam aos de um macho animal do que de um humano; v) os homens praticavam atos de violência sexual contra as mulheres, estuprando as que se encontravam solteiras; a estas práticas chamou-se de *masculinidade desviante*. No sentido de se livrarem dos atos de violência sexual, as mulheres performatizam gênero, incorporando atitudes, posturas, aparências e comportamentos masculinos, práticas essas que se chamou de *masculinidades deslocadas*. Por fim, as análises sugerem que as experiências das ruas estão norteadas não apenas por marcadores sociais de diferença, como raça, classe social e gênero, mas também pela ideia de masculinidades e performatizações de gênero como manobras de sobrevivência. Essas masculinidades produzem normas, gestões, tensões, violências e territorialidades, onde os corpos em suspensão são a última fronteira para sobrevivências nessa “terra de ninguém”, ou seja, as ruas.

Palavras-Chave: Masculinidades. Moradores de Rua. Identidades de Gênero. Sobrevivência.

ABSTRACT

This ethnography was made from scenarios of circulation of street men; the Ferreira Square in the center of Fortaleza/CE and the POP Center (public policy for the street population). The thesis is about apprehending a specific mode of "frontier look" for the contemporary relationship between the margins (street men) and the center ("good people"). Against this background, its central goal is to ethnograph the styles of masculinities forged by street men with their *abject identities* and their gender performances in order to survive. Street men, as a plastic category of rejection, prosecution and social and economic untying, evoke and enquire areas of symbolic, spatial, social, corporeal, moral, and political frontiers. Consequently, they incite in the "good people" an avid defense of actions for their withdrawal from the urban spaces through which they circulate. With bordering expressions of human degradation, as they are below in the social scale and because they subvert the public space, street people in Praça do Ferreira create alterities, generate territorialities, trigger the State and incite sanitary and repressive urban policies, besides to provoke knowledge and classifications. The research was conducted in two different empirical registers: i) coexistence with the men in the POP Center and participation in socio-educational workshops; ii) coexistence in their sociabilities in the space of the Square of Ferreira and streets of the Fortaleza's center. The descriptions and analysis of the field's *scenes* seek to circumscribe the functioning and dynamics of the ploy of masculinities, in order to clarify their flows, violence, most common tensions, the interests in dispute and the actors that control them. From the debate and analysis presented in the thesis, I highlight five central arguments: i) the urban areas produces social differences, and clarify the crossroads between "us"/"them", people/city, possible lives/rejection, live/survive and life/death relations is to emphasize the forces that pervades the political and social issues that involve the phenomenon of population in street situation; ii) the men forge an *exacerbated masculinity*, with virility as their violence device and constitution of an *exacerbated male*; (iii) they performatize gender in *negotiated masculinity* practices that are more reliant, indolent e apathetic, by which men resort to tacit or explicit agreements of cooperation and coadjuvation and subservient, and condescending attitudes; a less aggressive masculinity style; iv) the forms of survival in the streets instigate some habits different from the social habits to which we are accustomed, to what was called *animalistic masculinity*, appearing these behaviors more to those of an animal male than a human's; v) men practiced acts of sexual violence against women, raping those who were single; to these practices I called *deviant masculinity*. In order to get rid of acts of sexual violence, women performatized gender by incorporating male attitudes, posture, appearance and behaviors, which I called *displaced masculinities*. Finally, the analyzes suggest that the experiences of the streets are guided not only by social markers of difference, as race, social status and gender, but also by the idea of masculinities and gender performances as survival device. These masculinities produce norms, managements, tensions, violence, territorialities and alterities, where the bodies are the last survival frontier in no man's land: the streets.

Keywords: Masculinities. Homeless. Gender Identities. Survivals.

Rede de Afetos (Agradecimentos)

Tem uma máxima que diz: “A gratidão é a memória do coração”. Neste trabalho, os agradecimentos são o espaço onde posso subverter as normas e sisudez acadêmica e escrever com o coração na ponta dos dedos sobre minha grande *rede de afetos*. Porque agradecer é imprescindível, porque este é o melhor jeito de expressar gratidão e porque foi minha *rede de afetos* que fez meu barco de arrastão navegar até aqui, como uma bússola indicando o norte. Sem ela, meu barco estaria à deriva. Por vezes, quis me lançar ao mar, pois meu arrastão ficava desgovernado e exausto pelos fortes ventos do cotidiano que exauriam minhas forças de marujo para seguir empunhando o timão. Foi minha *rede de afetos* que me salvou do naufrágio e de abandonar o barco, lançando-me às águas turvas do mar, às vezes calmo, às vezes revoltado... Foi essa *rede de afetos* que me fez aprumar o barco em uma rota segura.

Em essência, esta tese trata de partidas e chegadas, de fluxos e caminhadas, de presença e saudade, de perdas e ganhos, de medo e coragem. Os quatro anos do doutorado foram uma sucessão de idas e vindas entre Fortaleza e Marília, entre a Praça do Ferreira e o Centro POP, entre minha casa e o hospital. Ora, se escrever uma tese já é, por si só, um trabalho complexo, imaginem escrever com uma carga emocional sem precedente, acompanhando por longos períodos o pai no hospital e, depois, vendo-o falecer, enfrentando a evolução vertiginosa do Alzheimer da mãe, vendo o filho partir com a família para a Finlândia, tendo feito amizades tão caras em Marília e tendo que se distanciar. Foram quatro anos de convivência e aceitação de perdas que trouxeram imensa dor, e, por vezes, desnortearam meu barco.

Elizabeth Bishop, em seu poema A Arte de Perder, adverte-nos que “perder não é nenhum mistério”. Sim, ela tem razão; não há nenhum segredo em perder pessoas, coisas, lugares, cidades, mas a arte de perder, infelizmente, deixa dores profundas, e o grande desafio é saber o que fazer com a saudade e o vazio que se instala em nós.

Supõe-se que todo marujo é dotado de coragem para enfrentar o medo das grandes ondas do mar agitado... Se cheguei até aqui foi, sem sombra de dúvidas, graças a minha grande *rede de afetos*, que me munuiu de entusiasmo e me indicou uma rota sem risco de colisão. Então, evocando a “*mémoria do coração*”, irei expressar meu reconhecimento e gratidão à minha enorme bússola de vidas, cujo ponteiro me apontava três tipos de indicações: uma acadêmica, uma familiar e pessoal e uma institucional e empírica. A lista é longa, mas me deem licença uns minutinhos...

Começo pelo modo afetuoso como Lidia Possas acolheu tanto a mim, quanto a minha pesquisa. Embora Lidia estudasse sobre gênero, a temática masculinidades não fazia parte de suas pesquisas. Mesmo assim, minha orientadora soube, com afeto, abrigar “meus” homens em situação de rua no Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG). Posso afirmar, sem sombra de dúvidas, que Lidia soube ser uma amiga sensível e compreensiva às minhas inquietações, às minhas perdas e à minha vontade de me lançar ao mar.

Sou muito grata à Profa. Eliane Rose Maio por aceitar o convite para participar desse momento tão importante para mim. Em nossas poucas trocas de e-mails, por entre suas palavras percebi generosidade e sensibilidade. Sinto-me privilegiada em tê-la como avaliadora, e sei o quanto suas considerações enriqueceram meu trabalho.

Sou enormemente grata ao Prof. Antônio Mendes da Costa Braga, que também esteve presente na banca de qualificação. Como aprendiz de etnógrafa, agradeço as considerações que iluminaram muitos pontos de análise dessa tese. Por meio de seu olhar apurado e refinado de antropólogo e etnógrafo experiente, chamou-me atenção para diversos aspectos que fazem uma boa etnografia. Ao Prof. Antônio Braga devo meu esforço em “fazer o campo falar” no momento da escrita. Obrigada, Prof. Toni!

Sou grata às Profas. Lilian Henrique Azevedo e Monique Florêncio que também fizeram parte da banca de avaliação. À historiadora Lilian cujos inúmeros diálogos espontâneos e francos trouxeram pontuações que me deram confiança para acreditar na minha escrita, sou grata pelo incentivo e exposições, sei que nossa amizade se fortalece a cada dia. À antropóloga Monique sou grata pela leitura atenta cujas considerações indicou importantes deslizos a serem corrigidos. À historiadora Profa. Zélia Lopes, agradeço por gentilmente aceitar o convite de também compor a banca de avaliação como suplente.

Há tempos que o Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior me faz companhia através de seus livros que se acomodam em minha estante. Até que Lidia me instigou: “vamos chamar Durval para sua banca!”. Nunca imaginei que um dia ele sairia de minha estante para se tornar vívido em minha banca de qualificação lapidando meu trabalho. Suas considerações imprimiram à minha escrita um outro rumo. Ao Prof. Durval, referência obrigatória nos estudos sobre masculinidades e Nordeste, sou grata pela leitura atenta e considerações valiosas para minha tese.

Agradeço ao Prof. Edemir Carvalho, que esteve presente em minha formação ao motivar-me a sair de minha “zona de conforto” teórica e imprimir às minhas leituras outros olhares, mais criativos e inovadores, inspirando-me coragem e ousadia na escrita da tese, acolhendo os alunos sempre de forma atenciosa e bem-humorada. Sou grata a este grande

intelectual, cujas discussões e análises sobre a cidade foram de fundamental relevância para meu olhar em campo.

Sou mais que grata ao Prof. Paulo Eduardo Teixeira pela amizade e parceria. Como aluna de Estágio à Docência em sua disciplina de História do Brasil, pude conhecer um intelectual instigante e um docente inspirador. Ao Paulo, meu muito obrigada!

Não há como seguir com uma tese sem contar com as questões burocráticas inerentes ao doutorado. Coisas que possivelmente pareciam complicadas, tornaram-se mais fáceis com a ajuda delas: Ana Paula, Denise e Larissa. Contei com essas competentes, atenciosas e não menos prestativas funcionárias do PPGCS.

Minha gratidão ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), na pessoa da coordenadora Profa. Glória Diógenes, que me acolheu no intercâmbio tão carinhosamente, para que pudesse cursar uma disciplina. Sou grata às professoras Alba Maria Pinho de Carvalho e Isabelle Braz Peixoto da Silva.

Sou muito grata à minha turma do doutorado pelo aprendizado e pelas interlocuções acadêmicas regadas a boas conversas em nossas noites etílicas, ou no café da manhã ou no café da tarde quando hospedei alguns colegas em “meu porão”. O melhor de Marília veio dessa imensa *rede de afetos* que foi tramada às custas de cuidado, amizade, apoio, parceria, cumplicidade, disposição e generosidade. Com algumas dessas pessoas pude estreitar laços de amizades pois se tornaram verdadeiros amigos. À Juliana, Flavinha, Guto, Camila, Thiago, Cadu, Rafaella, Michele, Edson, Fernando Francisco, Alex, Franz, Késia, Egor, Wanda e Maísa meu mais profundo obrigada! E para não ser injusta com ninguém, um dia contei com o apoio e amizade de Lays e Patrícia, devo a elas também reconhecimento.

Às “meninas” do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/ Marília/SP), Camila, Lilian, Monique, Natália, Dafne, Stephanie, Rafaella sou grata pelas interlocuções em nossas reuniões acadêmicas. Sou especialmente grata a Inês pela generosidade em me ajudar nos momentos finais da entrega da tese. A certeza de que somos uma equipe e de que podemos contar umas com as outras, nos fortalece como pessoa, visto que, compartilhamos do mesmo cotidiano, ou seja, temos no corpo a marca de ser mulher; e dos mesmos sonhos, ou seja, de viver relações de gênero menos machistas e misóginas.

Agradeço à CAPES, sem cujo apoio financeiro meus estudos não teriam sido possíveis, pois teria parado no meio do caminho.

Sou grata ao “meu velho”, *in memoriam*, e à minha Dodó, pela vida, pela inspiração de coragem! Mais que tudo, sou-lhes grata pela liberdade! Sou mais que grata por me encorajarem sempre a enfrentar o “mundo afora”! Sei que sou uma privilegiada pelo berço onde

nasci! Ao meu pai, intelectual crítico que jamais aceitou passivamente o *status quo*, inquieto e questionador de quem orgulhosamente herdei tanto a sensibilidade de olhar para o tecido social vendo as iniquidades até nas entrelinhas; quanto a subversão de ter sempre entusiasmo de dizer o que penso, devo a ele minha inspiração de parte de quem sou. Mesmo doente e convalescendo das internações, sempre conversávamos aos domingos pelo telefone, eu em Marília, ele em Fortaleza, no alto de seus 80 anos, ainda muito lúcido me instigava de maneira visceral sobre nunca me conformar com a miséria humana. Um socialista ferrenho, sempre me dizia: “o capitalismo consegue acabar com as relações humanas!”. Da minha mãezinha cujo Alzheimer consumiu a lucidez, fico com o exemplo de retidão, caráter e docilidade que me serviram de base para enfrentar as adversidades da vida. Um dia recebi pelo correio um bilhetinho que dizia: “Leikinha, na volta para casa ninguém se perde, os olhos da afeição enxergam o caminho! De seus pais, Christiano e Douvina”. Nunca me perdi ao voltar para casa, no entanto, perdi o amor desse casal incrível.

Como agradecer à minha filha Adriana, meu filho Christiano, meu genro Jander, minha nora Isaura e meus netos Marcelo Ícaro e Pedro Ítalo? Vocês são parte de quem sou hoje. Uma vida inteira será pouca para expressar todo meu amor e agradecimento pelo apoio e incentivo recebidos. Sou mais que grata à minha nora, que por várias vezes me deu carona para o Centro POP (Benfica) e final da tarde ia me buscar; com seu sorriso cativante e sempre disposta a colaborar com o que precisasse. À você minha Isalinda, muito obrigada por tudo! Ao meu genro e a minha filha cujo cotidiano inventamos com música, gargalhadas, bom humor e parceria sempre dispostos a me esclarecerem dúvidas de Português, a discutirem sobre violência e sobrevivência dos moradores de rua. Suas interlocuções iluminaram alguns pontos de análises desta tese; Didica e Jandinho, muito obrigada! Ao meu filho, que é um Câmara, mas também é um Christiano, e sabe o peso que é carregar o nome do avô, sou imensamente grata pelo apoio, estímulo, parceria e torcida! Sou mais grata ainda pelo netos inteligentes que me deu com quem tenho o prazer de exercitar o papel de Vó Zu! Obrigada Papito!

Meus especiais agradecimentos à minha irmã Wanda, sobrinhas Thaís e Sara e sobrinho Gustavo pelo carinho, cuidado e dedicação com “nosso velho” e atualmente com “nossa Dodó”. Enquanto estava em Marília, eu tinha certeza de que nossos pais estavam sendo bem assistidos por vocês e isto me dava uma enorme segurança e garantia de que poderia seguir adiante. Vocês estavam, como estão sempre dispostos a colaborar. Tenho por todos a mais profunda gratidão! Juntamente com a família de minha irmã, na escrita desta tese agradeço o apoio de retaguarda de Celinha, Verônica e Elane as cuidadoras de minha Dodó. Elas foram cruciais nos longos períodos de ausência em que não pude estar por perto. Tenho-as como

minhas irmãs adotivas, sou-lhes imensamente grata pelo carinho, afeto e dedicação com que cuidam de minha mãezinha. Sem estes afetos, certamente tudo teria sido bem mais difícil.

Agradecer aos amados Suely e Laerte, Camila e Thiago exigiria uma longa lista, sendo assim, deixo meu mais sincero e especial abraço de agradecimento, sei que nossas amizades são para a vida toda! Saber que não me deixaram órfã em momentos cruciais em meus anos em Marília e saber que foram uma família pra mim deram-me a certeza de que é possível fazer amizades sem interesse. Vocês juntamente com minha turma do doutorado foi o melhor que Marília me deu. Sou mais que grata a Sérgio Doretto, quem me apresentou Suely, pela estímulo desde meus primeiros passos em Marília nas etapas de aprovação do doutorado, a todos, muito obrigada!

São muitos os nomes, mas não poderia deixar de agradecer a minha turma muito amada de Fortaleza, Valéria, Anne, Babita, Murilo, Israel, Danilo, Amanda, Erlon, Jean, Maria, César e Apiano por serem exemplos de verdadeiros amigos. Amigos sensíveis são assim, pressentem nossos desconfortos até nas entrelinhas. Sabendo que estava sem bolsa e de minhas dificuldades financeiras para me manter em Marília, Valéria articulou a turma e fez uma “vaquinha” para que pudesse visitar “meu velho” em uma de suas internações em Fortaleza. Estiveram do meu lado em meu momento de luto, sei que posso contar com vocês sempre, orgulho-me de nossas amizades. Sou grata ao amigo antropólogo e fotógrafo Jean que gentilmente me cedeu a fotografia que abre esta tese e pela articulação junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará para que eu pudesse cursar uma disciplina. Agradeço especialmente à minha amiga Anne que, no momento de pânico em que eu quis me lançar ao mar veio correndo ao meu encontro para me fazer companhia em um gesto generoso de cuidado, jamais, jamais esquecerei de tamanho afeto.

Muita gratidão à Ana Karine, minha psicóloga, pois só ela, mais do que ninguém, sabe como foi chegar até aqui. As crises de ansiedade e pânico devido ao medo de não conseguir chegar até o fim e às minhas perdas quase me fizeram lançar no mar revoltado e saltar no abismo. Nos momentos de desespero e choro, estive sempre por perto. Quão privilegiada sou pelo seu afeto! Sou-lhe imensamente grata. Sei que sem você não consigo caminhar sozinha, pelo menos por enquanto.

Muito obrigada à Silvinha, minha aluna muito querida, por me apresentar os moradores de rua e me ensinar os primeiros passos de como caminhar entre eles na “terra de ninguém”.

Ao meu grande amigo, muito amado, Walmir Neto com quem pude contar na correção e edição da tese, pela generosidade, ficam os meus agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Dimitrios Georges Bozinis da UNICAMP, que me hospedou algumas vezes em sua casa em Campinas quando estava em trânsito para Marília, sou imensamente grata! Reconheço sua generosidade e destaco as boas conversas que tivemos em sua varanda regadas às vezes a um bom café expresso brasileiro feito ao seu estilo grego, às vezes a um drink de tsipouro (bebida destilada grega). Sempre atento e preocupado com minha concessão de bolsa, o Prof. deixava escapar elegância em sua amizade. Dimitrios, meu muito obrigada!!

Sou grata ao meu grande amor, Mário Barbieri cúmplice em tudo na minha vida, com quem aprendi a “arte da discussão”. Com ele divido minhas angústias, dores, cama, tarefas domésticas, dinheiro, tempo, filosofia, gargalhadas, distância, saudade, o extraordinário e o imponderável! Está sempre comigo e estive nas minhas horas de luto. Sou grata pelos vários diálogos que tivemos sobre como sobreviver nas ruas, visto que estive comigo algumas vezes na Praça do Ferreira. Ele conheceu de perto a realidade da “terra de ninguém”. Suas interlocuções iluminaram algumas análises desta tese, Mário me ajudou a pensar que não há como sobreviver nas ruas dentro das normas e de que a sobrevivência é algo extremamente humano na “terra de ninguém”. Todas as palavras de agradecimento serão poucas para dizer o quanto ele é especial para mim! Sou imensamente grata pelo companheirismo!

Agradeço também à SETRA, pelo apoio institucional imprescindível à minha pesquisa e aos Educadores Sociais Josy, Lorena, Luciana, Everton, Luís, João Paulo, Pedro Luís, Umbelino, Iorran, dos Centros POP sempre dispostos à interlocução, esclarecendo-me dúvidas e concedendo entrevistas, com afeto.

Tive no Centro POP um lugar de acolhida e todo o apoio necessário de uma equipe pronta a me atender. Sou imensamente grata ao coordenador Elias, que com sua voz tranquila e seu jeito muito humano e afetuoso, jamais me negou uma conversa, entrevista ou qualquer informação que fosse. Certamente sua compreensão e parceria com minha pesquisa facilitaram meu fluxo entre o Centro POP e Praça do Ferreira. Elias me fez olhar para o fenômeno população em situação de rua, enxergando mais uma questão política e social do que um problema policial e criminal. Sempre prestativo, me convidou para retornar ao Centro POP e apresentar minha pesquisa. Sim, voltarei com um enorme prazer! Sou também muito grata à coordenadora do Centro POP, unidade Benfica, pela acolhida e simpatia. Obrigada, Camila!

Sou imensamente grata às pessoas que moram nas ruas e na Praça do Ferreira, sobretudo, aos homens que me escolheram e aceitaram minha convivência. Com esses seres humanos surpreendentes que teimam em sobreviver na “terra de ninguém” e insistem em existir “apesar de”, vivi momentos ímpares. Por mais que eu narre, é impossível descrever o que vi, senti e ouvi. Não tenho como medir o quanto recebi diante do nada que retribui. Espero,

sinceramente, que esta tese exprima meu mais profundo desejo de sobrevivências com ventos mais favoráveis do que hostis a tocarem seus corpos.

Sou grata à rua, à Praça, à cidade que me fizeram enxergar que nesta “terra de ninguém”, com toda violência, virilidade e luta pela sobrevivência, e “apesar de”, há bastante espaço para amizade, solidariedade e bom humor. Esta tese me brindou com um sentimento de amor pela simplicidade.

Por fim, lembrando a socióloga Glória Diógenes que nós adverte “a gratidão é o unguento da alma” ... À essa enorme bússola de vidas que forma minha *rede de afetos* meu mais profundo reconhecimento! Muito obrigada !!!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. “Pé de Colchão”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2015)	20
Figura 2. “Árvore de Colchões”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2016).	28
Figura 3. “Canteiro de Bancos”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017)	29
Figura 4 - Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2014)	61
Figura 5 - Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. Cartão Postal de 1970	69
Figura 6 - Coluna da Hora. Praça do Ferreira. Fortaleza - Ce. (2017)	71
Figura 7 - Cajueiro Botador – Praça do Ferreira - Fortaleza – Ce. (1905)	72
Figura 8 – “Cajueiro Botador”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017)	73
Figura 9. Praça do Ferreira - Fortaleza – Ce. (2017)	87
Figura 10. “Motel de Travestis”. Fortaleza – Ce. (2014)	189
Figura 11. “Motel de Travestis”. Fortaleza – Ce. (2015)	189
Figura 12. Placa Cajueiro da Mentira. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017)	248
Figura 13. Estátua de Raquel de Queiroz – Praça do Leões. Fortaleza – Ce. (2017)	248
Figura 14. Canteiro do “Pé de Colchão” – Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017)	249
Figura 15. “Caso do Canteiro” – Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017)	249

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
<i>Colchões, Velas e Jangadas.....</i>	20
Situando o Tema	20
Situando o Problema	25
Porque Masculinidades, Gênero e Homens que Moram nas Ruas.....	33
Etnografia Multi-situada	35
Memórias e Histórias de Vida	42
Organização da Tese	45
 MOMENTO ETNOGRÁFICO I	 48
<i>CAPÍTULO 1 - O Campo: Dilemas Enfrentados</i>	50
Questões Éticas	58
<i>CAPÍTULO 2- Praça do Ferreira: do Passado ao Presente.....</i>	61
Sentidos de Espaço(Praça) e Lugar(Situação)	61
Praça do Ferreira: voltando no tempo	65
Reformas	66
A Praça do Humor.....	71
“Mãe Ferreira”: de volta ao presente	74
Atores da “Mãe Ferreira”	78
Os atores que se relacionam com as PSRPF.....	78
Os atores que não se relacionam com as PSRPF	80
Temporalidades: em “Casa” a Vida corre Mansa	82
Homens Praticando a Cidade	87
Praça do Leões	90
Praça do BNB	91
Parque da Criança (Parque da Liberdade)	92
Passeio Público	93
Praça José de Alencar	93
Praça da Estação.....	93
Oitão Preto	94
<i>CAPÍTULO 3 - Centro POP: a Política Pública que Incomoda.....</i>	97
Origem do Centro POP	97

Centro POP – Fortaleza /Ceará	101
Os Ventos do “Humor Partidário” e “Higienização Social”	102
Centros POP – centro de polêmica	107
Fortaleza/Ce – Marília/SP	108
Franca / SP.....	109
Seriguela, Mangueira e Quintais - Centro POP	113
Benfica.....	113
Centro	114
Rotina	115
MOMENTO ETNOGRÁFICO II	122
<i>CAPÍTULO 4 – Estilos de Masculinidades</i>	123
A Praça é dos Homens	123
Situando as Masculinidades	126
Masculinidades na Praça do Ferreira	128
Cena 1 – O macho traído	130
Cena 2 - O macho que fala pelo falo	132
Cena 3 – O Homem trans que se apropria do Falo	134
Masculinidade Exacerbada	135
Voltando às Cenas 1, 2 e 3	137
Cena 4 - A Furadeira e a Carpa	141
Há uma Masculinidade Nordestina?	150
Masculinidades Animalescas	154
Cena 5 – Homens e uma caixa de sorvete	154
Cena 6 – Seis homens e um saco de lixo	156
Cena 7 – O gringo na pastelaria	157
Os Limites do Humano: A Vida como Sobrevivência.....	157
<i>CAPÍTULO 5 - Identidades Abjetas</i>	166
Cena 8 – O guardador de carro (flanelinha)	166
Cena 9 – Espirrado da Praça	167
Cena 10 – “É tudo bandido!”	167
Identidades Abjetas	170
Cena 11 - <i>Piranguero</i> : “O Bandido, o Vagabundo”	173
Cenas 12 – Os Ratos	178

Bocas de Prata	179
Michê	180
Cena 13 – “Sou michê, não tô nem aí!”	180
Cena 14 – A vergonha do michê	181
Cena 15 – “Adoro ser michê”	183
Masculinidade Negociada	183
A Travesti	186
Cena 16 – A travesti ‘espirrada’ da Praça	187
Motel de Travesti	188
<i>CAPÍTULO 6 – Masculinidades Deslocadas e Desviantes.....</i>	190
Cena 17 – As armas das mulheres	190
Cena 18 – A garota de óculos	192
Cena 19 – A mulher do gringo	194
Estupro – as mulheres como objeto sexual	196
Mulher, moradora de rua, negra e solteira	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	221
ANEXOS	232

“Um homem deve julgar suas obras pelos obstáculos que superou e pelas dificuldades que suportou, e, por tais padrões, não fico envergonhado dos resultados”.

Evans-Pritchard

INTRODUÇÃO - Colchões, Velas e Jangadas

Situando o Tema

*De que cor? Sá Carneiro com tamanha interrogação.
De certo que o poeta traz no bolso todas as cores.
Mas, definir a cor do sentir!
Deve ser tão duro quanto o próprio silêncio que ante cedeu a resposta.
Se houve resposta!
Quem na verdade risca nosso destino?
Estará Deus por trás de tudo isso? Com Bic? Grafite?
Pintando oito vezes o teu nome na pedra da solidão?
Será Deus daltônico?
Talvez esteja aí o mistério de tantas óticas
Quanto a cor do sentir, cada um que sinta por si.
Miró da Muribeca¹*



Figura 1. “Pé de Colchão”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2015). [Foto e Arquivo: Jean dos Anjos].

¹ Poeta da vida urbana das ruas da cidade de Recife-Pe. Documentário *Miró: Preto, Pobre, Poeta e Periférico* (2008) do médico, poeta, cordelista e cineasta pernambucano Wilson Freire Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pncOPNB2qjc>> Acesso em 19 de janeiro de 2017.

A imagem acima, captada pelo antropólogo e fotógrafo Jean dos Anjos² expõe uma cena cotidiana da vida urbana. A fotografia evidencia uma árvore na qual se vê colchões em seu tronco e pendurados em seus galhos. Diariamente, essa estrutura improvisada de armário é montada e desmontada pelas chamadas pessoas em situação de rua que fazem da Praça do Ferreira, no Centro de Fortaleza-Ceará, seu lugar de morada. Quando o dia amanhece, seus pertences começam a ser expostos verticalmente e a árvore toma a forma de um “Pé de Colchão”, como alude Jean. Quando a noite chega, a árvore é desmontada e os colchões e objetos pessoais ganham horizontalidade ao serem espalhados pelo chão da Praça e calçadas das lojas do entorno. Essa árvore, adornada de colchões e objetos pessoais, tornou-se símbolo do fenômeno população em situação de rua da Praça do Ferreira. Segundo a antropóloga Patrice Schuch (2012), a população em situação de rua é a denominação dada ao conjunto de pessoas que se deslocam pelas ruas, praças e logradouros públicos e fazem desses espaços seu local de moradia e existência, mesmo que temporariamente ou utilizam os diversos serviços destinados à proteção e promoção de direitos.

Diariamente, as pessoas em situação de rua têm sido alvo de inúmeras ofensivas por parte da mídia e de fortalezenses que transitam e frequentam a Praça do Ferreira, os quais alegam que enfeiam, sujam e depredam o “coração de Fortaleza”. Também expressam incisivas queixas de que, pela sensação de insegurança e perigo, que possivelmente elas oferecem aos transeuntes, é necessária a desocupação urgente da Praça e cobram a todo instante da gestão municipal ações afirmativas³ para retirá-las de lá.

Assim como um texto que conversa com seu leitor, a fotografia de Jean, à primeira vista, parece não dizer nada, mas se aprofundarmos nosso olhar, essa fotografia diz muito. A também fotógrafa e jornalista Iana Soares nos ajuda a pensar sobre os “não-ditos” (Fonseca, 2008, p. 44) que as imagens urbanas produzem, e o “Pé de Colchão” nos “conta, narra, confunde, explica, versa, rima, compartilha” (Soares, 2015, p.9) sobre as “vidas precárias” (Butler, 2011) das pessoas em situação de rua da Praça do Ferreira. Ver além da fotografia é perceber nas entrelinhas que por trás dessa imagem há todo um contexto sociocultural de

² Diário de Campo. Conversa com o antropólogo/fotógrafo no dia 19/01/2016.

³ Ações afirmativas são políticas públicas bancadas e articuladas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades sociais acumuladas ao longo de anos. As ações afirmativas buscam alocar recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos vitimados pela exclusão socioeconômica. São medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero no sentido de aumentar a participação das chamadas minorias, no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e no reconhecimento cultural

pessoas “periféricas” que vivem nas margens cujas “vidas infames” são marcadas por *identidades abjetas*⁴, subversões, transgressões, subserviência e sobrevivências.

Para Jean, sua fotografia não busca mostrar a realidade sobre a vida dos moradores da Praça do Ferreira. Antes, sua fotografia busca produzir uma maneira de olhar os retalhos do cotidiano ao caminhar pela cidade. Suas lentes - biológica (íris) e mecânica (objetiva) - buscam captar os recortes sociais que constituem o espaço urbano, mas, que, para a maioria dos transeuntes que andam apressados com seus passos largos absorptos em suas caminhadas, pouco se olha. Como antropólogo, Jean ajusta suas lentes com o foco não para as cenas macro da cidade, e sim para as cenas micro do cotidiano da metrópole. Seu olhar é refinado, pois suas imagens fragmentadas da cidade deixam escapar indícios de uma realidade muito mais profunda do que a simples superfície que sua fotografia produz. Como um *flâneur* que caminha pelas ruas “entre as fachadas dos prédios” (Benjamin, 1989, p.35) captando os fragmentos da cidade, Jean apreende os vestígios deixados pelas “sobras” da urbanidade.

O que eu gostaria de reter nessa exposição assinala para o fenômeno social “população em situação de rua” que, no Brasil, tem aumentado a cada dia, surgido pelos desequilíbrios provocados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, adensamento de populações nas cidades, desemprego, aumento de usuários de drogas e álcool, desajustes familiares. Esse fenômeno tem como característica principal a “exclusão” que traz em seu bojo o problema dos sistemas simbólicos⁵ que sendo classificatórios deixam de fora do convívio social quem não faz parte de um determinado campo social. Sob o ponto de vista político, a “exclusão” se manifesta como partidária, visto que muitas pessoas são privadas da cidadania, do mercado de trabalho, dos serviços e garantias de direitos do Estado. Ser “excluído” não se configura como um mero elemento arcaico da sociedade contemporânea; igualmente, é uma categoria cujos personagens descartados trazem à tona a “fratura exposta” de uma sociedade desigual e excludente, mas que, diante desse fenômeno nos faz reavaliar o nosso próprio sistema simbólico e a maneira de olharmos para o outro.

No Brasil, tem ocorrido um considerável aumento do número da “população em situação de rua” e se estima que há cerca de 101.854 pessoas circulando nas ruas das cidades brasileiras (Natalino, 2016)⁶ sobre as quais incide uma visão estigmatizada da sociedade e o

⁴ No Capítulo 5 tratarei sobre este conceito.

⁵ Os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e comunicação culturais que exercem um poder estruturante porque são estruturados. Os símbolos são instrumentos de interação social.

⁶ Cf. Natalino (2016) os dados utilizados em sua pesquisa foram disponibilizados por meio de 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). Estes dados constam na publicação do último Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA) de sua autoria.

Estado empreende sobre elas ações paternalistas, autoritárias e de higienização social⁷. Em Fortaleza, estima-se que há cerca de 1.718 pessoas circulando pelas ruas e, na Praça do Ferreira, diariamente, dormem cerca de 270 pessoas. A rua como lugar de “morada” é constituída predominantemente por grupos masculinos e cerca de 82% das pessoa em situação de rua que circulam pelas cidades brasileiras são homens e 67% negros (Brasil, 2015). Corroborando com essas estatísticas, em Fortaleza, cerca de 84, 3% das pessoa em situação de rua são homens (SETRA, 2014).

Na maioria dos homens em situação de rua da Praça da Ferreira as masculinidades seguem códigos, normas e condutas de virilidade. A vivência, ou melhor, a sobrevivência nas ruas revela uma arena de agressões, abusos, xingamentos, ameaças, violência, estupro. Tais atributos das masculinidades passam a ser reivindicados e conquistados por meio de provocações e atrevimentos e, “lavar a honra” ou “provar que é macho” são comportamentos que fazem parte da produção diária das masculinidades desses homens.

Há, nessas produções diárias, configurações de práticas mais apreciadas, exaltadas, valorizadas e perseguidas com comportamentos viris, agressivos e violentos, ao que chamei de *masculinidade exacerbada*; outras práticas são mais dependentes, indolentes, apáticas pelas quais os homens lançavam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação e atitudes subservientes e condescendentes, um estilo de masculinidade menos agressivo ao qual chamei de *masculinidade negociada*. Nas ruas, essas manifestações estão conectadas às práticas de um lugar simbólico de sentido estruturante que fundamenta estilos de masculinidade para sobrevivência.

Ficou explícito também que os homens em situação de rua se comportavam, muitas vezes, de forma animalisca escarafunchando lixeiras e sacos de lixo dos restaurantes do entorno da Praça do Ferreira, em meio ao mal cheiro, atrás de restos de comida. A julgar por essas formas de sobrevivência, cujos hábitos diferenciam-se dos hábitos sociais aos quais estamos acostumados, a essas práticas chamei de *masculinidade animalisca*, por entender que tais comportamentos mais se assemelhavam a um macho animal do que a um humano.

Como práticas, as masculinidades não são identidades e podem ser acionadas e exercidas por quaisquer pessoa e, nas ruas, homens, mulheres, gays e travestis têm feito usos das masculinidades para sobrevivência. Em suas sociabilidades de sobrevivências, os homens seguiam, em sua maioria, códigos e normas de virilidade. Essas sociabilidades são caracterizadas por investimentos subjetivos que não possuem em si mesmo nenhuma intenção

⁷ No Capítulo 3 retomarei essa ideia.

objetiva, além do interesse dos homens em situação de rua em estarem associados ao grupo de destaque ou dominante. As sociabilidades dependem apenas dos personagens entre os quais elas ocorrem, sem buscarem nada além da satisfação daquele instante. O que interessa de fato nelas é tão somente o evento do momento sociável. Ou seja, a sociabilidade é uma forma de associação onde as pessoas querem estar juntas, reunidas, partilhando informações porque desejam ter um momento sociável, sem quaisquer objetivos para, além disso.

Ora, ser um homem em situação de rua não se reduz à culpabilização imposta pela sociedade ao atribuir-lhe responsabilidades pela condição em que se encontra e, por conseguinte, exigir que, por si mesmo, consiga recursos para dissolver a conexão com as ruas e a possibilidade de sair delas. A “situação de rua” é produto de uma complexa e intrincada trama de causalidade como: laços familiares interrompidos, desemprego, decepções amorosas, drogas, álcool, depressão, doenças mentais, pobreza extrema, débitos com a justiça. Não é a simples opção do agente ir para a rua apenas por ter uma “extraordinária” vontade em sobreviver às intempéries e a violência. A condição de estar nas ruas é resultante de um encadeamento de faltas, rupturas, perdas e simplesmente retirá-las da cena urbana não resolve a “situação de rua”.

Os dilemas e dificuldades enfrentadas pelos homens em situação de rua da Praça do Ferreira, em transitando em zonas de fronteira, em eternas perambulações pelas ruas, tendo como chão para caminhar um “fio de navalha”, instigaram-me algumas indagações: como alguém se torna uma pessoa em situação de rua, como alguém consegue morar e viver nas ruas; o que é ser homem em situação de rua; quais masculinidades constituem estes homens, como os homens agenciam suas *identidades abjetas* e como sobrevivem às intempéries? Embora sejam indagações ingênuas são ao mesmo tempo complexas. A complexidade encontra-se exatamente nesta ingenuidade que nos remete à ideia de que o fenômeno população em situação de rua já faz parte do cenário urbano como se fosse “natural”.

O objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar como os homens em situação de rua da Praça do Ferreira constituem suas masculinidades e de como agenciam suas *identidades abjetas* com suas performatizações de gênero para sobreviverem. Tendo como pano de fundo as questões que envolvem as políticas públicas para a população em situação de rua (Centro POP), com a tese, busco investigar, por meio de uma observação etnográfica, como os homens em situação de rua inventam e articulam suas masculinidades para sobreviverem.

Situando o “problema”

No contexto sociocultural da fotografia acima do “Pé de Colchão”, devemos considerar as relações de poder entre os agentes que se situam nas margens, como as pessoas em situação de rua, e aqueles que estão no centro: as chamadas “pessoas de bem”. A desigualdade social com suas expressões discriminatórias e preconceituosas constrói uma imagem do homem em situação de rua como sendo um “delinquente”, “bandido” ou “criminoso”, forjadas pelo enquadramento midiático essas expressões não deixam espaço para alteridade. Em tempo, quanto menos alteridade mais conflitos são revelados, pois, muitos não conseguem praticar a compreensão de que o outro, com suas dimensões de vulnerabilidade e invisibilidade também é um humano. Essa visão não nos permite ver a alteridade que se constitui em meio a humanização / desumanização do reconhecimento da conexão com o outro.

Com a fotografia do “Pé de Colchão”, Jean não tem a intensão de denunciar a desigualdade social em que vivem as pessoas em situação de rua, bem como foge de seu escopo vitimá-las ou romantizar a pobreza em que vivem. Sua fotografia deixa escaparem questões de “qualidade humana” nas relações sociais que devem ser repensadas. Com efeito, a questão da qualidade humana é seriamente posta em dúvida pela rejeição que a convivência com essas pessoas lhes outorga, ou seja, uma situação de vagabundos e perdedores. O “Pé de Colchão”, embora visível, evidencia a invisibilidade das experiências, vulnerabilidade, desamparo e angústia de quem “mora” na Praça do Ferreira no centro de Fortaleza.

O “problema” da situação de rua da Praça do Ferreira tem início desde os anos 2000, mas agravou-se com o aumento das pessoas circulando e morando na Praça a partir de 2012 quando a mídia passou a noticiar com mais ênfase sobre essa questão social. Coloco “problema”, entre aspas, por entender que, dependendo do ângulo de visão e da abordagem com que se trata o fenômeno, esse não se caracteriza como um problema, ou seja, como algo que perturba, desequilibra e incomoda. Busco o entendimento de que esse fenômeno é uma questão social complexa que requer um olhar atento, cuidadoso ao mesmo tempo refinado, visto que a condição de rua é um tema que deve ser discutido, analisado, debatido e posto em escrutínio, observando os múltiplos aspectos que o envolve. O pano de fundo da situação de rua tem como base problemas de saúde pública (a maioria das pessoas tem HIV, sífilis, tuberculose), tráfico de drogas, desemprego, ausência de políticas públicas permanentes, problemas de moradia, afora os processos sociais de rejeição. Embora essa questão social possa trazer desacordos e tensões entre os agentes sociais, o aumento da população em situação de rua tornou-se um desafio para o Estado. Com efeito, estou empenhada em analisá-la sobre uma questão de ordem social e política. Parece-me rentável aqui, esclarecer ao leitor a maneira como a situação de rua

da Praça do Ferreira nos é apresentada, repassada e enquadrada pela mídia e o modo como formulamos nossas críticas morais e articulamos análises políticas e que respostas damos à essa questão social.

Em novembro de 2015 o jornal O Povo⁸ publicou uma matéria sobre “moradores em situação de rua” chamando atenção para uma árvore com seus galhos secos com colchões pendurados. A matéria segue apresentando o contraste entre a “Árvore de Colchões” (como cita a reportagem) e a já tradicional árvore de Natal da Praça do Ferreira, patrocinada pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Fortaleza. A árvore de Natal da CDL foi erguida bem no centro da praça. Seus idealizadores dispuseram panos brancos entrelaçados imitando velas de jangadas (símbolos de Fortaleza), em uma estrutura metálica com 25 metros de altura. Essa árvore de velas de jangadas faz parte do chamado Natal de Luz, festejo natalino da capital cearense. À noite, a árvore é acesa e fica, deslumbrantemente, iluminada.

Diferentemente do olhar de Jean que buscou ajustar seu foco para o “Pé de Colchão” no sentido de evidenciar um recorte do cotidiano urbano sobre vidas improváveis, o fotógrafo jornalístico buscou captar o contraste da desigualdade social, tema da matéria. Segundo a reportagem alguns transeuntes destacam a “Árvore de Colchões” é de responsabilidade de toda a sociedade e não somente do Estado. No entanto para a maiorias das pessoas entrevistadas que circulavam pela Praça na ocasião da matéria menciona que o contraste das árvores nessa época de festas de final de ano “queima” a reputação, tanto da Prefeitura, quanto da cidade de Fortaleza. Para um casal de turistas de São Luís, que não dispensou uma foto bem em frente à “Árvore de Colchões”, o contraste ficou bonito: “o rico e o pobre, ficou bonito, né?!” diz a reportagem. Outro turista disse achar “ridículo” a “Árvore de Colchões” já que o local é um cartão-postal de Fortaleza e “as autoridades deviam ajudar essas pessoas”, dizem que a árvore é “uma vergonha”; uma transeunte comenta que, ao olhar para a Árvore de Natal via “a paz, luz, beleza”, ao olhar para a Árvore de Colchões via “pobreza, tristeza, coisas ruins”.

A maioria dos pedestres abordados nessa matéria, insistia em conferir responsabilidades deste contraste social aos políticos e gestores. A matéria ainda descreve que, quando as “pessoas em situação de rua” foram abordadas, para comentarem sobre a “Árvore de Colchões” e suas rotinas na Praça do Ferreira, preferiram silenciar. Continuando a matéria a repórter escreve: “enquanto o sol esquentava a manhã, coincidentemente no dia da abertura da

⁸ Cf. Jornal O Povo. 27/11/2015. ‘Árvore de Colchões’ chama atenção na Praça do Ferreira. Disponível em <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/27/noticiafortaleza,3540790/arvore-de-colchoes-chama-atencao-no-centro-de-fortaleza.shtml> Acesso em: 28 de setembro de 2017.

‘Operação Centro Seguro’⁹ as pessoas iam reparando nos colchões”. Parece-me que a repórter ao aludir “coincidência” entre o dia da abertura da Operação e a admiração dos transeuntes sobre os colchões pendurados deixa escapar que essas “pessoas de rua” são protótipos do perigo e sinônimos de criminalidade; já que a Operação visava salvaguardar os transeuntes e a “Árvore de Colchões” era um símbolo que representava ameaça e intimidação à ordem pública.

A maioria dos transeuntes e fortalezenses que circulam pelo centro de Fortaleza, percebe as pessoas em situação de rua como sendo um segmento social homogêneo no qual não são consideradas as vidas singulares dos corpos abjetos em trânsitos que vivem nas fronteiras simbólicas entre a “boa sociedade” e a “marginalidade”, estas são vistas também como a forma mais concreta de degradação humana. Um leitor do jornal critica nos comentários o fato de a matéria dar ênfase ao contraste entre as duas árvores, e não chamar atenção para a situação das pessoas desabrigadas. Esse leitor não vê que os colchões pendurados diminuíssem ou denegrissem a estética da cidade, como afirmam alguns, para ele a questão é bem mais complexa do que o simples contraste entre as árvores. A fotografia a seguir expõe nitidamente o encontro entre a “Árvore de Natal de Velas de Jangadas” e a “Árvore de Armário de Colchões e Pertences”. Esta imagem comparada com a fotografia da Figura 1 evidencia o “Pé de Colchão” já em processo destruição.

⁹ Cf. G1 -. 28/11/2014.”356 agentes farão a segurança neste fim de ano no Centro de Fortaleza”. A “Operação Centro Seguro contará com efetivo diário de 356 agentes, foi uma ação da Prefeitura Municipal de Fortaleza que contou com 322 (policiais civis e militares, bombeiros e guarda municipal) como reforço para garantir a segurança dos trabalhadores e comerciantes, bem como da população em geral, que vai ao Centro da cidade no final do ano fazer compras. Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/11/356-agentes-farao-seguranca-neste-fim-de-ano-no-centro-de-fortaleza.html> Acesso em: 5 de maio de 2015.

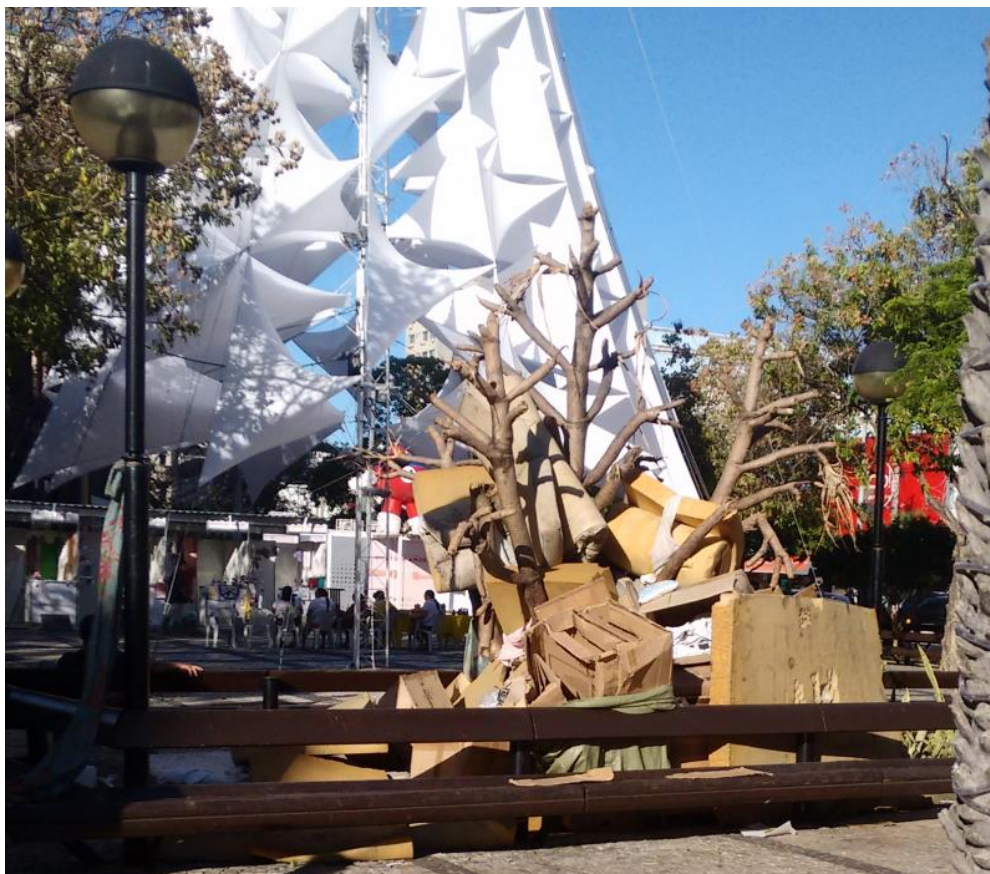


Figura 2. “Árvore de Colchões”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2016). [Foto: Hayanne Narlla. Arquivo: Jornal Tribuna do Ceará].

Outra matéria publicada no jornal Tribuna do Ceará de janeiro de 2016¹⁰ explica que a Praça do Ferreira, “o cartão-postal da capital cearense”, foi adotada pela Casa Pio (loja de calçados que fica no entorno da Praça) desde agosto de 2013 em parceria com o Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF)¹¹. Essas parcerias ocorrem, muitas vezes, devido à falta de recursos das prefeituras para dirigirem espaços públicos e, assim, cada vez mais, as empresas privadas se apropriam e cuidam não só da manutenção destes espaços, como introduzem mudanças que beneficiam grupos sociais mais privilegiados.

¹⁰ Cf. Jornal Tribuna do Ceará. 21/01/2016. “‘Árvore de Colchões’ dos moradores de rua da Praça do Ferreira, dá lugar a jardim”. Disponível em <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/arvore-de-colchoes-dos-moradores-de-rua-da-praca-do-ferreira-da-lugar-a-jardim/>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

¹¹ Segundo a Secretaria Regional do Centro da Prefeitura Municipal de Fortaleza o Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes da Prefeitura é um programa de voluntariado que visa contribuir com exemplos de cidadania e responsabilidade social ao permitir que cidadãos e empresas passem a zelar por áreas verdes da cidade. É firmado um Termo de Compromisso entre o prefeito e o adotante, termo este válido por cinco anos. Disponível em <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-321>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

Essas alianças de intervenções urbanas, atendem aos interesses econômicos e turísticos do mercado e o poder público se beneficia dessa situação em contexto de crise, dada a incapacidade de investimentos e manutenção desses espaços. Assim, a empresa responsável pela manutenção periódica do paisagismo da Praça deteve o direito de reforma e, por esse expediente, a Casa Pio derrubou o “Pé de Colchão”, dando lugar a um jardim. A fotografia abaixo nos mostra o canteiro entre os bancos onde foi derrubado o “Pé de Colchão” em janeiro de 2016. Atualmente há em seu lugar, um jardim que diariamente é cuidado pelos jardineiros da Casa Pio. Dentro do canteiro, vemos uma placa comemorativa, feita de cimento, virada para a Praça. Ao fundo à direita, vemos as pessoas em situação de rua sentadas, deitadas nos bancos e nos colchões dispostos no chão. Esse local chamei de “casa do canteiro” pelo fato de algumas pessoas utilizarem esse canto da Praça como local de morada.



Figura 3. “Canteiro de Bancos”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017). [Foto e Arquivo Zuleika Câmara.].

As reportagens evidenciam as relações dos vários agentes sociais. Essas comprovam, não somente os múltiplos olhares sobre a cidade, mas, como os agentes se apropriam desse fenômeno e de como em suas falas expõem sentimentos de rejeição, incomodação, repulsa e “exclusão”. A desigualdade social (foco das reportagens) cria uma linha de força, tensionando o ponto nevrálgico dos gestores públicos, ou seja, de dar fim à população em situação de rua a qualquer custo. Esses olhares para a metrópole revelam tanto a face da indiferença, da insensibilidade e do distanciamento (jornal, transeuntes, turistas, da CDL, Casa Pio, prefeitura),

quanto expressões de cuidado, acolhimento, reconhecimento e alteridade (antropólogo, leitor). Ficou explícito, nas reportagens, como se tais pessoas fossem “estrangeiras”, não sendo reconhecidas como parte da “boa sociedade” visto que são diferentes, não compartilham os mesmos valores, pertencimentos e visões de sentidos dos grupos sociais mais privilegiados. As reportagens confirmam que a Praça do Ferreira não atende aos mesmos interesses e propósitos coletivos; para uns é lugar de lazer e passagem, para outros é lugar de refúgio e morada.

As pessoas em situação de rua da Praça do Ferreira, se constituem de camadas e mais camadas de discriminação, preconceito e rejeição sobrepostas a corpos e *identidades abjetas*. Assim como acumulam roupas e mais roupas nos bancos da Praça, em caixas de papelões, sacos e mochilas, elas acumulam em suas subjetividades camadas de estereótipos, estigmas e acabam por criar uma espécie de “pele” incorporando a identidade degradada e estigmatizada do morador de rua.

Com vidas sem glórias e “existências-relâmpagos”(Foucault, 1979, p. 90) as pessoas em situação de rua são consideradas desonradas e desprezíveis pelos *establishment*¹². Com suas vidas-sobreviventes e experiências perturbadoras estas trazem em seus corpos tanto as marcas de suas sobrevivências¹³ quanto dos dispositivos repressivos do Estado. Há, por parte da sociedade, uma naturalização como sendo legítimas as ações de tortura, truculência e comando por parte do Estado contra elas. Aos olhos dos *establishments* essas práticas de controle, dominação e política autoritária são “normais” visto que tais pessoas são incômodas e, no imaginário social, são entendidas como ameaçadoras da ordem pública.

Voltando às imagens das árvores de colchões e velas de jangadas, elas deixam entrever somente a superfície desse fenômeno urbano. Quando mergulhamos nos profundos cenários citadinos das ruas de Fortaleza, a visibilidade é turva. Mesmo assim, podemos enxergar um mundo sombrio onde as pessoas em situação de rua vivem em pobreza extrema, rejeição e violência. São vidas angustiadas pela falta de perspectiva de dias melhores e noites tranquilas, que anseiam por não precisar em mais caminhar sobre um “fio de navalha” e ter um teto para morar. Contudo, há aquelas que querem continuar nas ruas e essa possibilidade nunca é pensada pelos gestores e *establishment*. Ou seja, há pessoas que, de fato, têm a rua como casa e não querem dela sair.

¹² Cf. Elias; Scotson (2000, p.7), os *establishment* (estabelecidos) são grupos que ocupam posições de prestígio e poder. Estes grupos percebem-se como sendo a “boa sociedade” e como tal se consideram um modelo moral para os outros.

¹³ A categoria “sobreviventes” tem sido desenvolvida nas pesquisas do Laboratório Interdisciplinar dos Estudos de Gênero (LIEG) vinculado ao Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMar) da UNESP/Marília do qual faço parte.

Ao cortar o “Pé de Colchão” e classificá-lo como indesejável e imundo já que “mexe” com a estética da cidade, a empresa juntamente com a PMF buscaram em vão abafar e silenciar as pessoas em situação de rua, quando no lugar foi construído um jardim. Com tal ação punem os homens e toda a miséria que traz um nexo de criminalidade e marginalidade, como se cortando o “Pé de Colchão” o “problema” fosse resolvido imediatamente; como se fosse possível, em um passe de mágica, fazer sumirem os homens em situação de rua da Praça do Ferreira. Essas ações são marcadas por processos de práticas excludentes e tais intervenções urbanísticas atendem aos interesses de mercado cujo público preferencial são as classes médias e altas. Portanto, o modo de vida das pessoas em situação de rua foge à lógica social estabelecida visto que essas pessoas subvertem o espaço público da Praça e ao resignificá-lo como casa, jardins servem de cozinha, chão serve de banheiro, bancos servem de mesa, calçadas servem de cama, árvores e caixas de papelões servem de armários. Assim, para os repórteres, CDL e transeuntes das reportagens, o “Pé de Colchão” expõe a face de uma imagem estética depreciativa da Praça. Para a pesquisadora representa “vidas-sobreviventes” dos resíduos sociais do capitalismo neoliberal, ou melhor, do neoliberalismo extremado, como sugere o cientista político Danilo Enrico Martuscelli (2013).

O que não se pode perder de vista, como aponta o sociólogo Gabriel Feltran¹⁴ (2017), é o fato de que muitas pessoas estão nas ruas por problemas sociais e, portanto, devem ser protegidas e não criminalizadas. Ficou evidente nas reportagens que os “estrangeiros” da Praça do Ferreira, antes de serem um “problema” de ordem social envolvem uma questão de ordem política. Parece-me que o desafio em compreendermos o fenômeno pessoas em situação de rua é de que devemos ficar atentos à maneira como a mídia e outros agentes sociais contribuem para a “cultura do medo”, para o “pânico moral”, rotulando as pessoas em situação de rua como “pessoas suspeitas”, portanto, ‘vagabundas’ e ‘bandidas’. Mas, o que torna uma pessoa suspeita? Sua aparência? Suas roupas? A cor da pele? Seu comportamento? Estive no meio delas, convivi em suas sociabilidades, circulei pelas ruas em companhia de alguns interlocutores e senti na pele grosserias, desprezo, rejeição, como se eu fosse uma “pessoa suspeita”. Insisto no questionamento: o que é mesmo uma pessoa suspeita?

Historicamente, o termo “moradores de rua” suscita uma associação entre a vida nas ruas, marginalidade e criminalidade. O termo “rua” se confunde com um processo social que assinala uma percepção de “falta”, privação e ausência. Nas últimas décadas, tais representações estigmatizantes foram sendo substituídas em função de intervenções e ações

¹⁴ Cf. Jornal Valor Econômico. 10/01/2017. “Crise leva mais famílias a morar na rua”. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4831060/crise-leva-mais-familias-morar-na-rua> Acesso em: 20 janeiro de 2017.

afirmativas junto à “população de rua” e o termo passou a ser substituído por “situação de rua”. Tal mudança deve-se ao empenho de estudiosos do tema em atentar para a situacionalidade da experiência das pessoas nas ruas. O termo “situação de rua” buscou amenizar essencializações, no entanto, sua utilização, de certa forma, não deixa de categorizar e limitar uma diversidade de comportamentos, multiplicidade de situações e pluralidade de identidades de quem habita as ruas.

Contudo, cabe aqui um esclarecimento. A literatura específica sobre o tema “pessoas em situação de rua”, em sua maioria, marca com aspas os termos “moradores”, “habitantes” e “moradores de rua” para identificar que ninguém “mora” ou “habita” as ruas. Também sugere que essas expressões são muito vagas para abarcar a heterogeneidade dos espaços públicos. Entretanto, empiricamente, não foi assim que constatei. Se tomarmos a relação entre as pessoas em situação de rua, suas experiências, sociabilidades e o tempo que estão nas ruas, elas de fato moram e habitam nos espaços públicos. Convivendo por vinte meses com elas na Praça do Ferreira e ruas do entorno, constatei que as pessoas em situação de rua fazem as mesmas atividades do espaço doméstico e agem como se a Praça fosse sua casa. Segundo o Dicionário Aurélio (1987) morar quer dizer habitar, permanecer, existir, frequentar assiduamente um lugar, viver. Assim, indo na contramão da literatura vou adotar os termos: morador de rua, morar nas ruas, habitar as ruas, pessoas de rua, homens de rua sem aspas por entender que a partir do meu olhar e de minha abordagem, as pessoas de fato moram nas ruas.

Os moradores de rua como categoria de rejeição, acusação, desvinculação social e econômica, evocam e questionam zonas de fronteiras simbólicas, espaciais, sociais, corporais, morais e políticas. Consequentemente, incitam a criação de ações sedentas para sua retirada dos espaços urbanos por onde se deslocam. Com expressões limites de degradação humana por estarem abaixo na escala social e por subverterem o espaço público, os moradores de rua criam alteridades, gestam territorialidades, acionam o Estado, incitam políticas urbanísticas sanitárias e repressivas, além de provocarem saberes e classificações.

Essas classificações são produtos do condicionamento de como olhamos para o tecido social. O nosso olhar associado a diferentes condições de existência e experiência de vida possibilitam práticas de classificações que envolvem princípios de constituição e avaliação da realidade. Nesse processo, algumas visões do mundo social são classificatórias e diferenciadas e, às vezes, não há como fugirmos delas. O problema da classificação é que essa captura e trava nosso olhar nos deixando-nos reféns de hierarquias sociais e fronteiras simbólicas bem demarcadas. Aí caímos em uma armadilha, pois o perigo da classificação é confiscar nossa percepção e esta se inscreve no fato de que, ao classificar, deixamos fora do nosso campo de

visão as várias possibilidades de outras experiências de vida, outras vivências humanas, além de criarmos invisibilidades e produzirmos exclusão.

Dito isso, importa esclarecer ao leitor que tentei fugir dessa armadilha, mas acabei caindo nela, não no sentido de criar invisibilidade ou exclusão, mas de não conseguir desviar-me da classificação. De tal modo, que para o escopo desta tese utilizarei a indicação de **Pessoas em Situação de Rua (PSR)**, **Homens em Situação de Rua (HSR)**, **Mulheres em Situação de Rua (MSR)**, **Homens em Situação de Rua da Praça do Ferreira (HSRPF)** e **Pessoas em Situação de Rua da Praça do Ferreira (PSRPF)**. Também utilizarei, mais pontualmente, os termos moradores de rua e em um contexto mais abrangente o termo população em situação de rua. Meu esforço aqui é tentar aproximar a categoria moradores de rua de um agente social como outro qualquer num empenho, possivelmente em vão de não essencializar essa categoria. Entende-se por categoria “uma posição específica em um intervalo de valores naturalizados pela rotina, ou seja, uma classificação segundo parâmetros de valoração que se amparam num ideal situado, de dado grupo, em dados tempo e espaço” (Feltran, 2017, s/n). Por falta de uma palavra melhor e para não cansar muito o leitor com a extensão do termo utilizarei daqui em diante as siglas **PSR**, **HSR**, **MSR**, **HSRPF** e **PSRPF** em referências às pessoas em situação de rua que se deslocam e circulam no centro de Fortaleza.

Porque Masculinidades, Gênero, Homens que Moram nas Ruas

Masculinidades e gênero são temas de interesse em minhas pesquisas desde o mestrado cuja dissertação buscou analisar a conexão entre as masculinidades e afazeres domésticos numa perspectiva das relações de gênero. Estava interessada nos modos como os homens se percebiam “donos de casa” e de como os discursos sociais demarcavam lugares e expressões de gênero entendendo o espaço doméstico como sendo predominantemente “lugar de mulher”.

Pensar nas marcas de gênero que constituem os espaços sociais tanto domésticos quanto da rua, remete-nos ao desafio de compreender como as masculinidades se constituem e são articuladas nesses espaços. Problematicar a relação masculinidades e afazeres domésticos foi revelador de que para alguns homens as masculinidades dizem respeito de que “ser macho”, ser “homem de verdade” é não “cuidar da casa”. Tais concepções confeririam a eles a “natureza” de sua condição, portanto a “natureza” biológica dos corpos é validada pela “natureza” social dos discursos, e desse modo, homens e mulheres vão tecendo suas “identidades”. Esse estudo revelou que os homens não incorporam os afazeres domésticos como sendo tarefas também deles e deveriam ser compartilhadas, ao contrário, aludem que a casa é “lugar de mulher” e a rua é “lugar de homem”. Por essa perspectiva, gênero cria e expressa

relação de poder, e assim os agentes vão identificando, construindo e sublimando o que para si serão “vestimentas” para demarcarem quem são.

Apesar das mudanças no cotidiano de homens e mulheres no Ocidente e das lutas feministas, que, aliás, têm se tornado cada vez mais significativas, as masculinidades como um lugar simbólico de hegemonia, dominação, prestígio e privilégios ainda são bastante valorizadas e reivindicadas. Há ainda permanências de práticas discursivas e os códigos e expressões de gênero são incorporados como se fossem coisas “naturais”. Em tempo, apurando o olhar para as configurações sociais e relações de gênero, o que está em xeque são os critérios de classificação dos sistemas simbólicos e práticas discursivas; e gênero tornou-se um valioso instrumento analítico, pois nos permitiu identificar, nomear, esclarecer, categorizar, avaliar, operar, compreender e modificar dimensões da vida humana e práticas cotidianas.

Meu interesse pela temática “pessoas em situação de rua” da Praça do Ferreira deu-se a partir de uma pesquisa realizada entre os meses de junho e dezembro de 2013 juntamente com uma aluna de graduação do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará (UFC). À época, era professora de Saúde Pública e tinha interesse em estudos com conexões entre gênero, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e saúde pública. Nessa pesquisa intitulada *Sem Muros, Paredes ou Camas: Estudo sobre a Sexualidade de Mulheres em Situação de Rua na Praça do Ferreira – Fortaleza-Ce* (2013) realizada juntamente com a graduanda Silvia Helena Serafim de Amorim da qual fui orientadora, buscamos investigar como as mulheres que viviam em situação de rua na Praça do Ferreira – centro Fortaleza/Ce organizavam o autocuidado com a saúde sexual e reprodutiva visto que praticavam sexo na rua. A pesquisa revelou que as **MSR** da Praça tinham como prática de autocuidado, garrafas *pets* com água utilizada para fazer o asseio íntimo após o ato sexual; muito raramente usavam preservativos e esporadicamente frequentavam posto de saúde. Ficou evidente que seus corpos eram usados como moeda de troca para subsistência e sobrevivência nas ruas, no entanto, não davam importância aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva. Por tais motivos, muitas estão com HIV, tendo filhos na rua. Atualmente na Praça do Ferreira as mulheres criam cerca de dez crianças.

Portanto, nessa tese, desloco meu olhar para as pessoas que moram no espaço da rua, mantendo o foco nos mesmo temas, ou seja, masculinidades e gênero. Em certa medida, esta pesquisa está vinculada a este estudo recente no qual se realizou uma etnografia na Praça do

Ferreira, no âmbito do Serviço Especializado em Abordagens de Rua - SEAR e no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP)¹⁵.

Etnografia Multi-situada

A ideia de uma etnografia multi-situada parte do pensamento do antropólogo norte americano George Marcus (1994) ao qual reconhece a importância de olharmos para o campo numa perspectiva que permita visualizá-lo como uma rede na qual podemos traçar linhas e fios cujas intercessões entre espaços e contextos sociais dos sistemas macros tornem-se incorporados ao espaço das etnografias no domínio das práticas locais. As investigações cujo interesse aponta para mudanças sociais em âmbitos locais carecem de estratégias empíricas que considerem pessoas e símbolos no sentido de ultrapassar lugares e fronteiras. O antropólogo argumenta que devemos levar em conta não apenas a mudança dos espaços etnográficos (espaço geográfico), mas o que acontece nesses espaços, uma vez que, as práticas cotidianas não deixam de estar imbricadas em um traçado em rede, ou seja, no intercruzamento de processos, mediações, conexões e circuitos das relações no campo. Como esses não permanecem encapsulados nos seus contextos imediatos de referência, também acabam sendo levados em consideração. Marcus nos convida a olharmos para a dinâmica do campo não somente para as construções e negociações habituais que se desenrolam e se manifestam no cotidiano, mas para as possibilidades de relações como fios entrelaçados. Sugere olharmos para o campo em várias direções: olhar de cima, de baixo, de um lado e de outro.

Para as antropólogas Rocha e Eckert (2008) a pesquisa etnográfica constitui-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) que confere ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura e de seus valores para situar-se no cerne do fenômeno por ele estudado. Para tanto, o pesquisador busca participar ativamente das várias formas de sociabilidades por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta. No entanto, uma vez no campo Geertz (2011) adverte que o pesquisador não imita nem se transforma em nativo, igualmente convive-se com ele buscando conhecer sua experiência e a vivência humana do “outro”. Busca-se com a etnografia compreensão da cultura do “outro” “o conjunto de símbolos ou de signos interpretáveis” (Marques; Villela, 2005, p, 42). Todavia tais interpretações não são construções nativas, mas, descrições dos antropólogos. Ou seja, como sugere Geertz (2011) são interpretações feitas de segunda mão. Uma vez que a voz do etnógrafo é a ferramenta do

¹⁵ Os Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centros POP) fazem parte da Política Nacional de Assistência Social, cujas ações envolvem múltiplas políticas direcionadas à população que vive em situação de rua. Mais adiante traçarei um histórico desta política pública.

conhecimento do “outro” este busca interpretar e reconstituir a heterogeneidade das narrativas e cenas dos acontecimentos cotidianos do campo. Como aludem Marques e Villela, (2005) a voz do etnógrafo torna-se presença imperativa, não apenas um acessório estético. Assim, uma das possibilidades da Antropologia, por meio de uma etnografia é nos fazer entrar no mundo do “outro” na experiência da alteridade para que se conheça esse mundo e compreenda que existe outras formas possíveis de humanidade.

Dito isso, situo o leitor de que a etnografia a seguir é resultado (entre idas e vindas de Fortaleza / Marília) de vinte meses de pesquisa de campo (entre março de 2014 a fevereiro de 2018) cujas informações (Notas de Campo transformadas em Diário de Campo) foram obtidas em cenários variados de circulação dos **HSRPF** onde convivi com meus interlocutores no centro de Fortaleza. Iniciei minha pesquisa em 2014 a partir do Centro POP (Centro) pois sabia que começar a pesquisa frequentando de início a Praça do Ferreira para me inserir entre os moradores de rua sem antes ser reconhecida por eles incorria no problema de não conseguir me aproximar de meus interlocutores. Por tal motivo passei cerca de quatro meses frequentando o Centro POP para posteriormente circular pela Praça. Também fazem parte dos “dados” da tese, materiais de mídia acerca do assunto, entrevistas, conversas informais tanto com meus interlocutores, funcionarios e educadores sociais dos Centros POP, quanto com outros atores sociais que circulavam pela Ferreria.

Enfrentei um grande problema na pesquisa: as entrevistas. Fazer entrevistas em cenários e circulação de **HSR**, foi, por vários motivos, o grande desafio desta etnografia. Primeiro, pelo barulho da Praça, o que inviabilizava qualquer entrevista; segundo, a impressão era de que se assustavam com perguntas; terceiro, entrevistar com gravador, hora e dia marcados foi uma empreitada difícil, pois os potenciais entrevistados não se dispuseram a cumprir encontros marcados (embora estivessem sempre dispostos a conversar informalmente); quarto, a maioria não demonstrava nenhum interesse em responder perguntas, estavam sempre distraídos em suas sociabilidades.

A exemplo dessas dificuldades em etnografia em cenários de circulação de **PSR**, temos os trabalhos da antropóloga Taniele Rui que tratou em sua pesquisa da multiplicidade das relações entre consumidores de *crack* na “cracolândia” em São Paulo/SP e do antropólogo Tiago Lemões que dedicou-se a discutir as relações familiares e de afetos entre pessoas em situação de rua em Pelotas/ RS. Tanto Rui, quanto Lemões tiveram problemas para entrevistar seus interlocutores de tal modo que optaram por não fazerem entrevistas.

Tentei algumas entrevistas nos Centros POP¹⁶, todas em vão. Quando estão no equipamento¹⁷ têm que cumprir com as atividades, resolver suas pendências, tomar banho, almoçar e entrevistas não estavam em suas rotinas. Depois de algumas tentativas frustradas, optei por abandonar completamente o gravador, visto que nos cenários das ruas, entrevistas, gravador, perguntas me pareciam mais um distanciamento entre a pesquisadora e seu “objeto” de estudo. Escolhi ficar apenas com meu caderno de Notas de Campo onde fazia minhas anotações e no trajeto para casa narrava no gravador minhas observações aos acontecimentos e em casa transformava-as em Diário de Campo.

No entanto, outros personagens desta etnografia, como educadores sociais, funcionários e coordenador do Centro POP, membros da Pastoral do Povo de Rua, antropólogo, memorialista, pesquisador, dispuseram-se a conceder entrevistas gravadas sem nenhum problema. Ao longo dos vinte meses consegui entrevistar apenas três **PSR** (uma mulher, um homem e um casal). Ficou evidente que essas formalidades acadêmicas pouco interessavam as **PSR** e nas ruas quem ditam as regras são elas.

Dito isso, não esperem de mim descrições de longas transcrições de narrativas (infelizmente) de meus interlocutores. Meu texto foi escrito a partir das anotações do meu Diário de Campo, e minhas narrativas gravadas, portanto as narrativas dessa etnografia são fragmentadas, lacunares, curtas, pouco lineares. Minhas descrições estarão centradas nessas anotações e nas poucas entrevistas, de modo que optei por narrar os acontecimentos etnográficos em *cenas* valendo-me das observações e meus momentos de conversas e sociabilidades com os **HSR**. O fato é que, o mundo da rua, em certa medida, é um mundo de caos, do imponderável! E os **HSR** acompanham esse acaso, o improvável, o imprevisível em um ambiente por vezes hostil, inóspitos e violento ao qual chamei de “terra de ninguém”.

Partilho a ideia da antropóloga Taniele Rui (2014), para quem o campo não é lugar de se provar hipóteses, mas lugar de produzir reflexões no confronto entre as questões teóricas e as questões empíricas. A antropóloga nos adverte que, muita tinta foi gasta nas Ciências Sociais para evidenciar que os “dados” não existem apartado da subjetividade e interessoalidade com

¹⁶ Os Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centros POP) fazem parte da Política Nacional de Assistência Social, cujas ações envolvem as múltiplas políticas direcionadas à população que vive em situação de rua. Mais adiante traçarei um histórico desta política pública. No Capítulo 3 tratarei sobre esta política pública.

¹⁷ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (2014) regula no território da União as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social de caráter permanente ou eventual. Abriga os *equipamentos* públicos de abrangência do SUAS e esta nomenclatura diz respeito às pessoas jurídicas de direito público, estão sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e podem funcionar em articulação com iniciativas da sociedade civil. O termo *equipamento* é amplamente utilizado entre as equipes que compõem o SUAS para referenciar virtualmente uma determinada política pública.

que o investigador os acessa. Acredito que os escritos só são “relevantes quando nos fazem ver mais, não menos, de tal modo que não há nas páginas seguintes um autor ou uma teoria que sustente todo o trabalho” (Rui, 2014, p. 24). As abordagens que esteiam teoricamente esta tese se movimentam entre referências antropológicas, históricas e sociológicas além de interlocuções com a filosofia e com vários autores que clarearam diferentes aspectos da tese. Portanto, essas ancoragens teóricas me possibilitaram argumentos para analisar e compreender a realidade observada.

Esta pesquisa está inserida, no contexto dos estudos antropológicos urbanos que discutem e analisam distintas dimensões da vida social como temas sobre relações e violência de gênero, representações de violência, mercado de sexo, sociabilidade nas ruas, sexualidade, drogas, lazer, migração, criminalidade, etc. Tais estudos nos levam a compreender o intrincado e multifacetado espaço público das ruas cenário em que a problemática desta tese se coloca. Parto de uma dimensão microestrutural citadina/urbana, quais sejam as “vidas infames” dos **HSR** de uma Praça do centro de uma metrópole brasileira, visando a compreender aspectos sociais que dizem respeito aos estilos de masculinidade e a “qualidade humana” de quem mora na rua e o do incômodo que eles causam no cenário urbano. Busco com esta tese contribuir para a compreensão dos estilos de masculinidades que compõem a situação de rua, cujos comportamentos e sociabilidades dos homens que moram nas ruas ajudam a situar as estratégias de políticas públicas para este segmento populacional específico. Contribui também com uma reflexão acerca da intrincada e complexa relação dos homens com as mulheres em situação de rua. As *identidades abjetas* das **PSR** são forjadas à custa de manobras de performatizações de gênero, violência, resistências, subversões para suas sobrevivências; busca também refletir sobre a rejeição ao diferente, ou seja, o “outro” que fica do lado de lá da calçada.

A experiência etnográfica com as **PSR**, sobretudo os **HSRPF** serviu para entrever que, a depender do ângulo do olhar e do lugar que se observa o fenômeno população em situação de rua e do espectro político que esteja o observador, este verá os **HSR** como: “vítimas do sistema”, “craqueiros”, “drogados”, “vagabundos”, “mendigos”, “coitados”, “excluídos”, “marginais”, “miseráveis” ou “bandidos”. Assim como Jean¹⁸ que nos convida a mirar uma imagem que *a priori* não nos diz quase nada, esta tese propõe ajustarmos nosso foco social, no sentido de não enquadrarmos¹⁹ nosso olhar que cria molduras pelas quais apreendemos a

¹⁸ Como dito no início Jean dos Anjos é antropólogo e fotógrafo.

¹⁹ A ideia de *enquadramento* parte das análises de Judith Butler (2015) sobre como o poder enquadra nosso olhar sobre os corpos, seus significados e seus valores. Butler propõe uma ampla reflexão sobre como esse enquadramento organizado pelo Estado e pela mídia constroem políticas de afirmação de que vidas são possíveis de serem vividas.

“verdade” sobre a vida dos outros. Igualmente, a tese propõe focarmos na compreensão de existência e de experiências humanas em uma outra dimensão de vidas a partir dos sobreviventes urbanos que moram na Praça do Ferreira no Centro de Fortaleza-Ce. Assim, esta tese trata mais dos acontecimentos do cotidiano, sociabilidades e fragmentos de histórias de vidas de meus interlocutores do que de conceitos e teoria.

No sentido de compreender sobre como os **HSR** forjam e articulam seus estilos de masculinidades em suas sociabilidades no cotidiano da Praça do Ferreira submergi no campo abandonando meu olhar viciado, enviesado e enquadrado a que tanto estava habituada, qual seja, de perceber a população em situação de rua como o verdadeiro retrato da miséria e da marginalidade. Fazer etnografia nas cidades é inventar um duplo movimento onde o antropólogo mergulha no ambiente particular para depois emergir e estabelecer conexões com outras experiências atentando para as diferenças e semelhanças do tecido social. Foquei meu olhar no sentido de refiná-lo para não deixar escapar os “não ditos” do campo.

Refletindo sobre o “trabalho político” do texto etnográfico, a antropóloga Cláudia Fonseca (2007) me ajuda a pensar sobre o propósito das etnografias. Para a autora o texto etnográfico não busca “pleitear a causa nativa dentro das estruturas de poder” (Fonseca, 2007, p. 12). Com produções de cenas e subjetividades “outras”, antes o texto etnográfico busca incitar uma reconfiguração das narrativas hegemônicas que tanto colaboram para perpetuar estruturas de exclusão e subordinação. Refletir sobre essa questão é jogar luz sobre a vida dos “outros”. É antes repensar o próprio sistema simbólico de classificação. Desse modo, a principal característica desta tese é o deslocamento do “olhar viciado” para outras dimensões de vidas humanas. É a partir de uma “rede de arrastão” que analiso como os **HSRPF** constituem seus estilos de masculinidades, como agenciam suas *identidades abjetas* para a sobrevivência.

Não é minha intenção desconstruir o nexo da criminalidade e marginalidade social, mas, problematizá-lo a partir das masculinidades e agenciamento das *identidades abjetas* dos **HSRPF**. Essas identidades se constituem tanto na subserviência quanto no poder; tanto no desacato quanto na resistência às convenções normativas sociais cujo campo de possibilidades de agência é marcado por dinâmicas nômades, transgressoras, experiências, violência e sobrevivências em zonas de fronteiras simbólicas.

Abordar o fenômeno de “exclusão” no qual a população em situação de rua padece de constantes intervenções do Estado é reconhecer a importância de investigar a perda de potencial humano dessa população. É assinalar para uma mudança de paradigmas no sentido de que a sociedade perceba aqueles que se encontram às margens de seus direitos. Ao evidenciarmos a dimensão social e política da vida dos **HSRPF** tornamos visíveis práticas e dispositivos de

gestão do Estado com seus mecanismos de opressão, punição, proibição, higienização e esterilização dos corpos, bem como formas de existir e assujeitar-se aos ditames sociais. Nesses termos, a possibilidade de compreender essas questões evidenciam práticas disciplinares e normalizadoras do Estado. Colocar luz na diferença social que o urbano produz é iluminar os cruzamentos entre as relações “nós”/“eles”, pessoas/cidade, vidas possíveis/rejeição, viver/sobreviver, vida/morte, evidenciando as conexões de força que atravessam questões políticas que envolvem a população em situação de rua.

Também não é minha intenção discutir condições ideais e modos de vida convencionais, nem que as pessoas “devem” sair das ruas, muito menos as vitimar ou como alude Jean “romantizar a pobreza”. Tampouco busco categorizar os **HSR** como “vagabundos, bandidos ou marginais”. Meu intuito é trazer à tona outra dimensão da vida social com suas masculinidades, nas quais muitos teimam em afirmar que os **HSR** são “problemas” de polícia, ou seja, são “problemas” criminais e não sociais. Seus agenciamentos e práticas subversivas são antes um “problema” de saúde pública do que de polícia. Invisto em expor que seus estilos de masculinidades, as performances de gênero por demandas de sobrevivência dos **HSRPF** forjam condições de assujeitamento aos dispositivos de controle social. Compreender como esses homens com suas masculinidades se organizam para sobreviverem nas ruas possivelmente nos ajuda a pensar estratégias de políticas públicas para esse segmento populacional específico. Se por um lado os **HSR** sentem liberdade em subverter o espaço homogêneo da rua, por outro, a obtenção de espaços de morada, ainda que temporário e luta pela sobrevivência afiança sentidos políticos cuja dimensão subjetiva de suas identidades é deixada de lado e passam ao controle do Estado.

Pensar as masculinidades e os **HSR** para além da marginalidade e criminalidade como se fossem inumanos, mas que têm capacidades de agência em zona de fronteira é uma provocação política. O desafio das políticas públicas para as **PSR** é ultrapassar discriminações e preconceitos dos discursos que naturalizam e legitimam ações violentas tanto físicas quanto simbólicas contra elas.

Importa destacar que não me ocuparei nesta tese em fazer uma descrição analítica do campo de forma linear cuja métrica segue a ordem cronológica dos acontecimentos e narrativas de meus interlocutores e de minha convivência com eles, bem como de minha inserção e observações no campo. Embora a tese tenha um “fio condutor” de lógica centrada na construção do pensamento antropológico das temáticas e objetivo proposto, sigo uma perspectiva de me valer dos acontecimentos à medida que as descrições analíticas exigirem. Por tal motivo, o texto oscila entre registro etnográfico e análise teórica. Busco, portanto, trazer à baila personagens

estrategicamente contextualizados em minhas impressões empíricas e interpretativas. Portanto, posso utilizar eventos recentes ajustados ou em conexão com eventos do início da investigação em 2014, sem perder de vista a coerência do “fio condutor” dos “dados” e tecer das trajetórias e narrativas de vida dos **Homens** e suas masculinidades desta pesquisa.

Por prezar o anonimato dos personagens envolvidos neste estudo e por questões éticas a mim bastante caras, seus nomes são fictícios e foram escolhidos ao aleatoriamente. Faço um esclarecimento: quando o leitor se deparar com descrições e análises cujos nomes de algum personagem não tenham qualquer informação de idade, tempo de situação de rua, trajetória de vida, é pelo simples fato de não ter obtido tais informações. Conforme assinalei acima, perguntas não fazem parte de suas rotinas. Talvez por isso, a grande maioria com quem convivi por meses nunca tenha me perguntado nada, nem o meu nome.

Como me interessava investigar os **HSR** que circulam e moram na Praça e esta também é entendida como componente de pano de fundo da pesquisa, elevarei, metaforicamente, o objeto “Mãe Ferreira”²⁰ à categoria de agente. Minhas vivências, experiências e circulações pela Praça me fizeram sentir esse espaço como um “corpo” que acolhe, expulsa, aceita, rejeita com um “coração” que pulsa ao compasso das intempéries, do humor dos gestores, transeuntes, agentes do entorno da Praça, e dos próprios **Homens**, e da Coluna da Hora. Viver o cotidiano da “Mãe Ferreira” foi experimentar conhecer bem de perto outras possibilidades de viver em zonas de fronteira. É experimentar um “amor de mãe” que, indiscriminadamente, abriga quem dela precisa. No cotidiano da Praça, convivi com meus interlocutores momentos de descontração, bom humor, solidariedade, mas também senti medo, tensão e vivi momentos de tumulto, disputas e discussões.

Também senti na pele desprezo, desconfiança e nas entrelinhas, fui confundida com uma prostituta, segundos os moradores de rua. Sobre sentimentos de rejeição, de discriminação e de preconceitos, destaco um episódio ocorrido na sexta feira (24/01/2017) de Pré-Carnaval na Praça do Ferreira. Sentada em um banco, perto da “casa do canteiro” com Rômulo à minha esquerda, junto dele também à esquerda um **HSR** que eu não conhecia e à minha direita Sônia, conversávamos sobre as pessoas fantasiadas que passavam. Era por volta das 17 hs e em meio a nossa conversa o homem ao lado de Rômulo pergunta quem eu era e este responde: “Calma! Ela não é polícia!” Rômulo olha para mim e indaga: “Você não é polícia, não é?” Sorrindo,

²⁰ “Mãe Ferreira” é um termo êmico utilizado pelas pessoas em situação de rua para designar o quanto a Praça do Ferreira é acolhedora. Há várias instituições religiosas que diariamente levam comida, é fácil conseguir água, tomar banho, ir ao banheiro, por isso a “Mãe Ferreira” torna-se o único local de Fortaleza que propicia maior sobrevivência às ruas.

respondi: “eu mesma não! Já te disse, sou estudante de doutorado!”. Retirei da mochila a carteira de estudante da UNESP e entreguei a ele. Lendo em voz alta Rômulo diz: “Doutorado. Ciências Sociais”. E mostrou a carteira para o homem ao seu lado.

Estávamos no período que antecedia o Carnaval, e a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA) fazia campanha contra Doenças Sexualmente Transmissíveis expedindo para as ruas equipes paramentadas com coletes amarelo e sacolas com preservativos e folders. Nesse dia um rapaz e duas moças circulavam pela Ferreira fazendo a distribuição de preservativos (feminino e masculino). O rapaz da SESA nos aborda retira da sacola e entrega para cada um (Rômulo e o HSR) nove preservativos e a mim e a Sônia entrega um preservativo feminino. Vendo nessa atitude uma questão de gênero ao imaginar porque os homens receberam mais preservativos e as mulheres apenas um, e sem saber que eu era pesquisadora indaguei ao rapaz: “porque eu recebo só um?”. Em um gesto de poucos amigos, o rapaz coloca a mão na sacola e puxa de uma só vez um bolo de preservativos (oito femininos e 21 masculinos) e me diz em um tom irônico e debochado: “pronto, esses servem para essa noite?”. Respondi também em tom irônico: “Não! Só dá para uma hora! Preciso de mais!”. Surpreso com minha reação e não esperando resposta o rapaz sai encabulado ao som das risadas das colegas de equipe. Com as mãos cheias de preservativos indaguei para Rômulo e Sônia: “porque ele me deu tanto preservativo assim?” Responderam quase ao mesmo tempo: “te chamaram de puta”. Nós caímos na gargalhada!! Só o fato de estar no meio das pessoas em situação de rua o rapaz me identificava como uma. Como muitos agentes entendem que as **PSR** não têm voz para falar o que pensam, possivelmente por isso ele surpreendeu-se com minha resposta e reação.

Memórias e Histórias de Vida

Empiricamente, esta tese busca mostrar os modos de sobrevivências dos **HSRPF**, evidenciando suas agências corporais e identitárias como forma de constituição de estilos de masculinidades. Tendo como suporte conceitual e analítico saberes antropológicos e históricos, utilizo como ferramenta metodológica a História Oral (História), ou seja, oralidade (Antropologia). Como instrumento metodológico a História Oral é considerada a arte de narrar não só aquilo que aconteceu, como também aquilo que deixou de acontecer ou aquilo que poderia ter acontecido (Portelli, 1997). Faz-se História Oral para “conseguir com que as pessoas nos contem suas histórias” cujo esforço é a “arte de ouvir” (Portelli, 1997, p. 21 - 29). Para auscultar pessoas é preciso aprofundar-nos nas conversas no sentido de capturar experiências e memórias individuais sem perder de vista o impacto que as memórias tiveram na vida de cada personagem.

Assim, é imprescindível à experiência de meus interlocutores a apropriação de suas memórias, visto que ante, os embates, sofrimentos, angústias, eles arquivam suas vivências e práticas de sobrevivências em suas lembranças. Os personagens desta etnografia tornam-se testemunhas de suas próprias experiências e retêm suas lembranças que, através de suas memórias, transformam-nas em narrativas. O lugar da memória é aquele onde a composição das subjetividades, da construção de identificações fica retida. Para ouvir suas narrativas, lancei mão de um olhar refinado, no sentido de ativar minha sensibilidade e criatividade em perceber os “não-ditos” das entrelinhas de suas falas. Tais elementos foram importantes para compreender a história de vida de meus interlocutores. A memória é o “pedaço” representativo da subjetividade dos agentes em sua relação com o mundo, deste modo, adoto como pressuposto que a memória se constitui na narrativa.

As memórias construídas através das experiências de meus personagens eram acionadas nos diálogos, conversas informais, e as poucas entrevistas, como fontes de “dados” da pesquisa de campo. No entanto, tais depoimentos podiam não revelar a autenticidade de suas narrativas visto que nas conversas muitas **PSR** já vinham com suas “falas prontas” e “inventavam” algumas declarações. Na experiência etnográfica, circulando entre elas na Praça do Ferreira, constatei uma série de conversas diferentes entre alguns interlocutores e outros atores sociais como reporteres, jornalistas, educadores sociais, Comissão dos Direitos Humanos. A depender da posição do entrevistador ou da maneira como as pessoas são interpeladas, o mesmo assunto era narrado com perspectivas e argumentações diferentes.

Em muitas de nossas conversas, algumas **PSRPF** afirmavam, categoricamente, que não queriam sair da rua, pois gostavam da “liberdade” que usufruíam; já para a Comissão dos Direitos Humanos²¹ afirmavam que o sonho deles era sair de vez da situação de rua e ter uma casa própria. Foram várias situações nas quais as narrativas mudavam de rumo. Estou convencida de que “fabricavam verdades” com mecanismos carregados de intenções e estratégias argumentativas variadas. Também estou persuadida a acreditar que nesta etnografia a minha aproximação com meus personagens não visava encontrar a verdade dos fatos, daquilo que acontece ou aconteceu em suas vidas, mas expor as múltiplas verdades visíveis e possíveis das existências de meus interlocutores às quais tive acesso. Não busquei nas poucas narrativas

²¹ A Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará oferece orientação para diversas arenas sociais. Amparada na Constituição Estadual, solicitamos e encaminham providências às instituições responsáveis pela garantia dos direitos. Tem parceria com o Escritório de Direitos Humanos e Acessória Jurídica Frei Tito de Alencar da Assembleia Legislativa do Ceará promove palestras, conferências, estudos e debates relacionados aos direitos humanos, no sentido de construir alternativas ao poder público no tocante às Políticas Específicas. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php>> Acesso em 22 janeiro 2018.

e nas conversas uma “versão verdadeira”, tampouco busquei pistas do que de fato aconteceu ou procurei comprovação. Buscava entender como se dava a metamorfose de suas identidades nessa transição da casa para a rua e que masculinidades lhe davam suporte para suas sobrevivências.

Por hora, o que ofereço ao leitor é a possibilidade de ler sobre os acontecimentos, os fragmentos das histórias de vida, as experiências e “ouvir” os personagens desta etnografia, não como uma ficção ou narrativas mascaradas de verdade, mas, como acontecimentos e histórias reais. Histórias que, às vezes, soavam curiosas, criativas, mas não menos trágicas e dramáticas.

Retenho das narrativas e conversas dos personagens desta etnografia, os discursos e práticas sobre realidades e experiências vividas. Com efeito, esse texto é produzido a partir do meu encontro com meus interlocutores que confiaram a mim adentrar em suas intimidades, conviver com suas andanças, partilhar experiências, conhecer suas práticas masculinas, enfim, participar de seus acontecimentos diários. Durante os meses que estive em campo, toda trajetória de minha pesquisa fiz sozinha, portanto, a responsabilidade da transformação das narrativas, do que vi, ouvi e vivi em descrições e análises para este texto é inteiramente minha. Em, suas narrativas, os **HSRPF** vão tecendo suas “redes de arrastões”²² com suas histórias de vida bem como as histórias dos lugares que circulam.

Contudo, a experiência de minha circulação no campo evidenciou uma grande gama de acontecimentos e narrativas múltiplas que imprimiram à investigação a necessidade de alterações analíticas, iluminando também o agenciamento das *identidades abjetas* das **Mulheres**. Embora meu foco sejam os homens e as masculinidades, não podia perder de vista que algumas mulheres performatizam gênero e utilizam posições masculinas para sobreviverem.

Para além das masculinidades citadas no início da Introdução, há práticas de violência contra as mulheres e os **HSRPF** praticavam atos de violência sexual, estuprando as **MSR** que se encontram solteiras, sendo estas apenas objetos de desejo sexual. Independentemente de a **MSR** ser conhecida ou não, a violência sexual praticada contra ela está atrelada a seu estado civil; ou seja, ser solteira nas ruas é sinônimo de desimpedimento dos **HSRPF** para a prática de abuso sexual e estupro. A essa prática chamei de *masculinidades desviantes*. No sentido de se livrar dos atos de violência sexual, muitas mulheres performatizavam gênero incorporando atitudes, postura, aparência e comportamentos masculinos, práticas essas que chamei de *masculinidades deslocadas*.

²² Arrastão é um barco de pesca que opera redes de arrasto que são puxadas com muita velocidade permitindo que os peixes sejam retidos dentro da rede, chamadas assim, rede de arrastão.

Organização da Tese

A tese está estruturada em duas partes, que, por sua vez, se subdividem em capítulos, acrescida da Introdução, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Sendo cada capítulo separado por tópicos.

A primeira parte é composta de três capítulos que tratam dos contornos etnográficos deste trabalho. Busco situar o leitor sobre os dilemas enfrentados em minha imersão no campo e dos espaços onde foram realizadas as etnografias (Praça do Ferreira, Centros POPs). Apresento também outros espaços de circulação e deslocamentos dos **HSR** visto que, para muitos, a Praça do Ferreira é um local de chegada e partida, portanto, é como se para circular em outros espaços eles saíssem de casa e para ela voltassem. Cada parte denominei de *Momento Etnográfico*.

No *Momento Etnográfico I*, composto de três Capítulos 1,2,3, ofereço ao leitor o campo etnográfico no qual busco traçar o perfil de minha pesquisa, seus limites e seu alcance.

- O *Capítulo 1 - O Campo: Dilemas Enfrentados* corresponde ao relato que chamo “dilemas do campo”. Apresento algumas situações embaraçosas ao adentrar o campo, além de tecer reflexões sobre as eventuais dificuldades que os antropólogos encontram nos Comitês de Ética, argumento também sobre a importância de se diferenciar pesquisas de cunho etnográfico e pesquisas na área da saúde.

- No *Capítulo 2 – Praça do Ferreira: do Passado ao Presente*, apresento um histórico dos primeiros tempos da Praça do Ferreira e de como essa se tornou o “calcanhar de Aquiles” para os gestores públicos. Ofereço um histórico da Praça desde seus primeiros contornos no final do século XIX até os dias atuais. Nesse histórico podemos observar que, no cenário da construção da Praça, as mulheres são atores coadjuvantes ficando os homens como protagonistas de sua construção. Reflito sobre os atores sociais que fazem parte do cenário da Praça e de como desde sempre as masculinidades e os **HSRPF** se apropriaram deste espaço. Descrevo os diversos lugares e deslocamentos dos homens, faço uma cartografia dos espaços praticados na cidade.

- No *Capítulo 3 – Centro POP: A Política Pública que Incomoda*, traço um histórico sobre a política pública (Centro POP) para pessoas em situação de rua e implicações políticas em sua implementação. Essa política pública tem se tornado para os agentes que moram em seu entorno, um estorvo social. Estando a mercê do “humor partidário” essa política pública ainda não consegue ajustar suas ações às suas demandas.

No *Momento Etnográfico II*, composto também de três Capítulos 4,5,6, trato do comportamento dos estilos de masculinidades dos homens, com suas performatizações de

gênero e *identidades abjetas*. Apresento também o comportamento das mulheres e suas performances masculinas.

- No *Capítulo 4 – Estilos de Masculinidades*, descrevo sobre os estilos de masculinidades dos homens da Praça do Ferreira que foram mudando ao longo dos anos. Busco analisar as masculinidades na produção do *macho exacerbado* urbano das ruas do centro de Fortaleza que têm na virilidade sua âncora para práticas machistas e violentas. Chamei de *masculinidades exacerbada*, o *modus operandi* das masculinidades que encarnam o falo como um valor simbólico imaginário adquirido pela potência do órgão sexual masculino. Também nesse capítulo apresento alguns hábitos de sobrevivências que fogem as práticas as quais estamos acostumadas. Os comportamentos de alguns **HSR** mais se assemelhavam a um macho animal do que a um humano em busca de alimento. Pela possível ausência de “civildade”, as práticas animais dos HSR, deixava entrever que alguns homens mais pareciam não-humanos ou inumanos. A essas práticas chamei de *masculinidade animal*.

- No *Capítulo 5 - Identidades Abjetas*, descrevo as identidades “marginais” dos **HSR** com performatização de gênero para sobrevivência. Chamei de *masculinidade negociada* as práticas masculinas mais dependentes, indolentes, apáticas pelas quais os homens lançam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação e atitudes subservientes e condescendentes, um estilo de masculinidade menos agressivo.

- No *Capítulo 6- Masculinidades Deslocadas e Desviantes*, analiso os modos como as mulheres também performatizam gênero para sobreviverem. As mulheres têm suas identidades alteradas pelas dinâmicas das ruas e para sobreviverem utilizam estratégias tomando posições masculinas no sentido de resguardar suas condições femininas, ou seja, não serem estupradas nas ruas. Chamei essas práticas de *masculinidade deslocadas* as quais as mulheres incorporam atitudes, posturas, aparências e comportamentos masculinos. Apresento também nesse capítulo que as mulheres solteiras sofrem atos de violência sexual, e nas ruas elas são estupradas pelos **HSR** sem o menor respeito e receio de punição. No ato do estupro, a despeito de toda relutância da mulher, o *macho exacerbado* se apodera do seu corpo e, em uma demonstração de força e potência, usa de violência sexual, sendo que, nas ruas, qualquer resistência por parte delas é em vão. Tais práticas de violência sexual chamei de *masculinidade desviante*.

A tese que sustento nesta etnografia é a de que os **Homens** foram empurrados para as ruas e, uma vez estando nelas acabam incorporando e assumindo os estigmas sociais conferidos a eles, ou seja, de pessoas “bandidas”, “marginais”, “vagabundas”, perigosas, degradadas e sujas. O caráter de inabilitação para a convivência social que outros agentes lhes conferem por não participarem das normas (não há como sobreviver nas ruas dentro das normas), acabam por

produzir a identidade do morador de rua. Para sobrevivência nas ruas a qual chamei “terra de ninguém”, os **Homens** fazem um movimento de performatização de gênero de suas identidades que lhes dão suporte para circularem nas ruas. Nesses deslocamentos lançam mão de masculinidades como base de sobrevivência. Os corpos masculinos têm na virilidade a facilitação para resistências, alianças, ou manifestações de violência. Por sua vez os **Homens** na Praça do Ferreira forjam um *macho exacerbado* que lhes garantem comida, drogas, álcool, mulheres e espaços de dormida. A tese busca desconfiar dos discursos que a sociedade pregoa de que o morador de rua é antes de tudo um “marginal” e “bandido” como se sua identidade nesses termos já existisse antes de chegarem às ruas.

A etnografia a seguir articula Praça / rua, masculinidades / identidades, gênero / sexualidade, sobrevivência / experiência, humano / inumano, Estado / poder, cidade / urbano, realidade/memória. Esses elementos compõem as sociabilidades dos **HSRPF** que formam um arrastão de relações cujos fios se entrelaçam produzindo a rede desta tese. Como um pescador que vai com habilidade de suas mãos tramando fio a fio e tecendo sua rede de pescar, amarrando ponto a ponto, esses elementos formam a intrincada e emaranhada rede social das masculinidades e *identidades abjetas* dos **HSRPF**.

MOMENTO ETNOGRÁFICO I

Quando nos deparamos com o corpo de um morador de rua, dormindo sobre sobras de papelão, debaixo de uma marquise, nossa reação tende a ser de aversão ou de indiferença; ele pode nos causar incômodo, pode até infundir pena, mas é difícil estabelecer com este outro uma relação de empatia ou simpatia. É difícil nos sentirmos próximos, semelhantes, iguais a esse corpo humano jogado na rua, compondo a cena que não julgamos adequada para um ser humano.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016).

Antes de passar ao Capítulo 1, gostaria de tecer algumas reflexões sobre os fragmentos dos acontecimentos retirados do Diário de Campo que tomam lugar na escrita da etnografia. Para a antropóloga britânica Marilyn Strathern (2017) o que torna o trabalho de campo desafiador é o fato de ele ser realizado tendo em mente um exercício bem diferente do “estar no campo”, ou seja, o momento da escrita. Continua Strathern (2017), ao mesmo tempo em que as narrativas atribuíram sentido à experiência no campo, elas têm de ser rearranjadas para dar sentido aos argumentos e às análises dirigidas a outros públicos, o pesquisador se vê diante de algumas perdas.

A escrita etnográfica em vez de ser uma atividade residual, como se pode pensar de um relatório de pesquisa, cria o que Strathern (2017, p. 312) chamou de “segundo campo”. Para a antropóloga a relação entre estes dois campos torna-se complexa, pois cada campo constitui-se um envolvimento próprio em que cada um tem contato parcialmente, mas, um não abrange o outro. É como se cada campo girasse em sua órbita. Cada campo cria o outro, mas cada um tem sua própria trajetória e dinâmica. Para Strathern (2017) essas perdas dizem respeito ao fato de que jamais um campo estará em conformidade com o outro. Ou seja, o campo da escrita localiza elementos da observação que, reordenados, resultam na etnografia, mas não estarão totalmente em conformidade com o campo empírico.

O sentido de perda que acompanha o pesquisador, os dilemas da experiência de que nenhum campo estará em conformidade com o outro, é uma experiência antropológica comum, no entanto, é um sentimento penoso para o antropólogo. Strathern (2017) chama essa relação de Momento Etnográfico. Ou seja, o Momento Etnográfico é a relação do campo da escrita (o que é entendido no momento da análise da observação) com o campo empírico (a necessidade de entender o que é observado no momento da análise). O que faz o Momento Etnográfico é o modo como se apreendem as atividades dos dois campos que ocupam o mesmo espaço conceitual, descritivo e analítico.

Acrescento que, para além dessas perdas, há aquelas que dizem respeito às informações que não poderão ser expostas aqui. Por se tratar de uma pesquisa cujo tema, às vezes, torna-se delicado, pois envolve personagens com débitos na justiça, conexões com o tráfico de drogas, vinculação com homicídios, algumas declarações são sigilosas e não poderão ser narradas na escrita. Evitarei, portanto, fazer descrições minuciosas individuais do tipo “biografias particulares” visto que tal procedimento circunscreve e denuncia meus interlocutores. Infelizmente, algumas informações e momentos vivenciados na Praça do Ferreira não serão possíveis descrever. A escolha na cautela de não expor algumas das falas confiadas a mim e acontecimentos vividos é da ordem de preservar tanto a vida da pesquisadora quanto dos interlocutores, já que alguns assuntos são como um “campo minado” e, uma vez expostos, podem ocasionar uma explosão de revolta. Optei por não correr nenhum risco. Por questões éticas e de cautela preferi resguardar algumas narrativas e algumas conversas! Perdas que levarei comigo! Assim, deixarei para o leitor a escolha final pelos diversos caminhos interpretativos que esta etnografia pode proporcionar bem como pela avaliação de minha atitude em suprimir do campo da escrita narrativas comprometedoras.

Capítulo 1

O Campo: Dilemas Enfrentados

Meu primeiro contato com a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) da Prefeitura Municipal de Fortaleza ocorreu em março de 2014, quando ainda lecionava como professora substituta na Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesse primeiro contato, solicitei permissão para frequentar os Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centros POP), política pública que trata das questões das pessoas em situação de rua. À ocasião, assinei um Termo de Compromisso no qual me comprometia em, ao final deste trabalho, deixar um exemplar da tese na Secretaria. Meu acesso às dependências dos equipamentos e acompanhamento junto aos educadores sociais ocorreram com a autorização da SETRA por meio de uma Carta de Apresentação²³.

A logística para a obtenção das cartas era bem simples, não demandando nenhuma burocracia. Protocolava junto à SETRA os documentos necessários (Atestado de Matrícula, carta solicitando permissão e formulário da própria Secretaria). Em duas semanas aproximadamente, a Carta de Apresentação estava pronta para ser entregue às coordenações do Centro POP /sede Benfica e Centro POP/ sede Centro.

Para as observações etnográficas, tive que me inserir no campo, inicialmente, a partir do equipamento público Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP)²⁴, para, a partir daí, transitar entre meus interlocutores da Praça do Ferreira. Estava ciente, desde o início, dos possíveis dilemas que poderia enfrentar na aproximação com eles. Como tinha uma experiência anterior (conforme narrado na Introdução) com esse público, imaginava algumas dificuldades. Por se tratar de uma pesquisa de difícil acesso aos interlocutores em seus espaços de circulação, ou seja, a Praça e a rua, havia a necessidade de aproximar, inicialmente, dos **HSRPF** por meio da convivência nas oficinas socioeducativas do Centro POP. Muitos deles que frequentavam os equipamentos eram os mesmos que dormiam na Praça do Ferreira. Essa estratégia de me inserir no campo a partir do Centro POP era importante para estabelecer aproximação e ganhar confiança.

²³ A cada ano, procurava a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) para renovar minha autorização. Ao todo foram três Cartas de Apresentação (2014, 2016, 2017).

²⁴ Mais adiante explano sobre os dois Centros POP, um localizado no Centro de Fortaleza e o outro num bairro chamado Benfica vizinho ao centro.

A experiência no campo é única e cada investigação apresenta seus dilemas e desafios, que são inerentes à problemática de cada pesquisa. Eu sabia que sem o aval do Equipamento, possivelmente, a pesquisa seria inviável posto que muitas **PSR** se esquivam do contato ou aproximação quando abordadas em seus espaços e contexto de vivência. Essa inserção era uma estratégia metodológica da seguinte ordem: conviver com os **HSRPF** no Centro POP faria com que minha presença fosse notada. Sendo vista circulando pelo Equipamento supostamente eu não seria uma ameaça, uma “estranha”. A dificuldade de aproximação de ir diretamente à Praça sem que me conhecessem, deveu-se ao fato de que, muitos **Homens** são desconfiados e suspeitam de quem se aproxima com perguntas ou curiosidade sobre suas vidas. Como alguns têm débitos com a justiça e outros são “marcados” pela polícia ou por outros **HSRPF** e grupos, para eles havia a necessidade de terem certeza de que eu não era uma policial disfarçada. Por outro lado, a proximidade com o Equipamento dava respaldo e legitimidade ao meu trabalho o que possibilitava minha participação e acompanhamento nas atividades do Equipamento, além da proximidade com meus interlocutores na Praça.

De modo geral, o envolvimento dos educadores sociais com as **PSR** me pareceu um pouco superficial, não carecendo de aprofundamento em suas relações. Embora fossem tratadas com respeito e acolhimento por toda a equipe, a relação era estritamente profissional, entretanto, não menos sensível e afetuosa. Já minha relação com elas necessitava de aprofundamento sobre suas histórias de vida, dramas, dilemas pessoais e de como seriam seus cotidianos. Para o cientista social, sobretudo o antropólogo, a natureza da relação com os interlocutores segue a seguinte lógica: nada escapa à nossa percepção, entender os “não ditos”, os silêncios, captar nas entrelinhas os olhares, ou seja, os gestos, posturas, imagens, detalhes são ricas informações. Nada fugia ao meu olhar. O que, possivelmente, para os educadores parecesse sem importância, certamente, para os antropólogos são elementos de descoberta, dados relevantes para as descrições e análises etnográficas.

Na pesquisa de campo, principalmente, com agentes de difícil acesso como os **HSRPF**, minha inserção e aceitação para circular entre eles teve que ser negociada, pois minha identidade de pesquisadora foi posta em xeque. A negociação de minha inserção na convivência no equipamento ocorreu no primeiro semestre de 2016²⁵. Como de costume, chegava ao Centro POP (Centro) por volta das 8h da manhã. Cumprimentava quem estivesse na recepção, às vezes conversava com um ou outro, falava com quem me abordava pedindo informações ao que prontamente pedia desculpas alegando que não era funcionária do Equipamento. Encaminhava

²⁵ Diário de Campo: 27/04/ 2016. Embora eu estivesse ido algumas vezes ao Centro POP desde 2014, foi somente no primeiro semestre de 2016 que passei a frequentar diariamente o equipamento.

a algum funcionário para ser acolhido em sua informação. Seguidamente me dirigia ao andar de cima²⁶, guardava minha mochila no armário da sala de arquivo e seguia para a sala das oficinas socioeducativas.

O tema das discussões neste dia era sobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A frequência da sala era de 17 homens, 3 mulheres, 3 crianças, 2 travestis. A sala, com ar condicionado, tinha uma grande mesa encostada na parede à direita de quem entrava e cadeiras dispostas em círculo. A sala era pequena para as 27 pessoas, incluindo o educador social e a pesquisadora. Essa quantidade de gente em um espaço apertado deixava o ambiente abafado.

O educador social começa a oficina perguntando se todos sabiam do que se tratava o *impeachment* de que tanto as pessoas falavam. Depois de algumas explanações, com exceção de uma pessoa, todos já tinham conhecimento do assunto. Após uma breve conversa, o educador dividiu o grupo em duas equipes. À sua direita seria a equipe de defesa, à esquerda a equipe de acusação. Ele explicou a brincadeira. A defesa teria que utilizar argumentos justificando a permanência da presidente no cargo; a acusação argumentaria a importância de sua saída.

Sentada bem atrás do educador, observava as falas e registrava no Caderno de Notas de Campo tudo que se passava ao redor. Estávamos no fim do mês de abril/2016 e desde o final de fevereiro eu frequentava assiduamente o equipamento há cerca de quarenta dias aproximadamente. Os que circulavam pelo Centro POP já tinham me visto por lá.

Em um determinado momento da oficina, o educador me perguntou: “você quer falar, algo?”. Antes mesmo que eu dissesse alguma palavra ele se reporta ao grupo e indaga: “Vocês sabem quem é essa mulher?”. Poucas pessoas se limitaram a dizer: “não”, outras disseram: “eu já vi ela por aqui”, outro comentou: “ela só fica por aí com esse caderno na mão”. Ele me apresentou ao grupo e explicou que eu era de Fortaleza, mas fazia doutorado em São Paulo (em síntese explicou do que se tratava), disse que eu era pesquisadora sobre pessoas em situação de rua. No momento em que o educador vai me passar a palavra, um **Homem** retruca: “Pesquisadora? Ah! É essas psicólogas que ficam aqui querendo saber da vida da gente? Que quer a gente só como cobaia?”. Com cara de poucos amigos Nando²⁷ acrescenta “por mim ela pode ir embora”. Diante da hostilidade com minha presença, parou-se a Oficina e, deste

²⁶ As casas alugadas pela PMF para abrigar os Centros POP são sobrados com quintais.

²⁷ Diário de Campo: 26 /04/ 2016. Nando aparentava ter cerca de uns 25 anos. Depois desse dia só o vi mais duas vezes no Equipamento. Procurei me informar mais sobre ele e poucos sabiam dele. Apenas se limitaram a dizer que ele tinha brigado com outro Homem na Praça do Ferreira por querer “mandar” nos outros e expulsaram-no de lá e nunca mais voltou.

momento em diante, o educador passou a refletir com o grupo sobre as afirmações e incômodo expressados.

O educador comenta que eu era antropóloga e estava ali com o intuito de pesquisar sobre pessoas em situação de rua, e que meu trabalho não prejudicaria ninguém, ao contrário, era exatamente para melhorar as políticas públicas para moradores de rua. Percebendo o desagrado do **HSR** com minha presença, o educador colocou em votação quem queria que eu ficasse e quem queria que me retirasse. “Vocês querem que ela vá embora? Quem quer levanta a mão?”. Apenas ele levantou a mão. E continuou “quem quer que ela fique?”, o restante de grupo levantou a mão. O educador acrescenta “então, pronto, ela fica com a gente sem problemas, já que a maioria concordou”. O **Homem** levanta-se e retira-se da sala.

Estavam no grupo três **HSR**²⁸ que já haviam conversado comigo algumas vezes no quintal. Falaram em minha defesa e reforçaram para o grupo que minha presença não representava nenhuma ameaça. Com um “placar” de vinte votos a favor e um contra ficou decidido que eu frequentaria as dependências do Equipamento sem problemas. Ao final da Oficina esperei que todos saíssem e, à medida que se retiravam da sala, muitos estendiam a mão, sorriam e diziam “tia, pode ficar”. Senti naqueles sorrisos e apertos de mãos o acolhimento, a aceitação e a aprovação de que necessitava para seguir em frente mais tranquila.

Outro episódio sobre a aceitação de minha presença ocorreu junto às **PSRPF** em meio a um tumulto entre elas na Praça do Ferreira durante o período que antecede o Carnaval. Voltando um pouco aos acontecimentos. Em março de 2016 fiz uma entrevista no Parque das Crianças²⁹ com um casal que conheci no Centro POP (Centro). Durante a entrevista, comentei que uma **Pessoa** que tinha conhecido no Centro POP me convidou para dormir na Praça. Quando terminei de falar ele me disse em tom severo: “cuidado! você tem que pedir permissão ao ‘dono’ da Ferreira”. “Ao ‘dono’?” retruquei, ele disse: “sim! Tem uma pessoa que manda na Praça”. O casal não me disse de quem se tratava e percebi que não queriam alongar a conversa sobre o assunto.

Minhas idas à Ferreira resumiam-se às observações e conversas com Lia, Eli e Bob. Essas três pessoas eram a ponte entre a Praça e eu. Observava um grande grupo de Homens e Mulheres e crianças que estavam sempre ao redor da “casa do canteiro”. No entanto, ainda não tinha conseguido me aproximar.

²⁸ Bob (41 anos e 9 de rua), Edson (29 anos, 6 de rua) e Lúcio (20 anos e 2 de rua).

²⁹ O Parque da Liberdade, também conhecido como Parque das Crianças está localizado no Centro de Fortaleza. No Capítulo 2 falarei mais sobre este espaço.

Cheguei a contabilizar nesse grupo, em uma única tarde, 18 homens, 8 mulheres e 4 crianças. Embora a Praça fosse pública, com grande espaço para circulação, bancos ao seu redor, a minha sensação era de que havia “paredes” em volta do grupo e dos bancos nos quais se instalavam. As **PSRPF** erguem suas “paredes” invisíveis e ultrapassar essas divisórias e romper essa fronteira me parecia um desafio. Eu sabia que se ultrapassasse as “paredes” à força eu não voltaria mais lá, certamente seria rejeitada pelo grupo. Respeito, e atenção nunca eram demais!

Os dias se passaram e tentar chegar ao grupo tornou-se um objetivo, no entanto, teria que me avizinhar com cautela. Até que um dia, fui apresentada a Marcos (26 anos e 9 em situação de rua) por meio de Lia. Ele fazia parte do grande grupo. Muito simpático e divertido, dizia ser a “alegria da Ferreira”. Por meio de Marcos conheci Sônia sua companheira havia dois meses. Ficamos “amigas”, passei alguns dias em sua companhia, no entanto ainda sem fazer parte do grande grupo. Sônia me convidou para o Pré-Carnaval³⁰ que acontecia na Ferreira toda sexta a partir das 19:30min. Aceitei o convite.

Era uma sexta-feira, sol a pino, chego à Ferreira por volta das 14hs³¹. Estávamos no mês de janeiro que antecedia o Carnaval. Fortaleza se preparava para o Pré-Carnaval que acontece todos os anos. O Bloco Luxo da Aldeia, há 11 anos, faz a festa dos foliões na Praça do Ferreira. Combinei com Sônia de passar a última sexta do Pré-Carnaval com ela para “curtirmos” juntas.

Chegando à Ferreira, de longe, avisto Sônia que corre para me abraçar. Foi um forte abraço, e me disse em tom de alegria: “que bom que você veio”. Sônia, com 47 anos, vinda de uma cidade da Região Metropolitana de Fortaleza, chegou às ruas há 2 anos devido a problemas familiares. Quando a conheci fazia dois meses que tinha um relacionamento afetivo com Marcos.

Passamos a tarde juntas, circulando pela Praça de lá para cá, de um banco a outro. À medida que conversávamos e Sônia na sua fala utilizava os termos êmicos, eu perguntava do que se tratava e ela pacientemente me explicava. Dias antes, sentadas no “meu banco” ela já havia assinalado pra mim, em uma conversa ao “pé do ouvido”, quem seria o ‘dono’ da Praça. “Olha, tá vendo aquele ali, é ele quem manda na Praça”. Desse dia em diante vi o ‘dono’ apenas duas vezes, nessa sexta-feira do Pré-Carnaval o veria pela terceira vez. Admito que não me sentia confortável quando ele olhava em minha direção, ficava tensa e com medo. Às vezes, eu

³⁰ O Pré-Carnaval é o período de três fins de semana que antecede o Carnaval, com festas que acontecem em pontos estratégicos de Fortaleza. A Praça do Ferreira é um desses locais.

³¹ Diário de Campo: 27 /01/ 2017.

mirava o grupo distante de nós cerca de dez metros para observar o movimento, percebia que fixava o olhar em mim. Sentia incômodo com aquele olhar fulminante. Não me sentia à vontade para circular entre o grupo e ultrapassar as “paredes”, por isso não me aproximava da “casa do canteiro”. Sônia transitava livremente entre o grupo. A tarde foi passando e, à medida que a noite caía, mais e mais **PSR** se juntava ao grupo.

Sônia se afastou, não a vi mais. Fiquei quieta, observando o movimento e as pessoas chegavam fantasiadas para o Pré-Carnaval. Por volta das 18 hs, Júnia uma travesti de 15 anos se aproximou de mim com gliter de várias cores e passou em minhas pernas (estava de bermuda). Indaguei onde tinha conseguido tanto gliter. Informou-me que estavam distribuindo de graça atrás do palco que estava posicionado na extremidade norte da Ferreira, na Travessa Pará. Júnia passou gliter em meus braços e até no rosto. Rimos sobre nossas performances uma passando gliter na outra. Ficamos conversando eu, Júnia e outra **PSR** que estava do nosso lado. A travesti pegava no meu cabelo enquanto alisava meu braço com gliter e elogiava a cor da minha pele (tinha a pele negra). Sônia apareceu e juntou-se a nós, ria de nossos corpos cobertos de gliter.

De repente ouvimos alguém gritando, observamos que uma confusão se formara no grupo da “casa do canteiro”. Começou uma briga do outro lado do banco. Os bancos de madeira da Praça do Ferreira são dispostos de maneira tal que seus encostos formam um cercado que viram canteiros de jardins. Os cercados de bancos têm cerca de quatro metros de largura com dez metros de comprimento, portanto, a confusão estava a quatro metros de nós. Pessoas falavam alto, alguns se empurravam, outros se aproximavam para saber da briga.

Passava das 19 hs. Estávamos no lado sul e o Bloco Luxo da Aldeia já no palco testava o som, o barulho era ensurdecedor. Levantei imediatamente do banco, afastei-me para observar a cena e entender o que estava acontecendo. Sônia aproximou-se do grupo para saber do que se tratava. De longe eu avistava o ‘dono’. Parecia que dava ordens e, de vez em quando olhava em minha direção. Percebi pelos seus gestos quando mandou um rapaz que estava sentado no banco com uma mochila sair da Praça. Empurraram o rapaz que prontamente saiu correndo. O clima ficou tenso! Sônia veio ao meu encontro o comentou que um *rato*³² teria roubado uma garrafa de cachaça do fardo que estava em cima do banco. Ser um *rato* na Praça é ter a sentença de que nunca mais voltará a morar lá.

Estava tensa! Disse a Sônia que ia embora, pois, a depender da maneira como muitos me olhavam e de como o ‘dono’ olhava em minha direção, parecia que minha presença já estava

³² Termo êmico para designar o ladrão das ruas. No Capítulo 5 tratarei sobre esta *identidade abjeta*.

incomodando. Sônia foi categórica e disse: “Fique aí! Não é nada com você!”. Mesmo com seu afeto, me preparava para sair de cena. Entendi que a ocorrência dizia respeito somente ao grupo. Procurei Sônia para me despedir, mas esta sumira do meu lado. De longe a vejo conversando com o ‘dono’. Para minha surpresa ela o trouxe até a mim e disse para ele: “fale com ela”. Ele se aproximou estendeu a mão e numa voz mansa e tranquila me disse: “muito prazer!”. Minhas pernas tremiam! “O prazer foi meu! ... eu... eu não quero incomodar” retruquei. Ele acrescentou: “Não incomoda, pode ficar aí ‘de boa’ conversando com os meninos! Sem problema!” e completa “é que às vezes temos que organizar a turma quando os ânimos estão exaltados”. Eu sorri, ele sorriu e se retirou. Sônia muito feliz disse: “Te falei! Te falei! Você não incomoda! Agora pode ficar aí”.

Voltei para casa depois das 21h30min. com uma sensação de alívio e alegria de saber que fui aceita pelo ‘dono’, conseqüentemente, pelo grupo. Daquele dia em diante, sabia que poderia conviver com os **HSRPF** na “casa do canteiro” sem que minha presença fosse incômoda. Nos dias subsequentes, senti-me à vontade para circular entre o grupo e inclusive me aproximar do banco onde sempre ficavam, coisa que até então não conseguira. Passei a transitar sem receio, embora mantendo sempre o cuidado e o respeito ao ultrapassar as “paredes” da “casa do canteiro”.

Depois desses episódios duas questões ficaram bem claras: primeiro não existe “invisibilidade” do antropólogo em campo, só a presença pode indicar provocação e intimidação ao interlocutor; segundo, não fui eu quem escolhi pesquisá-los e conviver junto ao grupo, mas, eles que se deixaram ser pesquisados, portanto, eles me elegeram.

Conversando com Elias³³, coordenador do Centro POP, sobre o episódio da oficina socioeducativa em que foi feita uma votação para que eu pudesse frequentá-lo, ele comentou “eles gostaram de você e por isso te aceitaram”. E continua “tivemos problemas com funcionários que tiveram que ser remanejados para outros equipamentos e pesquisadores que não puderam frequentar devido à rejeição dos moradores de rua e finaliza repetindo “te acolheram porque gostaram de você”.

O fato é que as **PSR** são esquivas, arredias desconfiadas por isso tive muito cuidado e cautela na aproximação. Engana-se quem possivelmente pense que, por se tratar de pessoas em situação de rua, algumas desprovidas de instrução, conhecimento, pertences, direitos e por viverem em condições precárias de vulnerabilidade, o acesso seria fácil, o contato próximo, as conversas amistosas e entrevistas aceitas prontamente. Ledo engano! Demandou algum tempo

³³ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 27/04/ 2016.

até que estabelecesse aproximação com os interlocutores e constituísse uma relação de confiança, que pudesse participar das conversas e conviver como uma “nativa”, tanto nos equipamentos quanto na Praça.

No início de minha pesquisa³⁴ eu estava sentada no quintal do Centro POP conversando com Lúcio³⁵, que me perguntou do que se tratava minha pesquisa. Comentei sobre meu estudo e ele começou a expor sobre as dificuldades em sobreviver nas ruas. No meio de nossa conversa indaguei: “onde você dorme? Na Praça do Ferreira?” Ele me respondeu sorrindo em tom de ironia: “tia, você quer saber demais! Vá com calma!”. Senti-me acuada, mas imediatamente entendi o recado. Lúcio me advertia que, para saber mais sobre as ruas e seus moradores eu teria que ter paciência para adquirir confiança. Como diz o ditado popular “eu fui com muita sede ao pote”. Desse dia em diante passei a tomar mais cuidado com minhas interpelações, pois para ser uma “nativa” teria que conhecer primeiro os códigos e as normas do campo.

Pensar sobre as negociações quando da inserção do antropólogo no campo nos remete à maneira como ele se relaciona com os “nativos”. Para conviver, participar do grupo, adquirir confiança é necessário se comportar de modo honesto ser “como um deles”. No campo não há “dribles”! Quando me faziam perguntas, que foram pouquíssimas, era importante não enganá-los com respostas esquivas, evasivas e incompletas. Eu sabia que em relação à minha identidade de pesquisadora, às vezes, havia necessidade de compartilhar minhas fraquezas, revelar minhas vulnerabilidades, partilhar experiências, para que pudessem se sentir seguros. Um dia recusei uma comida (já tinha almoçado e para meus padrões a comida não estava com um bom aspecto) e escutei, de uma **Pessoa** “não quer comer porque somos moradores de rua?” Respondi: “Não! É porque já almocei e não estou com fome”. Tive que assumir alguns riscos! Bebi água e refrigerante em “boca” de garrafa, comi sanduiche junto com Marcos (ele mordida e me entregava o sanduiche eu mordida e devolvia a ele); abracei, beijei mãos, dancei, sentei nos bancos sujos, conversei bem de perto com alguns de meus interlocutores que tinham tuberculose (me afastava discretamente quando tossiam). Só não aceitei cachaça, nem maconha e eles não insistiram. Se não agisse assim, estaria numa relação de superioridade e certamente a etnografia sairia “manca”.

O campo empírico é antes de tudo um conjunto de relações pessoais com as quais aprendemos sobre os acontecimentos. Constituir relação de afinidade, confiança e parceria para

³⁴ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 30/06/2014.

³⁵ Como dito Lúcio tem 20 anos de idade e 2 anos de rua. Muito politizado e instruído, com Ensino Médio completo, estava nas ruas devido ao consumo de droga.

quem é “estrangeiro” ao campo é não esquecer que “invadimos” o espaço deles, adentramos “em suas vidas”, muitas vezes sem pedir licença. Ficou claro que esse envolvimento não poderia acontecer na “marra”. Há que se ter o devido respeito, distanciamento e aproximação na medida certa, pois, sem esses cuidados, podemos cair numa armadilha e ter uma pesquisa sem “dados”. Assim como as **PSR** são consideradas “estrangeiras” para os transeuntes da Praça do Ferreira, possivelmente fui uma “estranha no ninho” no meio deles.

Questões Éticas

Antes de situar os espaços etnográficos nos Capítulos 2 e 3 fazem-se necessárias algumas reflexões acerca das questões éticas nos estudos antropológicos “uma vez que nas trilhas iniciais de qualquer pesquisa estas são questões sinalizadoras” (Pelúcio, 2007, p.51). Há décadas os antropólogos se preocupam com as questões éticas e políticas das pesquisas, além de estarem atentos às dimensões do “jogo de poder” (Fonseca, 2008, p.40) que envolvem a relação pesquisador/pesquisado. A contingente assimetria dessa relação, no tocante ao poder e legitimidade que acontecem na situação do campo, é, em si, uma questão a ser trabalhada no âmbito da pesquisa com os próprios instrumentos “dadas suas implicações para a própria construção do conhecimento” (Sarti, 2015, pp. 94 -95). Cada campo do conhecimento tem suas especificidades e produção científica. No entanto, constata-se certo desconforto nos pesquisadores das Ciências Sociais quando seus projetos de pesquisas encontram eventuais dificuldades e muitos são rejeitados pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), tendo como resultado constrangimentos enfrentados por eles (Sarti; Duarte, 2013). O fato é que nossas pesquisas não seguem os mesmos procedimentos das ciências biomédicas, nossos trabalhos adotam outra lógica³⁶.

Nossas etnografias não seguem a lógica de uma epistemologia apenas como “produto” de conhecimento, no qual esse “produto” é uma espécie de receita burocrática. Igualmente, nossas etnografias assentam-se em um processo onde os investigadores assumem um caráter reflexivo de investigação bem como uma análise de seu papel, da sua prática e de atividade no campo. Não é comum em projetos antropológicos que utilizam etnografias “contemplar hipóteses iniciais de pesquisa uma vez que essas emergem na medida em que a investigação avança” (Rocha; Eckert, 2008, p. 2) com a inserção do antropólogo no campo e a aproximação com os interlocutores, como também não é usual utilizar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A socióloga Larissa Pelúcio (2007) em sua pesquisa com as travestis em

³⁶ Cf. Sarti (2015), Sarti; Duarte (2013), Schuch (2013), Fonseca (2008).

São Paulo e São Carlos chama atenção para o constrangimento que foi utilizar o TCLE junto com elas. Para Pelúcio (2007) esse parecia mais um termo constrangedor do que esclarecedor pois o TCLE “deixava mais temerosas do que seguras” (2007, p. 52) suas interlocutoras. Portanto, não é possível, demarcar *a priori* o andamento de uma etnografia, já que o percurso de uma pesquisa de campo é constantemente redefinido.

Pretende-se, portanto, que as regulamentações de ética respondam às necessidades de cada área epistemológica. Sarti (2015), em sua análise crítica sobre a indevida regulamentação da CONEP, argumenta que os sujeitos se fazem éticos no mundo moderno pelo constante exercício de reflexão sobre as regras às quais se submetem. Assim, reconheço as exigências éticas, compactuo com sua importância, adoto comportamentos éticos e, advogo que a prática científica não deve prescindir do respeito dos direitos da pessoa humana. No entanto, precisamos distinguir que pesquisas em zona de fronteiras “requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização” (Schuch, 2013, p.34). A questão ética no campo de pesquisa antropológico não se reduz apenas a preenchimento de formulários e apreciação de Comitê de Ética; perpassam às posturas morais de responsabilidades, compromisso, fidedignidade de informações, reconhecimento de limites, cuidado e respeito dos pesquisadores junto aos interlocutores.

Enfim, na experiência etnográfica que é a proposta desta tese, as negociações entre pesquisador e interlocutores aconteceram de forma processual durante o trabalho de campo. O campo da pesquisa antropológica é dinâmico e imprevisível. Por exemplo, nestes quatro anos de pesquisa, um Centro POP (Centro) foi desativado para depois reabrir; um coordenador foi exonerado para depois reassumir; um campo etnográfico (Parque das Crianças) não pode mais ter a circulação das **PSR** visto que, com a ostensiva ronda dos Agentes da Guarda Municipal no local, elas migrassem para outros espaços; educadores sociais seguiram outros rumos; interlocutores não aparecem mais na Praça (ou porque voltaram para casa, para suas cidades de origem, ou faleceram, ou circulam em outros lugares etc.); a violência entre elas aumentou. Logo, muitas situações não poderiam ser definidas de antemão. Como fazer com que meus interlocutores pouco letrados, que não sabem nem assinar o nome, entendessem, aceitassem e assinassem um TCLE? A lógica de negociação para nossa inserção no campo, segue outras bases de confiança como operadora de troca. Como alude Pelúcio (2007, p. 52) “trocamos histórias, informações, cumplicidades, miçangas, favores”.

A pesquisa é um trabalho sério com as responsabilidades e respeito ético que o campo exige. Tem a chancela da CAPES, conta com o aval do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais / UNESP/ Marília/SP, de uma orientadora Livre-docente, com PHD, respeitada por seus

pares e de uma banca criteriosa, também PHD, que avalia e julga o estudo. Portanto, devemos ficar atentos à proposição de Sarti (2015, p. 95) sobre o atual estágio da luta pela regulamentação da ética em pesquisa em Ciências Sociais no Brasil, que exige duas “disposições: a firme resistência institucional movida por uma paciente resistência intelectual”.

No próximo Capítulo, situo o leitor sobre o histórico da Praça do Ferreira, desde sua origem no final do século XIX até os dias atuais. Busco destacar que, historicamente a Praça sempre foi um espaço de articulação das masculinidades, no qual, as mulheres aparecem como coadjuvante na dinâmica das relações entre os agentes e a Praça do Ferreira. Destaco também que a partir da primeira década do século XXI, há investimentos por parte da mídia e alguns setores da sociedade civil, em uma ideia negativa e constrangedora da situação de rua da Praça do Ferreira e seus moradores.

A questão que se coloca é: muitas matérias e reportagens não atentam ao fato de que o contexto do fenômeno população em situação de rua é produto de múltiplas causalidade e não o simples prazer de morar na rua. Assim, as chamadas “pessoas de bem” tentam, a todo custo, incriminar tão somente os moradores de rua pela circunstância na qual se encontram. Com efeito, Se é possível alegar que a situação de rua não pode continuar é também cabível entrever que seria inaceitável resolver o “problema” simplesmente com a expulsão das pessoas da Praça do Ferreira. Não há como retirá-las de lá sem lhes oferecer alternativas capazes de resgatar-lhes um mínimo de autoestima e dignidade. Entretanto, o caminho de quem não quer sair das ruas nunca é pensado.

Capítulo 2

Praça do Ferreira: do Passado ao Presente

Sentidos de Espaço (Praça) e Lugar (Situação)



Figura 4 - Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce (2014). [Foto: Fábio Lima. Arquivo: Jornal O Povo]³⁷.

A imagem acima, captada pelo fotógrafo Fabio Lima, mostra-nos uma rede pendurada entre o “Pé de Colchão”, citado na Introdução, e uma palmeira (não aparece na foto), que fica fora do canteiro de bancos. É noite, cedo da noite, pois se observa que os colchões ainda estão dispostos no “armário” e só vão ganhar horizontalidade quando passar das 22 ou 23h. Um **HSR** dorme o sono que não é dos justos. Não há como dormir o “sono dos justos” ao relento, na rua, não há como dormir uma noite bem dormida e tranquila. A Praça do Ferreira, ou melhor, “Mãe Ferreira” para os íntimos, prepara-se para “abraçar” e acolher seus “filhos” para mais uma noite

³⁷ Jornal O Povo online. 26/07/2014. A Praça Como Morada, Disponível em <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/07/26/noticiasjornalcotidiano,3287973/a-praca-como-moradia.shtml>>. Acesso em 10 ago 2016.

de sono. Segundo Marcos³⁸, desde os anos 2000 que as pessoas se refugiam na Praça. Acolhendo um a um que chega para mais uma noite de sono debaixo de árvores e marquises, em cima de colchões velhos e papelões, deitadas em bancos e no chão, quando o dia amanhece, “Mãe Ferreira” mais parece um dormitório a céu aberto. Essa cena urbana se repete há anos.

Até aqui recorri às imagens e reportagens dos jornais, os quais não se fartam em noticiar “o problema que afeta a cidade”, para informar o leitor do quanto a situação de rua no centro de Fortaleza tem se qualificado como um fenômeno incômodo que provoca repulsa, nojo, desprezo e rejeição. Destaquem-se as manchetes da mídia quando noticiam sobre a situação de rua da Ferreira, com expressões como “invasores”, “invasão”, “dominada”, “ocupada”, “higienização”, “limpeza”, “centro de polêmica”. Quando “entramos” nas reportagens, impressionamo-nos pelo nexos estabelecido ao tratar na maioria das matérias, salvo raras exceções, a situação de rua como um problema de desrespeito à cidade, a algumas vezes como problema de polícia, não como uma questão político-social.

As imagens traçadas e os discursos articulados nos deixam entrever que há nas reportagens um investimento em uma ideia negativa e constrangedora da situação de rua. Muitas matérias não atentam ao fato para o contexto do fenômeno e tentam, a todo custo, culpar tão somente as **PSR** pela circunstância na qual se encontram. Se é possível afirmar que a situação de rua não pode persistir, igualmente é admissível entrever que seria inaceitável resolver o “problema” simplesmente com a expulsão das pessoas da Praça sem lhes oferecer alternativas capazes de resgatar-lhes um mínimo de autoestima e dignidade. Contudo, o caminho de quem não quer sair das ruas nunca é pensado.

As imagens deixam escapar indícios de sobrevivências e, por estarem expostas aos outros e vulneráveis aos dispositivos do Estado, os **HSRPF** dependem de várias circunstâncias para se manterem vivos. Sujeitados a esses enquadramentos dos olhares tanto da mídia, quanto fora dela, suas possibilidades de sobrevivências dependerá das condições de suas agências, habilidades, articulações, performatizações de gênero e das políticas públicas visto que, para existirem, os **HSR** dependem do “mundo” ao seu redor. Com efeito, reconhecer que as pessoas em situação de rua sejam humanas põe em xeque os enquadramentos dos olhares, visto que para sobreviverem elas transgridem as normas, afinal, não há como sobreviver nas ruas dentro das normas. A maneira pela qual respondemos ao sofrimento ou dor do “outro”, como formulamos nossas críticas morais e articulamos análises políticas sobre este “outro” dependerá de certo grau de alteridade, percepção da realidade e da noção de reconhecer o precário e abjeto

³⁸ Diário de Campo. Conversa no dia 23/10/2017.

corpo das **PSR** como um humano. Em tempo, ser uma pessoa em situação de rua é uma invenção produzida nas relações de poder e saber sobre elas.

Nos últimos cinco anos, chamou-me atenção o quanto os fortalezenses que circulam pelo centro de Fortaleza têm se queixado das **PSR** que fazem desse espaço seu local de morada. As cenas urbanas das fotografias apresentadas acima nos dão indicação de que a “Mãe Ferreira” além de se configurar como um emaranhado de edifícios com comércios e ruas em seu entorno, também tem se caracterizado como um espaço de abrigo e lugar de pertencimento. Para quem quer resistir às intempéries e busca a rua como acolhimento, fugindo de seus dramas pessoais, as melhores chances de sobreviver são a instalação nos “braços” da “Mãe Ferreira” e acionamento das masculinidades.

À medida que frequentava a Praça e apreendia as cenas cotidianas, a circulação dos comerciantes, o caminhar dos transeuntes, o movimento dos vendedores ambulantes, a ronda (tanto dos policiais quanto dos Agentes da Guarda Municipal), os artistas de rua com suas performances, a agitação das **PSR**, percebia que “Mãe Ferreira” se mostrava como um espaço constituído por uma complexa rede de relações humanas que se conectavam entre si, conferindo-lhes sentidos de lugar sonhado e idealizado, experienciado e praticado.

Como lugar sonhado e idealizado, a Praça nos remete à ideia das “pessoas de bem” que se expressavam em tom de saudosismo do tempo em que era tranquila, limpa e não “essa vergonha”, como me narrou uma transeunte. Um jornalista me declarou sobre a importância de “resgatar o lugar de lazer, de encontros de amigos, de manifestações culturais, políticas e artísticas”, era o que desejava. Queriam a Praça de outrora para que voltasse a ser um lugar atrativo de “encantar os fortalezenses e os turistas” disse-me um aposentado que diariamente passa por lá. Embora atualmente “Mãe Ferreira” continue sendo um local de manifestações artística, culturais, políticas, além de servir de espaço para ações de cidadania do Estado e Prefeitura³⁹, o que ficou evidente foi certo sentimento de vergonha pela degradação provocada pelas **PSRPF**.

Com efeito, vem daí a querela em torno da apropriação desse espaço pelas **PSRPF** que por outro lado, fazem outros usos do espaço, tornando a Praça um lugar experienciado e praticado. Ou seja, “Mãe Ferreira” foi modificada pelas práticas cotidianas e é reinventada, alterada e desfigurada todos os dias pelos **HSRPF**. Pelo ir e vir de seus corpos sem camisas, pelos colchões espalhados pelo chão, pelas roupas secando ao sol nos encostos dos bancos,

³⁹ As Secretarias do Estado e Prefeitura utilizam a Praça do Ferreira para vários tipos de campanhas e ações de utilidade pública como: cadastramento de título de eleitor, doação de sangue do HEMOCE, campanhas contra DSTs, contra a dengue, etc.

pelas pilhas de caixas de papelões, pelo forte mau cheiro de urina e fezes ou pelos bate-bocas e conflitos. Por tudo isso, “Mãe Ferreira” se configura virtualmente como tendo centro (“pessoas de bem”) e margens (“pessoas de rua”) que demarcam zonas de fronteiras simbólicas as quais estabelecem níveis diferenciados de valores, experiências e existências. Embora essas zonas sejam simbolicamente locais limítrofes, o centro e as margens se cruzam e aí são demarcadas tensões. Essas zonas de fronteira expõem então os “hiatos de uso” já que para uns a Praça é espaço de circulação, e para outros é lugar de morada. Como espaço compartilhado, a Praça está permanentemente atravessada por práticas de alteridade ou por práticas de egocentrismo e repulsa.

É no espaço concreto da Praça onde os **HSRPF** vão tecendo seu sentidos de lugar, pertencimento e estilos de masculinidades. Tuan (1983) me ajuda a pensar nos diferentes sentidos entre o espaço indiferenciado do lugar praticado, marcado pela presença humana. Para Tuan (1983), o espaço é dado pela capacidade de movimentar-se e esse se transforma em lugar por meio da experiência. Será nas distintas maneiras de experiências que os agentes conhecem e constroem suas realidades. Ou seja, o espaço é um lugar vivido; logo, a Praça é transformada pelos atores que lá se encontram e pelos **Homens** que lá moram.

As experiências individuais e coletivas, construídas pelos **HSRPF** em suas práticas de pertencimentos, compartilham significados acerca do lugar onde registram memórias. Como resultado de suas experiências íntimas com seu corpo e com outros agentes, organizam o espaço a fim de acomodá-lo às suas necessidades biológicas e sociais. Experenciar significa atuar e criar a partir do espaço vivido. Eles inventam realidades constituídas de emoções, memórias e modos de sobrevivência construídas na experiência. E Tuan (1983): nos adverte, para experenciar no sentido ativo é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o imaginário e arriscado.

Para os **HSRPF** seus itinerários cotidianos, seus percursos, caminhadas, fluxos e deslocamentos pela Praça e ruas do entorno simbolizam o lugar que a partir de suas interferências e intervenções corporais e subjetivas, adquirem sentidos de lugar experienciado. Assim, as práticas moldam o espaço da Ferreira e o transformam em lugares onde se inserem camadas simbólicas que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados os quais compartilhados por meio da comunicação, modificam os usos que os **HSR** fazem da “Mãe Ferreira”.

Praça do Ferreira – voltando no tempo!

Fortaleza é a quinta cidade mais povoada do Brasil, sendo a segunda capital nordestina em população, com cerca de 2 milhões e 627 mil habitantes (IBGE, 2018). É uma capital litorânea que tem em sua extensão 34 km de praias. Não se tem notícia de que a cidade tenha, ao longo de sua história, significativos números de imigração de estrangeiros. Entretanto, nas últimas décadas, Fortaleza tem apresentado um espantoso crescimento populacional. Motivado pela abertura do Governo do Estado do Ceará, que subsidiava incentivos fiscais para investimentos no Estado, por meio do turismo de lazer – o que acabou acarretando em turismo sexual de mulheres⁴⁰ - a cidade tem recebido grupos estrangeiros de portugueses, espanhóis, italianos e outros de países da Europa. Os “*gringos*”⁴¹, além de procurarem a cidade para seus investimentos, também a escolheram como local de moradia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no censo do realizado no ano 2000, existiam no Ceará 2.562 estrangeiros. Atualmente este número chega a 8.591 de *gringos* em todo Estado.

O processo de urbanização no Brasil, segundo padrão periférico de crescimento urbano, que norteou a expansão e ocupação das periferias, gerou uma pluralidade de tempos e circunstâncias de ocupação marcadas pela heterogeneidade. Em paralelo, os recursos públicos foram canalizados prioritariamente em direção ao desenvolvimento das cidades ricas. Esse contraditório processo de desenvolvimento das metrópoles levou grande parte dos moradores das periferias e das pequenas cidades à exclusão dos direitos sociais básicos como segurança, saúde, educação de qualidade, trabalho, moradia digna, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, o que significou, na prática, um déficit de cidadania e governabilidade.

Nesses termos, Fortaleza termina por exercer certa influência, atraindo grande número de pessoas que buscam na cidade serviços e infraestrutura; oportunidades de trabalho. Desde o início do século XX, que a cidade é procurada por jovens vindo do interior para estudar na capital, não retornando mais para suas cidades de origem. Essas questões trazem graves problemas para a capital e terminam por prejudicar a população local, provocando um “inchaço” da malha demográfica, além de saturar os equipamentos e serviços oferecidos, de modo que a cidade acaba não suportando o aumento da demanda populacional. Possivelmente, reflexo do próprio desequilíbrio social na distribuição de provimentos públicos, a estrutura urbana não acompanha o crescimento da demanda gerada em relação aos serviços e

⁴⁰ A esse respeito, ver o trabalho “Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional”, sobre o turismo sexual de mulheres nordestinas, estudo de Adriana Piscitelli feito a partir da cidade de Fortaleza. Revista Estudos Feministas, v. 15, nº 3, p. 717-744, 2008.

⁴¹ *Gringo* é uma expressão coloquial utilizada por brasileiros/as para definir os estrangeiros que chegam ao país.

infraestrutura. A cidade, para acolher a quantidade de atendimento demandado, acaba perdendo em termos de qualidade de serviços.

Dentro desse contexto citadino, a Praça do Ferreira surge como um tradicional local de Fortaleza, sendo considerada “lugar de todos os fortalezenses”, “lugar especial”, “menina dos olhos de Fortaleza”, “a cara da cidade”, o “coração da cidade”. No final do século XIX e início do século XX, a Praça do Ferreira era a própria cidade centro do comércio e atividades tanto da prefeitura quanto do governo estadual. Histórica pelos edifícios⁴² que se ergueram em seu entorno ao longo dos seus 175 anos, mas também por ter sido palco de acontecimentos políticos, artísticos, pitorescos e violento da cidade, a Praça sobreviveu a várias reformas.

Para as descrições e análises sobre os estilos de masculinidades, *identidades abjetas* dos **HSRPF** com suas performatizações de gênero e sobrevivências é imprescindível situar o leitor sobre outros usos e apropriações da Praça do Ferreira em momentos históricos diferentes. Busco traçar um histórico das mudanças da Praça do Ferreira que um dia já foi chamada de Faria Nova, Beco do Cotovelo, Praça Carolina, Largo das Trincheiras, Pedro II e atualmente as pessoas em situação de rua a chamam de “Mãe Ferreira”. Busco traçar imagens da dinâmica da Praça com seus diversos atores num cenário social no qual as masculinidades estabeleceram cruzamentos entre questões políticas e a construção da Praça.

Reformas

Lendo sobre a história de Fortaleza e da Praça do Ferreira (Sousa, 2015; Azevedo, 2012; Leitão 2001; Girão, 1997; Girão, 1959) espantei-me com a quantidade de reformas e intervenções urbanísticas. Segundo historiadores estas alterações acompanhavam as mudanças de governo e seus interesses em geral e a ideia era a remodelação sócio-urbana de Fortaleza numa tentativa dominante em alinhar à cidade ao chamado progresso e à modernidade.

O memorialista e pesquisador Christiano Câmara (2015)⁴³ narra a história da Praça em tom de revolta; “impressiona a quantidade de reformas da Praça do Ferreira sem necessidade! Acabaram com tudo!”. Pergunto o porquê de tantas reformas, mais enfático protesta em tom de crítica:

[...] interesses políticos, nada mais do que isso! Fortaleza é uma cidade sem rosto! Não tem memória! E memória arquitetônica muito menos! Mudava o prefeito era reforma na certa! Veja na época da Ditadura Militar o prefeito José Walter em 67 mandou derrubar o Abrigo Central e a Coluna da Hora e ergueu um mostrengo. Um mostrengo! Ergueu um monte de caixote de

⁴² Cf. Câmara (1915). Palacete do Pastor (1914), Palacete do Ceará (1914), Cine Majestic (1918), Hotel Excelsior (1931), Farmácia Oswaldo Cruz (1934), Edifício Sul América (1953), Edifício Cine São Luiz (1958).

⁴³ Entrevista. Residência do memorialista. Fortaleza, Centro. 12/04/ 2015

concreto suspenso para que o povo não pudesse usufruir da Praça. Ele não queria aglomerações do povo na Praça do Ferreira (Câmara, 2015).

Mais adiante retomarei sobre esta reforma na época da Ditadura Militar.

Desde 2001, após pesquisa popular, a Praça do Ferreira foi considerada ícone de Fortaleza. Localizada no centro da metrópole, ocupa uma área retangular de 7.603 m² limitada ao norte pela Travessa Pará, na outra extremidade ao sul, pela Rua Dr. Pedro Borges, tendo em suas laterais, ao leste, a Rua Major Facundo e, ao oeste, a Rua Floriano Peixoto (ver Mapa 1 em anexo). No início era apenas um campo de areia com um grande cacimbão (poço artesiano) bem ao centro construído em 1877 pelos retirantes da seca. Chamado de Feira Nova, o areal servia ao pequeno comércio local, primeira função do espaço que mais tarde se chamaria Praça do Ferreira⁴⁴.

Um “quadrado sem alma”, como diria o cronista Raimundo Menezes, com chão áspero com verde clorofila de capinzal irregular, esse espaço foi posteriormente ladrilhado e passou a abrigar por quase um século os Cafés Java, Iracema, Elegante e do Comércio, localizados nos quatros cantos da Praça (Azevedo, 1996; 2011). Frequentado pelos intelectuais, políticos, escritores, profissionais liberais e coronéis, os cafés eram pontos de encontro e reunião de amigos. Foram cenários de alguns eventos que fizeram parte da história da cidade. Um desses eventos foi a agremiação de “homens de letras” que criaram em 1892 a Padaria Espiritual⁴⁵, movimento literário que acalorou a Fortaleza no final do século XIX (Azevedo, 1996; 2011).

Sem uma data precisa entre 1830 a 1871 foi denominada de Praça Carolina, Beco do Cotovelo, Largo das Trincheiras e Pedro II. No ano de 1825 Antônio Rodrigues Ferreira de Macedo conhece no Rio de Janeiro o Cônsul de Portugal, Antônio Caetano de Gouveia que o convida para vir ao Ceará como seu caixeiro e no ano de 1842, o Boticário Ferreira⁴⁶ instalou sua botica na Rua da Palma (atual Major Facundo). Famosa por seus frequentadores, a botica reunia partidários políticos cujo grupo passou a ser denominado Partido da Botica. O Boticário presidiu a Câmara Municipal de Fortaleza durante muitos anos até seu falecimento em 1859. Somente em 1871, a Praça passa a ser chamada Praça do Ferreira em homenagem ao Boticário Ferreira político e folclorista que nasceu em Niterói – RJ em 1801 (Girão, 1959).

⁴⁴ Informações obtidas do site Centro de Fortaleza. Com. Disponível em <http://centrodefortaleza.com.br/Paginas/pracas/pracas.php?Nome=Praca+do+Ferreira>. Acesso em 01 set 2018.

⁴⁵ Fundada por 20 rapazes do comércio a Padaria Espiritual tinha o intuito de fornecer “pão de espírito em particular aos seus sócios e ao público em geral”. A Padaria se comprometia a produzir um cancionário popular genuinamente cearense (Azevedo 2011).

⁴⁶ Cf. Girão (1959). O Caixeiro recebeu este nome devido aos seus conhecimentos adquiridos com suas práticas em farmácia, quando salvou a esposa do cônsul de Portugal que quase faleceu por complicações num parto.

Começa no início do século XX, as várias reformas que “Mãe Ferreira” vai vivenciar em seu espaço físico com suas diversas memórias até os dias atuais. A primeira reforma foi em 1902, o Intendente (Prefeito) Guilherme Rocha manda construir o Jardim 7 de Setembro. À época os quatro quiosques que abrigavam os cafés continuaram a compor a Praça. Em 1920 o prefeito Godofredo Maciel mandou demolir os quiosques, ladrilhou a Praça, tapou o cacimbão e em seu lugar foi construído um coreto. No entanto, com a reforma de 1933 pelo prefeito Raimundo Girão, o coreto foi demolido e em seu lugar ergueu-se, bem no centro, um relógio de quatro faces. De origem norte americana, vindo de Nova York, o relógio projetado em estilo *Art Déco*, com treze metros de altura, ficou popularmente conhecido como a Coluna da Hora (Girão, 1959).

No ano de 1949, o prefeito Acrísio Moreira da Rocha mandou construir, no local onde ficava o velho prédio da Intendência Municipal (Prefeitura), o Abrigo Central, na extremidade norte da Praça, ao lado da Travessa Pará. Centro de compras com boxes de vendas de selos, discos, bilhetes lotéricos, livrarias, tabacarias, café, o Abrigo Central também servia de ponto inicial das linhas de ônibus, transformando-o em um lugar dos mais movimentados da Fortaleza dos anos 1950.

No ano de 1964, a democracia foi golpeada e o Brasil passa a ser regido sob a batuta da Ditadura Militar instalada pelo golpe. No contexto da modernidade das metrópoles, Fortaleza, como as outras capitais e cidades, vivia sob o domínio do obscurantismo, do autoritarismo militar e a Praça do Ferreira foi o primeiro espaço público a ser ocupado pelas Forças Armadas no dia 1º de abril de 1964, quando foi derrubado o presidente João Goulart. Até então a Praça do Ferreira era palco de manifestações, comícios, passeatas e a reforma de 1967 impossibilitava as aglomerações. O Brasil vivia sob os princípios e doutrinas da Ditadura Militar e todo aglomerado de pessoas era visto como suspeito de ser um grupo subversivo (Câmara, 2015).

Foi na gestão do prefeito biônico⁴⁷ José Walter Cavalcante que, em 1967, “Mãe Ferreira” foi radicalmente transformada e golpeada em sua fisionomia, tendo sua liberdade confiscada. “Matar a democracia” era a intenção do prefeito que mandou demolir o Abrigo Central, a Coluna da Hora e no lugar jardins suspensos foram erguidos de tal forma que impediam a visualização de um lado para o outro da Praça. O resultado dessa reforma desagradou a opinião da grande maioria dos fortalezenses e de muitos arquitetos e urbanistas.

⁴⁷ Durante a Ditadura Militar os cargos biônicos eram aqueles cujos titulares eram escolhidos mediante ausência de voto popular suas indicações vinham das autoridades de Brasília. O objetivo do cargo biônico era manter a continuidade do regime militar.

Diziam que a Praça do Ferreira só era considerada bonita vista do alto ou nos cartões postais. A fotografia mostra que a Praça era disposta com um vão central em forma de um sinal de + para circulação de pedestres e nas laterais nos quatros cantos avistavam-se os “jardins suspensos”, com vários níveis, que possuíam uma altura de cerca de 2 metros. Os caixotes de concreto impediam aglomerações de pessoas. A fotografia abaixo é de um cartão postal da década de 1970, foi feita a partir da Travessa Pará ao norte da Praça.

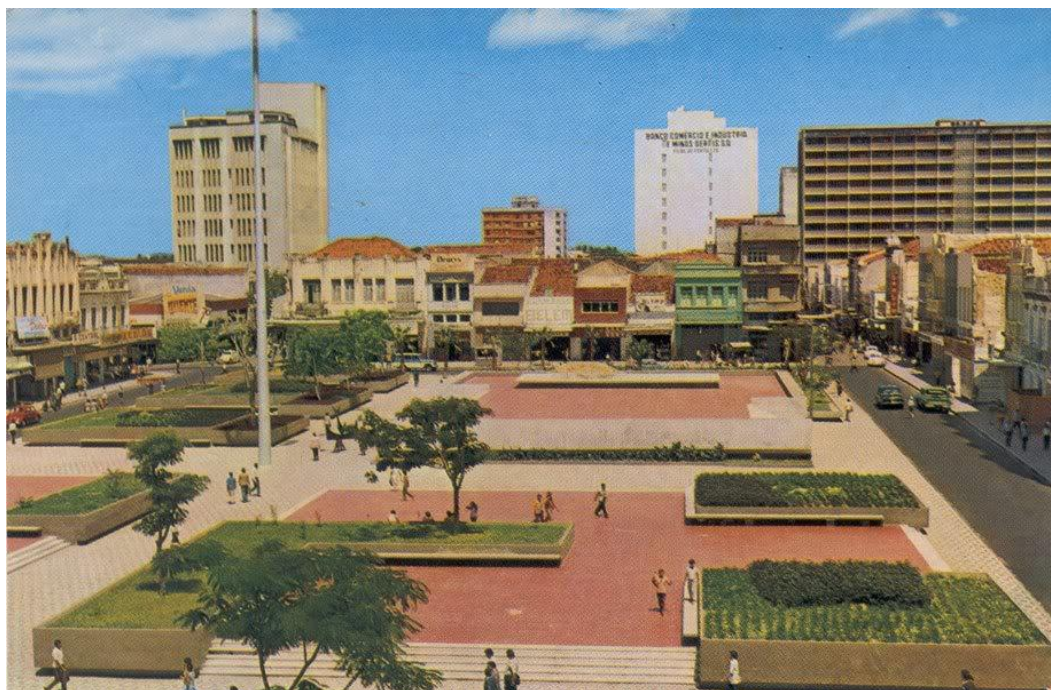


Figura 5 - Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. Cartão Postal de 1970. [Foto e Arquivo: Desconhecido].

Para muitos fortalezenses essa reforma não passou de uma pretensão de afastar o povo para que não pudesse permanecer por muito tempo na Praça do Ferreira. Até então nenhum governante havia chegado ao ponto de destruir um espaço público com o firme propósito de evitar ajuntamentos populares, de impedir que os cidadãos compartilhassem suas ideias, que houvesse troca de informações, afinal a ditadura temia o povo esclarecido e aglomerado.

Com efeito, os princípios do regime militar acabou interferindo no que supostamente seria somente mais uma reforma da Praça do Ferreira. Para cronistas, jornalistas, memorialistas e historiadores a intenção primeira era de fato afastar a população, evitar formação de “rodinhas”, separar grupos de frequentadores. A polêmica reforma resultou em uma Praça do Ferreira com uma fisionomia de cemitério, ou melhor de mausoléu como diriam alguns. As faces de aparência da “Mãe Ferreira”, durante o regime militar, provocou interferências em seus

usos, apropriações e sociabilidades de modo a afastar muitos de seus antigos frequentadores que não reconheciam mais a Praça como *locus* de memórias e de suas “rodas de conversas”. Após 1968, o grupo que resistiu numa tentativa de construir novas memórias e que se mantém até hoje na “Mãe Ferreira” foi o grupo dos idosos aposentados formadores das “rodinhas da saudade”. O fato é que a Praça foi reformada com intuitos ditatoriais.

“Mãe Ferreira” vai retomar sua atual fisionomia, baseada nos anos de 1930, à qual serão agregados a essa reforma elementos simbólicos permanentes da época já que a população reclamava de seu desaparecimento, como afirma o arquiteto Fausto Nilo (2001) um dos mentores da reforma⁴⁸.

Com a reforma feita em 1991 pelo prefeito Juraci Magalhães, houve um esforço da prefeitura em retomar, pelo menos parcialmente, a alegria da Praça dos anos 30, 40 e 50. Foi reerguida outra Coluna da Hora, numa tentativa de imitar a da década de 30, mas bem diferente da primeira, o cacimbão foi redescoberto ficando à mostra; foi plantado outro Cajueiro da Mentira⁴⁹ e os bancos se aproximavam dos bancos dos anos 1930. A Praça adquiriu sua configuração atual e desde então o “coração de Fortaleza” bate ao compasso do relógio da Coluna da Hora da Praça do Ferreira (Câmara, 2015).

Para o historiador cearense Raimundo Girão (1959), a Praça do Ferreira foi considerada, por muito tempo, o Meridiano de *Greenwich* de Fortaleza; pelas horas marcadas, por funcionar como reguladora ao mesmo tempo dos sistemas circulatório, sensorial e vegetativo da cidade. Para Girão, a Praça como “coração da cidade” representava a síntese de Fortaleza e se, a destruíssem e sumissem com ela do tecido urbano, o “Coração” pararia de funcionar. Quando os fortalezenses diziam “vou à Praça” ou “estou vindo da Praça”, era da Ferreira que estavam falando; era para lá que se ia, era de lá que se vinha. “Mãe Ferreira” chega ao século XXI controvertida, machucada e desfigurada.

A fotografia abaixo mostra a atual configuração da Praça do Ferreira onde vemos no chão ao redor da Coluna da Hora blocos de granitos que cobrem parcialmente o cacimbão do século XIX do período em que a Praça era um areal. Ao fundo, o Cine São Luiz e os bancos de madeira que formam os canteiros de jardins.

⁴⁸ Esta última reforma foi projeto dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon.

⁴⁹ Mais adiante retomarei sobre a história Cajueiro.



Figura 6 - Coluna da Hora. Praça do Ferreira. Fortaleza - Ce. (2017). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].

A Praça do Humor

Christiano Câmara (2015)⁵⁰ narra que, no início do século XX, a Praça do Ferreira era um local bastante frequentado pelos fortalezenses. Ao redor de um grande cajueiro, intelectuais, comerciantes, poetas, estudantes colocavam as conversas “em dia”. Chamado Cajueiro Botador (“botava” muito caju o ano todo), esse local foi considerado um ponto pitoresco da cidade. Todos os anos, no dia primeiro de abril, debaixo de sua frondosa copa, havia uma sessão de mentiras. Essa brincadeira foi iniciada em 1904 pelos comerciantes Álvaro Weyne, Antônio Martins, Henrique Cals, José Raimundo Costa e Porfírio da Costa Ribeiro que reuniam os frequentadores ilustres assíduos da praça para contarem suas estórias. Após a “contação” de estórias havia a eleição do maior potoqueiro (mentiroso) de Fortaleza (Foto abaixo).

⁵⁰ Entrevista 4. Residência do Memorialista e Pesquisador (centro). 12/04/2015.

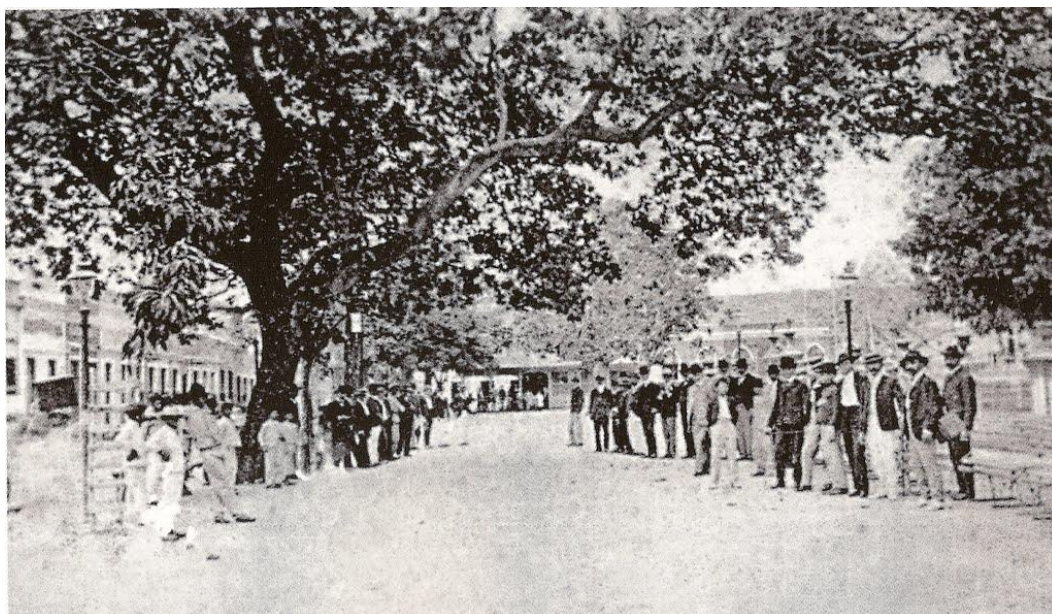


Figura 7 - Cajueiro Botador – Praça do Ferreira - Fortaleza – Ce. (1905). [Arquivo: Assis Lima].

Embaixo da frondosa copa, os homens ilustres⁵¹, escritores, folcloristas, poetas, advogados, médicos, comerciantes, engrossavam a fila dos “mentirosos” dos anos 20. Câmara narra que seu pai o enxadrista, advogado e jornalista Gilberto Câmara, à época, presidente da Associação Cearense de Imprensa (ACI), fazia parte do “time dos mentirosos”. Os comerciantes citados acima comandava o concurso que, durante o dia, elegia o maior mentiroso da cidade e, à noite, o nome do vencedor era escrito numa placa e colocado no tronco do cajueiro. Este ganhava aplausos, discursos e os colegas de mentira lhe rendiam homenagens. A brincadeira durou de 1904 até 1920 quando o então prefeito Godofredo Maciel demoliu os quatro cafés que existiam e num gesto desagradável, por se incomodar com a brincadeira, mandou cortar o famoso Cajueiro Botador⁵². Como dito, foi em 1991 que o prefeito Juraci Magalhães mandou plantar outro cajueiro no lugar do antigo para que ficasse registrada a irreverência e humor dos cearenses (Câmara, 2015). (Foto abaixo).

⁵¹ Cf. Azevedo (2012) Outros ilustres "mentirosos", foram Amâncio Cavalcante, Leonardo Mota, Eurico Pinto, Gérson Faria, William Peter Bernard, Ramos Cotoco, Chamarion, Carlos Severo, Quintino Cunha.

⁵² O Cajueiro foi plantado do lado da Rua Floriano Peixoto, aproximadamente entre a delegacia de Polícia no edifício chamado Palacete Ceará que hoje abriga a Caixa Econômica Federal e a telefônica hoje é a Loja C. Rolim.



Figura 8 – “Cajueiro Botador”. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. (2017). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].

Outro evento pitoresco que faz parte da história e memória da Praça do Ferreira aconteceu no início da tarde do dia 30 de janeiro de 1942, quando o sol foi vaiado pelos frequentadores da Praça, como conta Câmara. Na década de 1940, o Ceará tinha acabado de passar por um período de seca e Fortaleza passou por um período sem chuvas. Passaram-se dois dias, o céu estava nublado e carregado com fortes nuvens escuras, estava “bonito” para chover. Como de costume, os bancos da Praça estavam lotados e nos jornais, as principais notícias eram sobre a Segunda Guerra Mundial. Entre as conversas sobre a Guerra e a seca no Ceará a expectativa, naquele dia, era o grande “toró” que fatalmente cairia na cidade. Para surpresa dos frequentadores da Praça, no terceiro dia de céu nublado e nuvens escuras, o sol resolveu dar o “ar da graça”, como conta o memorialista. Alguém naquela tarde puxou o coro ao ver o sol despontando entre as nuvens, o “astro rei” foi vaiado pelos fortalezenses. A clássica e famosa “vaia ao astro rei, Sol”, em plena Praça do Ferreira, no centro da capital cearense, ainda hoje é comemorada como parte da molecagem cearense. Câmara encerra a entrevista dizendo que, conhecido como sendo a terra do sol e do humor, o Ceará alcança esse título devido às inúmeras histórias da molecagem cearense que ajudaram a consolidar nacionalmente a identidade humorística do estado e a Praça do Ferreira faz parte desta história.

Essa é uma das características do povo cearense cuja irreverência, humor e habilidade de fazer rir não deixam passar nada em branco e ninguém escapa da mangaça⁵³. O cearense, educado na sua própria cultura, respeita as regras e transforma em humor o que entende ser excesso. Atualmente, tanto a mídia quanto o próprio governo do Estado por meio de ações das Secretarias de Cultura, reforçam essa ideia do Ceará Moleque como uma marca cultural do cearense, o que passa a ser um forte atrativo para o turismo local, e a vaia passou a ser um patrimônio imaterial do Ceará, como afirmam os especialistas em patrimônio histórico (Silva Neto, 2009).

O humorista cearense Jader Soares, o Zebrinha, comenta em uma reportagem que para não deixar “morrer” a tradição da molecagem cearense, organiza todo ano, no início de abril (considerado o mês do humor), o Festival da Mentira, embaixo do atual Cajueiro Botador na Praça do Ferreira. Segundo Zebrinha, embora o país esteja passando por uma grave crise econômica, a premiação dos vencedores será mantida e os prêmios de R\$ 1,00 (primeiro lugar), R\$ 0,50 (segundo lugar) e R\$ 0,25 (terceiro lugar) estará sob forte esquema de segurança no momento da premiação⁵⁴.

Em 1945, “Mãe Ferreira” foi apelidada de “Coração da Cidade”, denominação que continua até hoje. No entanto, a Praça é apenas um Marco Histórico e Patrimonial de Fortaleza, sem tombamento, o que não a livra de outras intervenções urbanísticas ou de mudanças radicais como a ocorrida em 1967. Por enquanto, a Praça está se mantendo com a mesma fisionomia de 1991 apenas com algumas reformas de manutenção.

“Mãe Ferreira” – de volta ao presente

Um lugar, tantos encantos, muitos encontros, vários bancos, alguns dramas, um cacimbão, uma Coluna da Hora, poucas mulheres, muitas histórias, algumas chacotas, várias reformas, muitos homens, boêmios, intelectuais, comerciantes, coronéis, políticos, um povo, um coração pulsando, um palco: “Mãe Ferreira” viu Fortaleza se modernizar!

À medida que a cidade ia crescendo se motorizando, produzindo bens e serviços, aumentando a população, erguendo os edifícios, Fortaleza foi se expandindo e ao mesmo tempo foi ficando pobre, desigual e violenta. Absorvendo a migração vinda do interior de territórios desequilibrados em termos de oportunidade de trabalho, desemprego na capital, dramas

⁵³ O termo “mangar” para o cearense quer dizer ridicularizar, fazer chacota, zombar, debochar.

⁵⁴ Cf. reportagem 28º Festival de Mentiras abrirá o Mês do Humor Cearense do jornal Diário do Nordeste. 30/03/2016.

familiares, aumento no consumo de droga e álcool, escalada da criminalidade, “Mãe Ferreira” vai sentir na “pele” as consequências dessa desordem.

Se é verdade que as forças produtivas do capitalismo se fizeram mediante a expropriação do trabalhador, sendo o trabalho um elemento indicador de normatividade de uma ordem social moderna de modo que produz a “identidade do trabalhador”, podemos supor que os agentes que ficam à margem dessa realidade são considerados “resíduos humanos”. Se também é verdade que o capitalismo neoliberal visa suprimir políticas públicas com vistas aos direitos sociais, promove desregulamentação de direitos trabalhistas com a privatização de serviços e empresas, podemos presumir, portanto, que os “resíduos humanos” não interessem a ninguém.

Segundo Butler (2018), as forças políticas da economia neoliberal estão cada vez mais estruturando as instituições e os serviços públicos sendo que, tais políticas refletem no cotidiano dos agentes. Para Butler há um número significativo de pessoas que estão “perdendo casas, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego” o que faz surgir uma nova ordem que dita que algumas populações são consideradas descartáveis (Butler, 2018, p 17). A política econômica neoliberal gerou uma racionalidade de mercado que está decidindo quais vidas devem ser protegidas e quais devem ser rejeitadas. Para sustentar seus argumentos Butler (2018) chama atenção para a racionalidade neoliberal que exige autossuficiência como ideia moral, ao mesmo tempo em que as formas neoliberais de poder trabalham para extinguir essa possibilidade de autossuficiência econômica. Assim, a racionalidade neoliberal de autossuficiência institui quais pessoas dentro da população têm potencial para o trabalho e quais não têm. Dentro desse processo se o agente demonstra ser incapaz de se ajustar às normas de autossuficiência, essa pessoa torna-se potencialmente dispensável.

Ora, se os moradores de rua não interessam ao Estado, muito menos interessam às empresas privadas e as políticas econômicas neoliberais. Portanto, são, estes “resíduos humanos” que encontrarão, nos braços de “Mãe Ferreira”, acolhimento e suporte de que necessitam para a sobrevivência nas ruas.

Atualmente a Praça do Ferreira abriga uma diversidade de comércio, com construções do final do século XIX e século XX, com fachadas com uma imensa disparidade cultural entre o velho e o novo. Em um olhar mais apurado, é possível ver de tudo! Há a modernidade com a tecnologia dos grandes centros comerciais que buscam estratégias de concorrência ao melhor estilo do capitalismo neoliberal; vendedores ambulantes e comerciantes autônomos que buscam vender seus produtos ao estilo de camelôs.

No meio desse comércio, há a simbiose entre transeuntes, aposentados, desocupados, idosos em suas “rodinhas de saudade”, amigos batendo papo, fornecedores de mercadorias, turistas, pessoas fazendo novos amigos que ali chegam para ver o tempo passar, pombos se alimentando das migalhas deixadas pelas refeições rápidas de quem passa apressado e pessoas, muitas pessoas em situação de rua.

Segundo Francisca⁵⁵, foi por volta do ano de 2002 que a Pastoral do Povo de Rua começava suas primeiras visitas à Praça do Ferreira, que abrigava poucas **PSR**, tendo uma maior concentração delas na Praça José de Alencar, Praça da Lagoinha e Praça da Estação. De acordo com o coordenador do Centro POP⁵⁶, a Praça José de Alencar foi abrigo dos primeiros **HSR** do centro de Fortaleza. Muitos vindos do interior em busca de trabalho, alguns chegando expulsos de suas casas por serem homossexuais ou por estarem envolvidos com droga e álcool ou porque tinham débitos com a justiça ou eram rejeitados devido a problemas mentais. Existia um grupo instalado na Zé de Alencar (Praça José de Alencar), como muitos a chamam, e esse passou a comandar o pequeno comércio de drogas do centro. À época, já havia circulação de pequenos traficantes que vendiam maconha e cola de sapateiro.

Essas três praças⁵⁷ eram comandadas pelo grupo que morava na Praça José de Alencar. Por volta do ano de 2006, vai haver um racha no comando do comércio ilegal de drogas e um pequeno grupo dissidente passou a se abrigar na Praça do Ferreira. Será então neste período que a Praça vai acolher seus primeiros moradores. Como dito, por proporcionar uma maior fartura de comida (café da manhã e jantar doados pelas pastorais), receber mais ajuda e doação do que qualquer outro espaço de moradia de **PSR**, com o passar dos anos, mais e mais pessoas surgem para se refugiarem nos braços de “Mãe Ferreira”.

Ouvindo as narrativas sobre as histórias de vida dos **HSRPF**, fica claro que não escolheram ir para a rua. Eles experienciaram dramas, vivenciaram perdas e acabaram escorregando para as ruas. Duas questões ficaram bem claras: os motivos pelos quais os homens vão para a rua é bem diferente do das mulheres. Os homens chegam à rua por vontade própria, as mulheres chegam em sua maioria (salvo raras exceções) para acompanhar seus companheiros e por tal motivo acabam se “perdendo” nas ruas. Como veremos na segunda parte da tese, ser solteira na rua é para uma mulher viver uma condição de violência extrema.



⁵⁵ Entrevista 4 - Coordenadora da Pastoral do Povo de Rua da Diocese de Fortaleza, 14/03/2018.

⁵⁶ Entrevista 5 - Coordenador do Centro POP (centro), 12/03/2018.

⁵⁷ Adiante situarei o leitor sobre estes espaços.

Por muitos anos de minha vida morei no centro de Fortaleza a oito quarteirões da Praça do Ferreira, a qual sempre me foi, um ponto de referência de passagem, para comprar nas lojas do entorno da Praça e frequentar as poltronas do Cine São Luiz⁵⁸. Nunca me detive em parar, sentar e olhar de perto o movimento. Hoje, sentada em “meu banco”, olhando de perto e de dentro como indica Magnani (2002), a Ferreira é constituída de um instigante e inquietante cotidiano de pessoas anônimas que transitam por lá todos os dias, pessoas que passam e pessoas que moram no “chão da praça”⁵⁹. Elas podem não ter histórias extraordinárias sobre suas vidas para nos contar, mas, certamente, têm pequenos eventos vividos intensamente que podem ser importantes para compreendermos a condição e a situação de rua. Qualquer evento dos **HSRPF** é um objeto atento de minha observação, são pequenos episódios que serão narrados mais adiante e compõem esta etnografia.

Atualmente, o “coração da cidade” abriga uma maior quantidade de **PSRPF**. Chegam a dormir por noite, cerca de 280 pessoas, no “chão da praça”. No entanto, já têm-se contabilizado 380 pessoas dormindo em única noite. De acordo com a SETRA, além da Ferreira, no Centro, o Benfica e a Beira-mar, são outros bairros que agrupam uma maior quantidade de **PSR**.

Os motivos que levam os **HSRPF** a se concentrarem na Praça do Ferreira são vários. Os **HSRPF** narram que, por ser um lugar aberto, estrategicamente, é um bom local para correr em caso de confusão; por ser muito iluminada à noite e monitorada por câmeras da PMF, há uma maior segurança caso sejam atacados; pela facilidade de terem água para banho, por meio dos jardineiros da Casa Pio que diariamente regam as plantas; por ser muito movimentada durante o dia, correr fugindo de algum furto deixa seus corpos camuflados no meio dos transeuntes; devido às pastorais da igreja católica, grupos evangélicos, voluntários e ONG, que diariamente levam sopa à noite, café da manhã, distribuem “kit” de higiene, doam roupas, fazem mutirão para cortar cabelo. A Praça do Ferreira é o espaço onde mais fortalezenses levam comida e fazem doações.

Apesar das reformas e intervenções a Praça, não é mais o “quadrado sem alma” do início do século XX. Atualmente, é um “retângulo com vida”, com um intenso fluxo de pessoas. Como dito, além dos aposentados que passam o dia sentado nos bancos em suas “rodinhas de

⁵⁸ Chamado de Cineteatro São Luiz fica no lado leste da Praça do Ferreira, com capacidade para 1.300 pessoas o prédio foi inaugurado em 1958 e tombado pelo governo do Estado do Ceará em 13 de março de 1991. Num estilo *Art Déco* o Cineteatro São Luiz tem uma estrutura imponente com escadarias com piso e revestimentos em mármore de Carrara e lustres majestosos vindo da Checoslováquia. Fazia parte do Grupo Severiano Ribeiro e atualmente faz parte da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT).

⁵⁹ Termo êmico que se refere à Praça como um todo.

conversas” ou circulando entre as dez bancas de jornais⁶⁰, dos comerciantes das lojas do entrono, dos jardineiros da Casa Pio que cuidam dos jardins, dos transeuntes que vem e vão às compras, outros atores compõem o cenário dessa mãezona. Vendedores ambulantes, pipoqueiros, barraqueiros de cachorro-quente e artistas.

Atores da “Mãe Ferreira”

Os agentes que se relacionam com as PSRPF

“Mãe Ferreira” não é uma rua, um espaço onde as pessoas caminham para cima e para baixo, vão e vêm. É um lugar aberto, extenso, onde as pessoas circulam e transitam, mas também sentam, param, olham, interagem, fotografam. Com bancos de madeira, jardins, árvores, bancas de jornal, Coluna da Hora, chão de pedra portuguesa, o cenário nos remete às possíveis relações entre os vários atores que vão e vêm que ficam e saem. Essas relações, no que se refere ao convívio, diálogo e comunicação entre os vários atores que circulam pela Praça e as **PSRPF**, são caracterizadas ou por muita rejeição, repulsa ou solidariedade e cooperação.

Os atores sociais que mais participam do cotidiano das **PSRPF** são jornaleiros das bancas que ficam ao sul da Praça, os jardineiros da Casa Pio, vendedores ambulantes e funcionários da Padaria Romana, Lanchonete L’escale e Lojas Marisa. Pelo fato de nem todas as **PSRPF** gozarem de boa reputação e não serem capazes de manterem com estes atores uma relação amistosa, alguns homens não se aproximam dos jornaleiros e funcionários dos estabelecimentos. Segundo alguns funcionários do comércio do entorno e jornaleiros os **HSRPF** são grosseiros, agressivos e, por tais motivos, muitos preferem manter distância. Os Jornaleiros das duas bancas que se situam ao sul da praça buscam manter uma relação de “boa vizinhança” e por tal expediente guardam pertences, acendem cigarro, repassam recados.

Os jardineiros da Casa Pio⁶¹, duas vezes ao dia, limpam os canteiros pacientemente para depois regarem as plantas. Sentada no “meu banco”, observo dois jardineiros limpando o canteiro onde estava. Levanto os pés para que pudessem varrer. Comento no intuito de saber o que pensam dessa limpeza. “É muito lixo, né?” o jardineiro sorri e diz: “daqui a pouco tá tudo sujo, parece que nem limpei”. Ele retira pacientemente um colchão que estava largado em cima da grama e o coloca no encosto do banco. Muito tranquilo continua com a limpeza. Varrendo a grama, vai catando garrafas e latas e as coloca na lixeira. Os papelões que ficam espalhados

⁶⁰ A Praça possui dez bancas de jornais. Ao norte na Travessa Pará numa ponta do retângulo estão dispostas seis bancas e na outra ponta ao sul na rua Pedro Borges tem mais quatro bancas. Estas bancas foram construídas pela PMF, são padronizadas e arrendadas pelos jornaleiros.

⁶¹ Na Introdução fiz referência a esta loja que juntamente com a CDL “adotaram” a Praça do Ferreira.

pela grama são colocados em cima dos bancos. A impressão era como se estivessem varrendo e arrumando a casa de alguém. Aliás, estavam sim, arrumando “Mãe Ferreira”. Enquanto estão sendo regados os jardins, alguns **HSRPF** pedem a mangueira e, ali mesmo, no canteiro do jardim, tomam banho ou enchem dois grande camburões de plástico para reservarem água.

Logo que comecei a frequentar a Praça, em uma tarde bastante quente, precisei ir ao banheiro. Chequei o espaço, procurando ao redor algum comércio onde pudesse utilizar um banheiro. Caminhei até a Padaria Romana. Com grande movimento de clientes imaginei que não seria possível utilizar o banheiro sem consumir nada. Comprei uma garrafa de água coloquei na mochila e fui até o banheiro. Na fila, encontrava-se uma garota que mora na Praça, vi-a algumas vezes no Centro POP (Centro). Perguntei como estava e se seus bebês encontravam-se bem (teve gêmeos em situação de rua). Respondeu, sem muito interesse na minha conversa, que estava tudo tranquilo. Busquei sondar como fazia para utilizar o banheiro, morando na Praça. Disse-me que as funcionárias da Padaria sempre deixavam algumas **PSR** utilizar os sanitários. Depois de nossa conversa, desse dia em diante percebi, que eu não necessitaria mais consumir nada para frequentar o banheiro da padaria.

Sol a pino! Era por volta de meio dia e meia. Preparava-me para sair e almoçar no restaurante Bom Prato que fica na rua General Bezerril, atrás da Praça, quando de longe avisto Dina. Ao se aproximar pergunta assim “na tala”: “Lora você viu o gringo?” (seu companheiro de rua). Comentei que o tinha visto sentado na calçada em frente à Leão do Sul⁶² *manguindo*⁶³. Resolvi deixar o almoço para depois, fiquei conversando com Dina no “meu banco”. Passamos cerca de meia hora conversando quando Dina diz que queria ir ao banheiro. Indaguei: “Onde você vai?”. Ela disse: “vamos ali Lora, eu te mostro!” Seguimos descendo a Praça no rumo norte e entramos na lanchonete L’escale. Dina me levou até o andar de cima onde ficava o banheiro. Enquanto esperávamos na fila conversávamos da dificuldade em utilizar o banheiro morando na rua. Dina me afirmou que alguns funcionários da lanchonete são legais e permitem que utilizem o banheiro. “Lora o pessoal aqui é gente boa”, disse-me ela.

Assim como a padaria, a lanchonete permite que algumas **MSR** utilizem seus sanitários. Segundo Dina os funcionárias conhecem as **PSR** que não são *pirangueiras*⁶⁴ e por tal motivo, só deixam entrar quem não faz confusão. Observei que apenas as mulheres utilizam

⁶² Pastelaria mais antiga e movimentada de Fortaleza fundada em 1926. Conhecida pelo seu famoso pastel e caldo de cana.

⁶³ Termo êmico que significa pedir dinheiro.

⁶⁴ No Capítulo 5 tratarei desta *identidade abjeta*.

os banheiros do comércio do entorno da Praça. Durante o dia, observei que os homens urinam nos canteiros ou em pé nos cantos de parede de ruas pouco movimentadas.

Há do lado da loja Marisa, que fica a oeste da Ferreira, um estabelecimento (Farmácia Avenida) fechado com placa de Aluga-se. Toda a extensão da calçada da farmácia, é feita de casa pela garota mãe dos gêmeos. Entre um colchão de casal e uma pilha enorme (cerca de 2 metros) de caixas de papelões, ela demarca limites de maneira tal que forma um quarto. Dora cria os gêmeos (10 meses) e seu primogênito de 4 anos ali naquele espaço. As funcionárias da loja Marisa colocam os bebês nos braços, dão alimentos, água, conversam com ela e com as crianças. Percebe-se certo carinho das funcionárias que buscam de alguma maneira ajudar Dora com as crianças.

Vendedores ambulantes - com isopores em carrinhos improvisados vendiam água e refrigerantes; feirantes vendiam frutas dispostas em tabuleiros de madeiras. Alguns mantinham uma relação amistosa com os **HSRPF**.

Os atores que não se relacionam com as PSRPF

Diariamente, vemos os mesmos aposentados em “rodinhas de conversas” lotando os bancos que ficam no lado leste em frente ao Cine São Luiz. Senhores aparentando mais de sessenta anos, cabelos grisalhos, lotam os bancos nesse canto da Praça. À tarde, esse lado leste é bastante ventilado e, devido à sombra dos edifícios, é sempre o “pedaço” da Praça que é mais movimentado, o mais procurado pelos artistas para suas performances. Em conversas com alguns aposentados, pude observar que lidam com as **PSRPF** de modo hostil. Presenciei piadinhas, grosserias e rejeição com algumas delas. Era como se os aposentados fossem “donos” da “Mãe Ferreira” e as **PSR** estivessem se apropriando de seus lugares. Os bancos que ficam do lado sul, onde a maioria dos **HSRPF** se estabeleceram, nunca são ocupados pelos aposentados. Embora os **HSRPF** ocupem e circulem por toda a Praça, há bancos que eles não utilizam são “cadeiras cativas” dos aposentados.

Em sua grande maioria, os funcionários e vendedores das lojas do entorno da “Mãe Ferreira” dão de ombros com as **PSR**, não demonstrando nenhum interesse sobre a situação. Busquei conversar com alguns deles sobre os **HSRPF**, demonstraram desprezo em me atender sem nenhum interesse em conversar, além de não darem a mínima credibilidade à minha pesquisa. Ao contrário, sentiam-se incomodados com minha presença ao tratar do assunto.

Essas atitudes também se aplicara à maioria dos transeuntes que tive oportunidade de conversar sentada no “meu banco”. Quando alguém sentava ao meu lado e “puxava” conversa, procurava saber como percebia a situação. Ficou evidente a rejeição as **PSRPF**. Era recorrente

nos discursos que a Praça do Ferreira abrigava “marginais”, “bandidos” e “vagabundos” como comenta um aposentado “vagabundos que não querem nada na vida”.

Os artistas (pintor, cantor, estátua viva) com suas várias habilidades estavam mais preocupados com suas performances e em ganhar dinheiro do que com as **PSRPF**. Eram indiferentes aos seus deslocamentos. O pintor, pintando com graxa e betume, sobre *canson*, imagens de Fortaleza e Ceará; o cantor com uma caixa de som e microfone vendendo seus CD, fazendo *cover* de cantores “das antigas” e não davam a mínima para os **PSRPF**, eram indiferentes à situação.

O artista-estátua, vestido de pescador em cima de um caixote, impressionava e encantava quem passava no local. Pintado de dourado do chapéu de palha até os sapatos, vestido de pescador, segurava uma tarrafa em uma mão e na outra um samburá (cesto de jangadas) que abrigava um pequeno cachorrinho o qual fazia a graça da “performance”. Quando colocavam uma moeda na caixinha disposta à sua frente, o “pescador urbano” retirava o cão do cesto, mostrava aos transeuntes e o colocava novamente no samburá. O cãozinho participava da performance com o mesmo empenho e a dedicação de seu dono. O artista-estátua passava a tarde neste trabalho. Observando-o por vários dias, pareceu-me que o “pescador urbano”, pouco importava se na Praça moravam pessoas ou não.

Nesse encontro entre as margens, as **PSRPF** e o centro, as “pessoas de bem”, se estabelece uma relação de estranhamento e é precisamente no limite de viver nas fronteiras “entre ser ou não ser, que se conciliam e vivenciam processos de mediação de exercício de trocas, de escolhas, tendo em vista a construção de identidades e singularidades que convivem, não sem conflitos” (Possas, 2011, p.62). Possas (2011), sugere um “olhar fronteiro” que esteja vigilante às sutis alterações ocorridas na vida dos agentes que vivem nas fronteiras simbólicas. Viver em um “lugar de fronteira”, é viver outras possibilidades de identidades que nas ruas, não são o ponto de chegada, mas o ponto de partida. Bhabha (2007, p. 19) chama atenção para uma citação de Heidegger que declara “a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”.

Possivelmente na produção dos estilos de masculinidades e modos de sobrevivência dos **HSRPF** que fazem parte desse cenário, requeira-se algum esforço, visto que nas ruas “sobreviver é enfrentar a morte diariamente” (Edson, 26 anos de idade e 5 anos de rua). Nas fronteiras de seus corpos abjetos⁶⁵, os **HSRPF** inscrevem suas experiências, resistências,

⁶⁵ Cf. Butler (2002) em sua apropriação de Julia Kristeva sobre abjeção mostra que os corpos abjetos são considerados ilegítimos, ou seja, não deveriam existir. São corpos execrados, sujos, portanto, quase impossíveis de se materializarem.

cicatrizes e luta pela sobrevivência. “Abjetos menos por serem sujos [...] mais por transgredirem fronteiras, posições e regras, perturbando as nossas noções de identidade, sistema e ordem” (Pontes, 2014, p. 10).

Ao longo dos anos, “Mãe Ferreira” construiu uma história com diferentes momentos de passado e presente, com apropriações e dinâmicas distintas para cada agente que faz uso dela. No passado, os fluxos, circulação e apropriação que os homens fizeram da Praça tinha outros estilos e contornos já que a Fortaleza da *belle-époque*, do início do século XX, era a dos coronéis e, na segunda metade do século XX a Praça passou a ser frequentada pela elite fortalezense. Os transeuntes consideram a Praça como um local “só de periferia”. De fato, enquanto no passado a elite detinha a apropriação e o uso da Praça do Ferreira, hoje a elite fortalezense “dá de ombros” por qualificá-la de suja, deteriorada e “lugar de marginais”.

Temporalidades: em “Casa” a Vida corre Mansa

Chego à Ferreira por volta das 13h40 min. É sexta feira⁶⁶. Ainda não tinha visto a Praça tão movimentada como nesse dia. Possivelmente, devido aos preparativos do encerramento do 27º Cine Ceará – Festival Ibero-Americano de Cinema que acontece todos os anos no Cine Teatro São Luiz, excepcionalmente, nessa tarde, a Praça estava lotada e agitada.

Chego à Praça pela Rua Guilherme Rocha vindo da Praça dos Leões que fica a dois quarteirões. Caminho até “meu banco” que escolhi estrategicamente para minhas observações quando não estava interagindo com os Homens ou circulando. Sento em um banco que fica ao sul, do lado oposto de onde chego. A escolha desse ponto da Praça deu-se por dois motivos: era o banco “casa do canteiro” onde ficava o maior grupo de **HSRPF**, e esse ponto propiciava observar, em um ângulo de visão privilegiado, o movimento e cotidiano da Ferreira. Como dito, os bancos de madeira são dispostos de maneira tal que seus encostos formam um cercado que vira canteiros. Sento no banco de frente para o encosto com as pernas para o lado de dentro do canteiro. Além de ficar mais confortável, essa posição era estrategicamente a melhor maneira para observar a agitação dos transeuntes e **HSR**. Sr. Eli, um **HSRPF**, meu interlocutor, estava sempre comigo, ensinou-me a sentar assim. Disse-me um dia: “Zu, assim fica melhor de sentar para observar os miseráveis”.

Sentada no “meu banco”, embaixo de um sol a pino, disputando com uma senhora ao meu lado uma fresta de sombra, contemplo as múltiplas cenas que “Mãe Ferreira” proporciona. Com olhar mais clínico, percebe-se que a Praça cria vida, fervilha e me dei conta de que esse

⁶⁶ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 11 /08/ 2017.

espaço não é somente o produto da urbanidade do emaranhado de edifícios de concreto em seu entorno, de ruas de paralelepípedo, de lojas de alvenaria, de calçadas de pedra portuguesa, de bancas de jornais, de bancos de madeira, de árvores, de postes de iluminação, Coluna da Hora. O “coração da cidade” vem sendo usado a cada dia por dezenas de pessoas com histórias de vida que foram esquecidas pela família, gestores públicos, oportunidades e sociedade. A Praça se fantasia de “casa”. Os **HSRPF** subvertem a ordem estabelecida e a “casa na rua” pode ser pensada como espaço vivido por eles que, em cujas imaginações e simbologias, inventam seus cotidianos contrariando o nexo de que lugar de morada tem que ter muros, paredes, portas, janelas, teto, camas, utensílios. A maneira como se deslocavam de um banco a outro e o vaivém de uma ponta a outra da Praça confirmava que, simbolicamente esse espaço é de fato uma casa, com paredes invisíveis, mas é uma casa.

Olavo, 56 anos e há 5 em situação de rua na Ferreira, passa o dia ao redor da “casa do canteiro” sem camisa, de bermuda e descalço. Certo dia, de sua caixa de papelão, retirou uma camisa, vestiu-a, calçou um chinelo e foi até o outro lado da Praça para comprar pipoca. Observando essa cena pensei: “por que ele veste camisa para ir até o outro lado se passa o dia circulando sem camisa ao redor do banco?”.

Era por volta de 16h quando avistei em outro banco (onde ficava o “Pé de Colchão”) uma mulher fazendo um asseio íntimo. Com barbeador na mão, sabonete na outra e uma lata d’água ao lado, ela raspava as pernas e as axilas como se estivesse no banco do jardim de casa. Alheia aos transeuntes, raspou-se, enxaguou-se trocou de roupa e saiu no rumo da Rua Pedro Borges.

As **PSRPF** trocam de roupa da seguinte forma: colocam um grande lençol por cima do corpo e ali mesmo na frente de todos, tanto homens, quanto mulheres mudavam suas roupas. Dava para ver o movimento por baixo do lençol da pessoas retirando a roupa e ninguém se atreveria a levantar o lençol. Nem transeuntes nem os **HSR**.

De fato alguns “pedaços” da Praça do Ferreira são como “casas” com paredes invisíveis. Absortos em suas práticas “domésticas”, as **PSRPF** não se importavam de forma alguma com os olhares, às vezes, apavorados, às vezes, indignados dos transeuntes. Vão erguendo paredes invisíveis, delimitando ambientes, demarcando seus lugares privados, construindo seus cotidianos. Levando-se em conta que a Praça não é espaço para exposição e realização de práticas da esfera privada as **PSRPF** acabam forjando *identidades abjetas* por subverterem o espaço público acabam por terem que encarar os estereótipos negativos que suas imagens provocam.

No entanto, subverter, como também transgredir, a ordem do espaço público não era para as **PSRPF** uma provocação. Suas atitudes subversivas não significavam uma intencionalidade em afrontar, no sentido de querer “agredir”, social e moralmente, quem passa pela Praça, mas, lançar mão de elementos que possibilitassem sobrevivência. Em suas experiências no contexto da Praça do Ferreira, há perdas de noções tradicionais de que, no espaço público, certos comportamentos são improváveis. Com essa perda, elas mantêm atitudes e comportamentos no espaço público, em que manifestarão gestos e práticas de intimidade do mundo privado.

Tanto a casa quanto a rua não representam simplesmente espaços geográficos, físicos mensuráveis, mas, dimensões morais de esferas de práticas sociais. Igualmente, a casa torna-se para muitos um elemento de importância na construção identitária dos agentes que, diante de sua realidade, utilizam estratégias que permitem regularizar, legitimar e moralizar comportamentos por meio de suas próprias perspectivas (Da Matta, 1991). Pensar sobre lugar de morada, remete-nos às imagens, ao conjunto de valores e tradições em que a casa seria um ambiente de amor, aconchego, intimidade e pertencimento. As casas estão sempre de portas abertas para receber amigos e familiares, ou seja, pessoas queridas.

Em uma manhã⁶⁷ de uma terça feira, no Centro POP (Centro), eu e Lia conversávamos sobre a vida nas ruas. Era a terceira vez que a via, corpo negro, frágil, franzino e voz mansa. Conversávamos através de uma janela. Lia do lado de fora da casa eu debruçada no parapeito. Enquanto conversávamos, ela organizava suas roupas para lavar, comentava da dura realidade da vida nas ruas. Com um sotaque diferente do cearense perguntei de onde era. Disse-me que nascera na cidade de Belém/PA, mas há anos morava em Fortaleza. Sem eu ao menos perguntar, foi dizendo que chegou às ruas para acompanhar o marido que havia saído de casa devido ao vício em cocaína. Com tristeza, narra que acabou também sucumbindo à cocaína e passou a morar nas ruas para acompanhar o marido, por isso não pode mais ver a filha (13 anos) que morava com um parente na periferia de Fortaleza. Perguntei como era dormir na rua e sobreviver na Praça. Assim, de supetão e para minha surpresa, Lia me incita: “venha dormir um dia com a gente!” Na hora fiquei sem saber o que dizer e não consegui responder de imediato. Ela sorriu e disse: “não tenha medo, você fica comigo e com João (o marido). A gente arranja papelão pra você. É tranquilo. Não mexendo com os outros, é tranquilo!”. Respondi: “Sim, um dia vou sim!”.

⁶⁷ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 12/04/ 2016.

Quando pensamos em espaço de morada, vem-nos a ideia de um ambiente diferente de hotéis, pensões, shoppings, prisões, local de trabalho, clube etc. visto que são espaços de trânsitos, fluxos, circulação, provisórios. Já, quando pensamos em casa, cria-nos a sensação de pertencimento, fixação e para Lia, “Mãe Ferreira” era sua casa. A maneira como me convidou era como se fosse para lhe fazer uma visita.

Considerando que o tempo vivido dentro de casa é medido e pensado não pelo relógio, com compromisso de bater ponto, hora para chegar, hora para sair, mas pelo seu envelhecimento, ócio e descompromisso, o tempo nos “braços” de “Mãe Ferreira” corre manso. Os **HSRPF** passam o dia andando, circulando, em um vai e vem frenético ou ficam de conversas, discutindo, bebendo, ouvindo música (muitos têm caixinhas de som), se divertindo ao redor da “casa do canteiro”.

Em contraponto com a casa, a rua é lugar de movimento, indiferença, competição, anonimato, luta, individualidade. O tempo na rua é ajustado por relógio e calendário. Quando chega o Carnaval, as ruas se enfeitam, no Natal, as ruas se iluminam, na Semana Santa tem teatro. À noite, a Praça muda sua fisionomia, muda sua rotina e, ao chegar a madrugada, o silêncio se faz presente. Na rua somos massa, povo, pedestres, transeuntes. Teoricamente essa é pensada como lugar onde não há espaço para amizades, camaradagem, as relações são impessoais e não seria lugar de morada. Em casa, somos alguém, na rua somos ninguém. O tempo de casa é calma, é ordem... O tempo da rua é turbulência, é desordem. Manhã, tarde, noite, madrugada... O tempo na “Mãe Ferreira” se veste de sol, escuro, luar, chuva, vento, frio, barulho e de pessoas, muitas pessoas em situação de rua.

O tempo é uma experiência abstrata, mas também uma vivência concreta (Delgado, 2003), e o ritmo do tempo vivido dos **HSRPF** segue constâncias, permanências, rupturas, convenções, continuidades, representações, simultaneidades e sensações bem diferente da dos transeuntes, comerciantes, artistas, aposentados, jardineiros, jornalheiros, vendedores e fortalezenses. As temporalidades e o tempo vivido dos **HSRPF** são influenciados por outras demandas que não as horas, datas, compromissos, agendas, trabalho, responsabilidades.

O tempo na rua é imprevisível e cada horário tem suas especificidades. Na rua, não se sabe de nada! Não se sabe se vai haver comida, se vai haver papelão, se vai poder dormir no mesmo lugar, se a noite vai ser tranquila, se vai chover. Como adverte Lia, “não tem como uma noite ser tranquila!”. Na rua não se dorme tranquilo e muitos dizem “dormimos com um olho aberto e outro fechado!” Na rua é “não sei”, é inconstância e imponderável! Na rua, sobretudo à noite, há uma sensação de desalento “é como se estivéssemos jogados no abismo!” disse-me um interlocutor. À noite, para se manterem vivos, é o medo que movimenta e fortalece a

permanência na rua e este só será minimizado com os primeiros raios de sol. Pela manhã, a rua se veste de esperança e de possibilidades de sobrevivência por mais um dia vivo!

Houve um tempo em que “Mãe Ferreira” tinha seus cafês, o Jardim 7 de Setembro, o coreto, a Coluna da Hora em Art Déco da década de 1930, o Abrigo Central. Nesse tempo os transeuntes percebiam a Praça como um espaço de encontro e circulação social onde os casais e famílias iam ao Cine São Luiz ou tomavam um café da tarde no Café Java. Hoje os tempos são outros. A Praça não resistiu urbanidade, ao consumo, ao desemprego, à crise, às drogas, ao álcool. Hoje “Mãe Ferreira” tem colchões dispostos no chão e em bancos, pilhas de caixas de papelões, roupas molhadas secando ao sol, toneis cheios d’água, pombos por todo lado e pessoas morando por lá.

Observando a movimentação, temos a sensação de que para as **PSRPF** o tempo não sai do lugar. Por subverterem o espaço da Praça, a qualquer hora do dia vemos pessoas dormindo em colchões, almoçando, tomando banho, fazendo asseio íntimo, lavando roupa, namorando. Essas ações acontecem em meio à movimentação dos transeuntes e os homens ficam alheios a quem passa. Quando a noite chega, quem não é de casa segue com passos acelerados, mas, para os que são de casa não há pressa. O tempo vivido na Ferreira é contingente, transgressor e transitório já que não há nenhuma obrigação com tempo algum.

Há na Praça do Ferreira, tempos múltiplos, diferentes, desiguais. Há o tempo da cidade de Fortaleza, o tempo da “Mãe Ferreira”, das pessoas em situação de rua, dos transeuntes, dos aposentados que invocam um tempo que não existe mais. Há o tempo do comércio, há o tempo da minha pesquisa. Essas temporalidades conferem a cada agente vivências singulares que me deixava entrever que são inúmeras as experiências dos que transitam ou permanecem na Praça. Cada um a seu tempo e a sua percepção do tempo vivido com sensações e sentidos diferentes de lugar. Na realidade das **PSRPF** o tempo vivido “entrecruzam-se temporalidades diversas” (Delgado, 2003, p. 12) e a relação entre transeuntes e as **PSRPF** com a Praça determina lugares fronteiriços onde para as “pessoas de bem” a Ferreira é lugar de passagem e lazer; para as **PSRPF** é lugar de moradia e resistência. Assim, essas vão alterando, subvertendo, transgredindo, desconfigurando, provocando a ordem homogênea das ruas ao produzirem sentido privado ao lugar e inventarem seus cotidianos a partir de suas experiências de sobrevivências.

O movimento e circulação das pessoas na Praça do Ferreira e nas ruas do centro de Fortaleza nos dias atuais mostram-se como um termômetro social das relações entre os transeuntes, a cidade e as **PSRPF**. Ou seja, a temperatura é elevada e há um tensionamento latente, visto que os fortalezenses têm se queixado sobre o cenário e imagens da atual

circunstância da Praça⁶⁸ e exigem solução dos gestores. Na fotografia a seguir vemos uma “pilha” de caixas de papelões que servem de armários. Quando precisam de algo, vão até as caixas, escarafuncham-na até encontrarem o que querem. São duas as pilhas de “armários” dispostas na Ferreira. Vemos também um grupo de moradores de rua em círculo fazendo oração. Estes são conduzidos por evangélicos que visitam a Praça à noite para fazerem doações de alimentos e roupas.



Figura 9. Praça do Ferreira - Fortaleza – Ce. (2017). [Foto: J.L. Rosa. Arquivo: Jornal Diário do Nordeste]⁶⁹.

Homens Praticando a Cidade

A relação entre a cidade e os **HSRPF** é complexa, multifacetada e ocorre por meio do estar e caminhar pelas ruas, praças, terrenos baldios, viadutos, praias. Com o corpo em suspensão no perambular entre calçadas e edifícios, entre tempo e espaço, é nos deslocamentos pela cidade, com a prática errante, que os **HSRPF** reconhecem, adotam, disputam e se apropriam dos espaços urbanos. Complexa, pelas dificuldades enfrentadas em suas

⁶⁸ Cf. reportagens da mídia (impressa, televisa e website).

⁶⁹ Cf. reportagem “Moradores de rua usam praça como dormitório” do Diário do Nordeste <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/moradores-de-rua-usam-pracas-como-dormitorio-1.1798170>

sobrevivências, em suas adaptações aos espaços onde estão sujeitos à solidão, dor, medo, frio, chuva, sol, perigo, angústias, fome; multifacetada pelas várias características com que a vida nas ruas acomoda seus corpos, e ainda por terem que encarar os estereótipos negativos que diariamente a própria imagem deixa escapar.

Assim, como os **HSRPF** constroem suas paredes invisíveis na “Mãe Ferreira”, outros agentes sociais constroem muralhas invisíveis entre eles e os **HSR**, com a crescente desigualdade socioeconômica, produzindo segregação, tanto social, quanto espacial. Diferente dos errantes modernos ou nômades urbanos (artistas, escritores, pensadores) estudados pela arquiteta Paola Berenstien Jaques (2005), os quais buscavam questionar a construção e intervenções urbanísticas dos espaços das cidades de forma crítica; os errantes “resíduos” das ruas de Fortaleza buscam, em seus deslocamentos, modos de sobrevivência, tateando as brechas da cidade para se abrigarem. Será em suas práticas das masculinidades que encontrarão proteção no enfrentamento do cotidiano das ruas.

Uma das características da vida nas ruas é ter um corpo itinerante. E mesmo que os **HSR** façam da Praça do Ferreira sua casa, seu corpo também se torna uma casa à medida que, para onde quer que caminhem, levam todos os seus pertences em suas mochilas atreladas ao corpo. Seu corpo itinerante pratica os lugares e esse é a última instância entre a fronteira da sobrevivência e a da morte.

Os **HSRPF** são como “pessoas caracóis”. Com suas mochilas nas costas, seus deslocamentos nômades os fazem ser de todo lugar e de lugar nenhum, ao mesmo tempo em que permanecem no mesmo lugar, pois mantêm-se na situação de rua sem dela sair, ou seja, na vida precária e vulnerável que é a marca das ruas. Os **HSRPF** se deslocam não só entre bairros, ruas e praças, mas também econômica e socialmente. Além da Praça do Ferreira, outros espaços são explorados por eles e será, em seus deslocamentos, praticando a cidade, o condicionamento de seus modos de sobrevivências, com suas práticas de masculinidades.

“Mãe Ferreira” mostra-se como um espaço onde os **HSRPF** circulam e se deslocam num contínuo conservar-se e peregrinar-se e esse fluxo define situações diferenciadas para cada um deles. Há **Homens** que “estão na rua” (recentemente), há os que querem “ficar na rua” (eventualmente) e há aqueles que “são da rua” (ininterruptamente). Essas configurações mostram diferentes maneiras de se apropriarem do espaço público e de como há para cada um, sentidos político e pessoal distintos de se inserirem na Praça. Há também três tipos de **HSR**: os considerados perigosos, os apáticos e os que desejam um teto⁷⁰.

⁷⁰ Nos Capítulos 5 retomarei sobre estas identidades.

São várias as motivações que os movem pelas ruas, praças e outros espaços citadinos. Deslocam-se em busca de comida, vão atrás de um lugar para banhar-se, procuram um “bico”⁷¹ para fazer, escondem-se para consumir drogas, saem da Praça para *manguiar* ou praticar pequenos furtos, buscam lugar para praticar sexo ou se deslocam definitivamente quando são *espurrados* da Ferreira. Nesses movimentos, os motivos para se deslocarem de dia são diferentes dos motivos para se deslocarem à noite.

Durante o dia, à luz do sol, “Mãe Ferreira” e ruas do entorno mostram-se animadas, movimentadas e muitos **HSRPF** se divertem ouvindo música com suas caixinhas de som, fazem pilhéria um com outro, dançam, discutem, divertem-se, brincam, dividem comida, dormem, negociam roupas, banham-se, vão “trabalhar”. Sentados nos bancos “jogam conversa fora”. Vão ao Centro POP e Pousada Social. Olhando de longe, parecem uma grande família.

“À noite, todos os gatos são pardos”, diz o ditado popular. Diferente do dia ensolarado e movimentado, à noite as ruas parecem deprimentes. Depois das 19 h, quando o comércio fecha, ficam vazias e a penumbra e a pouca iluminação do centro de Fortaleza deixam as ruas camufladas e os espaços parecem gris ou pardos. “Tia, à noite, o bicho pega!” disse-me Marcos em uma conversa e continuou “à noite, a gente sai para dar umas *pancadas*”, assaltar ou sai pra trepar”.

Durante a noite, os **HSRPF** articulam outras dinâmicas que não são as sobrevivências praticadas durante o dia. À noite, além da sobrevivência, essas dinâmicas estão mais ligadas à prática de defesa, pois as situações de perigo são sempre iminentes e os deslocamentos pela cidade podem envolver ameaça, briga ou até morte.

O tempo de permanência dos **HSRPF** não é estabelecido por ninguém. A constância ou estabilidade em um espaço, está condicionada às suas sociabilidades, aos débitos com a justiça, à infração de regras de convivência e pela maneira como articulam suas masculinidades. Há relatos de conflitos entre territórios, ou seja, alguns homens estão em um determinado logradouro ou praça e não podem transitar em outras praças pois correm o risco de sofrer violências. É possível afirmar que, no mundo das ruas, há seus próprios pactos e regras de permanência que estão atreladas às questões do tráfico de drogas e da dominância de grupos rivais.

Os conflitos de território se dão porque as ruas e praças do centro são dominadas por facções. O limite é a Avenida Duque de Caxias. No sentido norte indo para a praia é dominada pelo Comando Vermelho (CV), que abrange a favela do Oitão Preto; no sentido sul indo para a

⁷¹ Busca de trabalhos temporários.

⁷² Fumar pedras de *crack*.

Praça da Bandeira sentido do bairro Benfica é território da facção Guardiões do Estado (GDE)⁷³. Quem é de uma facção não pode ultrapassar os limites da outra. Esses conflitos de territórios podem ocasionar a migração de algumas pessoas em busca de outros espaços, são alguns dos condicionantes para a dinâmica circulante ou permanência no local.

As disputas e pendências rivais não se resumiram somente aos **HSRPF** e suas facções. Resvalou também nos educadores sociais do Centro POP (Centro) e chegaram até a mim. Passei o mês de novembro de 2017 sem frequentar a Praça e o Centro POP devido os preparativos para minha qualificação em Marília, ao retornar de lá, como de costume, voltava a frequentar o Centro POP para participar das oficinas. Um dia, conversando com um educador social nas dependências do equipamento, perguntei como estava o trabalho da abordagem de rua⁷⁴ e procurei marcar com ele para nos encontrarmos à noite na Praça do Ferreira. Disse-me que já fazia um mês que a equipe estava impossibilitada de ir à Praça, pois tinha sido ameaçada por **HSR** que questionavam o que a equipe fazia na Acal, já que tinham visto ela por lá. O educador me explica o que tinha ocorrido. Antes de narrar o episódio cabe um esclarecimento. Os educadores sociais, quando estão em suas abordagens de rua, circulam em todos os espaços de Fortaleza, nas áreas de abrangência das ações do Centro POP. Assim, a equipe circula entre os territórios das facções que estão dentro dos espaços das ações da abordagem de rua.

Segundo o educador social, em uma das abordagens da equipe (normalmente são três educadores), na Praça do Ferreira, território do CV, essa foi questionada por **HSRPF**. Queriam saber o que a equipe fazia na Acal. A Acal é uma grande loja de material de construção que fica na Av. Duque de Caxias, limite das facções e esse espaço faz parte da GDE. Depois da Ferreira, as calçadas da Acal e seu entorno são o espaço que mais abriga **PSR**. No dia em que a equipe foi interpelada, os **HSRPF** questionavam se os educadores estavam espionando o que faziam na Ferreira para informar aos **HSR** da Acal. A equipe informou que estava fazendo o trabalho dela, mas os **HSRPF** insinuavam que a equipe levava e trazia informações. Os educadores foram ameaçados e os homens disseram que não voltassem mais lá. Diante da narrativa do educador, resolvi me ausentar da Ferreira durante o mês de dezembro e optei por não frequentar mais o Centro POP (Benfica), já que esse equipamento faz parte do território da GDE e meu foco de pesquisa, a Praça do Ferreira fazia parte do CV. Logo, fiquei impossibilitada de aparecer

⁷³ A Guardiões do Estado (GDE) surgiu em Fortaleza no ano de 2012 por meio das torcidas organizadas do Conjunto Palmeira bairro de periferia. Pelo fato de não cobrar “caixinha” de seus membros como o PCC e CV isso faz com que angarie membros jovens com maior facilidade. No início a GDE teve uma convivência pacífica com o CV, no entanto atualmente são rivais. Uma das características da GDE é o *modos operandi* de uma crueldade a toda prova. Quando matam costumam decapitar e esquartejar suas vítimas. Recentemente no dia 09/ 03/2018 a GDE fez sete vítimas em uma praça do bairro Benfica.

⁷⁴ No Capítulo 3 tratarei sobre esta questão.

no Benfica para fazer duas entrevistas que eu tinha agendado, uma com a coordenadora e outra com um **HSR**. Comuniquei-me com o Centro POP pelo telefone, informando que não dariam mais certas as entrevistas. Quanto ao **HSR** do Benfica, optei por não aparecer na Praça da Bandeira, local combinado para a entrevista, território da GDE. Prefiri não arriscar. Desse dia em diante, não apareci mais na área do Benfica.

Dito, isso, importa situar o leitor os espaços praticados pelos **HSRPF** visto que muitas sociabilidades também ocorrem em outros espaços além dos “muros” da “Mãe Ferreira”.

Praça dos Leões

A Praça General Tibúrcio fica a um quarteirão da Praça do Ferreira. Mais conhecida como Praça dos Leões por abrigar desde o início do século XX três grandes estátuas de leões de bronze vindas de Paris, encomendadas pelo Intendente Idelfonso Albano. Em 2005, o Governador Lúcio Alcântara inaugurou uma estátua, também em bronze, da escritora Raquel de Queiroz sentada em um banco apreciando o movimento da praça. Uma das características da estátua da escritora era seus grandes óculos e desde a sua inauguração, por três vezes, seus óculos foram arrancados. Dizem os transeuntes que os **HSR** arrancavam os óculos para vender. Sendo verdade ou não, atualmente, Raquel de Queiroz está sem óculos.

Visitada por turistas para tirarem *selfies* sentados ao lado de Raquel, essa pequena, praça impressiona pela exuberância do verde. De tão arborizada o sol não penetra o chão, por isso a deixa agradável e menos quente. Há um coreto, na extremidade sul, que serve para cochilos dos **HSR**. É um espaço mais de descanso que de permanência até por ser uma praça silenciosa se comparada às demais. O espaço serve de local de sesta dos funcionários do comércio do entorno. Por tal motivo, foi nessa praça, sentada na escadaria do coreto, que consegui fazer uma entrevista com uma **MSR**. Com calçadão ao seu redor é mais uma praça de passagem que de abrigo.

Por ser pequena, pouco movimentada, os **HSRPF** não se interessam em se reunir ou dormir nessa praça. Quando se deslocam para os Leões como muitos a chamam é somente como passagem ou descanso. Nem durante o dia nem tão pouco à noite gostam de se abrigar na pequena praça.

Praça do BNB

Chamada também de Praça da Justiça Federal, por abrigar o Edifício da Justiça Federal, que por sua vez já abrigou o Edifício do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e por isso é conhecida como Praça do BNB, a pequena Praça Murilo Borges (nome oficial), fica a três

quarteirões da Ferreira. É um largo que se inicia ao final da escadaria do Edifício da Justiça Federal. Em seu centro, há uma fonte luminosa conhecida como “Chafariz da Lagoinha”, por já ter sido abrigada na Praça da Lagoinha. A fonte foi encomendada em 1929 à empresa alemã Herms Stoltz pelo prefeito Álvaro Wayne. É uma fonte histórica que circulou por vários locais de Fortaleza, e atualmente, encontra-se nessa minúscula praça. Do lado leste e oeste da fonte, com uma distância de cerca de 8 metros, há bancos em toda a extensão e por trás dos bancos há algumas árvores.

A praça é pouco arborizada por isso o local é muito quente. É ponto de permanência de travestis que fazem desse espaço seu lugar de refúgio. A partir dessa praça, as travestis marcam seus encontros. À noite, por ser um pouco escuro, muitos **HSRPF** fazem uso da praça para praticarem atos ilícitos como pequenos furtos e consumo de drogas. A fonte funcionou até o ano de 2013, e as **PSR** utilizavam para banho e lavagem de roupas.

Parque da Criança (Parque da Liberdade)

O Parque da Liberdade, conhecido como Parque da Criança ou Cidade da Criança, possui uma área de 26.717 m². Fica a quatro quarteirões da Praça do Ferreira. Muito arborizado com bancos para todo lado, o muro em estilo colonial que circunda o parque tem cerca de 4 metros de altura, com alvenaria até a metade seguido por grade. Abriga em seu centro um espelho d’água com uma pequena ilha, chamada Ilha do Amor por possuir, em seu centro, um templo circular com uma estátua de Cupido. Urbanizado em 1890 recebeu o nome de Parque da Liberdade em referência a libertação dos escravos no Ceará. Em 1936 recebe o nome de Cidade da Criança por abrigar em suas dependências uma escola primária dirigida pela Profa. Alba Frota, e posteriormente passou a ser chamada pelo mesmo nome da professora (Nobre, 2011).

Ao redor do espelho d’água, há várias casas em volta que abrigam as sedes das Coordenadorias da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Essas Coordenadorias são: LGBT, Étnico-Racial, Pessoas com Deficiência, Idosos, Juventude, Mulher e Direitos Humanos.

Houve um tempo em que as **PSR** consideravam o Parque um território neutro. No início de minha pesquisa, em 2014, o Parque era bastante frequentado pelas **PSRPF**. Por ser um território neutro, ninguém era “dono” de nenhum espaço, ninguém dava ordens. Muitas utilizavam suas dependências para consumirem maconha, *crack*, cocaína e álcool.

Até meados de 2017, o Parque era muito utilizado pelas **PSRPF** para cochilos e “rodinhas de conversas”, além do consumo de drogas. Ficavam por lá até às 18h, horário em

que o Parque encerra suas atividades. A Prefeitura não permite mais a circulação de **PSR** dentro do Parque devido às confusões, brigas e conflitos que provocavam, além de roubo aos transeuntes. Atualmente, está muito policiado pelos Agentes da Guarda Municipal. Embora consigam burlar a Guarda Municipal, alguns ainda conseguem utilizar drogas ou fazer sexo atrás das casas das Coordenadorias. Era um local de permanência durante o dia. Hoje, ao menor sinal de ajuntamento de **HSR**, os guardas já dispersam e os retiram de lá.

Passeio Público

A Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público, fica a quatro quarteirões da Praça do Ferreira. Com uma área retangular de 9.611m². A praça faz limite com o Forte Nossa Senhora da Assunção, atualmente o Quartel General da 10ª Região Militar. Cercada por grades com cerca de 2 metros de altura, essa praça foi construída em estilo neoclássico e, em seu passado, o Passeio Público foi palco de execuções sumárias dos revolucionários da Confederação do Equador, no final do século XIX, como Padre Mororó, Azevedo Bolão, Pessoa Anta, Feliciano Carapinima (Nobre, 2010).

Atualmente muitos consideram essa praça como um alento em Fortaleza por abrigar árvores centenárias como o grande baobá plantada em 1910 trazido da ilha de Madagascar pelo Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Devido à arborização, a praça é bastante ventilada e agradável. Os **HSRPF** utilizam-na como local de cochilos e consumo de drogas, é um local mais de passagem que de permanência (Nobre, 2010).

Praça José de Alencar

A Praça José de Alencar abriga o famoso Teatro José de Alencar inaugurado em 1910. Em seu centro, há a estátua de José de Alencar esculpida pelo artista paulista Humberto Cozzo, de 1929, erguida por iniciativa pessoal do jornalista Gilberto Câmara. Fica a três quarteirões da Praça do Ferreira, desde sempre tem em seu entorno um comércio popular com circulação de pessoas de baixa renda. A Zé de Alencar, como os **HSR** a chamam, é mais um local de passagem que de permanência. É também um espaço de negociação de drogas.

Praça da Estação

A Praça Castro Correa, mais conhecida como Praça da Estação por abrigar, ao norte, a Estação Ferroviária Engenheiro João Filipe, construída em 1879, em estilo neoclássico. Fica a oito quarteirões da Praça do Ferreira. Também possui desde sempre um comércio bastante

popular, sendo um local de ponto de prostitutas. Abriga um pequeno terminal de ônibus. É mais uma praça de passagem que de permanência.

Oitão Preto

A favela do Oitão Preto fica a doze quarteirões da Praça do Ferreira e seu acesso se dá por trás da Praça da Estação. Seu nome deve-se a uma antiga “pensão alegre”, como eram chamados os bordéis da Fortaleza da década de 1940. A conhecida Pensão do Oitão Preto fazia parte do local onde se estabeleceram vários bordéis que faziam parte do Curral das Éguas, local do chamado baixo meretrício, no bairro que ainda hoje conserva o mesmo nome, Moura Brasil. O bairro, no início da década de 1950 se destacava pelas “mulheres do curral” chegando a abrigar cerca de oitocentas prostitutas. O bairro tinha um vasto comércio de maconha com poucas calçadas e os casebres não dispunham de saneamento (Nobre, 2009).

Segundo o jornalista e pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)⁷⁵, o nome Oitão Preto referia-se ao oitão (paredão) lateral do bordel que era pintado pelo lado de fora com piche que sendo preto chamava atenção. Com o passar dos anos o local, que já era marginalizado desde seu início nos anos de 1940, foi ficando cada vez mais associado à criminalidade. Hoje, conhecida como a Favela do Oitão Preto, o nome passou a ter outra conotação. Perde a ideia inicial da grande parede preta lateral do bordel e passa a associar-se ao revólver calibre 38, que é chamado de oitão.

Há uma forte conexão dos **HSRPF** com a favela e, em alguns momentos, a impressão é como se “Mãe Ferreira” fosse sua extensão. Os **HSRPF** são chefiados pelo Oitão Preto e dizem que o CV é quem gerencia o grande fluxo do tráfico de drogas na favela e centro de Fortaleza. Muitos usuários e **PSR** que circulam pelo centro promovem assaltos e furtos e vão com o “lucro” consumir drogas no Oitão Preto. Devido à grande disputa de traficantes pelo domínio dos pontos de venda de drogas na favela e pelas dívidas de usuários são registrados muitos casos de agressões e até mortes.

Estive na favela uma única vez acompanhada de Bob. Sabia que sozinha não teria a menor chance de andar por lá. As pessoas são desconfiadas com quem não é da favela. Foi muito desconfortável. Não podia olhar para ninguém, muito menos fazer perguntas. Tinha que caminhar de cabeça baixa. Para quem não é do Oitão Preto andar por lá é como um campo minado temos que pisar com cuidado, cautela e, ao menor passo em falso, podemos ir pelos

⁷⁵ Diário de Campo. Conversa com Nirez no dia 06/02/2018

ares. Podemos ser enquadrados no sentido de termos que dizer o que nos levou a aparecer por lá.

O Oitão Preto é um exemplo nítido do quanto a favela é esquecida pelos gestores. A única instituição que chega até lá é a polícia. Não há posto de saúde, escolas e políticas públicas que abarquem a precariedade e vulnerabilidade desse lugar.



Além desses espaços, os **HSRPF** praticam a cidade do centro até a orla de Fortaleza. Esses espaços são locais onde circulam, movimentam-se, mas sempre retornam para a “Mãe Ferreira”. No entanto, isso não quer dizer que nessas praças não morem **PSR**, ao contrário esses espaços estão repletos delas. O fato é que os **HSRPF** que moram na Ferreira praticam a cidade, mas, sempre retornam para dormirem na Praça.

Os **HSRPF** evitam praticar a cidade seguindo para os lados do Benfica, já que há uma divisão de território muito clara. Quem frequenta os lugares ao sul da Avenida Duque de Caxias⁷⁶ não frequenta o lado norte que abrange as praças acima citadas e a orla de Fortaleza. Os territórios são bem demarcados, ou seja, no sentido norte-praia é o Comando Vermelho(CV) quem chefia o comércio de drogas e no sentido sul-sertão são os Guardiões do Estado (GDE).

No próximo Capítulo faço um histórico da origem da política pública para a população em situação de rua, ou seja, o Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua, conhecido como Centro POP. Criado no âmbito dos Programas de Proteção Social da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com setores da sociedade civil organizada, essa política pública tem evidenciado tensionamentos entre a circulação dos moradores de rua nas casas-sedes onde estão instalados os equipamentos e a vizinhança do entorno. Em todo Brasil temos observado conflitos semelhantes em várias cidades, sempre no sentido de retirarem a todo custo os Centros POP dos bairros centrais das cidades. O esforço das “pessoas de bem” é banir os equipamentos para bem longe desses bairros em um empenho de que o centro (pessoas de bem) não pode se misturar com as margens (pessoas de rua).

Um dos casos mais emblemáticos desse tensionamento ocorrido no Brasil acontece na cidade de Franca interior do Estado de São Paulo, no qual alguns políticos chegam a afirmar que foi a existência da política pública que fez surgir os moradores de rua; como se esses simplesmente brotassem do chão. Além de ter conhecido de perto essa problemática e ter acompanhado pelos jornais a querela entre a gestão francana e a Câmara de Vereadores, trago

⁷⁶ Esses espaços são: Praça da Bandeira, Acal, Mercado São Sebastião, Praça da Gentilândia, Praça do Carmo.

esse caso à baila para mostrar ao leitor o quanto a mídia tem repassado de maneira contraproducente o funcionamento da política pública para a população em situação de rua.

Embora meu foco nessa investigação seja a Praça do Ferreira e os dois Centros POP da cidade de Fortaleza, destaco a sede de Franca por dois motivos: primeiro pela polêmica gerada em torno do Centro POP/ Franca, a qual tomou uma proporção tal que extrapolou os limites do bairro; segundo pelo envolvimento da Câmara Municipal de Franca, juntamente com o grupo de comunicação local Grupo Corrêa Neves (GCN) que consegui colocar a população de Franca contra a política pública. Portanto, busco situar o leitor do grave problema enfrentado pelas equipes que participam dessa política pública e a cidade de Franca/SP evidencia o extremo do tensionamento entre as margens e o centro.

Capítulo 3

Centro POP- A Política Pública que Incomoda

Origem do Centro POP

No Brasil, foi a partir da redemocratização, na década de 1980, que os movimentos sociais passaram a atuar em busca de políticas públicas que garantissem os direitos civis e políticos dos cidadãos. Com as altas taxas de desemprego registradas e agravamento das questões sociais, ampliaram-se as demandas por acesso à saúde, educação, trabalho, renda e assistência social.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a ser regido sob a batuta do modelo neoliberal cujo processo de reestruturação da produção de bens gerava significativos impactos sociais, sobretudo no tocante à desregulamentação dos direitos sociais. Os ajustes econômicos abalizado na reestruturação produtiva, na redefinição das funções do Estado e na financeirização do capital, impactaram no “mundo” do trabalho, afetando o desemprego, as condições laborais, a degradação das relações empregador e trabalhador, o rebaixamento dos salários. Esses aspectos acarretaram um crescimento expressivo do excedente populacional não absorvido pelo processo produtivo (Silva, 2006). Nesse cenário, há um aumento do crescimento das cidades que exigia cada vez mais investimentos em infraestrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação. Os movimentos sociais passaram então a reivindicar garantia de acesso e enfrentamento das desigualdades sociais observadas na realidade brasileira.

Nesse enfrentamento, a população em situação de rua torna-se pauta nos debates políticos e agendas dos gestores que passaram a se preocupar com os chamados “moradores de rua”. A partir da premissa explícita nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988, que determina igualdade para todos perante a lei e direitos sociais iguais, ficou impossível não considerar nas agendas políticas as questões relacionadas a esta população (Brasil, 2013a).

Um episódio que marcará a pressão e a cobrança por parte do movimento de Direitos Humanos por políticas de proteção social e ações afirmativas para a população em situação de rua foi o trágico evento ocorrido na cidade de São Paulo em 2004, conhecido como o Massacre da Sé. Nas madrugadas entre os dias 18 e 21 de agosto, cerca de quinze **PSR** foram atacadas enquanto dormiam. No primeiro ataque, na madrugada de quarta-feira dia 18, três foram assassinadas enquanto sete ficaram gravemente feridas e, na sexta-feira dia 20, um dos feridos veio a falecer. No segundo ataque, na madrugada de sábado (21) para domingo, cinco foram

agredidas com três mortes, oito feridos, sete mortos, golpeados na cabeça por objetos contundentes, possivelmente, paus de madeira foi o saldo dos ataques.

O massacre acirrou as discussões e debates sobre essa população e a partir desse episódio, no ano de 2005, representantes das **PSR** são convidados pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para, em um esforço conjunto, elaborarem o primeiro Programa Nacional para a População em Situação de Rua. Desse esforço, incluiu-se na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 o atendimento especializado para a população em situação de rua (Brasil, 2013).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, sem precedentes na história do Estado brasileiro, ainda não tinha sido discutido, com tenacidade, o fenômeno social população em situação de rua. Com ação inédita do Governo Federal, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), foram promovidas várias iniciativas com a participação da sociedade civil no sentido de formular políticas públicas específicas para essa população. Portanto, há pela primeira vez debates e discussões entre os gestores públicos, com a inclusão dos “invisíveis” nas agendas políticas.

Entre os anos de 2007 e 2008, o MDS realizou uma Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua cujos dados, foram divulgados em um relatório⁷⁷ publicado em 2009. A partir da leitura desses dados o debate intensificou-se e, em maio de 2009, aconteceu em Brasília o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no qual se consolidaram as propostas intersetoriais para essa população. No mesmo ano foi instituída a Política Nacional para População de Rua (Brasil, 2013).

Alguns eventos de violência e ataques contra a população em situação de rua foram registrados em todo o Brasil e ilustraram as manchetes internacionais. Além do episódio do Massacre da Sé em 2004, a Chacina da Candelária, ocorrida em 1993, também chamou atenção das autoridades, por oito jovens (seis menores e dois adultos) serem assassinados por policiais militares, nas escadarias da igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A maioria destes casos de assassinatos nem sequer foram investigados. Muitas das **PSR**, por serem dependentes de álcool e drogas e, às vezes, portadores de distúrbios mentais, só entram na cena política e na pauta dos gestores, quando há um escândalo de grandes proporções internacionais. Foi o caso dos dois episódios narrados acima.

A partir desse contexto, foi criado, no dia 11 de novembro de 2009, o Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP), por meio do

⁷⁷ Relatório Rua: Aprendendo a Contar. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2009).

Decreto 7.053/2009. Em um esforço firmado entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Centro POP, política pública que faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com o intuito de “tratar dos serviços da proteção social especial de média complexidade” (Brasil, 2013, p. 9), constituindo uma unidade de referência da Proteção Social de caráter público cujas ações devem:

Integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (Brasil, 2013, p. 10).

Na dianteira das políticas públicas para população em situação de rua, o Centro POP é um equipamento de política pública criado no âmbito dos Programas de Proteção do MDS (Brasil, 2014). Tem como finalidade desenvolver ações de amparo e proteção social com relações de solidariedade e respeito às pessoas em situação de rua, remetendo-nos ao entendimento de que elas são protagonistas de suas existências, saúde e sobrevivências. O equipamento é um espaço de referência para o convívio grupal e social, não uma política pública que busca a todo custo obrigá-las a saírem das ruas. Embora, quando se interessem em sair da situação de rua, a equipe do Centro POP busca apoiar e reverter o quadro de vulnerabilidade em que se encontram, executando os encaminhamentos necessários para outros centros de apoio e proteção social.

A equipe⁷⁸ busca proporcionar convivências que estimulem os usuários à organização de suas vidas, tendo em vista resgatarem a autoestima, o exercício da cidadania, a participação e a reinserção social, bem como recuperar direitos sociais e políticos. Realizam encaminhamentos para outros serviços da Rede de Assistência Social das demais políticas públicas setoriais e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Brasil, 2017).

Entretanto, para as **PSR** utilizarem as dependências do equipamento para banhos, almoço, lavagem de roupa e participação nas oficinas sociopedagógicas que tratam de saúde, cultura, arte e educação, devem possuir cadastro na unidade. Para a boa convivência entre elas

⁷⁸ Formada por um coordenador, psicólogo, advogado, assistente social e educadores sociais (da sede e da abordagem de rua). Também fazem parte da equipe cozinheira, faxineiras, motoristas e porteiros. Para trabalharem nos Centros POP as pessoas participam de uma seleção pública realizada pela PMF. Apenas a coordenação é indicação política.

é necessário seguirem algumas regras. Assim, não podem entrar armado, nem brigar dentro do equipamento. Devem respeitar as filas e aos demais. Caso as regras sejam violadas e, dependendo do tipo de violação, o usuário pode passar até três meses afastado, sem frequentar as dependências do Centro POP. Também fazem parte dessa rede de acolhimento os Centros de Convivência e as Pousadas Sociais⁷⁹. Atualmente existem no Brasil 219 Centros POP, tanto nas capitais quanto em cidades do interior com mais de 200.000 habitantes.

O Serviço Especializado em Abordagens de Rua – SEAR faz parte das ações do Centro POP e tem como foco a abordagem *in loco* de **PSR** maiores de dezoito anos. Compete aos educadores sociais do SEAR identificar e mapear espaços públicos nos quais identifiquem **PSR**. Tais ações acontecem também por meio de averiguações de denúncias institucionais ou sigilosas da permanência das **PSR** em logradouros públicos. Cabe ainda aos educadores elencar demandas e realizar encaminhamentos à rede socioassistencial que integra as múltiplas políticas públicas e instituições da sociedade civil.

Lançada às margens do desenvolvimento econômico e convívio social, sem acesso a bens e serviços, privada de condições materiais e simbólicas, essa parcela da população brasileira passou a utilizar os logradouros públicos das cidades como espaço de sobrevivência. As **PSR** têm no Centro POP seu suporte para enfrentar o dia a dia das ruas. Em suas dependências, almoçam, banham-se, jogam, participam das oficinas, resolvem questões relacionadas à justiça, saúde e trabalho e recebem encaminhamentos para outros equipamentos públicos. Estima-se que existam, como dito, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil e, desse total, cerca de 77,02% habitam as metrópoles e cidades com mais de 900 mil habitantes e cerca de 40,1% moram em cidades com mais de 200 mil habitantes. Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores e nas metrópoles. Para a implementação do equipamento, cabe a cada município realizar um diagnóstico socioterritorial, observando a incidência dessa população e fazendo um mapeamento da rede de serviços que poderá ser articulada com cada Centro POP. Deve-se observar a localização dos Centros POP considerando para seu funcionamento a capacidade de atendimento de cada equipamento, sua infraestrutura e recursos humanos.

Mesmo com todo o esforço no sentido de ofertar serviços e equipamentos socioassistenciais, o Estado ainda não conseguiu equalizar suas ações para esse segmento social de modo a acolher e respeitar a pluralidade das *identidades abjetas* e diversidade humana no

⁷⁹ Em Fortaleza o Centro de Convivência tem capacidade para 200 pessoas e oferece três refeições durante o dia, café da manhã, almoço e jantar. A Pousada Social garante a segurança noturna e temporária e tem capacidade para 80 Pessoas que estejam sendo atendidos pelo Centro de Convivência durante o dia (SETRA, 2017).

trato com as **PSR**. As ações sociais dos equipamentos, sobretudo as do Centro POP, devem atentar para uma dinâmica de atuações que atenda os diferentes grupos numa perspectiva de acolhimento e atendimento ajustada no livre convencimento do outro. Na circulação das ruas, há grupos que preferem dormir na rua pela liberdade que essa proporciona do que dormir nas Pousadas Sociais, também conhecidas como Albergues. Muitos têm dificuldades em se ajustarem às normas e horários das Pousadas, visto que nestes espaços o horário de chegar é até as 20h. Ora, nesse horário muitos moradores de rua ainda estão circulando pela cidade e a maioria se recolhe para dormir a partir da meia noite ou uma da manhã. Assim, torna-se inviável se instalarem nas pousadas.

Centro POP – Fortaleza /Ceará

Em Fortaleza, a partir do ano de 2008 a Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua foi implementada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) hoje atual SETRA. Criada por meio do Programa de Atendimento Integral à População de Rua, essa política pública é formada por um conjunto de ações, projetos e serviços de proteção integral voltados à população adulta em situação de rua (Costa, 2013). Na época, em 2007, a gestão da SEMAS observou a necessidade de desenvolver ações direcionadas às demandas da população em situação de rua que articulasse tanto a rede de serviços governamentais quanto não-governamentais. A partir daí foi criado o Centro de Atendimento à População de Rua (CAPR), atualmente, chamado Centro de Referência Especializado da Assistência Social para Atendimento à População em Situação de Rua (Centro-POP), nomenclatura essa modificada para se alinhar à terminologia da gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) sendo agora uma política pública padronizada em todo o País (Costa, 2013). No ano de 2009, às atividades do CAPR foram incorporadas às ações do Centro POP e, em novembro do mesmo ano, foi inaugurado em Fortaleza o Espaço de Acolhimento Noturno (EAN), tendo em vista a necessidade de oferecer serviços de acolhimento provisório, noturno, àqueles que estivessem em situação de rua.

Estava traçada assim, a política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza, gestada por meio de debates e discussões entre gestores, técnicos e várias áreas e Secretarias da Prefeitura. Até o ano de 2007, não existia em Fortaleza nenhuma Secretaria específica de Assistência Social e as políticas de assistência estavam vinculadas à Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS). Foi somente a partir da gestão da então Prefeita Luiziane Lins, do Partido dos Trabalhadores (PT), que uma nova Secretaria para a Assistência Social foi gestada, desvinculando-se da Secretaria de Educação que, por sua vez, foi

incorporada à Secretaria do Trabalho. Atualmente a Assistência Social está vinculada à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) que mantém sob supervisão dois Centros POP um localizado no centro e outro no bairro do Benfica.

Os Ventos do “Humor Partidário” e “Higienização Social”

Para além das questões partidárias, mas, considerando questões de interesses políticos, observamos que, historicamente, as políticas públicas ganharam mais força nos últimos quinze anos. Desde o início do primeiro governo do PT em 2003, as políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas para população de baixa renda, foram incorporadas às últimas agendas de governo. Notem, não que as questões sociais da população vulnerável sejam exclusividade de agenda de um partido, mas de uma demanda do Estado brasileiro e empenho do governo em executá-la. As atuais políticas públicas são produtos de um longo processo político do PT que pretendeu, se não acabar, pelo menos diminuir o fosso social da sociedade brasileira. No entanto, a historiadora Lidia Possas (2017) chama atenção para a fragilidade e a instabilidade das políticas públicas, pois estão a mercê do que chamou de “humor partidário”. Possas adverte que, quando há eleições e mudança de partido, os projetos, a condução e as tomadas de decisões interferem diretamente nas políticas públicas, alterando-as ou silenciando-as. A partir dessa lógica, constatamos a mudança no “humor partidário” na quantidade de reformas e intervenções urbanísticas que fizeram na Praça do Ferreira. Com efeito, a Praça sempre esteve ligada às alterações do “humor partidário” da política fortalezanse, num jogo de interesses tanto político, quanto das elites, interesses totalmente divorciado do povo.

A exoneração do coordenador do Centro POP (Centro) dá mostras de como esse “humor partidário” funciona. Elias⁸⁰, narra, em uma entrevista, que, com a mudança de gestão do secretário da SETRA, ele foi exonerado do cargo que ocupava como coordenador há dez anos. Formado em Teologia, Pedagogia e Ciências Sociais, há vinte anos, trabalha com população em situação de rua. Com voz tranquila, postura calma, ao mesmo tempo firme e seguro em suas práticas de coordenação, presenciei por várias vezes o acolhimento, o cuidado e a atenção com que tratava as **PSR**. Conseguia contornar situações conflituosas sem precisar se alterar, levantar a voz ou usar posição de autoridade para solucionar conflitos ou resolver problemas. Fazia uso de uma postura de respeito às **PSR**, sem atitudes violentas, dominadoras ou autoritárias.

⁸⁰ Diário de Campo: Entrevista no atual no Centro POP (Centro)- 13/10/2017.

Elias não tinha nenhum vínculo político. Estava no cargo por todos esses anos por competência, habilidade, conhecimento, experiência e por saber conduzir a coordenação com um olhar refinado e cuidadoso que a complexidade da situação de rua requer. Foi exonerado para dar lugar a outra pessoa que foi convocada pela SETRA. No entanto, a apadrinhada política, em pouco tempo no cargo, desistiu da coordenação. Tal fato impeliu a SETRA a fazer uma avaliação de quem deveria ocupar o cargo e depois de algumas conversas, houve entendimento da gestão da necessidade do retorno de Elias. Depois de ficar dois meses afastado do Centro POP, o coordenador retornou às suas funções à frente da sede do equipamento do centro.

Esse episódio evidencia que a política pública para a população em situação de rua tem uma complexidade no funcionamento. As atividades, os problemas e as soluções requerem do coordenador muito “sangue no olho”, como dizemos por aqui e Elias era uma dessas pessoas. Pelo que constatei, não é qualquer coordenador que tem habilidade, criatividade e “jogo de cintura” para coordenar um Centro POP.

Elias⁸¹ me informou que o equipamento tem sido alvo de críticas por parte da sociedade e da mídia. Segundo ele, há pressão para que o “problema do morador de rua” seja solucionado com rapidez e eficácia. O coordenador argumentou que a sociedade pressiona os gestores para que esses agentes saiam das ruas por meio da “higienização social” (limpeza humana). Para a sociedade, a “higienização social” é uma estratégia necessária no sentido de sustentar o controle social visível aos olhos dos transeuntes.

A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (1993), me ajudou a pensar sobre a questão da “higienização social” na qual muitos confundem lixo e crime com pessoas em situação de rua. Segundo a autora no início do século XX o Brasil era entendido e explicado pelo conceito de raça e não pelos atuais modelos político, econômico e sociocultural. Aos poucos foi se intensificando entre a elite brasileira a ideia de um Brasil carente de uma política de limpeza. Esse tema passou a ser central à época e os argumentos eram quase sempre sobre teorias raciais. Um modelo higienista começou a imperar e a população passou a ser classificada em “sãos” e “enfermos”.

Surgido no Brasil de 1914 o movimento eugênico abarcava a ideia de “higienização” que seria atrelada à pobreza e aos negros. Ideia essa “exportada” da Europa por médicos brasileiros cujo projeto era de eliminar negros e deficientes de todos os tipos que circulavam entre a população. Essa seria, portanto uma resposta urgente para as “questões sociais” sem que a aterrorizante miséria e a falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e

⁸¹ Diário de Campo: Entrevista atual no Centro POP (Centro)- 20/04/2015

mulata, tinham que ser extintas. Foi a partir dos anos de 1930 que a medicina tomou para si a questão racial e os médicos acreditavam que a miscigenação trazia consigo uma degeneração, o que provocaria doenças (Schwarcz, 1993).

O projeto eugenista considerava que existia uma hierarquia racial e os brancos de descendência europeia povoariam o que eles entendiam como ‘o Brasil do futuro’. Médicos, engenheiros, jornalistas intelectuais da época e a elite brasileira viram na eugenia a ‘solução’ para o desenvolvimento do país. As elites temiam os negros e mulatos pelo perigo e pela violência que eles representavam, sendo percebidos como vagabundos, preguiçosos, doentes e bêbados. O alcoolismo, por exemplo, era considerado o grande “inimigo da raça”, era visto como uma das principais causas da degeneração racial, segundo o médico, escritor e higienista Afrânio Peixoto. Para ele, os filhos de alcoólatras nasciam “defeituosos” e predisposto, desde a infância, à várias doenças, à loucura, à delinquência e à criminalidade (Stepan, 2004).

A ideia de que a eugenia era um dispositivo do “processo civilizador” era consenso na elite brasileira, já que seu desempenho previa uma ampla reforma social, sobretudo nos hábitos higiênicos, na conduta pública, nos valores estéticos, na educação intelectual e principalmente nos valores morais ligados à sexualidade (Stepan, 2004). Portanto, a ligação da eugenia com o ideário de limpeza apresentava benefícios cujas práticas higiênicas proporcionavam aos intelectuais brasileiros reforma do ambiente social a que tanto almejavam.

Dito isso, o que se vê atualmente é essa mesma ideia de eliminar do tecido social as **PSR** consideradas “bandidas”, “vagabundas”, “marginais”. É de se estranhar que uma sociedade como a nossa, que produz **PSR** devesse, em primeiro lugar, assumir sua parcela de responsabilidade pelo fato de ser discriminatória, preconceituosa e intolerante com a produção de seus próprios “resíduos” humanos. Podemos entrever, portanto, que para muitos essa população (pobre e negros) não deveria existir.

Ainda que ocorra de maneira pontual e à mercê dos ventos do “humor partidário”, alguns gestores insistem na retirada compulsória das **PSR**. Os gestores entendem ser importante fazer a “limpeza humana” dos corpos, às vezes sujos e degradados, que teimam em existir e circular pelo espaço urbano. Em São Paulo essa “higienização” vem ocorrendo de forma que beira à desumanidade. Em janeiro de 2017, a equipe de limpeza das ruas da Prefeitura de São Paulo lavou a Praça da Sé com jatos d’água fria em uma manhã que chegou a 8°. As **PSR** foram acordadas com borbotões de água molhando seus corpos, cobertores e pertences. A gestão do prefeito da cidade de São Paulo, João Dória do Partido da Social Democracia Brasileira

(PSDB)⁸², tem travado uma luta para retirar compulsoriamente as **PSR** da “cracolândia” e seu entorno. Já em Fortaleza a “higienização” foi menos drástica, mas não menos discriminatória. Vejamos a seguir como a gestão do Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio (Partido Democrático Trabalhista – PDT)⁸³, articulou, embora de maneira pontual a “limpeza” das ruas.

No ano de 2014, a cidade de Fortaleza sediou alguns importantes jogos da Copa do Mundo e da *Fifa Fan Fest*. Segundo matéria do jornal Tribuna do Ceará⁸⁴, nos dias de jogos, a Prefeitura, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, gestão Camilo Santana do PT, montou um esquema para “recolher” as **PSR** e evitar a presença delas nas imediações onde ocorriam os jogos e circulação de turistas. De acordo com a SETRA, mais de cem agentes faziam buscas para localizar as **PSR** que mereciam ser abordadas. Essas buscas se restringiram ao Centro, Praia de Iracema, Praia do Futuro, Beira Mar, e arredores do Estádio Castelão. Ao serem abordadas, as pessoas eram “convidadas” a passarem o dia na Escola Municipal Alba Frota, no Centro.

Chamada de Agenda de Convergência, o projeto oferecia abrigo, lazer, proteção, conforto e comida somente nos dias e horários dos jogos. A reportagem informa que a escola foi abrigo improvisado para a “higienização social” durante o período da Copa. As cozinheiras que participaram do “projeto” demonstraram suas revoltas e indignação ao chamarem as ações de “limpeza” de “maquiagem” da Prefeitura para a Copa do Mundo. Nas várias reportagens sobre o assunto, os gestores (prefeito, secretários, coordenadores) foram taxativos em afirmar que não se tratava de “higienização social”.

Se de fato não se tratava de “higienização social” por que a data do projeto (início em 12 de junho e término 12 de julho) foi justamente no período da Copa? Por que, nas reportagens, os responsáveis pelo projeto afirmavam que havia planejamento para execução dessas medidas durante outros megaeventos que viessem a ser realizados em Fortaleza? Parece-me que além do “humor partidário” há um certo “humor sarcástico” já que para os gestores, como afirma a matéria do jornal Tribuna do Ceará, citada acima, tais ações soavam apenas como “coincidência” e as interpretações dos fatos, segundo eles, não passavam de equívocos e perseguição política.

O que me instiga a desconfiar dessas ações é que elas foram provisórias, pontuais, ligadas ao calendário da Copa do Mundo. Se constituíssem políticas permanentes de amplo

⁸² O prefeito João dória Júnior foi eleito para o mandato de 2016 a 2020. No entanto, no ano de 2018 este afaztouse da gestão para concorrer ao governo do Estado de São Paulo.

⁸³ O Prefeito Roberto Cláudio foi eleito no ano de 2012 a 2016, tendo sido reeleito em 2016.

⁸⁴ Cf. Jornal Tribuna do Ceará. 14/06/2014. “‘Higienização’: projeto abriga crianças e adultos em situação de rua durante a Copa do Mundo”.

alcance, estendendo-se por longas datas, certamente estaríamos falando em ações efetivas. Essas ações me pareceram mais uma gambiarra do que uma ação de acolhimento, afinal pobres, pretos e pessoas sujas perambulando pelas ruas não combinavam com a suntuosidade dos estádios e as propagandas oficiais de um megaevento como a Copa do Mundo. Indagado sobre a questão de “higienização social” da PMF, o coordenador do Centro POP (Centro) afirmou não concordar e não se aliar a tais ações que partem de outras instâncias administrativas e não da política pública para a população em situação de rua (Centro POP).

Era um domingo, por volta das 13h, início de novembro/2017. Em casa recuperava-me de uma gripe e me preparava para minha qualificação em Marília no final do mês, quando recebo uma mensagem via celular de uma amiga. Valéria⁸⁵, disse-me que uma advogada do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) da Assembleia Legislativa, queria muito conversar comigo porque soube de minha pesquisa na Praça do Ferreira. Segundo Valéria, a advogada queria informações sobre as **PSRPF** e se alguém da Praça teria comentado de uma possível “higienização” que aconteceria no domingo. Expliquei que tinha estado na Praça na sexta, mas ninguém teria comentado nada.

Em conversa telefônica com a advogada, ela disse-me ter informações de que no domingo à tarde os Agentes da Guarda Municipal se dirigiriam à Praça com o intuito de remover as **PSRPF** de lá. Antecipando a essa ação de “despejo”, o grupo de advogados do EFTA esteve no local e flagrou viaturas da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), com apoio de policiais militares, que estavam no local para retirar colchões, utensílios e as **PSR** da Ferreira. Segundo os Agentes da Guarda, esses afirmavam “aqui é um espaço público e todos têm que ser retirados”. O EFTA mediu a situação, conseguiu conter a retirada. Devido meu estado de saúde, não pude aparecer na Praça neste dia e acompanhar a movimentação. Solicitei gentilmente a advogada que me deixasse a par da situação.

No dia seguinte, o EFTA voltou à Praça acompanhado de um deputado do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e de uma deputada do Partido dos Trabalhadores (PT), com o intuito de encontrar uma saída para a situação e ouvir as demandas das **PSRPF**. Muitas afirmaram que, se houvesse abrigo, sairiam da Ferreira. Em conversas com os representantes da PMF, ficou acertado para janeiro/2018 esta entrega de um abrigo para as **PSRPF**. Estamos em junho de 2018 e, até agora, nada ocorreu. A questão era: a PMF juntamente com a CDL

⁸⁵ Valéria Pinheiro trabalha no Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará (UFC). O laboratório tem como atividades, análises das condições de moradia e estudos das desigualdades socioespaciais das cidades brasileiras, abrangendo os diferentes agentes da produção da habitação, evidenciando as respostas formuladas em termos de políticas públicas.

precisavam fazer uma “higienização” da Praça do Ferreira para os preparativos para o Natal de Luz que acontece todos os anos. Como a Comissão do EFTA chegou a tempo de impedir a retirada, o Natal de Luz ocorreu, a contra gosto do gestores e CDL, com as **PSR** e suas pilhas de caixas papelões e colchoes no chão da Praça.

Centros POP – centro de polêmica

O coordenador do Centro POP (Centro) argumentou em uma entrevista que a equipe compreende a insatisfação social, sabe que se trata de uma situação delicada e complexa, entretanto, para Elias, “o equipamento existe não para atender as expectativas intolerantes da sociedade e sim, satisfazer as necessidades das pessoas em situação de rua”. O foco do atendimento da equipe é o usuário e busca acolher da melhor maneira possível a demanda que chega ao equipamento. Segundo ele há pessoas que escolheram morar na rua e a equipe busca amparar e tornar essa morada razoável e possível, por tais motivos “temos que oferecer um mínimo de decência, afinal, são seres humanos e fizeram uma escolha: morar na rua”.

Pelo fato de as ruas se configurarem como arenas masculinas (82% **Homens**), há um entendimento do senso comum de que os **HSR** são “todos marginais, bandidos e pedintes”. No entanto, de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015), apenas uma minoria de 15% é pedinte. A questão é, como são maioria nas ruas, os **HSR** também são maioria no Centro POP e a circulação dos moradores de rua no entorno do equipamento provocou na vizinhança um sentimento de repulsa e rejeição à política pública.

Os coordenadores e educadores sociais dos Centros POP (Fortaleza), a coordenadora de Marília, os quais tive oportunidade de conversar expõem em suas narrativas os inúmeros desconfortos vivenciados quando a vizinhança culpa sempre os usuários que frequentam o equipamento por toda e qualquer ação de possíveis delitos em seu entorno. A mídia noticia o quanto essa política pública é vista mais como um “problema”, do que como uma solução. Para a sociedade essa tem se tornado um “estorvo”. Contudo, nem a mídia, nem a polícia, nem os agentes sociais, em seus discursos de rejeição questionam as causas que levam os **Homens** a irem para as ruas, como sobrevivem ou como reconhecem o “outro” e o que fazerem com eles uma vez estando nas ruas.

Em Fortaleza, circulei por dois Centros POP, no entanto, tive a oportunidade de conhecer os Centros POP de duas cidades paulistas, Marília e Franca. A seguir descrevo como essa política pública tem se tornado um incômodo social.

Fortaleza/Ce – Marília/SP

Em Fortaleza o equipamento do Centro⁸⁶ ficava em uma área de comércio, com muitas casas fechadas na vizinhança. Algumas reclamações sobre o equipamento chegavam até a equipe que buscava no diálogo contornar os desconfortos sem grandes prejuízos, tanto para o entorno, quanto para os usuários.

O Centro POP, no bairro do Benfica, aglomera comércio, residências de “classe média baixa” e unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). A unidade Benfica recebeu muitas reclamações do entorno. Um educador social⁸⁷ relata que, por várias vezes, a equipe recebia reclamações dos comerciantes e residentes das redondezas. Afirmavam que o Centro POP fez “surgirem” os “moradores de rua”, pois foi a existência do equipamento que atraiu “esse povo” para o Benfica. Para os residentes e comerciantes, a solução da PMF para o “problema” era de que, o equipamento deveria ir para algum lugar mais escondido, afastado dos bairros centrais, distante do campo de visão dos agentes sociais. Segundo o educador, os residentes do Benfica argumentavam que os moradores de rua se deslocavam pela cidade, assim, seria fácil caminhar até os bairros mais afastados. Essa era a lógica da vizinhança do equipamento.

Atualmente, o Centro POP do Benfica não tem recebido mais reclamações. A equipe buscou argumentar, junto à vizinhança, que o equipamento é uma política pública com ações continuadas e atendimento ininterrupto, não é um projeto, e sim um serviço que atende a Política Nacional de Assistência Social. Portanto, acolhe os **HSR** que em algum momento de suas vidas necessitam de acolhimento. Deixaram de reclamar, mas nem todos na vizinhança entenderam a complexidade da situação de rua.

O Centro POP da cidade de Marília fica na região central cuja vizinhança é formada, em sua grande maioria, por comércio. No início da sua instalação, houve também algumas resistências ao seu funcionamento. De acordo com a coordenadora, a princípio a vizinhança cogitou fazer um abaixo-assinado para a retirada do equipamento do bairro. No entanto, percebeu que a circulação dos **HSR** no entorno não representava ameaça, desse modo não levaram adiante a demanda do abaixo-assinado para a retirada do Centro POP do local.

⁸⁶ De acordo com o coordenador este Centro POP fechou devido às especificações técnicas do caderno de orientações não estarem mais de acordo com as determinações do SUAS para o cumprimento do serviço. A SETRA optou por fechá-lo e depois de alguns meses reinaugurou em outro endereço. Neste período a *população de rua* da região central ficou desassistida. Somente no dia 17 de agosto de 2017 voltou a funcionar na Rua Jaime Benévolo, 1059 – Centro.

⁸⁷ Diário de Campo: entrevista realizada no Centro POP Benfica. 01/08 2017.

Franca / SP.

Como dito, a cidade de Franca tornou-se um caso emblemático do tensionamento entre os usuários do Centro POP e a vizinhança. Conheci o Centro POP da cidade de Franca que fica localizado em um bairro de classe média, com um misto de residências e comércio. Vários dias seguidos passava pelo equipamento acompanhando um parente que trabalhava nas redondezas. Visualizávamos os **HSR** no entorno ou indo ao Centro POP ou perambulando pelas ruas e avenidas. Ouvia-se falar do “incômodo” que o equipamento causava aos comerciantes do bairro. Alegavam queda nas vendas do comércio devido à circulação dos usuários que se aproximavam dos clientes pedindo dinheiro. Além dos comerciantes, os residentes também rechaçavam o Centro POP, pois, segundo eles, os “moradores de rua” deixam sujeira nas calçadas e por serem vistos como “bandidos” intimidavam os residentes da área. O medo imperava nas cercanias do Centro POP francano. De acordo com a matéria do jornal GCN online, um residente comentou da importância de um abaixo-assinado cujo objetivo era transferir o equipamento para outro lugar⁸⁸, se possível bem longe dos bairros centrais.

A situação do Centro POP francano gerou polêmicas e controvérsias que foram esbarrar na Câmara de Vereadores e acabou envolvendo a UNESP/Franca. A pergunta “O que fazer com o Centro POP?” foi lançada pelo Grupo Corrêa Neves de Comunicação (GCN)⁸⁹ da cidade. A mídia francana se empanturrou de produzir reportagens e matérias desqualificando a política pública e a insatisfação foi amplamente divulgada por meio de várias reportagens. Particularmente, o GCN acabou produzindo uma imagem negativa do equipamento. Houve um convencimento à população de Franca que passou a reproduzir as ideias e opiniões do GCN que tinha à frente da polêmica, encabeçando a ideia de fechamento do Centro POP, um vereador francano, do Partido Social Democrático – (PSD) Diretor-Executivo do GCN. A população de bairros que não faziam parte do entorno do Centro POP passaram a reproduzir as ideias e opiniões do GCN.

Segundo reportagem do GCN do dia 14 de janeiro de 2017, o vereador do PSD utilizou a tribuna para pedir a extinção do Centro POP. Nessa sessão, o vereador distorceu um estudo feito por estudantes da UNESP sobre a política pública. Os estudantes frequentaram o equipamento para fazer uma pesquisa e entender como funcionava de fato as ações do Centro POP. No discurso, em plenário, o vereador confunde suas opiniões pessoais sobre o

⁸⁸ Cf. Jornal GCN.net. 02/11/2014. “*Centro POP no centro da polêmica. Muita reclamação, briga e morte*”. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/269386/franca/2014/11/centro-pop-no-centro-da-polemica-muita-reclamacao-brigas-e-morte>. Acesso em: 25 jul 2017.

⁸⁹ O Grupo Corrêa Neves congrega a Rádio Difusora de Franca, Jornal Comércio da Franca e o GCN Jornal *on line*.

equipamento (para o vereador a política pública é fracassada e o Centro POP financiava o tráfico de drogas) com o relatório feito pelos estudantes da instituição⁹⁰. Seguindo o mesmo nexo de compreensão dos residentes e comerciantes do bairro Benfica em Fortaleza, o vereador proferiu que “o número de moradores de rua só tem aumentado devido à instalação da unidade em Franca”. Acompanhando esses argumentos um outro vereador do Partido Trabalhista Nacional – PTN defendeu o fechamento urgente do equipamento alegando aumento da criminalidade em seu entorno, diz a matéria.

De acordo com a reportagem do jornal online GCN, na sessão do dia 7 de fevereiro de 2017 da Câmara dos Vereadores, um estudante do quarto ano de Direito da UNESP / Franca ocupou a tribuna para esclarecer os fatos, resguardar a instituição dos mal entendidos e defender a permanência do Centro POP na região central. O aluno discutiu com os dois vereadores que defendiam a extinção do equipamento. Argumentou que o caminho não era extinguir o equipamento e mudá-lo de endereço não iria resolver o “problema” e as possíveis falhas da política pública. Para o estudante, os problemas não seriam solucionados instalando o Centro POP em outro local. O estudante defendeu o direito dos usuários de frequentar o equipamento e terminou sua fala se dirigindo aos vereadores “não podemos acusá-los pelo aumento da violência. O crime organizado veste terno”⁹¹.

A secretária de Ação Social da Prefeitura de Franca expõe em uma reportagem também do Jornal GCN⁹², que entendia ser “até natural” as pessoas demonstrarem seus incômodos com o equipamento, acrescenta “mas os moradores de rua existem, estão aqui. Representam uma questão social que precisa ser enfrentada”. Ao final de sua exposição, lançou um questionamento à repórter: “o que vamos fazer com eles? Jogá-los para debaixo do tapete ou tratá-los?”. A repórter rebateu a secretária expondo que essa pergunta seria difícil de responder e, por fazer parte do Grupo GCN, que encabeçou as discussões contrárias ao funcionamento do Centro POP e defender os interesses do Grupo, a jornalista tomou para si a situação. Ao responder à secretária, a reporter justificou o “problema” expondo as argumentações dos vizinhos do Centro POP que, avaliavam não acharem justo terem que “arcar com o ônus desse problema social”. A matéria segue descrevendo que os vizinhos não são contra o “tratamento”

⁹⁰ Cf. Programa Balanço Geral. 07/ 02/ 2017. Tv Record. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yrsxk_5WQww. Acesso em: 05 de julho de 2017.

⁹¹ Cf. Jornal GCN.Net, 07/02/2017, “Centro POP provoca discussão entre vereadores e unespiano”. Disponível em <http://gcn.net.br/noticias/344273/franca/2017/02/centro-pop-provoca-discussao-entre-vereadores-e-unespiano>. Acesso em: 25 jul 2017.

⁹² Cf. Jornal GCN.Net. 02/14/2014. “Centro POP no centro da polêmica. Muita reclamação, brigas e morte”. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/269386/franca/2014/11/centro-pop-no-centro-da-polemica-muita-reclamacao-brigas-e-morte>. Acesso em: 10 ago 2015.

dos **HSR**, o que reivindicam são as razões pelas quais o equipamento é instalado em um bairro residencial e região central da cidade. A secretária comentou que a escolha do local se deveu ao fato de a incidência das pessoas em situação de rua ocorrer na região central e, por tal motivo, tornar-se mais fácil o acesso dos usuários. Segundo a reportagem a vizinhança se incomoda com os argumentos da secretária e a provoca alegando “enquanto a escolha do endereço foi feita para facilitar a vida do grupo de frequentadores, criou-se um problema para o grande número de famílias da região”. Essa polêmica sobre o incômodo e extinção do Centro POP francano se entende até os dias de hoje e me parece que está longe de terminar.

As descrições acima revelam que tais discursos de rejeição e discriminação com a política pública para a população em situação de rua seguem a lógica do modelo neoliberal de estratégias para a manutenção de uma ordem pública cujo “problema” deva ser resolvido seguindo a penalidade de “remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social” (Wacquant, 2011, p.9). Considerando as visões dos vereadores, residentes e comerciantes do entorno dos Centros POP, a vigilância das “vidas infames” dos **HSR** se faz necessária para estancar a desordem cuja visão econômica neoliberal, fundada no individualismo e na mercantilização, traduz-se sob a rubrica de “justiça” para alguns agentes sociais.

O que fica evidente nessa questão é, não haver reconhecimento do “outro” como sendo portador de uma vida precária, vulnerável, produto de uma sociedade que visa, a cada dia, o lucro em detrimento de vidas humanas e que penaliza a pobreza e os agentes que se encontram no nível mais baixo da escala social. A tentativa da retirada dos Centros POP do entorno das residências e comércio das regiões centrais serve aos interesses econômicos de uma agenda política social e estatal que se caracteriza como vigilante aos pobres. Afinal a categoria social moradores de rua são indesejáveis e não são rentáveis para a sociedade.

Essa rejeição e discriminação aos moradores de rua, pode ser melhor entendida a partir do pensamento do sociólogo francês Loïc Wacquant o qual estudou sobre a delinquência em Nova York. No livro *As Prisões da Miséria* (2011), Wacquant denuncia as ações de repressão aos delinquentes e perseguição aos *homeless* (sem-teto) nos Estados Unidos cuja política de ‘tolerância zero’ visava conter as desordens geradas pelo desemprego e retração das políticas de proteção social. O sociólogo faz contundentes críticas aos políticos da América Latina ao importarem dos Estados Unidos as técnicas de truculência e agressividade de segurança como solução rápida para a violência urbana, bem como incorporarem a política neoliberal *made in USA*.

Para Safatle (2017), é nas articulações das sociedades neoliberais, que a economia e a moral se misturam constantemente, ou seja, nas quais políticas econômicas, são oferecidas por meio de valores morais de "austeridade", "controle", "contenção", "culpabilidade". Não seria possível que os sofrimentos, nas dimensões afetivas e de reconhecimento do “outro”, deixassem de repercutir nos modos de racionalização. Tais modos dizem respeito ao horizonte ideal da vida social em suas macroestruturas. Assim, é no conjunto de análises dessas práticas neoliberais que surge a certeza de como os agentes servem-se de suas experiências de sofrimento para constituir caminhos arriscados e laços, ou não laços singulares.

Com efeito, na visão de alguns agentes sociais, é de fundamental importância reprimir e dominar a população em situação de rua, visto que não podem fazer do espaço público um ambiente de morada. Essas são manobras a serviço do neoliberalismo uma vez que essa população não faz parte do livre mercado, outrossim dá despesas, sem lucro como retorno. Segundo um dos vereadores francano, citado nas reportagens do jornal GCN, esse afirmou que “não é justo gastar dinheiro público alimentando moradores de rua. Esse dinheiro deveria estar sendo destinado para outros fins”⁹³. Ficou evidente que os vereadores, comerciantes e vizinhos dos Centros POP criminalizam essa população mais para justificar suas ações de repulsa, rejeição, discriminação e exclusão do que de compreender a complexa situação de rua e praticar a alteridade. Não há reconhecimento de que o fenômeno “população em situação de rua” seja resultado de uma multiplicidade causal que deu forma à situação de rua a qual por sua vez, opera com vidas e corpos em suspensão em uma luta diária em busca de sobrevivência. Observar os acontecimentos das sociabilidades das vidas dos **HSR** nos possibilita descobrir as múltiplas faces das ruas.

A visão do senso comum sobre o Centro POP nos oferece a imagem de uma política pública falida com ações de perda de tempo, pois trata de vidas de “menor valor”, sem reconhecimento humano. Para alguns agentes, os Centros POP são como “criadouros” de drogados, desocupados, criminosos e bandidos. Possivelmente não há um entendimento da precariedade da vida do “outro”. Edu, me diz com os olhos cheios d’água: “o que me dói na minha vida de rua é que as pessoas não acham que sou humano. Acham que sou um bicho”⁹⁴.

Cabe aqui algumas indagações: em que medida a sociedade e o Estado minimizam ou maximizam a precariedade das vidas das **PSR**? Como fazê-las sumir? Ou, porque fazê-las sumir? O que de fato contribui para a distorção do entendimento da condição das vidas precárias das **PSR**?

⁹³ Cf. Reportagem: Encontro garante a manutenção do Centro POP. 10/02/2017.

⁹⁴ Diário de Campo. Parque das Crianças. Entrevista com Edu. 27/ 08/2016.

Seriguela, Mangueira e Quintais

Centro POP - Benfica

O Centro POP, unidade do Benfica, se localiza em um bairro vizinho ao Centro de Fortaleza. Situa-se na esquina da Av. da Universidade, 3515 com a rua Adolfo Herbster. A casa de dois andares tem, na frente, um jardim maltratado e um quintal cimentado com paredes com grafites e desenhos pintados. Na frente da casa, o muro da esquina é baixo, mas, se torna alto em sua extensão pela rua lateral. O acesso se dá pela rua lateral, pelo grande portão preto de ferro feito de chapa inteira com cerca de 4 metros de extensão e de altura.

Até março de 2017, haviam instalados, no quintal, quatro banheiros químicos que foram desinstalados pelo fornecedor por falta de pagamento da PMF. Atualmente, os usuários utilizam um único banheiro físico do quintal. Devido à demora de alguns usuários na utilização do banheiro cuja demanda é sempre grande, às vezes surgiam confusões, pois muitos aproveitam as dependências do equipamento para tomar banho e fazer suas necessidades biológicas. Com mesas e cadeiras sujas, algumas quebradas, os usuários costumam usar o quintal para jogar cartas, cochilar, conversar, comer e organizar suas mochilas. No grande portão de ferro tem sempre a postos um porteiro funcionário da PMF e um vigilante de segurança de empresa terceirizada

Entramos no Centro POP pelo grande portão de ferro do quintal e seguimos pela lateral à direita da casa cujo corredor com cerca de 3 metros de largura termina em um pequeno jardim que dá para a frente da casa. O andar térreo possui uma sala/recepção, com cerca de oito cadeiras, birô com computador e armários para os usuários. Seguindo no corredor, à direita há uma escada para o andar de cima e à esquerda uma sala de atendimento da assistente social, da psicóloga e da advogada. Seguindo essa sala, há uma outra bem maior com duas janelas viradas para a lateral da casa e uma janela dando para o quintal. Bastante ventilada, é nessa sala onde são realizadas as oficinas socioeducativas. Seguindo no corredor à direita do lado da escada há uma pequena sala que serve de escritório onde fica um educador social que trata dos cadastros. Ao lado da sala do cadastro há um banheiro para funcionários. No fim do corredor, está instalada a pequena e apertada cozinha com porta de acesso a uma varanda que por sua vez tem acesso ao quintal.

No andar de cima, ao final da escada, seguindo em frente de quem sobe há uma pequena varanda que dá para a rua lateral. Ao final da escada, à esquerda tem uma sala com um pequeno birô e uma cadeira com janela que se abre para Avenida da Universidade. Seguindo o corredor, à esquerda, há a sala da coordenação, com ar condicionado, birô e pequeno armário.

Vizinha à coordenação há uma grande sala que serve de despensa com estantes cheias de mantimentos, quatro arquivos de ferro, um birô com cadeira. Ao final do corredor, há uma sala de reuniões com um banheiro e uma varanda que dá para o quintal.

A casa era agradável e ventilada, mas o quintal era muito quente, possivelmente, devido ao chão de cimento e telhado tipo amianto. Muito danificado com sinais de deterioração e aspecto sucateado o Centro POP Benfica chega a atender por dia em média 130 usuários.

Centro

A casa que abrigava a unidade do primeiro Centro POP (Centro) estava localizada na Rua Antônio Pompeu, 134. Foi desativada em fevereiro e reaberta em agosto de 2017 em outro endereço. Segundo o coordenador, o equipamento foi desativado, pois não atendia mais às especificações técnicas do caderno de orientações para o cumprimento do serviço da política pública. A SETRA optou por desativar essa unidade para depois reabri-la na rua Jaime Benévolo, 1059, unidade essa que atendia às especificações do MDS. Também com dois andares, essa casa era bem menor que a unidade do Benfica, no entanto tinha um quintal maior e mais agradável.

A casa era recuada, localizada no meio do quarteirão, com espaço na frente que servia de estacionamento para dois carros. Entrávamos por uma pequena varanda por meio de um grande portão de ferro feito grade. Da varanda, à direita, seguíamos para o corredor lateral com acesso ao quintal. À esquerda, a porta de entrada dava acesso a uma grande sala de recepção.

Na recepção, estavam dispostas cerca de quinze cadeiras, armários para os usuários e birô de atendimento. À esquerda, uma grande porta de madeira com vidro abria-se para a sala de atendimento com psicólogo, assistente social, advogado. À direita, atrás do birô, havia uma porta que dava para a copa que, por sua vez, dava acesso para a cozinha. Seguindo em frente à porta de entrada, há escada e, do lado, uma pequena sala do Cadastro Único. No final, outra pequena sala que servia de despensa.

A escada em espiral, tinha ao seu final, à esquerda, um banheiro (somente para funcionários). Em frente à sala da coordenação com ar-condicionado, também servia de sala para reuniões. À direita da coordenação, havia uma pequena sala das oficinas socioeducativas também com ar-condicionado e vizinho à sala de arquivo e atendimento.

Seguindo para o quintal, pela lateral da casa, ao final do corredor, à esquerda, a porta da cozinha formava um balcão onde eram distribuídas as alimentações. Também, à esquerda, havia um bebedouro e, atrás, um tanque de lavagem de roupas. No final do quintal, havia uma grande sala que servia de espaço para as oficinas de arte e, atrás dela havia dois banheiros físicos

de homem/mulher. O chão era de cimento e terra com três grandes árvores (Mangueira, Seriguela e Pitombeira) cujas copas davam boas sombras. Esse quintal era um ambiente agradável, fresco e ventilado. Embora a casa fosse bem menor que a casa da unidade Benfica, o quintal era bem maior, mais aconchegante e ventilado. Já a casa do Benfica era bem maior, ventilada e agradável com quintal pequeno e quente.

Rotina

A rotina dos equipamentos seguiam as mesmas práticas. Ao chegarem os usuários eram recepcionados por um educador social que dava boas-vindas. Em fila por ordem de chegada com prioridade para mulheres e crianças deixassem seus nomes; indicavam qual atendimento pretendiam, se participar das oficinas (só era permitido no máximo 22 usuários e os que participavam podiam almoçar); se precisavam de algum encaminhamento (jurídico, psicológico, assistencial ou outro) ou apenas queriam tomar banho, lavarem roupas ou apenas descansar. Alguns ficavam na própria recepção, mas a maioria seguia para o quintal.

Minha rotina era sempre a mesma. Chegava por volta das 8h da manhã e saía por volta das 16h, o horário do funcionamento. Guardava minha mochila seguia para o quintal, participava das oficinas e voltava novamente para o quintal. De início ficava sentada observando. Depois passei a interagir com os usuários quando a situação permitia. À medida que frequentava o equipamento minha presença era notada e, a partir daí, passei a circular mais à vontade entre as **PSR**. Não almoçava nos Centro POP, pois a alimentação era apenas para funcionários e usuários. Sempre me deslocava aos restaurantes de comidas *self-service* no entorno dos equipamentos.

Minha relação com os Centros POP foi fundamentalmente empírica. Não estava no meu propósito fazer juízo de valor ou julgar o comportamento da equipe em suas práticas de atendimento e acolhimento. Ocupava-me em observar as articulações, negociações e mediações dos profissionais com os usuários e o cotidiano do equipamento. No entanto, se entendesse a necessidade de obter informações além do que observava dirigia-me ao profissional e abordava o assunto de meu interesse. Buscava adaptar minha convivência da melhor forma possível para não atrapalhar a rotina da equipe, que, por sua vez deixou-me inteiramente à vontade. Colaboravam sempre de bom grado quando me aproximava, ou solicitava informações ou entrevistas. Fui muito bem acolhida pela equipe nos dois equipamentos, dos porteiros à coordenação.

Frequentando os equipamentos, ficou evidente que lidar com a população em situação de rua é tarefa complexa e, às vezes arriscada. O expediente é muito movimentado, às vezes, a

equipe tem que lidar com situações que fogem de suas assistências e buscavam num “jogo de cintura” tentar resolver os problemas da melhor forma possível. A seguir cito dois episódios ocorridos no Centro POP (Benfica) que levou a equipe a se desdobrar para resolver os problemas que fugiam a sua competência.

Estávamos em uma manhã de uma quarta-feira⁹⁵, dia de vacinação no Centro POP. Uma equipe de enfermeiros e atendentes de enfermagem do posto de saúde próximo fazia a vacinação dos usuários quando a travesti Pat chegou ao quintal passando mal. Sentou-se em uma cadeira. Uma enfermeira se aproximou e constatou que tinha febre. A travesti estava muito pálida e não parava de externar seu medo de morrer. A equipe acolheu Pat na medida do possível, no entanto, não podia fazer mais nada além de cuidar para que ficasse bem.

É norma do equipamento que, no horário de almoço, de meio dia às 13hs, os usuários deviam sair para depois retornarem. Nesse dia da vacinação, ao retornar do meu almoço Pat ainda estava no quintal, deitada em um colchão muito abatida, não tinha melhorado nada. No início do expediente da tarde, a equipe mobilizou-se para saber o que fazer com Pat visto que ela não tinha condições de voltar para às ruas, ao mesmo tempo em que não poderia ficar no equipamento, ao final do expediente e não poderia pernoitar no Centro POP. A equipe também não poderia levá-la a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) sem os devidos trâmites legais. Ligaram para SETRA pediram autorização para o motorista utilizar o carro até a UPA, procuraram quem iria acompanhar Pat à unidade de saúde. Toda a mobilização em torno de Pat atrasou o atendimento e acolhimento dos outros usuários, no entanto, percebia-se o empenho da equipe em resolver a situação. Depois de muita mobilização, levaram Pat para UPA. Após esse dia não soube mais sobre a saúde dela. Alguns meses depois em conversa no Centro POP Centro com o motorista que havia a levado para a UPA, ele me disse que Pat tinha feito uma cirurgia de apendicite. Certo dia andando pelo Centro passei pela Praça do BNB, vi Pat sentada em um banco de papo com alguns homens, ela me pareceu estar muito bem, pois conversava animada e dava gargalhadas.

Outro episódio que mobilizou a equipe cujo problema estava fora da assistência dos profissionais ocorreu em uma tarde de terça feira. A equipe do Centro POP- Benfica recebeu dois representantes do Conselho Tutelar (CT), com uma garota de 14 anos aparentando certo retardo, estava grávida de cinco meses. Alguém a encontrou perambulando pelas ruas e a levaram até o CT. Os Conselheiros, por sua vez, levaram-na até o equipamento para saber quais procedimentos deveriam fazer com a garota moradora de rua e quais encaminhamentos tomar.

⁹⁵ Diário de Campo. Centro POP (Benfica). 14/ 07/ 2017.

Não consegui saber detalhes do desfecho desse episódio pois no horário da articulação sobre o que fazer com a garota estava indo participar de uma oficina. Soube depois que a encaminharam para um abrigo e procuraram algum parente.

É nítido o empenho e o esforço da equipe para resolver as demandas que fogem daquelas atribuições previstas em sua atuação profissional conforme a política pública determina em suas normas e princípios. Tais situações emergenciais são contingentes; no entanto, fica evidente que a equipe não se esquivava em buscar soluções. Há momentos em que há um movimento intenso e a equipe se empenha para solucionar os problemas: corre para lá, corre para cá, liga para um, liga para outro, procura a coordenação, busca a SETRA, usuários recalham na demora do atendimento, às vezes gritando, às vezes brigando! Percebi que não há a menor possibilidade de se trabalhar em um Centro POP se o profissional não tiver calma, paciência, tolerância, desprendimento e muito respeito e acolhimento à situação de rua.

A atuação da equipe do Centro POP diferencia-se das equipes de outras políticas públicas como CRAS, CREAS, CAPS, CAPS-Ad⁹⁶. Nesses equipamentos, os profissionais vão lidar com uma população cuja vivência é mais próxima da nossa. Já no Centro POP, o público alvo tem características nômades, sem residência fixa, às vezes, sujos, maltrapilhos, alguns com débitos com justiça. Assim, a equipe além de ter que atender, acolher e encaminhar os usuários, tem que mediar conflitos, apartar brigas e conviver com ameaças. Essas situações fazem parte do cotidiano da equipe Centro POP.

Em uma única tarde no Centro POP (Benfica), contabilizei, no quintal, oitenta e dois homens, nove mulheres e cinco crianças. Estavam esperando o lanche da tarde. Imaginar noventa e um adultos com fome, “sem lenço nem documento”, como diria Caetano Veloso, em um espaço de cerca de 64m² onde, a qualquer momento, poderia surgir um desentendimento é assustador. Não há para onde correr! Às vezes, a minha sensação era estar dentro de um “barril de pólvora”, em que ao sinal de uma menor faísca de estranhamento poderia desencadear uma explosão.

Um educador social narrou⁹⁷ sobre um incidente ocorrido certa manhã com os usuários do Benfica. Durante um momento de convivência no quintal, descobriram em meio às **PSR** um rapaz que era morador da Praça do Ferreira⁹⁸. Esse quase foi linchado. Teve que sair de lá correndo pulando o muro do jardim da frente. O fato é que, as **PSR** por não seguirem normas

⁹⁶ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS - AD).

⁹⁷ Diário de Campo. Conversa com o educador social. Centro POP (Benfica). 16/07/2017.

⁹⁸ Existe uma demarcação de território. Quem é da Ferreira não frequenta o Benfica e vice e versa.

sociais de convivência coletiva, subverterem o espaço público ao terem como único objetivo de vida sobrevivência, muitas são desprovidas de alguns valores coletivos de convívio como: respeito, cuidados, tolerância, compreensão.

Apesar de o ambiente, por vezes, desenhar-se tenso e arriscado, o trabalho da equipe não é considerado perigoso⁹⁹ pela Prefeitura, o que causa insatisfação a alguns profissionais. Apesar disso a equipe não mede esforços para resolver certas situações. Fica evidente que a estrutura do equipamento, o espaço físico, equipe de profissionais, os procedimentos e normas não abarcam a complexidade das demandas das **PSR** que chegam ao Centro POP. A impressão que senti da maioria dos profissionais que ganham pouco e sem adicional de periculosidade foi a de que trabalham “por amor” à causa “situação de rua”.



Antes de passar ao *Momento Etnográfico II*, trago ao leitor alguns Mapas no sentido de situá-lo dos locais por onde circulei e por onde os moradores de rua praticam a cidade. O **Mapa 1 – Centro / Fortaleza – Ce**, mostra os espaços praticados pelos **HSRPF** e espaços por onde circulei a pé. Informo que da Av. Duque de Caxias ao norte são os espaços de circulação dos moradores de rua da Praça do Ferreira e ao sul, espaços de moradores de rua do Benfica.

No **Mapa 2 – Detalhes – Praça do Ferreira - Centro/Fortaleza – Ce** indico em detalhes os deslocamentos dos **HSR** na Praça do Ferreira e seu entorno. Assinalo o restaurante onde eu almoçava e a Praça do Leões onde me desloquei para uma conversa gravada com Sônia. Destaco o local da “casa do canteiro” e o quarteirão do “beco da solidão”.

No **Mapa 3 – Centros POP - Centro/ Benfica/Fortaleza – Ce** assinalo em uma visão mais ampliada da cidade de Fortaleza. A ideia desse mapa é para situar o leitor das distâncias entre os Centros POP e a Praça do Ferreira. Cheguei a fazer o percurso de 25 quarteirões a pé entre a Praça e o Centro POP Benfica.

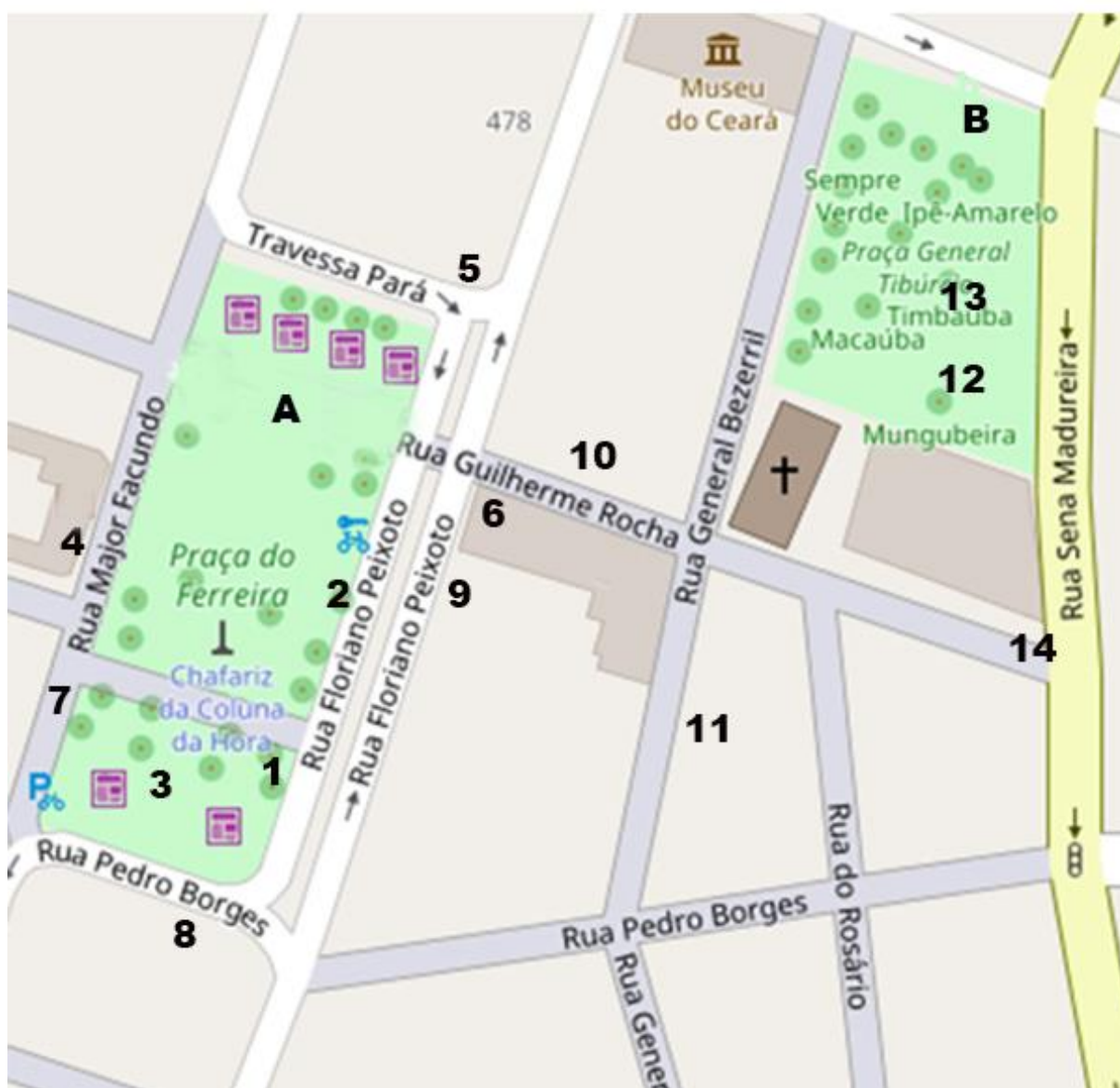
⁹⁹ O adicional de periculosidade é um valor devido ao empregado exposto a atividades consideradas perigosas, tais como: Inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012); Roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal. (Conforme parágrafos I e II do artigo 193 da CLT). Disponível em: <http://segurancadotrabalhonwn.com/a-diferenca-entre-insalubridade-e-periculosidade/>. Acesso em: 22 out 2017.



Mapa 1-Centro de Fortaleza - Ce

- 1-Praça do Ferreira**
- 2-Praça dos Leões**
- 3-Praça das Crianças**
- 4-Praça do BNB**
- 5-Praça José de Alencar**
- 6-Passeio Público**

- 7-Praça da Estação**
- 8-Favela do Oitão Preto**
- 9-Mar**
- 10-Casa de Cultura Christiano Câmara**
- 11-Acal**
- 12-Praça da Bandeira**



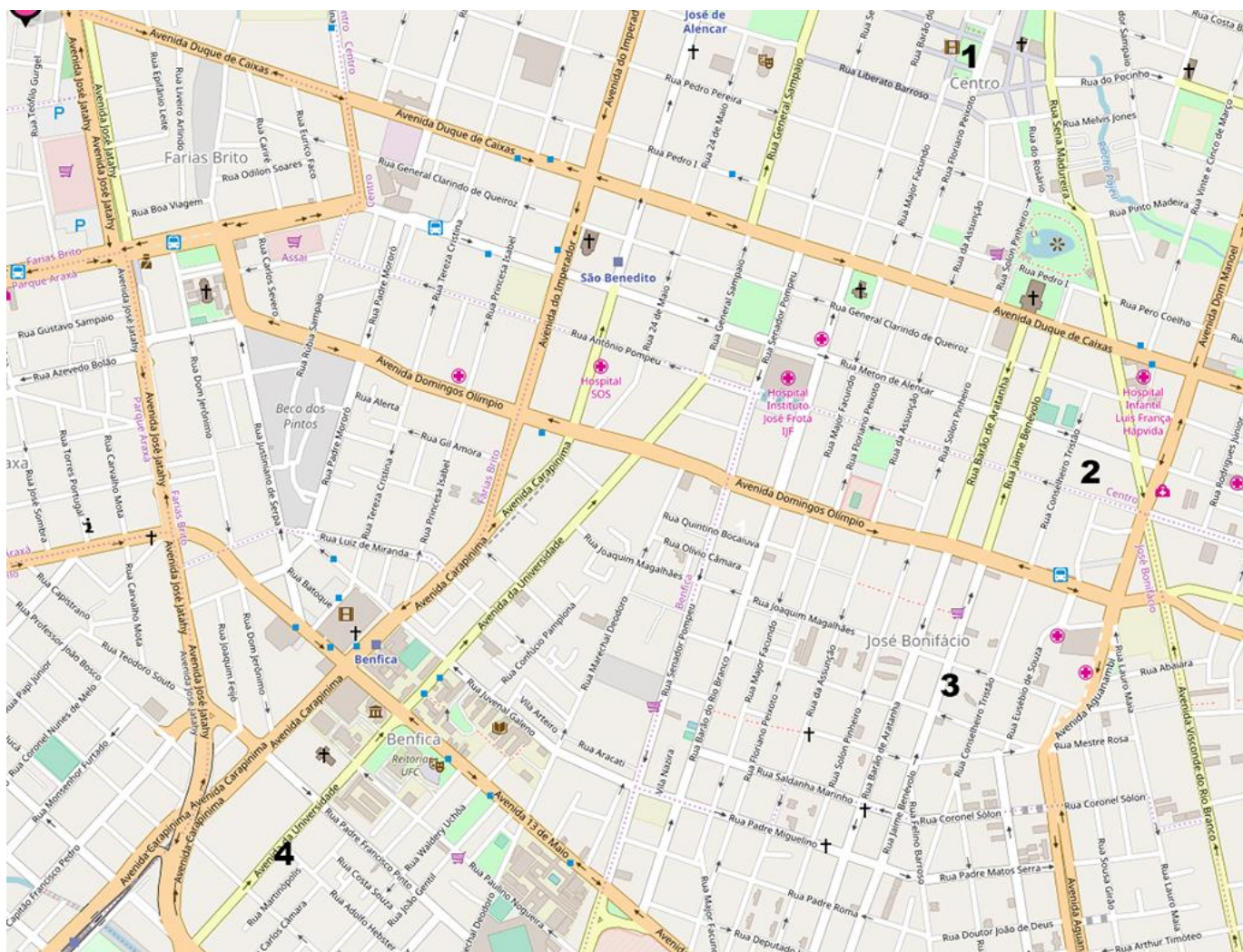
Mapa 2 – Detalhes – Praça do Ferreira - Centro/Fortaleza – Ce.

A – PRAÇA DO FERREIRA

1. “Casa do Canteiro”
2. Cajueiro da Mentira
3. “Pé de Colchão”
4. Cine Teatro São Luiz
5. “Esquina do Pecado”
6. Caixa Econômica Federal
7. Padaria Romana

B – PRAÇA DOS LEÕES

8. Pastelaria Leão do Sul
9. Lanchonete L’escale
10. Restaurante L’escale
11. Rest. Bom Prato (“beco da solidão”)
12. Coreto
13. Estátua de Raquel de Queiroz
14. Esquina de “corredor de vento”



Mapa 3 – Centros POP - Centro/ Benfica/Fortaleza – Ce.

1 – Praça do Ferreira

3 – Centro POP (Centro - Ativado)

2 – Centro POP (Centro – Desativado)

4 – Centro POP (Benfica – Ativado)

MOMENTO ETNOGRÁFICO II

No *Momento Etnográfico I*, busquei trançar informações sobre os espaços da cidade praticados pelos **HSR**. Introduzi o leitor aos cenários por onde me desloquei e expus os dilemas e as dificuldades enfrentadas na aproximação com meus interlocutores. A etnografia mostrou que desde sempre a dinâmica dos protagonistas na construção, reformas e intervenções da Praça do Ferreira é majoritariamente masculina.

Acredito ter contribuído para mostrar os problemas diários enfrentados pela equipe do Centro POP, de como essa política pública é estigmatizada e do quanto os agentes buscam a todo custo, fazer sumir do cenário urbano o morador de rua sem, contudo, levarem em consideração os dramas pessoais, sociais e políticos que os fizeram escorregar para as ruas.

Na sequência serão etnografados os acontecimentos e as *cenas* dessa pesquisa visando apresentar os estilos de masculinidades forjados pelos **HSR** e também pelas **MSR** como manobra de sobrevivência.

Capítulo 4

Estilos de Masculinidades

A Praça é dos Homens

No Capítulo 2, faço um histórico sobre o início, construção, reformas, intervenções e dinâmica de circulação de pessoas na Praça do Ferreira. Como observamos, a presença das mulheres como protagonistas nesse processo é praticamente inexistente. Não encontrei nenhum registro histórico significativo da participação das mulheres na construção da Praça do Ferreira, salvo um episódio ocorrido em 1912, conhecido por “Passeata das Crianças”, em que a Praça foi palco de revolta política com a presença de um número significativo de desempregados e com cenas de morte de crianças. Segundo Ponte (2015), a passeata teve origem com uma mobilização das mulheres contra os mandos e desmandos do oligarca presidente do Ceará, Antônio Nogueira Accioly. A Fortaleza do início do século XX vivia os ventos da modernização e de mudanças políticas que se alastravam na região Nordeste. Segundo Palmeira (2006, p. 53), “a lenta decomposição de um sistema social fundado sobre o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura de exportação e tendo a família de tipo patriarcal como instituição central”.

A oligarquia aciolina permanecia no poder desde 1896, conduzindo as eleições e lançando mão das práticas políticas dominantes: o coronelismo, o voto de cabresto e a eliminação da oposição, quando necessária. No entanto segmentos emergentes da sociedade cearense que se modernizava lentamente organizavam, com a adesão de uma massa de desempregados, um grupo de oposição contra a política dominante oligárquica (Palmeira, 2006). A oligarquia aciolina foi mantida com a defesa da agroindústria açucareira, que, em meados do século XX, entrara na crise do nepotismo, autoritarismo e ampla corrupção.

Para as eleições de governo do Estado em 1912, houve um consenso da oposição que lançou a candidatura do coronel do exército Franco Rabelo (1851 – 1940). Sua candidatura estava inserida em um momento político favorável com a presidência da República de um militar de carreira, Hermes Fonseca (1910 – 1914), que enfrentou a corrente oligárquica e o pacto político do Café com Leite vigente (Ponte, 2015).

No território cearense a disputa foi acirrada entre o representante do coronelismo regional e um membro de uma influente família dos Accioly, desencadeando uma violenta repressão aos adeptos de Franco Rabelo, inclusive com várias mortes. Com a utilização de estratégias dominantes Accioly foi eleito.

O ápice do tensionamento desse embate político ocorreu na Praça do Ferreira, no dia 21 de janeiro de 1912. A passeata, comandada pela Liga Feminina Libertadora Pró-Ceará, com destaque para a militante Odete de Paula Pessas, teve a participação de cerca de seiscentas crianças vestidas de branco, com laços verde-amarelos no pescoço e um medalhão escrito Cel. Marcos Franco Rabelo. O desfile das crianças, comandado pelas mulheres, prenunciou-se tenso, uma vez que no trajeto entre a praça Marques do Herval (atual Praça José de Alencar) e Praça do Ferreira foram identificados dois policiais à paisana, que foram surrados por populares no meio da passeata. Chegando à Praça do Ferreira, um grande paredão de policiais a cavalo esperava a passeata. Depois dos comícios e manifestações, exaltando Franco Rabelo, já no final da tarde, quando populares começaram a deixar a praça, tiros foram disparados e a cavalaria investiu pesadamente contra o restante das crianças e mulheres que ainda se encontravam no local. No meio da correria, em meio aos tiros, crianças foram pisoteadas pelos cavalos, e algumas tombaram mortas. Três dias após intensa revolta com o ocorrido, Accioly foi deposto, sendo Cel. Franco Rabelo eleito naquele ano (Ponte, 2015).

Diferentemente do movimento das mulheres integralistas, que tomaram as ruas da cidade de Recife na década de 1930, esse episódio na Praça do Ferreira esboçou-se mais como uma manifestação pontual do que um movimento organizado de mulheres. No movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), as mulheres pernambucanas, organizadas como “Blusas Verdes” (Possas, 2012), protagonizaram passeatas e manifestações em várias capitais do país cujo lema era defender a “família tradicional” e os bons costumes (Silva; Andrade, 2015). Não entrando no mérito desse movimento, que tinha orientação fascista, embora à época não fosse permitida a participação das mulheres em espaços de decisão (privilégio esse concedido aos homens), algumas delas buscavam lutar por direitos sociais e políticos, aproximando-se do movimento sufragista brasileiro e alcançaram direito ao voto em 1932¹⁰⁰. O que gostaria de reter dessa narrativa é o fato de que, na história da construção da Praça do Ferreira, são os homens e as masculinidades que protagonizaram episódios e acontecimentos de destaque na produção do espaço/lugar. O episódio da passeata das crianças em 1912, liderada pela Liga Feminina, figura como exceção.

Dito isso, os estilos de masculinidades incorporados pelos homens na Praça do Ferreira do início do século XX indicavam o coronelismo e o patriarcalismo, associadas à intelectualidade e a comandos políticos. Embora o coronelismo fosse visto como prática

¹⁰⁰ Cf. Pinto (2003), o movimento sufragista brasileiro foi a tomada de consciência política das mulheres pelo direito ao voto, direito de representar e serem representadas na política. Esta luta pela participação nas decisões políticas está atrelada a própria luta das mulheres em por dirigir sua própria vida.

político-social própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, a Fortaleza dos anos de 1920 a 1930 era uma cidade provinciana, cuja elite detinha o poder econômico, social e político.

Nas narrativas dos historiadores sobre a Praça do Ferreira, com sua dinâmica cotidiana, reformas e intervenções quando tratam das mulheres o fazem de maneira pontual. As mulheres e as feminilidades estão ausentes como protagonistas no processo de construção da Praça, aparecendo com algum destaque no cenário urbano apenas a partir do ano 2000, quando ela começa a ser habitada, como coadjuvantes em meio aos homens e às masculinidades.

Nos livros de história, quando aparecem em episódios sobre a Praça do Ferreira, como no episódio acima narrado, as mulheres surgem como mote para piadas, como as moças que cruzavam a “esquina do pecado”¹⁰¹ (onde o vento fazia subir suas saias, para a alegria dos homens que circulavam pela Praça), ou como motivo de crime passionais, como narra o historiador Raimundo Girão em seu livro *Geografia Estética de Fortaleza (1959)*. Girão descreve os crimes de vinganças pessoais, desforra de honra, ódios de família e crimes passionais do final do século XIX e início do século XX, ocorridos na Praça do Ferreira. Ali, alguns homens tombaram às custas de insinuações levianas e piadas jocosas às esposas e noivas de conhecidos frequentadores da praça e pessoas ilustres da época. As feminilidades coadjuvantes também aparecem por meio de transeuntes, damas, moças e estudantes da Escola Normal Justiniano de Serpa, que recebiam galanteios e elogios ao caminharem pela Praça. Em meio ao desenrolar dos dramas, das articulações de ideias, da agitação e das reivindicações, são, portanto, as masculinidades que, desde sempre, dominam a “Mãe Ferreira” até os dias de hoje.

A Praça do Ferreira foi (e ainda é) o *dial* de Fortaleza, e, se aumentássemos seu volume, uma polifonia de vozes graves com tom de virilidade apareceriam como indicador de comportamentos, condutas e atitudes masculinas. Virilidade é entendida como sendo um referente de uma série de atributos masculinos que refletem as realidades e aspirações sociais, assegurando poder viril e ideal de força física com firmeza moral e potência sexual. Tais estereótipos estão intensamente arraigados à cultura, à linguagem, a imagens e a comportamentos que inspiram e instruem os homens. No final do século XIX e início do XX, algumas masculinidades são desdobramentos das relações de poder entre políticos, intelectuais, coronéis e frequentadores da praça. Em sua construção e intervenções fica evidente que a Praça vai estar intimamente ligada às práticas de masculinidades.

¹⁰¹ A “esquina do pecado” situa-se na confluência das ruas Floriano Peixoto e Travessa Pará, onde está localizado o prédio comercial Edifício Sul América, e onde, até hoje, há o mesmo corredor de vento aprazível de então.

Assim, ao atentar para as várias configurações de gênero e possíveis identidades dos agentes, que circulam pela Praça do Ferreira, essas não são fixas ou homogêneas. No entanto, muitos homens se percebem dentro de modelos identitários ainda bastante carregados com a insígnia do macho viril. Embora os homens estejam mudando e as masculinidades do século XXI apontem alterações significativas no tecido social, nas ruas e na Praça do Ferreira, há um recrudescimento de valores e posições masculinas, tidos como supostamente superados.

A masculinidade e a feminilidade não são traços de caráter ou aspectos de identidades de homens e mulheres; são símbolos de poder, de capacidade de ação inteligíveis a homens e mulheres. O caráter contingente da conexão entre poder, masculinidade e homens torna-se claro quando atentamos ao diálogo e conflito entre as várias masculinidades e os homens e as mulheres. A própria noção de identidade de gênero é ilusória, dado que tanto a coerência quanto a estabilidade do gênero são socialmente construídas (Butler, 2003). O que é pensado como identidade de gênero é, na realidade, uma tecnologia de reprodução obstinada de performances vistas como modelos do sexo em questão. Produz-se a ilusão de uma identidade coerente e estável de gênero, corroborando os efeitos de um poder que impõe formas de comportamento dominantes nas sociedades.

Gênero deve ser encarado, então, como possibilidades de identidades, o que permite pensar a constituição das masculinidades como mutável, a partir de contextos históricos e sociais específicos. As masculinidades no início do século XX, em uma cidade como Fortaleza, com pretensões à modernidade, não seriam as mesmas masculinidades do século XXI em uma metrópole com mais de 2,6 milhões de habitantes (IBGE, 2018). Dessa forma, também as masculinidades dos homens e mulheres habitantes das ruas não seriam as mesmas, sendo as práticas e estilos de masculinidades adotadas pelos **HSRPF** representações simbólicas, nas quais a violência, a selvageria, a virilidade e o machismo tomam lugar de prestígio e importância para as sobrevivências.

Situando as Masculinidades

Fortaleza apresenta aspectos de cidade com “ares cosmopolitas” e abriga em sua cultura elementos tradicionais rurais, pautados em códigos de honra, conciliados com aspectos sociais contemporâneos, com acesso à urbanização e a tecnologias de ponta aliada a diversas modalidades de violência e virilidade. Trata-se de uma cidade de grande porte cuja maioria da população advém de cidades das zonas rurais do sertão cearense, além do grande fluxo de imigrantes nas duas últimas décadas por meio do intenso movimento turístico. Ainda que o “homem nordestino” não seja uma categoria genérica universal, este tem sido vinculado a

figuras machistas, viris, honradas e violentas. Há no senso comum um imaginário masculino do protótipo do “homem-macho” corajoso, cuja virilidade está associada à força física, ao espírito guerreiro, à postura destemida e à potência.

Há um aspecto da linguagem corriqueira do fortalezense que chama atenção de quem não é da cidade: é comum as pessoas se dirigirem umas às outras chamando-as de “macho”. É muito comum tanto homens quanto mulheres utilizarem em suas falas frases do tipo “E aí macho, tudo bem?”, “Ei macho, vem cá!”, “Tu vais pra onde, macho?”, ou ainda “Ei, mah!”¹⁰², “Diz aí mah!”. Há, portanto, uma reprodução desse linguajar por parte dos **HSRPF**, que incluem tais expressões em seus diálogos, cotidianos e sociabilidades.

Historicamente, a cultura ocidental concebe homens e mulheres, baseando-se em diferenças, desigualdades e hierarquias, tanto no campo político quanto no social. Produz agentes sintonizados com códigos, significados e simbologias culturais, e, a partir dessa lógica, o “ser homem”, pelo menos aqui no Nordeste, ainda é frequentemente atrelado a um conjunto de manobras que perpassam as várias possibilidades de identidade do homem “cabra-macho”, viril, audacioso, valente e afoito.

De acordo com Nolasco (1993), na socialização dos homens, ainda meninos, são repassados sentimentos de autoridade e senhorilidade. Quando adultos, tais sentimentos deixam de ser somente descrições de suas subjetividades e passam a ser incorporados em suas práticas masculinas cotidianas. Tais práticas lhes conferem prestígio e privilégio social e viabilizam este movimento de autoridade e senhorilidade.

Para Nolasco (1993), os homens crescem adotando o que chama de “fantasias de realidade e poder”, a partir das quais vão estabelecer uma visão de mundo que se inicia na crença de sua superioridade e dominação, gerada através da observação das relações construídas na dinâmica familiar e social. A coragem, a valentia, o endosso à autoridade e à moral familiar, a vergonha da derrota e do fracasso, o “lavar a honra”, são valores e expressões de uma ordenação subjetiva calcada numa visão de mundo masculina, carregada de entendimentos normativos advindos de controles sutis a que os meninos são submetidos. Desse modo, os meninos vão crescendo sob os olhares sociais e familiares que lhes inquirirem: seja homem! Seja macho!

Essas experiências, discursos e comportamentos fomentados na infância imprimem nos garotos um modelo de homem aceito e legitimado socialmente na vida adulta. Ser “homem-macho” no convívio e interação social e nas construções ideológicas produz no sexo um

¹⁰² “Mah” é uma expressão usada como abreviatura de macho.

conjunto de atributos morais admitidos socialmente, que serão constantemente avaliados, reavaliados, negociados e reelaborados pelos homens. Assim, o “homem-macho” terá um corpo carregado pelas marcas e insígnias sociais da macheza. Com efeito, não é o sexo que define se um indivíduo masculino será um homem, mas o tipo de corpo que ele constrói e carrega. Os códigos de macheza incorporados por meio dos discursos, da linguagem verbal e gestual forjam o “homem-macho”, cuja postura, conduta, ações e práticas baseiam-se em um modelo de primazia, dominação e superioridade.

O sociólogo Pedro Paulo Oliveira (2004) entende a masculinidade como um lugar simbólico estruturado nos processos de subjetivação dos agentes e complementa que essa é constitutiva e articulada nas relações sociais como um ideal culturalmente elaborado dentro de uma ordem de comportamentos socialmente aprovados.

Portanto, a construção social da masculinidade não é um dispositivo de fundamento biológico; deriva de diferentes produções culturais, sociais e políticas, devendo-se considerar suas dimensões regional, relacional, contextual e histórica. Por meio dos sistemas simbólicos culturais, os homens vão constantemente reproduzindo suas masculinidades, que não são meras formulações biológicas de um dado natural; buscam, cotidianamente, conquistá-las e afirmá-las à custa dos sofrimentos, sacrifícios, provocações, atrevimentos e violências.

Masculinidades na Praça do Ferreira

Por que falar de masculinidades, e não masculinidade, já que essa seria, supostamente, um atributo do homem? Nem todos os homens têm o mesmo contexto ou classe social, idade, raça, orientação sexual e disposição para mudar e adaptar seu comportamento. Isso nos sugere uma diferenciação masculina, o que, por sua vez, indica que a masculinidade tem uma pluralidade de estilos e práticas. Essa constatação também se coaduna com uma visão de que a feminilidade também deve ser entendida no plural. Sendo macho e fêmea categorias sociais, não se deve compreender a construção social das masculinidades sem referenciar a relação entre homens e mulheres, na qual essa relação está intimamente imbricada com a cultura e a localidade nas quais estão inseridos, foram educados e socializados.

Minha intenção é situar o leitor sobre os vários tipos de estruturação das masculinidades relacionadas entre si e da invenção de um tipo de “homem-macho-nordestino”. Os diferentes estilos de masculinidades aos quais pude ter acesso, convivendo com os **HSRPF**, foram produzidos em contexto social específico, no caso, a Praça do Ferreira e as ruas do centro de Fortaleza, espaços onde os homens evidenciavam um padrão idealizado do que é “ser

homem”, ou seja, um modelo de “homem-macho” que se aproxime do que consideram ser “homem de verdade”.

Nas ruas do Centro de Fortaleza, observei que as masculinidades acionadas ora incorporavam práticas e comportamentos viris, agressivos e violentos, ao que chamei de *masculinidade exacerbada*, e ora lançavam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação e atitudes subservientes e condescendentes, um estilo de masculinidade menos agressivo ao qual chamei de *masculinidade negociada*. Ficou evidente que acionar esses estilos de masculinidade nas sociabilidades das ruas possibilita ou possibilitavam aos homens, assim como às mulheres, resistir, sobreviver por meio de xingamentos, discussões, alianças, parcerias, duelos verbais e físicos. Estas manifestações estão conectadas às práticas de lugar simbólico de sentido estruturante que fundamenta estilos de masculinidade para sobrevivência.

Ficou explícito também que os **HSRPF** se comportam, muitas vezes, de forma animalasca, como cachorros vira-latas em busca de comida. Escarafuncham lixeiras e sacos de lixo dos restaurantes do entorno da Praça do Ferreira em meio ao mau cheiro, atrás de restos de comida. Essa é uma prática comum. Procuram nas lixeiras da Praça copos, talheres, garrafas pets, potes, embalagens de comida descartáveis (normalmente de isopor ou plástico duro transparente), jogados pelos transeuntes, para servirem de utensílios para suas refeições. A julgar por essas formas de sobrevivência, cujos hábitos diferenciavam-se dos hábitos sociais aos quais estamos acostumados, a estas práticas chamei de *masculinidade animalasca*, por entender que tais comportamentos mais se assemelhavam a um macho animal do que a um humano.

Para além dessas masculinidades, obtive informações de que os **HSRPF** praticavam atos de violência sexual, estuprando as **MSR** que se encontravam solteiras, entendendo que, frente à sua potência, essas eram apenas objetos de desejo sexual. Independentemente de a mulher ser conhecida ou não, a violência sexual praticada com as **MSR** está atrelada a seu estado civil; ou seja, ser solteira nas ruas é sinônimo de desimpedimento dos **HSRPF** para a prática de abuso sexual e estupro, ao que chamei de *masculinidades desviante*. No sentido de se livrar dos atos de violência sexual, muitas mulheres performatizavam gênero incorporando atitudes, postura, aparência e comportamentos masculinos, práticas essas que chamei de *masculinidades deslocadas*. No Capítulo 6 retornarei a essas questões.

Ao observar empiricamente esses estilos de masculinidades por meio da convivência com as **PSRPF**, pude entrever que há toda uma simbologia viril que, como dito, agrega prestígio e poder aos agentes. As masculinidades dos **HSR** da Praça do Ferreira estão atreladas a várias formas de violência e agressividade, produzindo um *macho exacerbado* urbano, calcado em

aspectos de virilidade; no entanto, essas masculinidades não operam de maneira a criar hierarquias ou competições, mas justaposições. Fora do mundo das ruas, nem todos os homens necessitam acionar suas masculinidades como um valor simbólico a ser conquistado, mas para os que habitam nesse ambiente, acioná-las é uma questão de necessidade, pois, de outra forma torna-se difícil sobreviver às violências diárias das ruas. Esses estilos de masculinidades das ruas operam mais como uma tentativa de resistência para manutenção de suas sobrevivências.

Embora nas três últimas décadas os homens tenham experimentado outras vivências cotidianas relacionadas à divisão de tarefas domésticas, paternidade responsável, outras demandas afetivas, engajamento no combate à violência contra a mulher, dentre outros aspectos, discutir as masculinidades, na atualidade sugere enfrentar um dilema. Apesar das inúmeras conquistas do movimento feminista, fértil em questionamentos que colocaram em xeque a “naturalização” do “ser homem” e “ser mulher” e a forma de constituição do masculino e do feminino, ainda assim a sociedade se referencia no homem branco ocidental heterossexual, tendo as masculinidades como um modelo, um padrão normativo.

Ademais, os **HSRPF** têm praticado políticas de masculinidades que fogem, em grande medida, aos estilos de masculinidades com os quais estamos acostumados, do homem provedor, trabalhador, pai de família responsável. Se nas relações sociais estabelecidas fora das ruas as masculinidades podem ser definidas por meio desses padrões, no mundo masculinizado das ruas, o homem e as masculinidades são pautados pela referência ao macho viril, brigão, caçador. A seguir, narro três cenas cotidianas da Praça do Ferreira que ilustram tais comportamentos.

Cena 1 – O macho traído

O vento estava agradável na Praça do Leões¹⁰³. A arborização deixa o clima sempre ameno. O pouco barulho e o movimento menos intenso, em comparação com a Ferreira, tornam o ambiente mais tranquilo. Este foi o local sugerido por Marcos para que Sônia me concedesse uma conversa gravada¹⁰⁴. Sentadas no último batente do coreto instalado no lado sul da praça, ficamos conversando por cerca de 40 minutos, e, depois, retornamos para a Ferreira. Durante este trajeto de dois quarteirões, Sônia, que era companheira de Marcos, há dois meses, confidenciava-me sobre retomar sua relação com o ex-marido, que é pai de sua última filha e também vive em situação de rua. Reclamava que estava “com abuso” de Marcos.

¹⁰³ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 20/07/2017.

¹⁰⁴ Diferente de uma entrevista, onde um pergunta e o outro responde, minha conversa com Sônia foi fluindo sem formalidades.

“Mãe Ferreira” estava bastante movimentada nessa tarde de quinta-feira. Já passava das 13h30min. O sol a pino, como sempre, deixava as **PSR** mais impacientes. Qualquer brecha de sombra era disputada. Diferente dos Leões, onde o vento ameno deixava uma sensação de frescor no corpo, quando entramos na Ferreira sentimos logo o mormaço, e o vento quente deixava o corpo suado. Aproximamo-nos do grupo do qual Sônia fazia parte.

Como dito, sentamos no banco com as pernas para dentro do canteiro. Esta postura nos deixava de frente para o centro da praça e de costas para quem passasse do lado leste, pela Rua Floriano Peixoto. Mal sentamos e Sônia me alertou, indicando com os olhos que seu ex-marido passava atrás de nós: “É esse aí! É esse aí! Está atrás de você!”, sussurra. Devido minha posição, o ex-marido de Sônia se encontrava bem atrás de mim. Como seria indiscreto de minha parte virar-me bruscamente para vê-lo, disfarcei como se fosse mudar de lugar. O ex-marido cumprimentou algumas pessoas do grupo que circulavam ao redor do canteiro quando se dirigiu para o outro do lado banco, ficando na nossa frente, e pude, de fato, vê-lo melhor. Depois de conversar com alguns **HSRPF**, o ex-marido de Sônia se aproxima dela se despede, e, ao se afastar de nós, pelo sentido sul, da rua Floriano Peixoto, ela diz a ele: “te encontro naquele lugar”.

Nesse exato momento, Marcos, que havia saído atrás de comida, reapareceu repentinamente. Surgiu do nada pelas nossas costas. Foi tão súbita sua chegada que nos assustamos. Ele questionou Sônia: “você vai encontrar com quem e aonde?”. Ela desconversou e disse que ele estava ficando doido, que não tinha dito nada e nem ia encontrar com ninguém. No meio do grupo, como que por um passe de mágica, Sônia repentinamente levanta do banco e some em meio aos transeuntes.

Do lado do canteiro onde eu estava, apenas com o olhar, Marcos buscou encontrá-la. Em vão, sentou-se ao meu lado. Deu sinais de irritação, mostrou-se impaciente. Pressentiu que estava “perdendo” Sônia para outro homem, mas não sabia tratar-se do ex-marido dela. Enquanto Sônia desaparece da “Mãe Ferreira”, Marcos me diz: “você viu!? Você sabe para onde ela foi?” Respondi que não fazia a menor ideia (e de fato, não sabia). Ele se queixava: “ela está me passando chifre!”. Calada estava, calada fiquei! Ouvi seu longo desabafo, no qual narrava o quanto fazia por ela, externava com indignação o desprezo da companheira. Demonstrava estar apaixonado e falou emocionado:

Tia, você sabe o sacrifício que é para um alcoólatra passar uma semana sem beber? Pois eu fiquei uma semana sem botar uma gota de álcool na boca! Tudo que ela me pede, eu faço. Vou atrás de comida para ela, cuido dela, não deixo faltar nada. Até para o filho dela faço as coisas e

ela fica me sacaneando (Notas de Campo. Praça do Ferreira. 20/07/2017).

Marcos me disse em tom de voz baixo: “eu tenho um revólver¹⁰⁵ escondido, eu vou matar este ‘piranguero’”. Falou várias vezes que iria matar o *piranguero* que estava saindo com sua mulher. Encorajei-me a comentar: “matar o ‘cara’ vai resolver alguma coisa? Pense bem no que você vai fazer! Você vai se prejudicar”. Ele retrucou: “prejudicar? Tia, já peguei cadeia por 121¹⁰⁶, não tô nem aí!”. Fala com tom de raiva, revolta e indignação: “Ah, Tia, eu não saio de bobo nessa história! Eu sou é homem! Ela tá pensando o que? Aqui é macho, porra!”

Cena 2 – O macho que fala pelo falo

Enquanto Marcos se queixava em voz alta, Jair, o filho¹⁰⁷ de Sônia, sentado à minha direita, resmungou: “a vida é dela, ela faz o que quiser!”. Começou uma discussão entre os dois. Marcos afirmava que ela devia explicações e satisfação a ele, e que não era assim que a coisa funcionava. Jair defendia a mãe dizendo que ninguém mandava na vida dela, pois se mexessem com ela iam se ver com ele. Sentado ao lado de Jair, um rapaz balançava a cabeça no sentido afirmativo, concordando com o que ele dizia. Alan, um **HSR** que veio fugido do interior, encontrava-se do outro lado do canteiro, ouvindo as queixas de Marcos. Veio então ao nosso encontro dar conselhos a ele, incentivando-o a matar o desafeto: “Macho, eu matei o homem que mexeu com minha mulher e ela também foi junto!”. Um outro **HSR** que eu ainda não conhecia se juntou a nós e começou a levar a situação na brincadeira. Segurava um *burrinho*¹⁰⁸ de cachaça e falava alto: “qual o homem que não foi corno?!”. Alterado pela bebida, contava piadas sobre corno e divertia as pessoas que estavam ao redor da “casa do canteiro”. Todos caíram na gargalhada. Marcos parecia um touro soltando fumaça pelas narinas, de tão raivoso que estava.

Foi uma cena tragicômica! Estava sentada entre Marcos e Jair, que por sua vez tinha à esquerda um rapaz que acatava suas falas. Em pé atrás de nós, estavam Alan e o “homem com cachaça”. Entre esses cinco homens, em meio às gargalhadas, apenas ouvia e sorria. Embora goste de soltar gargalhadas, e as piadas fossem, de fato, engraçadas, tentava me controlar, já que eu era uma “estranha no ninho” e que, dentre estes homens, Marcos era aquele com quem

¹⁰⁵ Não é comum os **HSR** terem revólver. Quando há assassinatos na rua entre eles utilizam pau, pedra, garrafas e facas.

¹⁰⁶ 121 é o artigo do código penal referente a homicídio. Muitas **PSR** se referem a seu atos ilícitos pelo número do código penal ao qual responderam ou respondem na justiça.

¹⁰⁷ Jair tem 32 anos e estava nas ruas cerca de seis meses.

¹⁰⁸ *Burrinho* é um recipiente que contém meia garrafa (ou 500ml) de cachaça, também conhecido como *meiota* ou *celular*.

tinha maior proximidade. Preferi não entrar na “pilha” das brincadeiras, pois corria o risco de não mais conseguir me aproximar dele e perder sua “amizade”. Como era um interlocutor que fazia “ponte” entre outros **HSRPF**, preferi ter cautela e evitei gargalhar.

Toda essa discussão ocorria em meio aos transeuntes, em plena Praça, para quem quisesse ouvir. Uma das características dos grupo de **HSRPF** em suas sociabilidades é que eles falam seus feitos, mandos e desmandos, e contam suas histórias muitas vezes em tom de voz alto, evidenciando suas despreocupações com possíveis normas sociais e com a presença dos transeuntes escutarem. Em meio à discussão, algumas pessoas passavam olhando, e outras paravam para escutar, como alguns vendedores ambulantes. A impressão que se tinha era de que, ao redor daquela “casa do canteiro”, havia de fato paredes invisíveis.

Continuando com a discussão sobre as “puladas de cerca” de Sônia, em meio às piadas de corno do “homem com cachaça” e das queixas raivosas de Marcos, Jair, em tom ríspido e alto, assevera: “a vida é dela! Ela faz o que quiser da vida dela! Quem ‘dá a voz’ sou eu! Porque sou é macho! Tenho duas bolas e um pau entre as pernas!”. Todos ficaram em silêncio. Marcos levanta e some entre os transeuntes. Alan volta para o outro lado do canteiro, e o “homem com cachaça” se afasta. Encerrada a discussão, com os ânimos acalmados, cada um foi para seu lado. Permanecemos sentados, eu, Jair e o outro rapaz.

Jair comenta do enorme calor que fazia naquela tarde. A Coluna da Hora marcava 14h30min. Alguém trouxe uma garrafa *pet* de 2ls com água. Jair ofereceu-me água num copo improvisado de garrafa *pet* de 600ml. Com a sede que estávamos, a água chegou em boa hora. Entre um gole e outro, indaguei a Jair: “o que é ‘dar voz’?”. Atencioso e sempre disposto a responder o que eu perguntava, disse-me que é uma voz de comando; quando proferida por alguém, não há o que contestar, contrariar ou contradizer. Todos sabem que quando algum **HSR** “dá voz”, está dito, e não há mais contra-argumento, pois é como se quem “dá voz” estivesse dando “uma voz de moral”, e todos acatam. Assim, quando ele “*deu a voz*”, os outros homens entenderem o recado e bateram em retirada. Fiquei conversando com Jair até por volta das 17h, quando me retirei da Praça. Dias depois, soube por Sônia que, naquele mesmo dia, pouco tempo após minha saída, Jair foi preso na Praça pelo artigo 33 da Lei 11.343/06 do Sistema Nacional de Políticas Públicas que trata de tráfico de drogas.

Cena 3 – O homem trans que se apropria do falo

São 14h30min, vai começar mais uma oficina¹⁰⁹ socioeducativa no Centro POP, unidade Centro. À véspera do dia Internacional da Mulher, Igor, educador social, inicia perguntando se todos sabiam do que se tratava a data de 8 de Março. Foram unânimes na resposta: Dia da mulher!

Sentados em círculo, éramos, ao todo, vinte e quatro pessoas: dezenove homens (com o educador), três mulheres (com a pesquisadora) e um homem trans. O educador explanou que refletiríamos sobre o que é ser homem e ser mulher. Pôs uma cartolina branca no chão, escreveu HOMEM / MULHER e perguntou: “quando pensamos em homem, o que vem à mente de vocês? E quando pensamos em mulher o que vem a nossa mente?”. O educador começou a escrever as representações propostas pelo grupo:

HOMEM	MULHER
Pai	Violência
Machista	Sexo
Inteligente	Safada
Trabalhador	Mãe
Forte	Guerreira

O educador situou o grupo sobre o porquê da criação da data 8 de março e refletiu sobre a diferença que a sociedade fazia entre homens e mulheres, apontando os privilégios e as vantagens dos homens nas relações sociais e institucionais, e assinalando que as mulheres não tinham os mesmos privilégios e vantagens. Ele questionou sobre o que o termo “violência” indicava na coluna das mulheres, e os homens justificaram dizendo entender que as mulheres sofriam com muita violência por parte deles. As mulheres do grupo pouco se manifestavam, ficando a cargo dos homens as discussões e reflexões calorosas.

O homem trans pediu a palavra e narrou sua experiência masculina, e que, segundo ele, sentia-se muito mais confortável em um corpo de homem do que de mulher. Iara, que segundo pude apurar, continua utilizando seu nome de mulher, nasceu com a genitália feminina, e declarou nunca ter gostado de seu corpo de mulher. Vestido com bermuda e camisa masculina, cabeça quase totalmente raspada e uma postura máscula, assevera que sempre se viu como homem. Um **HSR** sentado ao seu lado provoca: “Ah, você é mulher!”. E todos caíram na risada.

¹⁰⁹Diário de Campo. Centro POP (Centro). 7/ 3/ 2018.

Iara não gostou da provocação e retrucou com um tom bem agressivo: “mulher é meu pau!”. O **HRS** provocou ainda mais: “como você é homem se não tem pau?!”. A gargalhada foi geral! Constrangido, Iara fica sem reação, e o educador pediu respeito e silêncio e continuou com a oficina.

Masculinidades Exacerbadas

Nessas três cenas, Cena 1: O macho traído, Cena 2: O macho que fala pelo falo, Cena 3: O homem *trans* que se apodera do falo, é possível perceber que as características que sustentam suas masculinidades estão calcadas em atributos de virilidade, na qual a coragem, valentia, frieza e insensibilidade são valores positivados, a partir da simbologia do falo, significante cujo valor está ligado às representações do pênis como potência e força. Chamei de *masculinidades exacerbadas* o *modus operandi* das masculinidades que encarnam o falo como um valor simbólico imaginário, adquirido pela vigor do órgão sexual com atributos de virilidade.

Tais atributos emergem não apenas em decorrência do que os homens fazem por serem homens, mas dos significados atribuídos às suas práticas, ações, narrativas e discursos em contextos de disputas e afirmação de honra e poder. Portanto, para manter suas masculinidades como um valor de manutenção de virilidade, alguns homens buscam continuamente cultivar, afirmar, reiterar e sustentar o que, de fato, deve ser um *macho exacerbado*.

Além dessas três cenas, é muito recorrente ouvirmos nos diálogos dos **HSRPF**, em suas sociabilidades, as expressões “eu te mato”, “tá pensando o quê? Eu sou é macho”! “Viado é meus ovos”, “baitola é meu pau”. Este estilo de masculinidade que circula entre eles é marcado pela insígnia do “homem-macho”, valente, brigão, destemido, corajoso e viril, tendo sua genitália como referência de poder.

A ideia de *exacerbado* nos remete às ações no corpo e à subjetividade dos **HSRPF** quando estão sob efeito de “fortes” emoções nas sociabilidades das ruas. Irritação, aspereza, intensidade, enfurecimento, exasperação e violência são expressões no exercício da prática da *masculinidade exacerbada*. Os significados atribuídos a essas expressões seguem, no entanto, a ênfase no falo, enquanto potência; por sua vez, conferem-lhes, prestígios, privilégios, poder e honra. O corpo dos **HSRPF**, portanto, torna-se portador visível dos efeitos da virilidade nos jogos de honra e poder. Esse corpo é inteligível e dá suporte para várias possibilidades de masculinidades e identidades.

Para Bourdieu (2005), a virilidade é a capacidade reprodutiva, sexual e social que os homens evocam com aptidão ao conflito, embate e exercício da violência. Nas sociabilidades

da Praça do Ferreira esse exercício da violência, os homens encarnam atributos como poder e honra, articulados no jogo da *masculinidade exacerbada*. Esse estilo de masculinidade seria um empreendimento de permanente retroalimentação, ou seja, a *masculinidade exacerbada* forja o *macho exacerbado* das ruas, e esse, por sua vez, é produzido por ela nos jogos de honra e poder onde os homens se alimentam de virilidade.

A impossibilidade de pensar a virilidade como um atributo espontâneo dos homens, uma vez que só existe como prática masculina de performance, sugere comportamentos alinhados à potência. Ao reafirmarem repetidas vezes que são machos, os **HSRPF** invocam o pênis de forma recorrente em suas sociabilidades, valendo-se do falo como fonte de poder e respaldo para suas práticas masculinas. Embora o macho seja um conceito do domínio da linguagem, e, como tal, sujeito a interpretações, enunciados e sansões, é uma categoria cultural que se materializa no corpo sexuado. O corpo desse *macho-exacerbado* urbano, potente, meio rústico, meio animalesco, pode ser pensado como um aparelho de uma composição e de uma conexão entre a *masculinidade exacerbada* e a virilidade. No entanto, não é tanto pelo seu corpo, masculinizado ou não, fisicamente potente ou não, que se caracteriza sua virilidade, mas sim pelo comportamento agressivo e violento que os impulsionam a enfrentar situações de conflitos e desafios. Portanto, a virilidade, nas ruas do entorno da Ferreira materializa-se além da apropriação do *macho exacerbado*, mais pela evocação e pela apropriação do “pau” como símbolo de força e poder, ainda que alegoricamente.

Nas ruas, as *masculinidades exacerbadas* são manifestadas dentro de estruturas de sociabilidades com fins a regularizar, ajustar, acomodar e legitimar regras, normas, comportamentos e modelos dentro do que, para eles, são lógicas e performances masculinas viris. No entanto, há um paradoxo na prática da *masculinidade exacerbada*. Os **HSRPF** agenciam sua masculinidade com potência, honra e poder, e, às vezes, com bastante violência, mas mais no sentido de defesa, conservação, resistência, ataques e acusações, do que de disputas por comando ou subordinação de outras masculinidades. A valentia e coragem nessa prática de masculinidade surge como uma virilidade que tem valor de mostrar para outros homens e também para as mulheres que é *macho* nas confrontações corriqueiras das sociabilidades. Há um entendimento entre os **HSRPF** de que ninguém manda em ninguém, não há superiores e inferiores, comandantes e comandados. A *masculinidades exacerbada* opera mais no sentido de manobrar comportamentos afirmando um “homem de verdade”.

Há, no entanto, a figura de um líder, que monitora e controla o fluxo de moradores de rua e dos frequentadores de rua da Ferreira, sendo essa figura o representante da facção que domina a região da Praça. Porém, esse líder age mais no sentido de organizar o grupo do que

mesmo de dar ordens, subordinar e subjugar as masculinidades, visto que as regras surgem em meio as sociabilidades, e não por determinação desse líder. Apesar de sua presença, na qual, como diz Feltran (2018) o líder agrega a arte de chefiar sem mando, pude observar que não há, entre os **HSRPF**, uma dinâmica de jogos de poder com fins a hierarquizar as masculinidades. Esse líder tem autoridade moral entre os moradores de rua, porque conquistou essa posição, pelo fato de conseguir articular com maestria as brigas, conflitos e desavenças e organizar o grupo para evitar furtos e assaltos na Ferreira. O líder da Ferreira não manda nos demais, ele orienta com “base em sua experiência e na autoridade da função que ocupa” (Feltran, 2018, p. 36).

Importa esclarecer que, no início da minha pesquisa, em 2014, qualquer pessoa poderia, a qualquer tempo, apenas chegar na Praça do Ferreira com seus pertences, deitar em um banco e dormir. A partir de 2017, porém, essa realidade mudou. Atualmente, quem chega na Praça é abordado e questionado sobre a que facção pertence. Caso pertença à facção rival, será imediatamente *espirrado* da Praça. Caso não pertença a nenhuma, será coagido a se sujeitar às dinâmicas do grupo determinadas pelo grupo que controla a Ferreira, colaborando com a facção sempre que solicitado, em troca da sua “estadia”. Esse foi, inclusive, o motivo pelo qual não me senti segura para aceitar o “convite” que me foi feito desde o início da minha pesquisa para dormir na Praça do Ferreira conforme citado acima.

Estudos mostram que, frente às transformações culturais conferidas pelos movimentos feminista e *gay*, existiriam, vários tipos de estruturação das masculinidades, relacionados entre si hierárquica e assimetricamente. Diferentes tipos de masculinidades podem ser produzidos em um mesmo contexto social, geralmente em torno de uma *masculinidade hegemônica*, de um padrão idealizado de ser homem, que subordina outras formas de ser e de agir (Connell, 1995).

A *masculinidade hegemônica*, conceito forjado pela socióloga australiana Raewyn Connell (1995), sugere um modelo ideal de masculinidade a ser alcançado, e que quando atingido, exerce sobre homens um efeito controlador de subordinação implicando uma ascendência social, atribuindo aos homens um privilégio potencial de práticas dominadoras heteronormativas. Diferentemente da *masculinidade hegemônica*, a *masculinidade exacerbada* dos **HSRPF** não pleiteia dominação nem superioridade, mas possibilitar resistências e defesa nas relações de sociabilidades, com fins à sobrevivência cotidiana.

Voltando às Cenas: 1, 2 e 3.

No senso comum, as masculinidades são definidas por um “ser homem” que se inscreve entre dois polos: um afirmativo, no qual “deve” ser heterossexual, pai, provedor da

família, dominador, forte, corajoso, independente, viril, determinado, autoconfiante, agressivo, destemido, audacioso, galanteador etc.; e outro negativo no qual “não deve” ser homossexual, demonstrar sentimentos, chorar, ser fraco ou covarde, levar “desaforos para casa”, ser perdedor, ser passivo nas relações sexuais etc. As possibilidades descritivas sobre as masculinidades encerram-se também numa relação de “ter”. Assim, o homem tem que “ter” dinheiro, força, corpo definido, músculos, controle das emoções, emprego fixo, manter relações sexuais com várias mulheres, sair de situações difíceis, servir à pátria, sustentar a família etc.

Considerando, essas descrições, os *machos exacerbados* das três *cenar* narradas indicam que suas masculinidades se encerram em um polo afirmativo de força, coragem, virilidade, agressividade e potência. A adesão a tais atributos implica um domínio de honra no qual se constituem comportamentos de aprovação e reprovação em suas sociabilidades, podendo o reconhecimento ou não desse valor, tanto individual quanto coletivo, estabelecer um tratamento de prestígio, humilhação e vergonha.

Assim, para Marcos, afirmar que não sairia de “bobo” no relacionamento com Sônia por estar sendo traído seria uma tentativa de evitar que lhe fosse dada uma atribuição negativa de sua virilidade, tornando sua masculinidade vulnerável, o que justificaria ameaçar de morte o ex-marido dela. Não há uma tentativa por parte dele de mostrar superioridade perante os **HSRPF** com os quais conversava, mas de afirmar sua honra, apelando para valores de integridade moral ao expressar vontade de matar o desafeto, quando a honra transforma-se em orgulho de virilidade. Embora Marcos expressasse sua vontade a prática de *masculinidade exacerbada* não estava em um domínio de competição, concorrência ou disputa por Sônia, mas de “lavar a honra”; afinal, um “macho de verdade” jamais pode ser traído.

Para muitos de meus interlocutores, “ser homem” estava relacionado à condição de ser macho e forte, como se tais atributos fossem “naturais”. Entretanto, no mundo masculinizado das ruas, há uma iniciação de virilidade que requer desses homens muito esforço para manter suas masculinidades como valor prioritário de comportamento. Com efeito, no exercício da sexualidade dos homens, a virilidade do *macho exacerbado* sugere uma sexualidade “natural”, ativa, heteronormativa. A agressividade e a violência serão, portanto, os marcadores de iniciação do *macho exacerbado* da Praça do Ferreira. Este macho que é grosseiro, animalesco, rústico, e extrapola toda e qualquer noção de um homem sensível, emocional, fraco e sentimental.

Na *Cena 2*, Jair, por sua vez, ao assegurar que é macho por ter “duas bolas e um pau entre as pernas”, afirma-se como potente e viril por meio do falo, que o permite “dar a voz” e impor limite ao discurso de indignação e vingança de Marcos. “Ter um pau e duas bolas entre

as pernas” o faz “mais homem”, aproximando seus comportamentos de atributos masculinos afirmativos como ser forte, corajoso, agressivo e destemido. Na mesma lógica, o homem *trans* da Cena 3 evoca o “pau”, do qual se apropria para acionar o *macho exacerbado*, incorporando, assim como Jair, atributos de força, potência, agressividade e virilidade.

No entanto, esbarramos aqui no caráter nômade das identidades, das múltiplas possibilidades de trânsito dos agentes entre os gêneros. Evocar uma outra identidade de gênero ao aludir que “mulher é meu pau!”, torna-se fundamental para Iara (homem trans), visto que ter um “pau” o aproxima, de fato, de um “homem de verdade”, mesmo que simbolicamente. Esbarramos também na força da estrutura de gênero, que opera em níveis diferenciados do que seja, de fato, “um homem de verdade”. Quando o grupo ri e faz chacota diante da fala de um **HSR**, quando “Ah, você é mulher!”, desconsideram a identificação de Iara com um corpo, comportamento e identidade de gênero masculina. Era como se, por ter uma genitália feminina, ele fosse obrigado a se mover apenas entre as esferas do mundo binário, ou seja, na matriz do reconhecimento de que homem tem pênis e mulher tem vulva. Portanto, Iara só poderia ser reconhecida como uma mulher.

Quando olhamos para Iara, o identificamos como um homem, pelo corte do cabelo, pelo jeito de andar, sentar e falar, porte físico e vestimenta. Se ele não expressar que nasceu com uma genitália feminina, não o identificamos como mulher. Assim, ser macho, viril e agressivo só adquire sentido quando o corpo se expressa como masculino. Em sua performatização de gênero e luta política ao querer possuir um corpo masculino e reivindicar outra identidade de gênero, Iara esbarra no preconceito e discriminação de outros agentes sociais, já que seu corpo está à margem, e os dispositivos de poder naturalizam sua identidade.

Observei um certo tensionamento nessa disputa de sentido relacionado ao corpo de Iara ser masculino e ele sentir-se como homem, e a identificação dos demais em considerá-lo como feminina. Era como se sua genitália fosse seu corpo, não importando o sentido que Iara dava para seu próprio corpo e sua subjetividade. Sua autoimagem era positivada em seus discursos, que valorizavam as masculinidades tanto para seu corpo quanto para seu comportamento; daí sua contundente alegação: “mulher é meu pau!”. No entanto, o grupo insistia em categorizá-lo como mulher, ao que Iara expressava em seu rosto o total desagravo pelo desrespeito do grupo. Nesses termos, as características masculinas de Iara nada mais eram do que uma instável e delicada construção social, visto que, quando se trabalha com a ideia de masculinidade ou feminilidade, a evidência é dada às configurações de gênero atribuídas pelos agentes aos seus próprios corpos e subjetividades, e não em suas classificações homogêneas e sólidas conferidas pela sociedade às identidades de gênero.

Importa observar que, embora Iara não tivesse, de fato, um “pau”, apropriar-se do falo o tornava mais corajoso e destemido para enfrentar e sobreviver às violências das ruas. Assim, a gestão de sua *masculinidade exacerbada* segue os mesmos padrões dos “homens de verdade”. O que ficou evidente foi que há uma distribuição desigual ao acesso e visibilidade de gênero das masculinidades. Era como se as masculinidades acionadas por Iara não fossem legítimas, não sendo reconhecidas socialmente, já que possuía uma genitália feminina.

Em contraponto a esta questão da apropriação do falo por Iara, lembro-me de Gina, uma travesti de 27 anos de idade e 5 anos em situação de rua, que foi *espirada* da Ferreira, pois não aguentava mais ser agredida pelos **HSRPF**. Até que um dia revidou e foi expulsa da Praça. Gina não considera seu órgão genital como pênis. Há seis anos em situação de rua, a travesti de temperamento agressivo, corpo franzino e pele negra foi expulsa de casa devido a sua identidade de gênero e vício em drogas. Gina contraiu HIV e tuberculose na situação de rua, e, em uma última conversa que tivemos, confidenciou-me que possivelmente estivesse com sífilis. Nesse dia¹¹⁰, apontando para sua genitália, perguntou se eu sabia o que poderia estar acontecendo com “seu negócio”, que estava com pus e doendo. Perguntei se fazia tempo que seu pênis estava assim. Mais do que depressa, Gina me corrigiu: “não tia, não é pênis!”. Eu perguntei: “e como é que você quer eu chame seu órgão genital?”. Sorrindo e com um jeito meio encabulada, me diz que poderia chamar de “coisa”, “negócio”, “carne”, mas não chamasse de pênis.

Recorro às análises da socióloga Berenice Bento (2009) sobre o desejo das pessoas transexuais pela satisfação sexual. “Aquela coisa” ou “aquilo” eram algumas das expressões comuns entre as transexuais femininas para nomear os “pedaços de carne” que tinham entre as pernas. Bento (2009) argumenta que, para algumas transexuais e travestis, pronunciar a palavra “pênis” é torná-las homens. Mais do que dar vida por meio da linguagem, a palavra “pênis” infecta, de certa forma, suas identidades. No entanto, enquanto para Gina a palavra “pênis” contaminava sua identidade com atributos de masculinidades, exatamente por isso, para Iara, valer-se dele era importante, no sentido de buscar concretizar seu desejo por outra identidade de gênero.

Cabe aqui um adendo. Nas ruas, as mulheres não têm autonomia, liberdade ou independência. Ainda que acionem as *masculinidades deslocadas* para sobreviver, conforme tratarei no Capítulo 6, essas mulheres são tomadas pelos homens como “propriedades”. Eles se apropriam das condições femininas delas, e seu *machismo* opera sobre elas de maneira

¹¹⁰ Diário de Campo. Centro. 04/03/2018.

dominante. O *machismo* é tomado aqui como uma relação de poder, apoiado em um sistema de valores, ideias, discursos e comportamentos que produzem, reforçam e legitimam a dominação masculina sobre as mulheres. Tal dominação implica um padrão de masculinidade que se apoia em paradigmas “naturalistas”, onde gênero assume um papel importante na dinâmica das práticas sociais. O *machismo* é uma construção social que se fortalece no entrecruzamento da dominação masculina e do princípio normalizador de gênero. Assim, embora Sônia acione a *masculinidade deslocada* e atue, por vezes, com violência nas sociabilidades das ruas, como vimos na *Cena 1*, será sempre “manobrada”, tanto pelo filho quanto pelo companheiro.

Cena 4 - A Furadeira e a Carpa

Terça-feira. São 13 hs. À tarde, o Centro POP (unidade Centro) está sempre disponível para receber os usuários¹¹¹. As **PSR** se aglomeram na entrada, às vezes, gritando para que o portão seja logo aberto; às vezes, simulando que estão passando mal; às vezes, intimidando o porteiro e o vigilante com ameaça de invasão. Do lado de dentro, na recepção, os educadores sociais se preparam para recebê-las para mais um dia de atendimento e acolhimento.

O portão é aberto e o vigilante manda as **PSR** entrarem em filas de dez em dez. Ao entrarem em grupos, de imediato, sentimos forte cheiro de suor. Corpos suados, marcados pelo sol, rostos castigados com rugas, pernas com marcas de bermuda, ombros com marcas de camiseta, pés com marcas das sandálias *havaianas*. À tarde são atendidas sessenta pessoas em média, entre homens, mulheres e travestis.

Importa ressaltar ao leitor a maneira como me aproximava dos **HSR**. Frequentando o Centro POP, assim como a Praça do Ferreira, de início, ficava apenas sentada, observando. Com o tempo, passei a circular no meio deles. Por vezes, ajudava um educador social com alguma tarefa; por vezes, arrumava cadeiras e dava informações quando me solicitavam. Passados alguns dias e até semanas, quando os **HSR** já tinham notado e se acostumado com minha presença, muitos passaram a se aproximar espontaneamente para conversar. Busquei sempre respeitar o espaço de cada um, aproximando-me apenas daqueles que me davam liberdade e abertura para estabelecer uma conversa. Como dito, as **PSR** são desconfiadas, receosas e suspeitam de quem se aproxima com perguntas, bisbilhotando suas vidas.

No quintal, sentada embaixo do “pé de seriguela”, escuto os sons das risadas e brincadeiras vindas do corredor. Há uma particularidade entre as **PSR** que me chamou atenção: com todas as trajetórias de sofrimento, violência, incertezas, desgraça, fome, noites mal

¹¹¹ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 24/11/ 2015.

dormidas e luta constante pela sobrevivência, ainda encontram espaço para bom-humor, brincadeiras, piadas e galhofas. Era como se o humor e as brincadeiras fossem alentos para enfrentarem mais um dia de intempéries nas ruas.

Como de costume, levava sempre meu Diário de Campo e um livro para passar o tempo do intervalo do almoço. Vindo pelo corredor lateral, de longe, escuto uma voz se reportando a mim: “E aí Tia, tudo bem?”. Respondo com a mesma empolgação: “Olá, Edson! Como você está?”. Edson se aproxima, puxa uma cadeira, senta-se ao meu lado, pega na minha mão, beija-a, ao que retribuo com o mesmo gesto.

Já tínhamos conversado algumas vezes no quintal, e ele se mostrou uma pessoa alegre e divertida. Tinha “puxado” oito anos de cadeia por homicídio e tráfico de drogas, e estava nas ruas do Centro há quatro, fugido do bairro (João XXIII)¹¹² onde morava e estava “jurado de morte”. Com 28 anos de idade, pele muito branca, mas bem queimada do sol, embora franzino e de baixa estatura, Edson incorporava o típico *macho exacerbado* das ruas: destemido, corajoso, valentão. Muito “desenrolado”, disse-me um dia: “Tia, não tenho medo de absolutamente nada”. Uma das características do macho das ruas do centro de Fortaleza é não ter medo algum, ser aguerrido, audacioso e afoito, atributos de suas *masculinidades exacerbadas*.

Nesse dia, estava em minhas mãos o livro *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*, de Judith Butler (2015). Edson me indaga o que eu estava lendo. Sem subestimá-lo em termos de instrução e conhecimento, em síntese, comentei que eram crônicas de uma filósofa estadunidense cujo texto abordava as imagens que a mídia fazia sobre quais vidas das pessoas eram importantes na guerra, e quais não tinham nenhum valor. Enquanto eu comentava sobre o livro, junta-se a nós Lúcio¹¹³ garoto esperto e inteligente com quem também já havia conversado algumas vezes.

Dei boas gargalhadas com as piadas e brincadeiras dos dois enquanto conversávamos. Edson instigava um, caçoava com outro; frescou¹¹⁴ com a roupa de uma travesti. Num dado momento, senta-se na nossa frente uma **MSR**, que fica de costas para nós. Ela usava um vestido curto com as costas à mostra, cabelos soltos à altura dos ombros. Entre uma brincadeira e outra, Edson, olhando para as costas dela, assevera: “ela tem cicatriz de facada!”. Apontando para a

¹¹² Este bairro fica bastante afastado do centro de Fortaleza.

¹¹³ Conforme citei no Capítulo 1, Lúcio tem 20 anos e dois anos em situação de rua. Chegou às ruas por ser usuário de crack. Terminou o Ensino Médio e disse ser de classe média.

¹¹⁴ *Frescar* para o cearense quer dizer fazer pilhéria de algo.

cicatriz nas costas da moça, continua: “Olha tia, isso foi faca”. Indaguei: “Como você sabe que é cicatriz de faca?”. “Ora, tia, e você acha que eu não conheço cicatriz de facada?”.

Até então, eu não saberia distinguir se uma cicatriz seria de faca, chave de fenda, canivete, bala ou qualquer objeto perfurante, que dirá uma cicatriz de furadeira. Edson começou a me “ensinar” como descobrir uma cicatriz provocada por arma branca¹¹⁵. Me disse que, dependendo do tipo da cicatriz, dá para perceber se foi de bala ou objeto cortante.

A maioria das **PSR** tem pele negra ou parda, e por tal motivo, as cicatrizes ficam em alto relevo, bem a vista, devido a quelóide¹¹⁶ que se forma na pele. Edson me diz que, nas ruas, os corpos são muito marcados por cicatrizes decorrentes de brigas, desavenças, disputas e surras que levam da polícia, vigilantes ou Agentes da Guarda Municipal, mas também de outros **HSR**. De fato, em minhas observações, constato o quanto os corpos das **PSR** são marcados por vários tipos de cicatrizes e tatuagens. Para Frangella (2009), o fluxo das **PSR** é eminentemente corporal, não somente porque o corpo é evidente aos processos que abalizam a situação de rua, mas principalmente pelo fato de ser o único suporte que lhes resta e que atualiza sua possibilidade de sobrevivência, bem como de o corpo evocar o derradeiro território sobre o quê e por meio do qual singularizam-se as manifestações de suas experiências nas sociabilidades das ruas.

Envelhecendo na rua, numa cidade como Fortaleza, ensolarada o ano inteiro, as pessoas trazem marcas corporais que denunciam o tempo de contato com a rua devido à exposição do corpo ao sol¹¹⁷. Trazem marcas de sobrevivência e práticas cotidianas de histórias de deslocamentos, trajetórias nômades e circulação pela cidade. Com um corpo político e eminentemente vulnerável, submetido às forças sociais externas, as **PSR** defrontam-se com um espectro de violações, rejeições e hostilidades. Parece-me que há resistências em identificar tais pessoas como efeito de uma falha social, e que a percepção da sociedade sobre o corpo da **PSR** conduz a uma negação da condição de humanidade delas.

Durante nossa conversa, percebo que Edson tem no dorso das mãos duas cicatrizes redondas, bem semelhantes, cujo diâmetro aproximava-se ao de um botão de camisa. Pego em sua mão e indago: “O que foi esta cicatriz?”. Edson mostra a outra mão e diz: “Isso aqui? Foi

¹¹⁵ De acordo com o Decreto N 3.665 / 2000 da presidência da República “arma branca: artefato cortante ou perfurante, normalmente constituído por peça em lâmina ou oblonga”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm . Acesso em 10 ago 2017.

¹¹⁶ De acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Dermatológica, a quelóide ocorre com maior frequência em peles negras e pardas, formando-se devido à má cicatrização e ficando mais prejudicada com exposição ao sol. Como a maioria da PSR se expõe bastante ao sol, acabam por desenvolver queloides. Disponível em: < <https://www.sbcd.org.br/>> Acesso em; 9 set. 2017.

¹¹⁷ De tanto me expor ao sol, meus braços estavam com marcas de camisetas, e meus pés, com marcas das minhas sandálias havaianas.

tortura!”. “Tortura?!”, exclamei, e continuei com minha curiosidade: “Por que a polícia fez isso?”. Meu olhar domesticado e enviesado me traiu, fazendo-me imaginar que somente policiais seriam capazes de uma crueldade desse tamanho. Edson responde: “Não foi a polícia, foi os caras do tráfico. Isso aqui tia (mostrando os dorsos das mãos), é cicatriz de furadeira!” Neste momento, não sabia o que dizer. Fiquei atônita imaginando como conseguiria suportar a dor de ser torturado nas mãos com uma furadeira. Senti uma sensação ruim, enquanto Edson olhava para mim e dizia, em tom de resignação: “É tia, o tráfico não brinca!”.

Peguei nas mãos dele e percebi que os furos não atravessaram o dorso. Pareceu-me que a furadeira só escareou a pele. Talvez por isso seus movimentos parecessem normais, embora eu imagine que, possivelmente, ele chegara a ter os ossos das mãos quebrados. Indago sobre como aguentou tamanha dor, e Edson responde, batendo no peito: “Aqui é macho, tia! Aqui é macho!”. Tentei saber que confissão queriam extrair dele. Desconversando, apenas limitou-se a dizer que a tortura aconteceu num galpão abandonado no Barroso¹¹⁸. Percebi que não queria mais falar sobre o assunto, e mudamos de conversa.

Nesse dia, voltei para casa angustiada. Peguei o ônibus no Centro por volta das 18h, e, durante o trajeto de cerca de vinte e cinco minutos até minha casa, fiquei pensando se eu estaria realmente disposta a ouvir tais acontecimentos da vida de meus interlocutores. Um misto de aflição e emoção tomaram conta de mim; a narrativa de Edson não saía da minha cabeça. Não parava de pensar sobre como seria ser torturado com uma furadeira, e imaginei, mais uma vez, o tamanho da dor e do sofrimento.

Confusa em meus sentimentos de compaixão devido à proximidade e à convivência com Edson no Centro POP, não conseguia vê-lo como *piraqueiro*¹¹⁹ / “bandido”, mas como sobrevivente. Os poucos fragmentos que conheci sobre sua trajetória de vida, dentro e fora das ruas deixaram-me entrever que, dentro daquela “carcaça” franzina, existia um humano que buscava refazer sua vida junto aos familiares.

Diante de meus dilemas etnográficos, durante o trajeto do ônibus, fui pensando nos acontecimentos e histórias narradas por meus interlocutores. Chego em casa muito cansada mentalmente, mas com a certeza de que, como pesquisadora, tinha o compromisso acadêmico, ético, institucional e pessoal de seguir adiante. Isso me fez pensar sobre os dilemas

¹¹⁸ Segundo estudo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), (2015) o Barroso é o terceiro bairro de Fortaleza com maior ocorrência de homicídios. Conhecido como um dos bairros mais violentos da Capital, este se tornou território da facção cearense GDE (Guardiões do Estado), facção conhecida pelo modo cruel com que opera, decapitando pessoas e esquartejando corpos. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/11/20-bairros-de-fortaleza-concentraram-4825-dos-homicidios-em-2012.html>. Acesso em: 22 out 2017.

¹¹⁹ No Capítulo 5 tratarei das *identidade abjeta* dos HSRPF.

antropológicos e o tratamento paradoxal dos afetos na antropologia (Favret-Saada,1990), e sobre a relação com o campo.

Há, para alguns cientistas sociais, uma desconsideração do que seja “ser afetado” pelo campo, e muitos ignoram ou negam seu lugar da experiência humana (Favret-Saada,1990) e suas relações com interlocutores. Ser sensível às narrativas do campo e “ser afetada” por elas escapou ao meu controle por sentir compadecimento por alguns deles. “Ser afetada” pelos acontecimentos do campo não se dissocia do caráter interpretativo e analítico do antropólogo, permitindo que o etnógrafo se identifique, em algum momento, com o ponto de vista “nativo” (Favret-Saada, 1990). É exatamente por não ser um “nativo” “que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá” (Favret-Saada, 1990, p. 159). Não se trata de uma identificação literal com o “outro”, mas sim de sentir-se alterada por ele de alguma forma. Logo, não poderia desistir diante de minha sensibilidade aos acontecimentos. Sabia que não poderia perder de vista que minha “identidade” no campo era de pesquisadora; no entanto, não podia desconsiderar também minha dimensão humana ao perceber que os **HSR** são tratados a todo instante como “coisas”. Por tais motivos, continuei com minha pesquisa, menos pelo fenômeno em si, e mais pelas questões políticas que o tema provoca.

Considerando as narrativas de políticas de violação dos direitos humanos quanto à possibilidade de ser torturado, espancado, urinado, queimado, morto por ser “homem de rua”, não conseguia olhar para Edson pelo viés de uma vida sem valor, sem importância. No contexto violento, precário e aterrorizante das ruas, busquei enxergá-lo não como possuidor de uma “vida qualquer”, mas como de uma vida constituída de emoções, sonhos, humor e esperança. Ao invés de rechaçá-lo, busquei tomar uma posição política e ser receptiva aos fragmentos de sua história de vida, reconhecendo-o como um sobrevivente desse mundo urbano contemporâneo onde todos participam e produzem relações de alteridade, proximidade, rupturas e rejeição. Mais do que não o rejeitar, decidi conhecer o léxico e a experiência radical da vida nas ruas. Minha decisão em acolher e reconhecer o fenômeno situação de rua como uma questão política deve-se ao fato de que, aos olhos do Estado e agentes sociais, esse “problema” deve ser minimizado, contido, regulado ou escondido, como aludem Feltran e Arretche (2016).

Segundo a antropóloga Rita Segato (2013) em seus estudos sobre violência e feminicídio na América Latina, há uma realidade de um novo conflito social em uma difusão multiforme do medo como dispositivo de gestão social que regula as fronteiras móveis entre as realidades. Essa economia do medo indica uma dinâmica que atravessa todas as classes sociais reproduzindo desenhos de hierarquias e de desigualdades. Portanto, não desconsidero o “pânico moral” que gravita em torno da imagem dos **HSR**, pela possibilidade de ameaça direta às

“pessoas de bem”. No entanto, julga-se a situação de rua sem conhecê-la, e esse julgamento conduz à negação e à resistência em, de fato, conhecê-la. Também não se trata de mistificar meu interlocutor, mas de considerar o modo como Edson viveu na violência, provocou-a e dela se alimentou. Ao mesmo tempo, não me comprazo, em uma atitude redentora, de que ele seja mais uma “vítima do sistema”; apenas busquei fazer o exercício de respeito ao “outro”, considerando sua trajetória de perdas sociais. Procurei abandonar meu olhar enviesado, nutrido por estereótipos do senso comum que aludem: “bandido bom é bandido morto”¹²⁰.

O sociólogo Richard Miskolci (2007) em reflexão sobre o conceito de pânico moral forjado na década de 1960, pelo sul-africano radicado na Inglaterra Stanley Cohen. Miskolci (2007) nos ajuda a pensar como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais que julga representarem alguma forma de ameaça. Apropriando-se das ideias de Cohen, Miskolci (2007) chama atenção de que há uma disposição contemporânea de ajuizar a sociedade como se estivesse sob ameaça constante de ataques e exposta ao perigo. Cohen cunhou o conceito de pânicos morais para distinguir a maneira como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados transgressões das normas.

Nos termos de Cohen, Miskolci (2007, p. 111) reproduz a definição de pânico moral que surge do pensamento do sul-africano:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (Cohen, 1972:9).

O sociólogo argumenta que vivemos em uma sociedade de risco, que tem como característica uma percepção de que a modernidade faz crescer a exposição da coletividade a perigos. Para Miskolci (2007):

A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social. Disso resulta a percepção hegemônica de que a causa de certos problemas sociais estaria nos esforços

¹²⁰ Na década de 1980, este slogan fez parte da campanha para Deputado Estadual do Delegado de Polícia do Estado de Rio de Janeiro, José Guilherme Godinho Ferreira, o Sivuca, que dizia: “sequestrador tem que morrer, traficante tem que morrer, o latrocida tem que morrer, o estuprador tem que morrer. Sabe por quê? Porque são bandidos, e bandido bom é bandido morto, e tem que ser enterrado em pé. Sabe por quê? Para não ocupar muito espaço”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=blEI9apy1o0>. Acesso em 10 ago 2017.

insuficientes para controlar os “desviantes” e que a melhor solução estaria em ampliar esses esforços. Se o passado foi marcado pelo poder disciplinar tão bem descrito por Foucault, em nossos dias prevalece uma forma de poder baseada no controle (Miskolci, 2007, p. 114).

Assim, continua Miskolci (2007) o conceito de pânico moral nos permite lidar com processos sociais abalizados pelo medo, pelo temor e pela pressão por mudança social. O pânico moral, portanto, se associa a outros conceitos de outras áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais. Este nos permite elucidar os contornos, os limites e as fronteiras morais sociais em que acontecem. Citando Goode & Ben-Yehuda (2003), Miskolci (2007) argumenta que esses conceitos demonstram que o grau de dissenso que é admitido socialmente tem limites em constante reavaliação. Assim cita, Miskolci:

O termo pânico poderia ser criticado por descrever um fenômeno social por meio de alusão a sentimentos ou atos irracionais, mas é plenamente justificado porque se refere a um temor coletivo bem diferente do causado, por exemplo, por uma crise econômica. O foco no “medo” enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das consequências coletivas de estilos de vida particulares. A reação social a um fenômeno aparentemente perigoso surge tanto do perigo real quanto do temor de que ele ameace posições, interesses, ideologias e valores (Miskolci, 2007, p. 112).

Com efeito, o pânico moral se caracteriza quando há preocupação, ansiedade e inquietação sobre determinadas situações e identidades sociais são aumentadas em desproporção ao real perigo de ameaça e violência e acaba por produzir reações coletivas também desproporcionais e desiguais. Os pânicos morais são fenômenos que acontecem na sociedade com enorme rapidez, na qual a moralidade não se restringe a um conjunto de regras proferidas por líderes religiosos ou políticos. Ao contrário, experienciamos período em que é preciso debater e renegociar a toda hora os limites morais da coletividade. Nos momentos de renegociar esses limites, aumenta a preocupação com certo tipo de comportamento, ao que se segue maior hostilidade com relação a ele até se chegar a um consenso sobre um grupo ou categoria social.

Assim, calçar minhas chinelas *havaianas*, vestir minha velha bermuda, usar minha surrada camiseta, colocar minha mochila nas costas¹²¹ e caminhar pela cidade até a Praça do Ferreira e Centros POP para observar, empiricamente, que a situação de rua é um fenômeno político de relevância pública dentre os temas urbanos contemporâneos, fizeram-me seguir caminhando.

¹²¹ Sempre que ia a campo levava na mochila um gravador, meu Diário de Campo e o livro que estivesse lendo no momento. Sem subestimar meus interlocutores ao perceber que sempre se vestiam de chinelas, bermudas e camisetas, me vestia também assim, menos pelo conforto, mas para me aproximar de suas imagens.

Será por meio do corpo de Edson meu reconhecimento de que os dispositivos repressores das ruas não vêm somente do Estado. Outras organizações também tomam o corpo como *locus* de punição, se o agente não tem “proceder”. Ao falhar em cumprir regras de conduta, é repreendido e, como no caso de Edson, torturado. Segundo o antropólogo Adalton Marques (2014), o “proceder”, na linguagem prisional, é tido como um atributo do agente, e não como uma ação; ou seja, indica que o preso é cumpridor de regras. Igualmente, há presos que “têm proceder” e os que não “têm proceder”.

Não bastava “reconhecer e criticar as matrizes discursivas do senso comum, amparadas nas críticas aos preconceitos e discriminações” (Feltran, 2010, p. 575), que não consideram as experiências traumáticas do pesquisador e o tempo vivido com os “nativos”, e desconhecem a dinâmica do campo etnográfico. A mim era fundamental colocar “em relação” tanto as minhas práticas de pesquisa, quanto os discursos de meus interlocutores, pois não é a todo momento ou a todo tempo que “as pessoas agem como alguém “do crime”” (Feltran, 2010, p. 575), ou que os HSR se comportem sempre como *pirangueiros* / “bandidos”.

Os encontros com Edson eram sempre divertidos. Estabelecemos uma relação de confiança e parceria. Ele estava sempre disposto a colaborar, era atencioso e bem humorado. Fosse ele homicida e traficante, não me ocorria em nenhum momento identificá-lo como um *pirangueiro* / “bandido”. Será então por meio de nossas conversas meu reconhecimento de que há uma dimensão humana de sua identidade, que não é evidente, não é revelada para os transeuntes que cruzam com ele nas ruas. Uma vez, na condição de **HSR**, incorporando comportamentos de sobrevivência em um espaço onde a vida, por vezes, se despoja de características humanas, Edson se torna ameaçador e é reconhecido, a todo instante, como *pirangueiro* / “bandido”.

Minhas conversas com Edson não param por aqui. Mais uma vez, será em seu corpo que encontrei marcas da *masculinidade exacerbada*. Era uma quarta-feira à tarde¹²². Como de costume, estava sentada e encostada na parede embaixo de uma mangueira, com meu Diário de Campo, quando avisto Edson chegando ao quintal. Como sempre, alegre e animado, aproximou-se, puxa uma cadeira e pergunta, do nada: “Tia, que bairro você mora?”. Respondi que morava no Cocó, e ele continua: “Ah! É vizinho ao Papicu onde tem a favela da Verdes Mares, né?”. Respondi: “Sim, a Verdes Mares é perto da minha casa”. Comenta que tinha traficado muito por lá.

¹²² Diário de Campo. Centro POP- Centro. 09/12/ 2015.

Nesse dia, Edson vestia um calção preto com uma camiseta tipo regata (cavada) da Seleção Brasileira, exibindo uma grande tatuagem colorida de uma carpa, que se desenhava com o rabo saindo do ombro, o corpo descendo pelo braço e a cabeça quase no cotovelo. Já tinha visto a tatuagem, mas, como ele estava sempre de camisa de manga, ainda não tinha podido vê-la direito. Sabendo que se tratava de uma carpa e presumindo que as tatuagens revelam um pouco da identidade das pessoas, o que pensam, suas homenagens, simbologias e significados, indaguei: “O que significa esta carpa?”. Ele responde prontamente: “É o símbolo do PCC¹²³”. Curiosa com a resposta, continuei indagando: “E por que uma carpa? O que tem a ver uma carpa com o PCC?”. Edson se limita apenas em dizer que é um símbolo de coragem. Não sabia se, de fato, ele não compreendia em profundidade o que significava a carpa para o PCC, ou se, bem ao seu estilo disperso e distraído, não teve interesse em explicar.

De acordo com Alden Silva (2017), Capitão da Polícia Militar da Bahia, por traz das ingênuas e simples aparências artísticas das tatuagens, algumas têm a finalidade de tipificar uma modalidade de crime. Muitas tatuagens encontradas em presos sugerem um complexo sistema simbólico de representações criminosas, e se tornam uma espécie de linguagem paralela. Durante as abordagens, os policiais identificam que certos tipos de crimes estão atrelados a certas tatuagens, que por sua vez, estão ligadas às facções criminosas a que pertencem.

Segundo o Capitão, as tatuagens, muitas vezes, não são feitas apenas para adornar o corpo, mas para identificar membros de facções, além de serem utilizadas para demonstrar poder, *status*, hierarquia, identificar acontecimentos pessoais com significados e códigos ou, simplesmente, para causar intimidação. Dentro da simbologia policial, a carpa diz respeito ao agente que tem passagens por tráfico de drogas e formação de quadrilha. Segundo Silva (2017), se a carpa está em posição descendente, com a cabeça descendo para o cotovelo ou cabeça em forma de dragão, mostra que o agente tem um lugar privilegiado na facção. Se a carpa está em posição ascendente, ou seja, com a cabeça subindo para os ombros, indica posição de *status*, como o de gerente ou chefe, por exemplo, posições essas conquistadas por mérito. Há ainda outros elementos que podem vir incorporados às carpas, como o desenho do *yin-yang*, de fuzil ou escorpião.

¹²³ Cf. Biondi (2009), o Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização (facção) ligada ao tráfico de drogas e ao sistema prisional do Estado de São Paulo, que surgiu com objetivo de lutar contra as injustiças carcerárias e contra o poder judiciário, observando os direitos dos presos. Entretanto, o PCC capilarizou-se e hoje a facção possui “filiais” em todas as capitais brasileiras, e também em algumas cidades do interior.

“Por que temos tanta dificuldade em auscultar os corpos dos personagens dos quais tratamos, em tateá-los, massageá-los, como anatomistas do social que devemos ser?”, indaga Albuquerque Júnior (2004, p. 92). Para o autor, os corpos são como documentos e pergaminhos nos quais se escrevem e inscrevem lembranças de várias experiências vividas.

Com efeito, a história de vida de meus interlocutores não está apenas em suas memórias expressas em suas narrativas, mas nas cicatrizes que marcam seus corpos, “em cada sinal, em cada tatuagem, em cada escarificação, em cada dor que veio se alojar” em suas peles (Albuquerque Júnior, 2004, p. 92). A tatuagem e as cicatrizes de Edson são “lembranças” que traz no corpo, cuja memória recupera e evoca, em sua narrativa, momentos de tortura, brigas e quedas, bem como o tempo em que tinha seus privilégios e posição de destaque dentro da facção. No agenciamento de sua identidade de **HSR**, Edson resignifica suas práticas e experiências nas ruas por meio de atributos de valentia, coragem, força, audácia, elementos que, possivelmente, o aproximem da “verdade” do *macho exacerbado* das ruas do Centro. Seu comportamento, atitudes e maneira de estar na rua, por sua vez, o aproximam do *pirangueiro*, passando a ser visto como uma pessoa destemida.

Uma contribuição teórica importante para entendermos o *macho exacerbado* urbano da Praça do Ferreira é a produção do “macho nordestino” no início do século XX, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013). A partir de uma perspectiva distinta, com um olhar para o Nordeste, o historiador buscou compreender a masculinidade dentro do processo de formação identitária regionalista da figura do “homem nordestino”. Albuquerque Júnior (2013) estudou sobre a região espacial do Brasil que inventa o Nordeste por meio de estereótipos e mitos, identificando como o “homem nordestino” foi também inventado no início do século XX. O homem-macho-urbano-nordestino que habita nas ruas do Centro de Fortaleza se aproxima, em certa medida, do homem-macho-rural-nordestino inventado a partir da militância regionalista e tradicionalista da década de 1920.

Há uma Masculinidade Nordestina?

Valendo-me de um atalho teórico-analítico no sentido de entender os estilos de masculinidades e agenciamento das *identidades abjetas* dos **HSRPF**, de como se articulam em suas sociabilidades com suas práticas masculinas, importa-me pensar quem é esse homem macho, rústico, às vezes, de aspecto animalesco, que habita a Praça do Ferreira. Busco entender como esse contorno de virilidade acionado pelas masculinidades dos **HSRPF** influencia e é influenciado pela sobrevivência, que, por sua vez, envolve violência, disputa, desgaste, conflito, defesa e fome, bem como sentimentos de medo, estresse e sofrimento.

Um dos pilares da identidade masculina tradicional é o papel de trabalhador e provedor que o homem desempenha perante a sociedade. É dessa “obrigação” masculina que deriva seu papel na manutenção da família, cuja autoridade moral e de honra é chancelada pelos agentes sociais e instituições, o que implica, por vezes, 'direito' de assumir uma postura imperativa. No entanto, este tipo de homem trabalhador e provedor, quando habita nas ruas, transforma-se em um homem rústico, caçador e violento. A esse respeito, certa feita em uma conversa com um **HSR**, esse comentou que se tornou violento depois que chegou às ruas. Possivelmente, o tipo de homem-macho-urbano da Praça do Ferreira e ruas do Centro de Fortaleza, cujo modelo segue códigos de honra, virilidade e poder, retome ao modelo do homem-cabra-macho-do-sertão-nordestino.

No Nordeste, notadamente no Ceará, a figura do “herói sertanejo” assume grande importância no imaginário da cultura popular. Temos como exemplo a figura do cangaceiro Lampião, um representante da honra, justiça e valentia viris que incorporava o próprio “macho” corajoso e destemido. Tais representações ainda permeiam não somente o imaginário masculino, mas também o feminino.

Assim, busco situar o leitor sobre a invenção de uma região que, por sua vez, traz em seu bojo a invenção de um tipo de “homem nordestino”. Procuro pensar o Nordeste através de um recorte espacial inventado, que produz um lugar de diferenças e conflitos que forja um tipo de “homem-cabra-macho-nordestino”. Em paralelo, entendo as questões relativas às sociabilidades, negociações, estratégias e continuidades da Praça do Ferreira como imbricadas nas trocas entre os atores responsáveis pela construção das masculinidades que forjam o “homem-macho-urbano”.

Minha ideia para pensar os estilos de masculinidades na Praça do Ferreira é tentar entender as relações de poder e as forças que operam nesse espaço, tanto entre os **HSR**, quanto entre esses e as “pessoas de bem”, para quem as vidas dos **HSRPF** não possuem valor nenhum. A Praça foi, desde sempre, um espaço político, e agora, mais do que nunca, tem se tornado um lugar de campo de forças, cujo “problema” da presença das **PSR** deve ser escondido, regulado ou até extinto. A invenção da Praça como o “coração de Fortaleza”, na década de 1940, implicaria que esse espaço jamais poderia ser utilizado com funções outras que não fossem de lazer, descanso e manifestações políticas. Assim, ter pessoas habitando na Praça do Ferreira e subvertendo a ordem pública estaria fora de cogitação.

De onde vem essa imagem do “homem nordestino” macho, forte, “cabra da peste”? O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2011), ajuda-me a pensar sobre como a região geográfica “Nordeste” vai sendo

inventada pelas elites da década de 1920, cuja imagem vai sendo notadamente trabalhada a partir do discurso forjado por um grupo de intelectuais e políticos da época. O historiador analisa o recorte político, geográfico e cultural dessa região brasileira, que compreendia, a princípio, apenas os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A feitura do “Nordeste” envolveu tanto a política quanto obras literárias, sociológicas, das artes visuais e dos vários produtos oriundos da cultura de massas, entre esses, a música. O “Nordeste” vai sendo gestado como um espaço regional autônomo, com contornos de homogeneidade. Albuquerque Júnior chama a atenção sobre como a construção dessa região cria, por sua vez, a identidade nordestina, valorizada pelas lendas, mitos e costumes regionais, qualificados por uma natureza viril do macho e da masculinidade.

O “Nordeste” será, então, inventado como recortes de códigos de macheza, virilidade e fortaleza, sendo percebido como uma região política e de conflitos, e não concebida como um território de pluralidade, diversidade e heterogeneidade. O “Nordeste” é atravessado por relações de poder, que levam o Estado a ratificar essas relações e as fronteiras delas.

As deliberações espaciais são estratégias que se dissimulam em formas de discursos e narrativas eminentemente imbricadas nas relações de poder. Foucault (1979) me permite pensar sobre essas relações de poder, que evocam a gestão de um saber local, ou seja, as relações entre poder-saber. O campo, o território e a região são metáforas geográficas, mas, antes de tudo, são noções econômicas-jurídicas, jurídico-políticas, administrativos-militares. Assim, alude Foucault:

Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscreve em um solo em forma de discurso (Foucault, 1979, p. 158).

Com efeito, a Praça do Ferreira como um espaço, e a situação de rua como um lugar, remetem-nos a estratégias de poder que se derivam das relações conflituosas de disputas entre as margens (**HSR**) e o centro (“pessoas de bem”) em zonas de fronteiras. As sociabilidades na Praça são marcadas por práticas violentas, em que gênero e as masculinidades abalizam as *identidades abjetas* e as relações de poder dos **HSRPF**. As sociabilidades, por sua vez, são carregadas de simbologias e conexões com as *masculinidades exacerbadas*, que trazem em seu bojo a insígnia do “homem-macho”.

Com o intuito de pensar as práticas das masculinidades dos **HSRPF** forjadas a partir dessa insígnia do “homem-macho”, com consumações de violência e virilidade, invoco outras análises do historiador citado, em seu livro *Nordestino: Uma Invenção do Falo uma História do gênero masculino (1920-1940)* (2013). O autor me faz refletir sobre o quanto o “homem-macho-urbano” da Praça do Ferreira tem características do “cabra-macho” da primeira metade do século XX. Albuquerque Júnior (2013) faz um exame de fôlego sobre a construção histórica e cultural da identidade regional nordestina tal qual ainda hoje nos é repassada, qual seja, a do “homem-macho”, “cabra da peste”, que incorpora símbolos de virilidade e coragem, e o nordestino dos anos vinte, que era a junção do homem brejeiro, sertanejo, jagunço, praieiro, cangaceiro do Brasil do início do século XX.

O “homem nordestino” do início do século XX era um macho com reservas de virilidade que, embora não tivesse poder, era, antes de tudo, um macho. Como uma figura que cruzava uma “identidade regional e identidade de gênero” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 18), somente o nordestino seria capaz de resistir a um ambiente tão hostil, árido e inóspito como o “Nordeste”.

Em seu texto, o historiador desconstrói a representação do nordestino que foi sendo delineada por meio de uma minuciosa e extensa produção intelectual e cultural desde os anos vinte do século passado, como se ser nordestino fosse “natural”. Critica a imagem preconceituosa que se formou em torno do “homem nordestino”, baseada na inspiração da política eugenista da 1ª República, que privilegiava o nordestino como aquela figura que expressava o futuro da raça regional, forte e homogênea. O discurso regionalista era carregado da ideia de que o nordestino era um tipo regional e, por isso mesmo, teria um caráter, uma índole ou uma psicologia própria que se revelaria na morfologia de seu corpo e na sua conduta individual e social.

Assim como o “Nordeste” foi uma invenção das elites regionais, sobretudo àquelas ligadas a Pernambuco, a identidade regional nordestina do “cabra macho” foi também inventada como uma “reação viril” ante à indolência e passividade da região. O “homem nordestino” surge como um tipo voltado para salvaguardar um passado tradicional, regional e patriarcal. “O nordestino seria macho pela própria história da região, que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, dos mais valentes e corajosos” (Albuquerque Junior, 2013, p. 185.). Naturalizar as condutas, desempenhos e valores do nordestino em um discurso antropogeográfico, que buscava explicar as características físicas e subjetivas do nordestino além de seus sistemas de símbolos culturais como produto da natureza específica da região, é essencializar identidades constituídas historicamente. O que me parece relevante destacar, é o fato de que o “homem

nordestino” é uma invenção, que até hoje é visto como um “cabra-macho” rústico, destemido e, por vezes, ignorante.

A insígnia do “macho” tem predominado na cultura popular nordestina, e muitos homens, seja no cotidiano das ruas ou nos intercâmbios das relações sociais, produzem suas masculinidades por meio de um conjunto de atributos morais de comportamentos que estão constantemente confirmando, reavaliando e negociando suas qualidades masculinas.

O “homem nordestino”, inventado na primeira metade do século XX, surge como um homem de identidade homogênea e atributos de virilidade. Não há, no entanto, um “homem nordestino” enquanto sujeito único, ou um “macho nordestino”, ou uma “masculinidade nordestina”. O que há são traços de identidades que se imbricam e forjam o “homem nordestino”, que surgiu como uma mestiçagem do homem sertanejo, brejeiro, praieiro, caboclo, matuto (Albuquerque Júnior, 2013), que, por sua vez, incorporavam tipos sociológicos definidos pelas atividades que exerciam, quais sejam: o jagunço, o vaqueiro, o cangaceiro, o beato, o coronel.

Diferentemente desses tipos da primeira metade do século XX, o *macho exacerbado* urbano que habita a Praça do Ferreira incorpora outros tipos sociológicos contemporâneos, como o traficante, o usuário, o *pirangueiro*, o valente, o nóia, o michê, o travesti. Não há como pensar as masculinidades dos **HSRPF** fora de uma produção de padrão classificatória de identidades e moralidades. Nessa produção, os **HSRPF** estão presos a estilos de masculinidades conectadas com a violência e o tráfico de drogas. Muitas vezes, as masculinidades se tornam um “peso” e sobrecarregam os próprios homens. Acionar masculinidades provoca, em alguns homens, responsabilidades que, possivelmente, surgem a partir do momento em que passam a ser cobrados em suas sociabilidades, obrigando-os a comportamentos reforçados por discursos que invocam expressões do tipo “seja homem”, “seja macho”, “homem que é homem não leva desaforos para casa” e “macho não chora”. Desse modo, os homens não podem deixar escapar fragilidade, emoções e sentimentos, sendo impulsionados a agir como *machos exacerbados* das ruas.

Masculinidades Animaescas

Cena 5 – Homens e uma caixa de sorvete

Era início de junho¹²⁴, e a cidade se enfeitava para receber as festas juninas. Mesmo em tempos de crise, o centro e o comércio seguiam bem animados. A “Mãe Ferreira”, como um

¹²⁴ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 14/06/2016.

dos “cartões postais” de Fortaleza (como a mídia gosta sempre de frisar, não se fartando de indagar “Cadê a Prefeitura para resolver o problema dos ‘moradores de rua’?”), acompanhava o movimento acalorado dos transeuntes.

A Coluna da Hora marcava 11h15min, e em meio ao movimento, um dos **HSRPF** vem correndo do lado norte da praça, trazendo pela mão uma grande caixa de armazenar sorvete. Enquanto percorria o centro da praça, margeando a Coluna da Hora, gritava chamando os demais para se juntarem ao grupo na “casa do canteiro”. Pelo modo como alardeava, aos gritos, e pelo jeito que segurava a caixa (possivelmente devido ao peso), por certo, não havia sido roubada; alguém de alguma das bancas da extremidade norte da praça possivelmente teria lhe dado a caixa de sorvete. Nessa manhã, contabilizei doze homens e quatro mulheres em torno da caixa de sorvete.

O **Homem** colocou a caixa em cima do banco, e os outros membros do grupo se acotovellavam em busca de espaço ao redor para saborearem o sorvete. A maioria enfiava a mão dentro da caixa e se lambuzava, sorvendo a guloseima. Dois homens preferiram fuçar na lixeira ao lado do canteiro em busca de alguma colher ou outro dispositivo que servisse de talher. Sem encontrar nada, apressaram-se a seguir o comportamento dos demais; caso contrário, ficariam sem sorvete.

Alguém foi chamar mais **HSRPF** para se servirem do sorvete. Os três retardatários tentaram disputar a caixa aos empurrões, mas chegaram no fim; o grupo havia devorado os 10 litros¹²⁵ de sorvete em, aproximadamente, dez minutos. Os três rasgaram a caixa para lamber as sobras. Lamberam o pouco sorvete que tinha e descartaram a caixa rasgada na lixeira. Minutos depois, outros homens se juntaram ao grupo, e os que tinham participado do “banquete” comentavam, com entusiasmo, o que haviam perdido: deliciarem-se, naquela manhã ensolarada e quente, com um sorvete de creme.

Sentada no “meu banco”, do outro lado do canteiro, distante do grupo por cerca de quatro metros, observava aquela cena estranha e peculiar. Ver humanos dividindo alimento alvoroçadamente, como animais, era, de fato, chocante. Era pouca caixa para muitas mãos, pouco sorvete para muitas bocas.

¹²⁵ Depois desse episódio, segui até a lixeira e, discretamente, fui ler as instruções da caixa. Era uma caixa de sorvete de creme de 10 litros.

Cena 6 – Seis homens e um saco de lixo

Era uma sexta-feira¹²⁶, por volta de 15h45min, quando retiro-me da Praça do Ferreira para ir embora. Nesse dia estava muito cansada, havia chegado à Praça por volta das 9hs da manhã; o sol a pino e o calor infernal me deixavam mais impaciente do que de costume. Depois de algumas conversas com Bob, sr. Eli e Lia, estava certa de que minhas observações naquele dia já tinham se esgotado. Ledo engano!

Saindo da Praça do Ferreira pela rua Floriano Peixoto, margeando a calçada da Caixa Econômica Federal que fica bem na esquina, ao dobrar à direita na rua Guilherme Rocha, no meio do quarteirão, há o restaurante L'escal Self Service. Estes quarteirões do entorno da Praça são calçadas de pedra portuguesa, onde só andam pedestres. Quando me retirava da praça, normalmente, saía por esse quarteirão caminhava no rumo da Praça do Leões, pelo lado leste, e pegava meu ônibus. Dobro a esquina da Caixa Econômica Federal e avisto um grupo de seis **HSRPF** na porta do restaurante L'escal. Já os havia visto várias vezes na Ferreira, mas nunca tinha estabelecido nenhuma conversa com eles. Resolvi então me sentar no batente de uma das portas laterais da Caixa Econômica que fica em frente ao restaurante para observá-los.

Esse quarteirão da Rua Guilherme Rocha, entre as Ruas Floriano Peixoto e General Bezerril, é sempre muito fétido devido aos fortes cheiros de urina e fezes. Durante à noite, os **HSR** utilizam esse quarteirão como banheiro. Do lado do restaurante, porém, ao amanhecer, os funcionários lavam a calçada diariamente. Já do lado da Caixa Econômica Federal, que não é lavado todo dia, a calçada e os batentes estão sempre sujos e malcheirosos.

Os seis **HSRPF** pareciam estar de tocaia, esperando algo na porta do restaurante. Dito e feito, estavam à espreita do lixo que seria despejado. Enquanto esperavam pelas sobras de comida, dois deles esticavam as mãos e pediam dinheiro a quem passava. Ninguém dava atenção, tão pouco davam dinheiro; era como se fossem invisíveis. Entre a espera e os pedidos de esmola, um funcionário sai do restaurante e joga um enorme saco preto de lixo na calçada. Fez esse procedimento três vezes. Os **HSRPF** abriram os três sacos de lixo em busca dos restos de comida do restaurante. Por cerca de cinco minutos, agachados, escarafunchando os sacos, pegavam com as mãos as sobras de comida misturada e colocavam dentro de latas. Seguidamente sentaram no batente da loja ao lado do restaurante, que estava desativada, e começaram a comer com as mãos os restos de comida.

¹²⁶ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 26/05/2017.

Cena 7 – O gringo na pastelaria

Chego à Ferreira pela Rua Pedro Borges, que faz esquina com a Rua Floriano Peixoto. Em pé, na esquina da farmácia, naquela manhã de quinta-feira¹²⁷, avisto *gringo* sentado no chão, tendo suas chinelas *havaianas* como assento. Sob um sol escaldante, em frente a pastelaria Leão do Sul, com a mão esticada, pedia sobras de pastéis para quem saía da pastelaria. O movimento era intenso, e os transeuntes desviavam de *gringo* como se ele fosse um mero obstáculo, uma coisa qualquer no meio da calçada; não parecia ser um humano, quem estava ali mendigando comida. Sentado no chão quente, com seu corpo magro, queimado do sol, *gringo* não chamava atenção de ninguém. Esse **HSRPF** é chamado assim pelo fato de ser italiano. Habitar as ruas do centro de Fortaleza há quatro anos, juntamente com sua companheira Dina, que é cearense.

Após passar cerca de 40 minutos de pé, observando aquela cena, já cansada devido ao sol, resolvi me sentar em um banquinho do vendedor ambulante de cachorro quente que fica na esquina e pedi uma água para justificar meu descanso. Depois de alguns minutos, solicito permissão ao ambulante para continuar sentada. Com seu consentimento, fiquei mais uma hora observando *gringo*.

Durante as quase duas horas em que observava a mendicância de *gringo*, apenas uma senhora se dispôs a dar a ele seu resto de pastel, entrando de novo na Leão do Sul e comprando outro para ela. *Gringo* comeu rapidamente o resto do pastel, e, possivelmente devido à fome, permaneceu *manguindo*. Uma criança com cerca de sete anos deixou cair seu pastel ao sair da pastelaria, e sob a bronca e grosseria da mãe devido ao descuido, a criança começa a chorar. *Gringo* apanha o pastel para entregar à criança, mas a mãe não demonstra interesse no pastel. Dá o seu para o filho enquanto segue com ele chorando, rumo à Praça. *Gringo* devora o pastel numa rapidez impressionante, como se ainda não tivesse comido nada naquela manhã. Já passava das 11h quando ele se levanta e segue no sentido norte da Ferreira. Eu o sigo para encontrar com o grupo de homens que estava na “casa do canteiro”.

Os Limites do Humano: A vida como sobrevivência.

Em meu fluxo pelo Centro da cidade e durante meu trajeto entre a Praça do Ferreira e a parada de ônibus, era muito comum ver **HSR** revirando lixeiras e sacos de lixo em busca de comida. Às vezes, ficavam nas calçadas das lanchonetes e restaurantes à espreita de os clientes deixarem restos de comida nas mesas ou os descartarem nas lixeiras. Também era muito comum

¹²⁷ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 10/08/2017.

ver homens urinando ou defecando nas calçadas, nos cantos de parede dos edifícios. Certo dia, por volta das 15hs, sentada no “meu banco”, surpreendi-me quando, do outro lado do banco, um dos **Homens** sentou-se bem na minha frente com as pernas para dentro do canteiro, arregaçou o calção e urinou ali, na frente de todos, para quem quisesse ver sua genitália.

Outra cena que me chamou atenção ocorreu por volta das 13h de uma sexta feira¹²⁸. Vinha seguindo pela Rua Guilherme Rocha (tipo calçada para pedestre), no sentido da Praça José de Alencar para a Praça do Ferreira. Já chegando no quarteirão que dá acesso à Ferreira, quase na esquina com a Rua Major Facundo, avisto um senhor em pé, com as calças arreadas, tentando defecar em uma lata. Aparentava cerca de uns 70 anos. Já o tinha visto algumas vezes circulando pelo Centro. O movimento naquela tarde era intenso, e os transeuntes passavam alheios à *cena*.

Flexionado um pouco para frente, segurava com uma das mãos a lata atrás de suas nádegas e, com a outra, um saco com seus pertences. Parada em pé, no meio dos transeuntes, observando a cena, senti-me em um dilema: não sabia se o auxiliava ou se não interferia na *cena*. Caminhei em sua direção enquanto pensava no que poderia fazer, quando duas funcionárias de uma loja do local se aproximaram dele perguntando se precisava de ajuda para ir ao banheiro. O senhor balança a cabeça afirmativamente, enquanto uma das moças sobe suas calças e a outra o ajuda, colocando a lata no chão. Aproximei-me para auxiliá-las. Segurando-o, uma de cada lado, elas o levavam até o banheiro da loja. Acompanhei-os, segurando o saco com pertences. Ao chegar ao banheiro da loja, entreguei a uma delas o saco e segui caminhando para a Ferreira.

Essas *cenas* me deixaram entrever como esses agentes se aproximavam de “homens animalescos”, destituídos de predicados que nos distinguem propriamente como humanos, reduzidos a um feixe mínimo de funções orgânicas, no limite da exaustão. Esses homens correspondem ao que resta, depois de terem sido privados de todos os atributos que qualificam as condições humanas; ou seja, referem-se ao extrato meramente biológico e animalesco para sobrevivência. Esses “homens animalescos” são as “sobras” dos *machos exacerbados* urbanos das ruas do Centro de Fortaleza.

Nós, humanos, compartilhamos regras, normas, códigos, valores, costumes, hábitos e tradições, não havendo um “homem natural” que preceda o homem cultural. A identidade humana é constituída pela linguagem, num mundo de palavras expressões, representações e simbologias, sendo também determinada, porém, em termos de relações de inclusões,

¹²⁸ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 20/05/2016.

alteridade, lealdade, rupturas ou exclusões. A situação de rua rompe, porém, com as noções de identidade humana à medida que as relações sociais dos **HSR** reduzem-se, por vezes, a comportamentos animais para atender às suas necessidades fisiológicas e de sobrevivência.

Considerando os comportamentos das cenas acima, há um repertório de procedimentos dos **HSRPF** que se aproximam de noções bestiais, como *masculinidades animais*, e de uma possível ausência de “civilidade”, que me deixava entrever que estes homens mais pareciam não-humanos, ou talvez, inumanos. Esclareço ao leitor que não se trata aqui de um jogo de palavras entre o não-humano e o inumano, mas sim de diferenciar essas duas categorias. Segundo Cavarero e Butler (2007), o não-humano diz respeito a um ser animal, e o inumano sugere uma negação do humano que é intrínseco ao próprio humano.

Com efeito, torna-se estranho conceber e aceitar que uma sociedade moderna, civilizada, globalizada, industrial e tecnológica produza homens com comportamentos animalizados. Esses homens são produtos de condições sociais nas quais a situação de rua os impõem uma vida em zonas de fronteira, cujo sonho ou pesadelo indica lutar pela sobrevivência. Daí se comportarem, algumas vezes, como animais em busca da sobrevivência, seja à procura de comida, de droga, de álcool, de sexo ou de um local para dormir.

Por mais que eu narre, conte, apresente, exponha e descreva as imagens, cenas e acontecimentos dos comportamentos animais dos **HSRPF**, não há como expressar em palavras o observar da metamorfose da experiência humana, de quando um “homem vira um ‘animal’”, e de quando “um homem vira uma ameaça”. Há uma diferença abissal entre ser um observador, que olha “de dentro” e testemunha a cena, para um espectador livre ou um leitor da narrativa. Participar da convivência e ter a visão do comportamento inumano ou não-humano dos **HSRPF** não é somente participar no sentido de suportar com eles a situação de rua, mas sim de ver quais possíveis cicatrizes dessa situação permanecem, e o que podemos fazer com isso, se é que podemos fazer alguma coisa. É, no mínimo, aterrorizante ver uma vida humana reduzida à uma existência despida de humanidade e exposta à morte a todo instante.

Nos espaços perdidos na anomia da metrópole, nas brechas da cidade que demandam sobrevivências, há danos corporais e subjetivos ocasionados na convivência das ruas. Falar da situação de rua não é somente enfatizar a sociabilidade dos homens e suas masculinidades e sobrevivências; é igualmente falar de como a sociedade é capaz de produzir esse fenômeno fronteiro e depois rejeitá-lo. A ideia aqui não é homogeneizar os homens e retirar-lhes a humanidade, colocando-os na categoria de animais, mas de mostrar que, diante das brutalidades da vida nas ruas, os homens se desumanizam ao viverem experiências extremas, agindo, por

vezes, como animais em luta pela sobrevivência... Eles têm de sobreviver às suas perdas matérias, subjetivas e humanas.

Ilhados entre os transeuntes, entre a massa anônima, devastados em solidão, encarcerados na invisibilidade, os **HSRPF** distanciam-se do humano que se espera deles, e se aproximam do animal. A situação de rua, muitas vezes, os desumaniza, e os sobreviventes urbanos buscam viver para além do medo da morte, para além da condição, muitas vezes, desumana. Os **HSRPF** são despojados de tudo, menos da luta pela vida.

As sobrevivências nas ruas é peculiar, à medida que envolve anonimato, papelão, odor, suor, fome, medo, luta, insegurança, hostilidade, violência, desejos, sexo e adrenalina, muita adrenalina. O barulho, as buzinas, os letreiros luminosos, os pontapés de segurança, cassetetes de policiais e Agentes da Guarda Municipal, calçadas com baratas, urina e fezes fazem parte da realidade das ruas, que evidencia um complexo mundo de solidão e dramas sociais submersos, de vidas que parecem constituir um “resto” social humano.

Os **HSRPF** sobrevivem no limite entre a vida e a morte, mergulhados no limbo entre o reconhecimento de ser humano ou inumano por parte dos agentes. Edu¹²⁹, que vive nas ruas há 3 anos com sua companheira, confidenciou-me em tom de indignação e tristeza: “o que mais me dói na rua é que as pessoas não me veem como um humano, mas como um bicho”. De fato, as muitas cenas que presenciei evidenciavam procedimentos que, se aproximavam de comportamentos animais, visto que os humanos urbanos não “deveriam” escarafunchar lixeiras em busca de comida (muitas vezes estragada), não “deveriam” defecar e urinar em calçadas ou em latas, ou nos canteiros das praças hora alguma, nem “deveriam” dormir em calçadas sujas com baratas. Nesse dia em que conversávamos, Edu e sua companheira lavavam frutas estragadas e peixes com um odor muito forte, que pareciam apodrecidos. Esses alimentos foram apanhados no lixo do Supermercado Lagoa que fica em frente ao Parque das Crianças, local onde o casal me concedeu uma conversa gravada.

É fundamental para minhas análises sobre esse “homem animal” que habita as ruas do Centro de Fortaleza recuperar a figura do “muçulmano” prisioneiro do campo de concentração de Auschwitz, na Alemanha da Segunda Guerra Mundial, por se aproximar, em termos de desumanidade, dos sobreviventes urbanos da Praça do Ferreira. O “muçulmano” como paradigma da vida nua, como aponta Giorgio Agamben (2008) sobre a degradação da vida quanto a morte de um humano submetida a dor, sofrimento e privações. Portanto, no sentido de pensar os limites da condição humana dos **HSRPF**, recorro às análises de acerca do

¹²⁹ Diário de Campo. Conversa gravada concedida no Parque das Crianças. 27/08/2016.

conceito de vida (humano e inumano) e sobrevivência. Fazendo uma análise sobre o “muçulmano”, que era um cadáver humano, um morto vivo do campo de concentração, o prisioneiro que chegou no limite da sobrevivência, Agamben (2008) busca entender as dimensões da produção escrita dos sobreviventes do Holocausto nazista.

Tendo como pano de fundo os relatos de sobrevivência de Auschwitz do escritor Primo Levi, o “muçulmano” era a representação do homem que deixava de ser humano para tornar-se um não-humano. Esse vivia no limite entre a vida e a morte, que marca a fronteira entre o inumano e o não-homem. Para Agamben (2008), o “muçulmano” perde a capacidade de se comunicar, perde a aptidão humana de viver, ele apenas sobrevive. O autor argumenta que Auschwitz marca o fim de qualquer experiência ética da dignidade e da adaptação às normas. A “vida nua”, a que o homem foi reduzido, não demanda nem se adapta a coisa nenhuma, visto que ela própria é a única norma, absolutamente imanente. Para Agamben (2008) a “vida nua”, torna-se artefato da política estatal, e o campo de concentração é um espaço biopolítico da produção de “vida nua”. Sob a ótica da biopolítica, construída por Michel Foucault, o filósofo alega que, o biopoder atual produz sobreviventes, reduzindo a vida humana ao seu mínimo biológico, ou seja, à sua nudez. O que está em jogo não é mais a vida nem a morte, mas a sobrevida. Essa sobrevida é o arrefecimento da vida humana ao seu mínimo biológico, é a nudez da vida que assim como o “muçulmano” está no extremo do humano e do inumano

A partir desse nexo de perda da capacidade humana, quando se comportavam como não-humanos, os **HSRPF** tornavam-se inumanos, e essa metamorfose era impulsionada pelo desejo de sobrevivência. Ainda que, em suas sociabilidades, os **HSRPF** dividam comidas, bebidas, drogas, espaços, roupas e favores, a sobrevivência nas ruas é uma luta solitária. Quando se reúnem em grupo é no espaço da Praça e normalmente quando saem de lá é no máximo em dupla. Em seus fluxos praticando a cidade, os **HSRPF** estão sempre só.

Nas ruas, as únicas coisas que os **HSRPF** têm são seus corpos e a própria vida. Em suas gestões de sobrevivências, precisavam respeitar e cumprir as normas e regras de conduta das sociabilidades. Em suas manobras diárias, para se manterem vivos, agenciavam suas *identidades abjetas* que oscilavam, ora se camuflando junto aos transeuntes, tornando-se “invisíveis”, ora visíveis com suas vidas infames, entrando em choque e confronto com o Estado e as “pessoas de bem”. Assim, não há, nas ruas, espaço de agência para viver, mas sim, sobreviver.

Um educador social¹³⁰ do Centro POP - Benfica, narra um episódio ocorrido há dois anos em frente a unidade. Durante uma entrevista no andar de cima, da janela da sala de arquivo, aponta para o muro do outro lado da rua em que se avistava uma enorme mancha preta chamuscada na parede (três metros de altura por cerca de dois metros de largura), parecendo de incêndio. O educador indaga: “Você sabe o que foi aquilo ali?”. Respondi que imaginava ser mancha de incêndio, e continua: “Foi um coquetel *molotov* que jogaram em cima das dez pessoas que moravam e dormiam lá!”.

O grupo formado por dez **HSR** habitava aquele espaço da calçada, onde acumulavam colchões, roupas e pertences. Segundo o educador, era um grupo pacato e, entre os homens havia um rapaz deficiente físico que mancava de uma perna. Era uma sexta-feira, por volta das 21h. Os homens dormiam quando foram acordados por um barulho. Um carro parou e alguém jogou um coquetel *molotov* em cima dos que dormiam em colchões na calçada. Antes de o incêndio tomar maiores proporções, os homens conseguiram correr. No incêndio, não puderam salvar nada, nenhuma roupa, nem outro pertence. O rapaz deficiente físico não estava presente, pois tinha ido visitar a família em um bairro distante. O educador social termina a entrevista comentando que, se o rapaz estivesse com o grupo nesse dia, talvez não tivesse conseguido escapar sem sofrer queimaduras, visto que tinha muita dificuldade para andar. Até hoje esse atentando não foi esclarecido. Não se sabe quem fora o responsável, pois a investigação não foi adiante. Disse-me, certa feita, um outro educador social: “quando morre alguém na Praça do Ferreira a polícia não vai nem investigar para saber o que houve. Como são pessoas em situação de rua, ela ignora”.

Não obstante às sobrevivências, suas identidades não são agenciadas somente por suas camuflagens e vivências nômades na dinâmica das sociabilidades das ruas. Há resistências às ações de controle do Estado, que têm se mostrado um forte elemento regulador da dimensão humana das **PSR**. Nas ruas, o Estado confisca corpos exercendo sobre elas comportamentos truculentos de deixar dormir e fazer acordar, com o aval jurídico-político. Deixar dormir e fazer acordar se configuram nas ações de brutalidade. Segundo relatos de algumas **PSR**, quando se recolhem em “seus pedaços”, cobertas com seus “lençóis” e “camas” de papelões para mais uma tentativa de noite de sono, são acordadas por volta das 4h da manhã de forma cruel, ou por policiais que fazem vistoria na área ou por seguranças particulares do comércio dos arredores. Pontapés, pancadas de cassetetes e até cuspidas são algumas das formas como são acordadas e

¹³⁰ Diário de Campo. Centro POP (Benfica). Entrevista em 02/08/2017.

obrigadas a deixar a Praça do Ferreira. A sobrevivência nas ruas revela um mundo nebuloso e ameaçador, com agressões, abusos, xingamentos e violência às PSR.

Toda sobrevivência pressupõe sobreviver a algo ou a alguém. A partir desse nexo, Agamben (2008) defende a ideia de que o homem sobrevive tanto a si mesmo quanto à própria vida, que aquele que sobrevive e aquilo a que se sobrevive coincidem entre si. Em sua análise sobre sobrevivência, o autor destaca, como dito, o biopoder de Foucault segundo o qual há o cruzamento de duas fórmulas simétricas na diferença entre o biopoder moderno e o biopoder soberano do velho Estado territorial. “Fazer morrer e deixar viver” marca o poder do soberano que exerce o poder de matar, ou seja, “fazer viver e deixar morrer” marca o biopoder, transformando a estatização do biológico e do cuidado com a vida no próprio objetivo primário (Agamben, 2008).

Essas duas concepções, “fazer morrer e deixar viver” e “fazer viver e deixar morrer”, instigam uma terceira, que organiza uma produção mais específica do biopoder do século XX, qual seja: nem deixar morrer, nem deixar viver, mas deixar sobreviver. A tenebrosa verdade do biopoder de nosso tempo é que os espaços da rua são locais ideais para a realização de confisco de vidas pelo Estado. Como em um jogo de xadrez, onde os atores políticos têm o poder de intervir no “tabuleiro das ruas”, é possível observar que, nestes espaços, as masculinidades e comportamentos sexistas, tradicionais e beligerantes ainda são práticas de poder do Estado.

Com efeito, considerar a dimensão humana que escapa aos estereótipos de *identidades abjetas* dos **HSRPF** como “criminosas”, “bandidas” e *piranguieras* é considerar as formas de resistências e sobrevivências além do inumano. As sobrevivências dos **HSRPF** se apoiam e se subscrevem em atributos masculinos para suas sociabilidades e condições de sobrevivência, e seus corpos assumem arranjos e disposições de coragem e valentia, cujas identidades tomam posições políticas subversivas. A fronteira de quem são é singular, à medida que agenciam suas masculinidades; no entanto, as fronteiras de quem se tornam nunca pertencem totalmente a eles, visto que suas sobrevivências dependem menos em constituir uma fronteira para o eu do que negociar a sociabilidade do corpo na rua.

Para além dessas questões, os **HSRPF** são como “estrangeiros”, e como venho afirmando até aqui, eles são os “outros” que se quer ver longe das cenas urbanas. Para Geertz (1999, p.21) essa visão de distanciamento nos impede de descobrir para onde o ângulo do nosso foco social está ajustado em relação ao mundo. Segundo o antropólogo as fronteiras sociais começam “nas fronteiras de nós mesmos. O sentimento de ser estrangeiro não começa à beira d’água, mas à flor da pele”. A partir da lógica na qual o “outro” é visto como “estrangeiro” as

análises do historiador Albuquerque Júnior (2016) sobre xenofobia nos oferece ferramentas teóricas para entendermos essa questão.

Fazendo uma adaptação das referências à xenofobia, ou seja da recusa do “outro”, Albuquerque Júnior (2016) define o estrangeiro como aquele que reside fora das fronteiras deliberadas por um dado agrupamento humano. Isto é, o estrangeiro, é aquele que é de fora e se aproxima de um território de domínio de outro grupo humano. O medo, a hostilidade, a rejeição, a antipatia pelo “estrangeiro” deve-se ao fato de ele representar perigo, por não compartilhar das mesmas vivências e valores morais. Deste modo, há o desejo de que o “outro” desapareça pelo pânico provocado pela proximidade com o corpo deste “outro”. Há no corpo do “outro” um “déficit de humanidade” visto que a aproximação com seu corpo representa ameaça à integridade física às “pessoas de bem”, pois este pode vir a contaminá-la e até matá-la (Albuquerque Júnior, 2016, p. 63).

Nesse processo de reconhecimento do “outro” como tendo “déficit de humanidade” partilho a ideia de Butler (2006) quando argumenta que é na experiência de reconhecimento que qualquer um de nós se constitui socialmente ou seja, nos refazemos sujeitos através do olhar e do reconhecimento do “outro” que nos confirma. Butler (2006) crítica sobre a qualidade de vidas vivíveis quando sujeitos descontroem o gênero ao ponto de não serem reconhecidos como humanos.

Ajustando o foco da política de reconhecimento de Butler (2006) para a sobrevivência dos **HSR**, os termos pelos quais esses agentes são reconhecidos socialmente depende da maneira como são interpelados e articuladas informações sobre eles. Tais termos podem conferir “humanidade” a uns agentes, colocando-os no campo do inteligível, mas, privam outros da possibilidade de alcançarem tal condição. Para Butler (2006) certos humanos não são reconhecidos como tal, e isso leva a outra ordem de vida impossível de viver, portanto;

Se os esquemas de reconhecimento disponíveis para nós são aqueles capazes de "desfazerem" uma pessoa conferindo reconhecimento, ou "desfaz" uma pessoa negando reconhecimento, então o reconhecimento torna-se um lugar de poder pelo qual o humano é produzido diferencialmente (Butler, 2006, p. 14).

Nesses termos as *identidades abjetas* dos **HSRPF** têm em suas produções subjetividades de reconhecimento ou não, de que são ou não “estrangeiros” e humanos. Com efeito, há nas relações que gravitam em torno dos **HSR** sentimentos de rejeição e hostilidade.

A depender das circunstâncias de suas circulações, deslocamentos, invenções de seus cotidianos e performances de gênero, seus corpos serão marcados por masculinidades de modo a forjar dispositivos de sobrevivências. Em suas sobrevivências, os **HSRPF** estão constantemente negociando seus corpos, suas *identidades abjetas* e masculinidades, utilizando

os recursos que têm à mão, ou seja, roubando, furtando, traficando, assaltando, prostituindo-se, animalizando-se, performatizado gênero. Tornam-se de fato, moradores de rua, à medida que vão incorporando o próprio discurso estigmatizante das “pessoas de bem”, que, historicamente, têm produzido a ideia de que são todos “bandidos”, “vagabundos” e vidas sem nenhum valor, que habitam a “terra de ninguém”: as ruas.

Capítulo 5

Identidades Abjetas

Cena 8 – O guardador de carro (flanelinha)

Em meio ao intenso movimento da “Mãe Ferreira”, às 9h da manhã de uma segunda-feira¹³¹, Bob trabalhava “guardando” carros, mais conhecido como *flanelinha*. De bermuda, chinela *havaiana* e colete de guarda de trânsito laranja e preto, ele dava comandos para uma senhora estacionar seu carro na Rua Floriano Peixoto, lado oeste da Praça. “Pode vir, vem, vem... pode vir, vem mais... só um pouco. Aí!”. Com seu bloco da Zona Azul (comanda da Prefeitura que identifica permissão para estacionar), marcou o dia, a hora e o mês na folhinha, colocou-a no para-brisa do carro pelo lado de dentro e recebeu o dinheiro da motorista.

Observei-o trabalhar sentada no “meu banco”. Às vezes, Bob atravessava a rua e vinha ao meu encontro, sentava-se no encosto do banco e conversávamos um pouco e depois voltava para perto dos carros. Ele conversava sobre sua ida à Assembleia¹³². Comentou que buscava uma posição do Escritório Frei Tito sobre as moradias prometidas para as **PSR**. Volta até o outro lado da rua onde estão os carros e as motos que “pastora”¹³³. Aproxima-se novamente, senta no encosto do banco e continuamos nossa conversa. Bob fez este movimento de ida e volta entre o banco e a sarjeta durante o resto da manhã.

Em uma dessas aproximações, veio ao meu encontro segurando em uma das mãos um pau de cerca de 80cm. Dessa vez, Bob não sentou no encosto do banco, ultrapassou para o lado de dentro do canteiro do jardim e escondeu o pau na árvore que ficava à minha frente. Encaixou o pedaço de pau no tronco da árvore em meio aos galhos. Falando alto, explanou: “Isso aqui é pra pegar um *pirangueiro* mais tarde!”. Indaguei sobre o que é ser um *pirangueiro* e Bob limitou-se a responder “é um vagabundo”. Continuo com minhas indagações: “o que ele fez?”. Não me respondeu sobre o desafeto, e sem mais detalhes, limitou-se a comentar: “Ah! ele pensa que sou abestado”¹³⁴. Se vier pra cima de mim, eu arrebento com ele!”.

¹³¹ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 17/04/2017.

¹³² Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

¹³³ Na linguagem corriqueira do cearense, a expressão “pastorar” ou “guardar” são bastante usadas para identificar a ação de olhar ou cuidar de algo.

¹³⁴ No linguajar do cearense, abestado sugere uma pessoa sem reflexos, descuidada, lesada ou idiota.

Cena 9 – Espirrado da Praça

Tarde de terça-feira. Calor intenso! Cheguei à Praça por volta de meio dia e meia. Dei uma circulada ao redor da “casa do canteiro” cumprimentei os homens que estavam sentados. Nenhum de meus interlocutores encontravam-se no grupo. Caminhei então para o outro lado do canteiro, sentei no “meu banco” e fiquei observando o movimento do grupo. O **HSRPF** estavam muito agitados e discutiam! Ainda que falassem alto, do outro lado do canteiro, eu não conseguia entender o que discutiam. A Coluna da Hora dá suas badaladas, e o relógio marcava 13h30min. Levanto-me e sigo em direção às esquinas do cruzamento das Ruas Floriano Peixoto com Pedro Borges para comprar uma fruta com o vendedor ambulante que faz ponto por lá.

De longe, avisto Sônia descendo a Floriano Peixoto. Atravessa a rua e segue em direção à “casa do canteiro”. Sigo para encontrá-la. Sônia gesticulava muito, e parecia discutir com alguns homens do grupo. Ao me avistar corre para me abraçar. Demos um forte abraço, e ao meu ouvido, sussurrou: “Ele foi *espirrado* da praça!”. Entendi que se tratava de Marcos, seu companheiro. Pegou no meu braço e puxou-me um outro canteiro mais para o meio da Praça, bem afastado do “meu banco”, e começou a narrar o ocorrido:

Deixa eu te contar! Ele é *pirangueiro*. Sabe naquele dia que você gravou minha conversa? Depois que você foi embora, meu filho (Jair) foi preso. Naquele dia, quando eu voltei do encontro com meu ex, eu disse para ele (Marcos) que não queria mais ele. Ele ficou revoltado e começou a me xingar. Me chamou de *pirangueira* vagabunda, chamou meu filho de *pirangueiro* e começou a fazer escândalo. *Pirangueiro* é ele, que sumiu com um revólver que tinham emprestado a ele e ele não devolveu. Na confusão, o “dono” perguntou pelo revólver, e como ele não disse onde estava, foi *espirado* daqui. Se ele voltar pra Ferreira ele morre (Conversa retirada das Notas de Campo. 01/08/2017).

Cena 10 – “É tudo bandido!”

Conforme assinalei no Capítulo 2, a Praça do Ferreira possui, em suas extremidades norte/sul, várias bancas de revistas. A banca que fica bem em frente à “casa do canteiro” é diferente das demais. Seu jornaleiro comercializa, além de jornais e revistas atuais, revistas e livros antigos, funcionando como uma espécie de sebo. Algumas vezes, observei que os **HSRPF** procuravam o jornaleiro solicitando isqueiro para acender seus cigarros.

Bem no início de minha pesquisa, em 2014, abordei o jornaleiro dessa banca para obter algumas informações sobre a circulação e dinâmica dos **HSR**, visto que ele passava os dias bem em frente à “casa do canteiro”, e certamente assistia “de camarote” tudo que se passava ao redor. Identifiquei-me como estudante de doutorado, falei sobre a universidade e do que se tratava minha pesquisa. Indaguei se era possível que me desse algumas informações sobre o

grupo. Mostrei minha carteira de estudante da UNESP. Ele olhou, devolveu a carteira com cara de poucos amigos e limitou-se a dizer: “não sei de nada!”.

É impressionante como a situação de rua da Praça do Ferreira cria, sobre o local uma “lei do silêncio” entre os comerciantes, vendedores, jornalheiros, entre eles próprios e até para a pesquisadora. Com medo de possíveis represálias por parte dos **HSRPF**, as pessoas não expressam ou esboçam qualquer reação sobre a situação de rua. Depois de procurar em vão uma mínima informação que fosse entre quatro das dez bancas instaladas na Praça, desisti de tentar falar com os demais jornalheiros. O pouco que obtive de algumas falas que era recorrente foi: “Aí é um bando de vagabundo! Só tem bandido!”

Contudo, cabe aqui situar o leitor sobre essas representações identitárias negativas e pejorativas que os agentes sociais atribuem às pessoas que habitam as ruas. Se pararmos para pensar sobre a qualidade das interações com os moradores de rua, habitualmente se olha para eles com medo, rejeição e repulsa. Muitos olham de soslaio, outros os percebem como pessoas de “alta periculosidade”, ao avistarem supostos **HSR**, apressam o passo, atravessam a rua para não cruzar com eles... Olham como se fossem inimigos! A questão é, muitos se acostumaram com suas aparências de “pessoas suspeitas” e se habituaram com sua condição supostamente inumana. Por isso, se afastam, agredem, xingam a até queimam moradores de rua como os lastimáveis casos noticiados pela mídia.

Com efeito, há atribuições identitárias insultuosas às pessoas em situação de rua, que são materializadas por meio de discursos midiáticos e discursos das “pessoas de bem”. São chamados de “vagabundo, bandido, perigoso, marginal, desocupado, preguiçoso”, sendo que tais qualificações interferem na constituição de suas identidades, pois estas tipificações externas aos **HSR** acabam por atrofiar suas várias possibilidades de autonomia, visto que os moradores de rua assumem às vezes essas identidades. Embora alguns **Homens** rejeitem essas identidades e se incomodem com tais atribuições outros usam esses estigmas identitários a seu favor.

Ouvi muitas queixas nas oficinas socioeducativas dos Centro POP sobre estes estigmas identitários, no entanto, muitos não se importam de serem denominados de moradores de rua. Estávamos em uma oficina socioeducativa sobre sexualidade e Doenças, Sexualmente Transmissíveis (DST) no Centro POP¹³⁵, facilitada por um médico psiquiatra do CAPS Ad. Era uma segunda feira pela manhã. Ao todo a pequena sala acolhia vinte e uma pessoas. Erámos seis mulheres (com a pesquisadora), sendo uma travesti e quinze homens (com o médico). O médico esclarecia as dúvidas dos usuários sobre desejos, relações sexuais e efeitos das drogas

¹³⁵ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 02/05/2016

no desempenho sexual. O tema da oficina nesse dia me pareceu prazeroso tendo em vista a maneira acalorada com que meus interlocutores falavam de suas experiências sexuais e tiravam suas dúvidas que eram esclarecidas pelo médico.

Em meio às conversas e discussões sobre sexualidade surge uma dúvida sobre o porquê de quando se está sob efeito do *crack*, não se consegue ter relações sexuais. O psiquiatra esclarece que algumas drogas são estimulantes sexuais em doses menores e em doses maiores prejudicam o desempenho sexual. Em meio ao debate, Edson, que era sempre muito divertido, assevera em tom de chacota: “bandido também trepa!”. Todos caíram na gargalhada! A discussão descambou para um outro tema, quando Lúcio rebate ao afirmar que não era “bandido”. Com o rumo da conversa seguindo em outra direção, um **HSR**, que pouco frequentava o equipamento, narra o que para ele seria uma experiência negativa sobre ser chamado de “bandido”. Segundo esse interlocutor, quando foi retirar uma segunda via de sua Carteira de Identidade na Casa do Cidadão¹³⁶, sentiu-se incomodado com algumas afirmações de uma senhora que transitava pela Avenida Duque de Caxias (Centro). Como iria tirar uma fotografia para a Carteira de Identidade resolveu vestir-se de maneira adequada para ir até a Casa do Cidadão, portanto, estava com uma camisa limpa, calça comprida e tênis (usualmente os **HSR** andam de havaianas, bermudas e camiseta, ou às vezes só de bermudas e descalços).

Esse interlocutor narra em tom de indignidade, ao mesmo tempo de ironia, o que sentiu em uma manhã de dezembro. Segundo ele, vinha andando pela calçada da Av. Duque de Caxias no sentido Centro-Benfica e caminhando em sentido contrário, um outro **HSR** com bermuda e camisa rasgada, descalço e sujo andava em sua direção. Andando um pouco à sua frente, uma senhora com passos curtos ao ver o maltrapilho, olha para trás e ao vê-lo bem vestido, assevera: “vou ficar aqui do seu lado, pois esses moradores de rua são bandidos! Tenho medo deles!”. Esse **HSR** narra rindo e em tom de ironia assevera “mal sabia ela (a senhora) que eu era mais perigoso do que aquele cara sujo”! Já fui preso por roubo, furto e assalto e só porque estava bem vestido ela achava que eu não era bandido! (Risos).

Em meio à sua narrativa o médico questiona: “Algum de vocês se acham bandido?” O **HSR** da oficina socioeducativa responde para o psiquiatra que não se incomodava em ser chamado de morador de rua, mas, se incomodava de ser chamado de “bandido”. Assegurava que se inquietou com a declaração da senhora ao atribuir ao morador de rua maltrapilho uma

¹³⁶ A Casa do Cidadão é um serviço público do Governo do Estado do Ceará que funciona no Shopping Benfica para facilitar o acesso das pessoas às informações e serviços públicos. Implementada em 1998 o projeto Casa do Cidadão, disponibiliza serviços de documentação como CPF e Carteira de Identidade.

identificação de “bandido”. Sua narrativa deixou explícita um sentimento de aborrecimento e de irritação em relação à declaração da senhora. O **HSR** deixou expresso em sua narrativa que há distinção entre ele se intitular de “bandido”, aproximando-o de um homem malandro, esperto que consegue escapar de situações vexatórias e que pode driblar sua condição de precariedade. Ser chamado de “bandido” pela senhora, o identificava com um meliante cujo termo soava para ele preconceituoso, ou seja pejorativo, negativo, difamador. Era como se a declaração da senhora atribuísse a todo morador de rua uma identidade conectada necessariamente à criminalidade. Para esse **HSR** ser “bandido” é ser traficante e homicida o que não era o caso dele e cujas ações ilícitas seriam delitos de menor potencial ofensivo.

Identidades Abjetas

Em Antropologia, a identidade é entendida como um elemento diacrítico. De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1986) os sinais diacríticos usados para caracterizar um grupo de outro, depende de como cada grupo articula sua linguagem. Os elementos diacríticos nos possibilitam pensar as identidades a partir de situações sociais, políticas, econômicas e culturais, levando em consideração seus atores e relações. Segundo Carneiro da Cunha para se diferenciar grupos étnicos é necessário apontar símbolos inteligíveis a todos os grupos que compõem o sistema de intercâmbio, ou seja, os sistemas simbólicos culturais.

Não há como pensar a identidade sem pensar no outro, em sua linguagem, interesses e expressões. Os elementos que nos identificam, o lugar onde moramos, nossa cultura ou, como venho afirmando até aqui, o lugar de onde se olha para o tecido social, se das margens ou do centro, certamente influencia nossas narrativas, valores e visão de mundo. Tais elementos caracterizam nossa identidade e nos tornam diferentes. Nesses termos, nossa diferença em relação aos demais, a outros grupos sociais e outras localidades, é capaz de produzir, mudar e transformar tanto nosso comportamento quanto nossa percepção acerca desses grupos e localidades. Assim, as identidades são construções sociais que produzem potentes marcadores de diferença e, por sua vez, atuam sempre de forma relacional, e nunca incondicional.

Segundo Sallum Jr *et al* (2016), as identidades são definidas por contraste, apresentando-se por oposição a outras categorias e referências, sendo, portanto, relacional e situacional, ou seja, dependem de contextos, de lugares e visões de mundo em que se afirmam. São relativas em função do momento, situação, região, classe, geração, etnia... São plurais e assumem novas variantes e usos sociais. No entanto, as identidades podem produzir consensos e aproximações ou desenhar conflitos e rejeições.

Se a identidade é aquilo que se é, a diferença é aquilo que o outro é. No entanto, a identidade e a diferença são resultados de produções linguísticas no contexto das relações sociais, que por sua vez estão sujeitas às relações de poder (Silva, 2009). Estas relações de poder e suas práticas são relações subjetivas e situações objetivas do cotidiano, que provocam e vinculam o vivido, subjetivado com o social objetivado. Tais práticas de poder são diferentes modos de enfrentar as relações sociais de conflito, negociações e de submissão (Dubar, 2016).

A ideia de denominar as identidades das **PSR** de *identidades abjetas* segue o pensamento de Butler (2007), o qual argumenta que as identidades e corpos que não se enquadram e se encaixam na norma social são alocados à abjeção, e, portanto, ameaçados e rejeitados socialmente. Em sua apropriação de Julia Kristeva sobre abjeção, Butler mostra que os corpos abjetos são considerados ilegítimos, ou seja, não deveriam existir. São corpos execrados, sujos, portanto, quase impossíveis de se materializarem.

Consideradas como vidas precárias e menos humanas, aberrações de uma humanidade pretensamente saudável e perfeita, os **HSRPF** com suas *identidades abjetas* não vivem apenas de forma excluída, rechaçados da normalidade, mas são parte constitutiva de um social que produz um “pânico moral” que gravita em torno de seus corpos e identidades, cuja vida e morte simplesmente não nos afetam.

Em uma sociedade que tem como descrição fortes marcas de gênero, de como se pensa as masculinidades e como estas se definem, compreender como os agentes sociais desse tempo percebem as implicações sociais, políticas e culturais que colocam em evidência o cenário de rejeição, degeneração, discriminação e hostilidade aos **HSRPF**, por terem corpos e *identidades abjetas*, me parece uma questão central. Essa valoração moral seletiva não surge do nada. Outrossim, faz parte de discursos midiáticos, políticos e sociais bem elaborados que nos predis põem a não reconhecer os **HSR** como vidas humanas.

Piranguero foi uma das primeiras denominações de identidade que aprendi nas ruas. É muito comum os **HSR** chamarem uns aos outros de *pirangueros*. Ser um *piranguero*, nas ruas, é sinônimo de ser “bandido”, “marginal”, “vagabundo”, “ser de alta periculosidade”. Ao mesmo tempo que o *piranguero* incorpora a *masculinidade exacerbada* ao assumir uma posição de poder, situacionalmente, pode também ser rechaçado moralmente ante o grupo, sendo tratado com desprezo e desdém, considerado como um “bunda mole”.

Essas posições instáveis são geradas pelos diversos modos de sociabilidades, pelos conflitos em que se envolvem ou pelos desafios que encaram. A depender do seu envolvimento com o grupo, ser chamado de *piranguero* por outros **HSRPF** ou pelos que lhes são próximos não era nenhuma desonra. Ao contrário, ser *piranguero* poderia demonstrar coragem e valentia,

havendo quem se orgulhasse deste rótulo. Ainda assim, a maioria não se identificava com esta *identidade abjeta*, não encarando a necessidade de se intitular como *piranguinhos* para não serem enquadrados como “bandidos” ou “vagabundos”.

A identidade pode ser definida como sendo as representações, sentimentos, emoções, comportamentos, expressões e valores que os agentes desenvolvem a respeito de si próprios, a partir de um conjunto de vivências e experiências. É a síntese pessoal sobre si mesmos, como os agentes se veem, seja pela sua orientação sexual, seu gênero, regionalidade, trajetória pessoal ou classe social. No entanto, essas representações de si podem ser maleáveis e cambiantes. A identidade também comporta um duplo aspecto, podendo ser percebida tanto coletivamente quanto individualmente. Assim, tanto podemos nos identificar com vários modos de identidade quanto, aos olhos dos outros, nos serem conferidas classificações identitárias.

Na circulação dos vários agentes sociais pela Praça do Ferreira, muitos atribuíam aos **HSRPF** vários rótulos identitários como “vagabundos”, “bandidos”, “marginais”, “delinquentes”, “criminosos”, “desocupados”, “drogados” e “moradores de rua”. Tais rótulos assinalam para estereótipos, preconceitos e estigmas maquinados pelos agentes sociais, a partir de seu lugar social, arrogando que o “outro” é, de fato, tudo isso que lhes atribuem, alocando-os como possuidores de identidades diferentes e depreciativas. Neste processo de produção, as chamadas “pessoas de bem” tendem a cristalizar, estabilizar, fixar e homogeneizar o que, para elas, são as identidades dos **HSR**. Nestes termos, quando conferem identidades aos **HSR** acabam por demarcar fronteiras entre “nós” e “eles” (“outro”). Aqui esbarramos em um problema de sentido político, visto que classificar uma certa identidade tende a transformar fenômenos plásticos em estruturas rígidas naturalizadas. Em tempo, são os diversos aparatos e discursos estatais, midiáticos e jurídicos que constroem as identidades dos **HSRPF** como abjetas, por não considerarem a plasticidade, pluralidade, diversidade e várias possibilidades de outras identidades dos moradores de rua.

“Vagabundos!”, “Aí é um bando de vagabundo!”, “É tudo bandido!”. Essas foram as expressões mais recorrentes sobre os **HSRPF** que ouvi de transeuntes, aposentados, jornaleiros, comerciantes e vendedores da “Mãe Ferreira”, seguidas de “drogados” e “marginais”. A partir desse reconhecimento, há uma não disposição em conviver com esse “outro”, pressupondo-se que esse “outro” coloca a vida das “pessoas de bem” em perigo; daí o distanciamento e hostilidade. O corpo dos **HSRPF** é identificado a partir de suas próprias fronteiras, que estão à mercê da receptividade do outro. O corpo com sua identidade vive fora de si, no mundo dos “outros”, em um tempo e um espaço que ele não controla. Esse corpo é identificado a partir do tipo de roupa que veste, seus calçados, comportamentos, cor da pele e cheiro.

O fato é que as *identidades abjetas* dos **HSRPF** não podem ser consideradas fixas e estáveis, elas são móveis e se deslocam, tanto cruzando fronteiras de si, quanto cruzando fronteiras urbanas. Cruzam suas próprias fronteiras a partir do momento em que vivem suas várias identidades, e cruzam fronteiras urbanas quando praticam a cidade.

Como assinalado, as identidades dos **HSRPF** sobrevivem entre as fronteiras do centro (“pessoas de bem”) e das margens (moradores de rua); de ser *pirangueiro*/“bandido” e ser trabalhador; de ser de rua e de casa; de ser normativo e ser transgressor; de ser resignado e ser subversivo; de ser humano e inumano. Há uma plasticidade em nas *identidades abjetas* dos **HSR** ao viverem nessas fronteiras. Segundo Bhabha (2007), a plasticidade possibilita posições dos agentes que transitam entre raça, gênero, geração, localidade geopolítica e orientação sexual que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. Observando meus interlocutores, percebe-se que essa plasticidade forja identidades ajustadas a uma espécie de mimetismo social e à sobrevivência.

Cena 11 - Pirangueiro – “O Bandido, o Vagabundo”

Não era meu propósito nessa tese discutir sobre criminalidade. No entanto, não poderia me furtar de refletir sobre algumas práticas do chamado “mundo do crime”, cuja percepção diz muito sobre quem tem um “rosto” de *pirangueiro*, ou quem é “bandido”, “vagabundo” ou quem é uma “pessoa de bem”. Segundo o sociólogo Gabriel Feltran (2008), a expressão “mundo do crime” assinala um conjunto de códigos, instruções e sociabilidades instituídas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos.

Sempre às terças-feiras pela manhã¹³⁷, as oficinas socioeducativa no Centro POP (Centro) eram facilitadas pelo médico psiquiatra citado em outro momento do texto. Nesse dia, participavam da oficina sete mulheres (incluindo a pesquisadora), sendo duas travestis e desesseis homens (incluindo o médico). A sala era pequena para as vinte e duas pessoas. O cheiro forte de suor dos homens era represado, devido ao ambiente fechado e ao ar condicionado. Sem ventilação a, sensação era de que a sala tivesse sido invadida por uma onda de testosterona.

O psiquiatra explicou o tema da oficina e como seriam as discussões. Disse que iríamos discutir sobre as questões políticas do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, que movimentavam as “pessoas de bem” e o meio político do Brasil no ano de 2016. O médico

¹³⁷ Diário de Campo. Centro POP (Centro), 05 /04/ 2016.

entregou papéis para cada participante e pediu que escrevessem alguma pergunta sobre o tema, indagando se todos sabiam do que se tratava um *impeachment*. Várias explanações foram feitas, e metade do grupo não sabia bem do que se tratava o assunto. Em meio às discussões, o médico questiona: "O que vocês acham dos políticos de Brasília?".

Ninguém se manifestou, exceto Lúcio¹³⁸, que responde em tom de revolta: "Tudo ladrão! Tudo bandido!". Todos concordaram com ele, e o médico provocou: "Por que você acha isso, Lúcio?". Lúcio era um rapaz muito falante, politizado e inteligente. Tinha terminado o Ensino Médio, e era proveniente de família de classe média. Expõe a velha face da estrutura política brasileira ao aludir: "o crime compensa, para os ricos". E continua:

Ora, eu faço uns furtos de celulares na Ferreria, aí os canas (policiais) batem na gente, algemam, empurram no camburão... A gente puxa cadeia. E esses deputados de Brasília roubam milhões! Milhões! E ninguém faz nada! Ninguém diz nada! É tudo *piranguero*! Cunha é o que? Por que a sociedade não usa a mesma lógica de bandido para ele? (Narrativa transcrita das Notas de Campo. 05/04/2016).

Depois da fala de Lúcio os demais participantes da oficina concordaram com ele e os ânimos ficaram exaltados. Muitos falavam ao mesmo tempo e expressavam que Brasília estava cheia de "bandidos".

Os **HSRPF** são vistos como uma ameaça, que intimida os transeuntes devido aos seus corpos com suas *identidades abjetas* apreendidos, na maioria das vezes como "bandidos" que circulam pelas ruas da cidade; o senso comum entende que "todos" são "bandidos", portanto, *pirangueros*. O fato é que nem todos os **HSR** têm débitos morais ou judiciais. Seguindo a lógica exposta por Lúcio, os crimes de corrupção política, os chamados "crimes de colarinho branco", com desvio de verbas públicas pelos "políticos de Brasília", para citar sua fala, seguem o nexo de que, por se tratarem de "pessoas de bem", "homens honestos e honrados", com suas prerrogativas parlamentares, não são vistos como "bandidos", apenas como corruptos.

No sentido amplo do termo, bandido ou criminoso é todo aquele que comete infração de crime previsto no Código Penal Brasileiro (2017)¹³⁹, sejam esses infratores os **HSRPF** ou os "políticos de Brasília", como afirma Lúcio. Mas na prática, os agentes tendem a chamar de "bandido" aquele criminoso que pode, mais explicitamente, atentar contra a vida do cidadão. Quanto mais risco o crime trazer à integridade física dos agentes, seja um assalto, roubo, furto, briga ou estupro, maior a sensação de ameaça e perigo. Para os agentes, o crime está diretamente vinculado ao medo. Assim, o *piranguero* das ruas do centro de Fortaleza e da Praça do Ferreira

¹³⁸ Lúcio foi citado na Introdução. Chegou às ruas devido o vício em *crack*.

¹³⁹ O art. 180 da Constituição em seu Decreto-Lei nº2.848/1940 institui o Código Penal Brasileiro cuja Lei é atribuída penas relacionadas aos crimes de várias natureza praticados à terceiros e ao Patrimônio público (Código Penal, 2017). No Capítulo seguinte tratarei sobre a mudança no Código Penal sobre crimes sexuais e feminicídios.

incita mais medo e temor, de fato, do que os políticos, cujos crimes não implicam em risco à integridade física de forma real e direta.

A sociedade apoiada não só pelo discurso jurídico, mas midiático, tende a recriar e rechaçar com mais veemência os crimes que atentam contra a integridade física dos agentes, sendo a violência explícita, na prática, a maior causa do sentimento de medo despertado pelo *pirangueiro* na população, em decorrência da real possibilidade de criminalidade. Já o “crime de colarinho branco” costuma ser relegado pelos agentes, uma vez que ações ilícitas dos políticos não comprometem diretamente a vida dos transeuntes, não havendo, muitas vezes, a percepção de que os “crimes de rua” possam ser consequência dos “crimes de gabinete”. Esse “repúdio seletivo”, aparentemente potencializado pelo senso de autopreservação dos agentes, parece decorrer da dissociação entre essas duas modalidades de crime, embora o “crime de colarinho branco” costume ter maior abrangência e ser mais danoso à sociedade em geral, fomentando, conjuntamente, a violência direta por meio da ausência ou ineficiência de políticas públicas pelo desvio e má gestão do dinheiro público.

Fica claro, portanto, que os estereótipos “vagabundo”, “bandido”, “ladrão”, “drogado”, “marginal” e “delinquente” inventados pelo senso comum, como afirma Feltran (2010, p.573), são “categorias acusatórias e depreciativas”. Parece-me que o nexos de criminalizar e identificar apenas os **HSR** como “bandidos” segue o modelo de gestão de punição de diferença, ou seja, *pirangueiro* existe na Praça do Ferreira; em Brasília, não!

Assim, por razões de segurança e apelo à manutenção da ordem pública no sentido de manter o *pirangueiro* afastado das ruas, o Estado muda constantemente os pretextos e as práticas, mas nunca seu escopo: governar as populações. Para Foucault (2010) a população é o “novo corpo” da biopolítica, ou seja, os procedimentos de poder postos em prática pelo Estado moderno que tem como tarefa principal disciplinar e controlar o indivíduo e a própria sociedade. Dito com outras palavras, a biopolítica vai tomar os processos biológicos pertinentes ao “homem-espécie”, instituindo sobre os mesmos uma espécie de normalização.

Pesando, portanto, na produção de comportamentos moralmente corretos, o Estado apela para a disciplinarização do delito. Foucault em seu livro *Vigiar e Punir* (2011) trata da criminalidade, delinquência e das técnicas adotadas pelos poderes públicos para punir os crimes desde séculos passados à era moderna. Com efeito, o texto de Foucault me ajuda a pensar na normalização, que segundo o filósofo objetivava a produção de um indivíduo dócil e útil, resultado que poderia ser interpretado somente em termos de adestramento moral. No entanto, a normalização disciplinar é indomável à produção de um comportamento moralmente adequado. Assim, se os comportamentos dos moradores de rua são insuficiente para o acúmulo

de riqueza, são improdutivos, como também não participam do mercado, não são consumidores de bens e serviços acabam por atrapalhar e incomodar as “pessoas de bem” e o Estado apela para a disciplinarização de seus corpos e procedimentos, para proteger a “sociedade de bem”.

A questão é, a “sociedade de bem” demanda o controle policial ostensivo e mecanismos de combate aos delitos por parte dos gestores como se o encarceramento ou expulsão da Praça do Ferreira resolvesse por completo essa questão social. Raramente a “sociedade de bem” leva em consideração que os moradores de rua são produtos de suas manifestações políticas e sociais. Nesses termos, a “sociedade de bem” busca legitimar de fato a atuação, muitas vezes ilegal, do Estado e seus aparelhos repressivos.

A noção de biopolítica de Foucault me parece um conceito adequado para se interpretar a realidade da política estatal vigente. A biopolítica se entranha da vida dos agentes e na rede das relações sociais. Deste modo, há deslocamentos em relação às teorias jurídico-políticas tradicionais que atribuem ao Estado a centralidade do poder, para Foucault, o poder funciona como algo em rede, isto é atravessa todo o corpo social. Assim alude Foucault:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1988, p 134)

Portanto, sendo um “homem-espécie”, tendo um corpo biológico ao mesmo tempo político, é mais fácil e, mais barato, para o Estado, banir por meio da “higienização social” os *piranguinhos* / “bandidos” de circulação da Praça do Ferreira, como assinala no Capítulo 3. A estratégia do Estado, com a pressão das “pessoas de bem”, é deslocá-los para o lugar de onde nunca deveriam ter saído, ou seja, a periferia. A antropóloga Taniele Rui (2014) esclarece que “em termos políticos, o combate a esta população é, mais que tudo, um combate aos seus espaços de concentração” (Rui, 2014, p.214).

Há, entretanto, um paradoxo nos nexos de rejeição à presença do *piranguinho* / “bandido”, que possivelmente ameaça a vida da vizinhança e dos transeuntes e segundo eles, enfeiam a Praça do Ferreira (empiricamente, observei que esta ameaça nem sempre é real, sendo, muitas vezes fabricadas). São percepções geradas pela comoção pública, noticiadas pela mídia quando algum episódio de ameaça ou violência acontece isoladamente. Isso não quer dizer que não exista, de fato, **HSR** que provoquem intimidação. A questão é que o senso comum, atrelado à mídia, passa a ideia de que, necessariamente, os **HSR** são todos “bandidos”, “vagabundos” e *piranguinhos*. Ao mesmo tempo em que os *piranguinhos* tornam-se ameaça

física para a população, por sua vez, eles são ameaçados pelas “pessoas de bem”, pela prática da violência simbólica no desejo de que desapareçam de seu campo de visão. De acordo com Bourdieu (2005), a violência simbólica caracteriza-se pela insensível e invisível ameaça as vítimas, exercendo sobre elas por vias simbólicas comunicação, sentimento, conhecimento e reconhecimento exercido pela lógica da dominação.

Analisando as vidas precárias e o desejo de que o “outro” desapareça, há uma constante tensão entre o medo de ser submetido à violência física, ou seja, o temor de ser machucado ou até morto pelos **HSR**, e o impulso das “pessoas de bem” de infligirem violência simbólica e desejo de bani-los da Praça do Ferreira. Há um desejo de que as vidas dos **HSRPF** sejam vidas vividas “corretamente” dentro da ordem pública, devendo seguir o padrão de normalização e atendendo às políticas neoliberais; afinal, estas vidas dão prejuízos ao Estado. Esses esquemas normativos operam produzindo ideais de humano, e as *identidades abjetas* dos **HSRPF**, como os *pirangueiros*, por exemplo, não correspondem à imagem de pessoas humanas.

Há possíveis violências físicas provocadas pelos **HSR** contra a população, enquanto circulam no entorno dos Centros POP e Praça do Ferreira, no entanto, são casos pontuais e raros. Porém, o que há, é violência simbólica por parte das “pessoas de bem”, ao rotularem todas as **HSR** como “vagabundas” e “bandidas”, e quererem afastá-los de sua convivência a todo custo. Não há histórico de mortes às “pessoas de bem” e de constantes assaltos contra elas por parte de moradores de rua. Não se têm notícias de que os moradores de rua façam vítimas graves na Praça do Ferreira ou entorno dos Centros POP. Quando ocorre alguma morte na Praça do Ferreira são conflitos entre os próprios moradores de rua.

Dito isso, não há como pensar o fenômeno população em situação de rua fora de uma produção de padrão classificatório de identidades e moralidades. Nessa produção, os **HSRPF** estão presos às suas *identidades abjetas* de *pirangueiros*, e, portanto, são vistos como um “problema” social urbano que incomoda, ameaça e intimida. Parece-me precipitado pensar as *identidades abjetas* como homogêneas, sendo os **HSR** “todos bandidos”. Em tempo, são os dispositivos de controle e repressão, os jogos de interesses do Estado e instituições, os discursos midiáticos que irão definir e determinar a realidade dos **HSRPF**. O impacto que esses homens causam na Praça do Ferreira deve-se mais à visibilidade de seus corpos circulando na “casa do canteiro” do que mesmo às possíveis ameaças. A ideia da Câmara de Diretores Lojistas, Estado, “pessoas de bem” e Prefeitura é bani-los para fora do centro e mantê-los às margens, lugar de onde nunca deveriam ter saído.

Com efeito, considerar a dimensão humana que escapa aos estereótipos e estigmas de *identidades abjetas* é considerar as formas de resistências e sobrevivências além do inumano.

As identidades dos **HSRPF** em suas sociabilidades se apoiam e se subscrevem em atributos masculinos para suas condições de sobrevivência. Os *machos exacerbados* urbanos da Praça do Ferreira, com seus corpos, por vezes, intimidantes, assumem comportamentos, arranjos e disposições de virilidade, cujas *identidades abjetas* tomam posições políticas subversivas. A depender das invenções de seus cotidianos, circunstâncias de suas circulações e deslocamentos pelas ruas e de suas performances de gênero, seus *corpos abjetos* serão atualizados de modo a forjar dispositivos de sobrevivências.

Para além da identidade de *pirangueiro*, há, nas sociabilidades da “Mãe Ferreira”, outras identidades atribuídas aos **HSR** por outros ou por eles próprios, como os *ratos*, os *bocas de prata*, os *michês* e as *travestis*, como tratarei a seguir.

Cena 12 – Os Ratos

Um outro dia, uma outra cena¹⁴⁰. Eu e Sônia estávamos sentadas em um banco na Praça do Ferreira. Enquanto conversávamos sobre minha ida à favela do Oitão Preto, se aproxima de nós um **HSR**. Já o tinha visto pelo Centro POP. Rapaz alto, vestido com camisa social de mangas compridas, sapato social, senta ao lado de Sônia e retira de sua mochila uma camiseta de malha amarela com uma estampa na frente. Ele pergunta a Sônia se a camiseta era de Marcos, seu companheiro. Ela olha a camiseta e constata que era, sim, de Marcos. Sônia indaga: “onde estava esta camiseta?”. O rapaz responde que tinha comprado por R\$ 4,00 de um rapaz que estava juntamente com ele na Pousada Social, onde pernoitavam.

Sônia ficou indignada, e quis saber dele quem teria sido o *rato* que tinha roubado a camiseta. O rapaz disse que quando o avistasse circulando pela Ferreira, mostraria a ela de quem se tratava. Também comentou com ela que se lembrava vagamente de já ter visto Marcos usando a camiseta. Assim, preferiu certificar-se primeiro se ela tinha sido roubada antes de usá-la, para evitar possíveis problemas. Ficando com o prejuízo de R\$ 4,00, o rapaz deixa a camiseta com Sônia e some em meio aos transeuntes.

Pergunto a Sônia o que era um *rato*, e esta me fala que são ladrões do próprio grupo de moradores de rua. Disse-me que se um *rato* for pego roubando, esse é *espirrado* da Praça, ou, em último caso, dependendo do tipo do roubo, é levado para o *beco da solidão* para apanhar. Caso o roubo seja de algo muito importante, como um revólver, por exemplo, pode até ser morto. Se o *rato* não honrar as condutas e códigos impostas pelo grupo, ele é punido pela lei das ruas.

¹⁴⁰ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 07/04/2017

O termo êmico *espirrar* indica a ação do grupo de expulsar da Praça os *ratos*, ou qualquer outra pessoa que cause confusão. Ao ser *espirrado*, a pessoa nunca mais põe os pés na Ferreira novamente. Caso volte, pode até ser morto. O termo êmico *beco da solidão* é designado para o trecho da Rua General Bezerril que fica por trás da Praça do Ferreira, paralelo à Rua Floriano Peixoto. Quem comete delito de infração às leis da rua é levado durante à madrugada ao *beco da solidão* para apanhar, ou, dependendo do delito, ser morto.

Durante a minha pesquisa, em março de 2017, um *rato* foi assassinado com 24 facadas por três **HSRPF**. Ele estaria praticando roubos na Ferreira, prática que vai contra as leis das ruas, e por isso, pagou com a vida. No dia deste homicídio, estive na Praça até cerca de 17h, e soube do ocorrido ao retornar à Praça na manhã seguinte para minhas observações.

Bocas de Prata

No mundo das ruas, uma das características das relações afetivas das **PSR** que me chamou atenção é o fato de que os casais chama o(a) companheiro(a) de marido/esposa, já após o primeiro dia de relacionamento. Dizem-se “casados” apenas pelo fato de manterem em uma relação íntima, independentemente do tempo do relacionamento.

Em conversas distintas com Dina e Sônia, elas me comentaram que alguns homens costumam sair com mulheres “casadas”, e estes são chamados de *bocas de prata*. Segundo elas, se as relações sexuais com seus parceiros não forem boas, elas alardeiam aos quatro cantos da Praça que o parceiro não é “bom de cama”. Pontuam a importância e direito de sentirem prazer e orgasmos nas relações sexuais. Se as performances sexuais dos parceiros não estiverem a contento, os *bocas de prata* entram em ação.

Nas ruas, as **PSR** buscam lugares escuros para ter relações sexuais, normalmente, após as 23h, horário que a maioria dos demais já está dormindo. No entanto, disseram que preferem os motéis do entorno da Praça do BNB, que custam R\$ 5,00 a hora. Lá, conseguem ter mais privacidade e qualidade nas relações. Segundo elas, praticamente nunca se usa preservativo, independentemente da relação ser estável ou não. Devido a essa prática, o índice de pessoas soropositivas para HIV é alto, e o de sífilis tem aumentado a cada dia. Não há estudos sobre as contaminações em **PSR**; o que se sabe são informações dadas por elas próprias, que ao se sentirem doentes, procuram os Postos de Saúde e acabam detectando as enfermidades.

Essas *identidades abjetas*, tanto do *rato* quanto do *boca de prata*, não são identificações próprias, mas conferidas a eles por outras **PSR**, tendo estas identidades uma conotação negativa.

Michê

Cena 13 – “Sou michê, não tô nem aí!”

O portão do Centro POP (Centro) é aberto, e à medida que as **PSR** vão chegando e se identificando na recepção, seguem, em sua maioria, para o quintal. O lanche da tarde é servido por volta das 13h30min, e as vinte primeiras pessoas a chegarem, que têm direito ao lanche, formam uma fila em frente à porta da cozinha. Devido os recursos escassos o equipamento só tem condição de oferecer apenas lanche a almoço para os vinte primeiros usuários.

“D. Rita, estamos com fome!”, alguém grita lá de trás. “E aí, D. Rita, o que temos de lanche pra hoje?”, outro grita na frente da fila. Entre uma brincadeira e outra, chamando por D. Rita (cozinheira), à espera do lanche, os **HSR** se divertem com as chacotas. Entre a porta da cozinha e o bebedouro, sentada em uma cadeira quebrada escorada na parede posicionada perto da fila, eu observava o movimento. Dário, 24 anos de idade e dois anos em situação de rua, com quem já havia conversado algumas vezes, foi expulso de casa devido às brigas com sua companheira. Para sobreviver, vendia água nos sinais das ruas próximas ao Centro POP (Centro). Sempre que conversávamos, externava que não via a hora de voltar para casa. Nesse dia, Dário, que estava no início da fila, conversava com outro **HSR** posicionado bem atrás dele. Comentava sobre uma abordagem que fez a um educador social na Praça do Ferreira:

Ei mah, sabe aquele educador social? Aquele baixinho¹⁴¹, da Praça do Ferreira? Ontem encontrei com ele. Carregava um ventilador que tinha mandado consertar. Ele é gay, né? (alguns **HSR** comentavam sobre a orientação sexual do educador). Macho, tu acredita que eu fui pedir o ventilador a ele e sabe o que ele me disse? “Eu te dou o ventilador, só se você der uma ‘voltinha’ no meu corpo!”. Eu hein! Não! Comigo não! Eu sou é macho! (Narrativa transcrita das Notas de Campo)

Dário falava rindo, e o **HSR**, seu interlocutor, rebateu: “Macho, porque tu não mandou ele pra mim?! Sou *michê*, não tô nem aí! Dá próxima vez tu me indica pra ele! Mande ele me procurar. Eu quero é ganhar dinheiro!”. Todos caem na gargalhada. Outro **HSR**, curioso com diálogo dos dois, indaga: “o que é *michê*?”. Dário comenta, a grosso modo, que *michê* é o homem que faz sexo com homossexuais, mas que o *michê* não seria um gay; faz sexo por dinheiro. Célio (23 anos de idade e 1 ano de rua), que também estava na fila ouvindo a conversa, comentou que sua experiência como *michê* foi de repulsa, e assevera: “Eca! Me deu um nojo quando olhei aquela bunda cabeluda!”. Mais gargalhadas. Entre uma chacota e outra sobre suas experiências sexuais como *michê* e sobre a orientação sexual do educador social, o lanche foi servido e encerraram a conversa.

¹⁴¹ O educador social ao qual se referiam não trabalhava mais no Centro POP. Segundo os **HSR**, teria saída de lá há cerca de um ano.

Cena 14 – A vergonha do Michê

No quintal do Centro POP (Centro)¹⁴², as **PSR** interagiam umas com as outras, lavando roupa, dividindo cigarro, jogando cartas e conversando. Contabilizei nessa tarde quarenta e seis pessoas. Era por volta das 14h quando Daniel chega de bicicleta, cantarolando uma música de rap. Rapaz alto, simpático, porte atlético, sorriso largo com aparelho nos dentes e pele clara, embora queimada do sol. Instruído (terminou o Ensino Médio), Daniel fugia do biotipo¹⁴³ dos demais **HSR**. Com 23 anos de idade e 5 anos de rua, entre idas e vindas, sua presença deixava o ambiente animado. Sempre o via no Centro POP, e já tínhamos conversado várias vezes.

Aceno, chamando-o para sentar ao meu lado. Encostou a bicicleta no muro do corredor e aproximou-se, sorrindo. “E aí, tia?!”. Respondi: “Tudo bem, Daniel. Como você está?”. Ao estender minha mão para cumprimentá-lo, ele a beija, e retribuo também beijando sua mão. Perguntou como estava indo minha pesquisa, respondi que caminhava como previsto, mas que estava com dificuldades para fazer entrevistas. Afirmou que muitos homens não gostam de responder perguntas, para não serem identificados. Segundo Daniel, muitos homens estão nas ruas fugindo de alguma coisa. Indaguei: “fugindo de quê?”. Sorrindo, respondeu: “Ah, tia, de tanta coisa! Da polícia, da cadeia, da justiça, dos pais... Vem pra rua por causa da droga. Tem homem que foge até de mulher! (Gargalhada)”. Sorrindo, continuo com minha curiosidade: “E você, tá fugindo de que?” Daniel responde: “De tudo (risos)!”. Percebi que não queria dizer, não insisti. Nunca consegui descobrir como chegou até as ruas. Pelo que pude apurar, parece que estava em situação de rua devido à droga.

Mudando de assunto, indaguei como ele fazia para sobreviver nas ruas. Com um largo sorriso, Daniel comentou que vigiava um estacionamento, limpava e lavava os carros dos *bacanas*¹⁴⁴. Disse que também ganhava dinheiro sendo *michê*. Segundo ele, quando os *bacanas* iam buscar os carros, combinavam um programa, e à noite iam buscá-lo. “Tia, era cada carrão! Cada motel *chic*!”.

Daniel não tinha cliente fixo, e os encontros eram casuais, sempre marcados a partir do estacionamento. Narrava que ganhou muito dinheiro com os clientes, mas tinha gastado tudo com drogas. Descreveu suas aventuras com os *bacanas*, disse não entender como homens casados, que se diziam heterossexuais, procuravam por ele para fazer sexo. Estranhava o fato de que muitos tinham o desejo de serem “comidos”. Como *michê*, disse que fazia tudo que o

¹⁴² Diário de Campo. Centro POP (Centro). 16/04/2015.

¹⁴³ Normalmente os **HSR** têm estatura mediana, com pele parda ou negra, são de baixa renda e possuem pouca instrução.

¹⁴⁴ Segundo os **HSR**, os *bacanas* são pessoas abastadas.

cliente solicitasse, e afirmava tirar vantagem das carências sexuais e das demandas eróticas solicitadas pelos “bacanas”. No entanto, foi contundente em dizer que só não topava ser “passivo” (no sentido de ser penetrado na relação sexual).

Bem articulado com as palavras, percebia-se que a instrução de Daniel o destacava dos demais **HSR**. De cara, percebia-se sua educação diferenciada pela maneira como se expressava e tratava as pessoas. Sua simpatia e sorriso largo eram contagiantes; no entanto, mudou o semblante ao narrar sobre a vergonha que sentiu ao fazer sexo com um homem pela primeira vez. Disse-me com uma expressão séria: “depois que transei com ele, me deitei no banco da Praça e comecei a chorar. Chorar com vergonha de mim mesmo”.

Depois desse nosso último encontro no Centro POP, em 2015, nunca mais tinha visto Daniel. Encontrei-o em uma sexta-feira de janeiro de 2018¹⁴⁵, na Praça do Ferreira, bastante debilitado. Estava acabado! Fiquei surpresa ao vê-lo daquele jeito. Nem parecia aquele rapaz bonito e vigoroso que tinha conhecido há três anos. Estava magro, andava com dificuldade, flexionado para frente. Mas uma coisa em Daniel não tinha mudado nada: sua simpatia e o sorriso largo eram os mesmos (mas sem os aparelhos nos dentes).

Em pé, embaixo do Cajueiro da Mentira, eu e Sônia conversávamos, quando Daniel aproximou-se de nós. Ele cumprimenta Sônia, e, ao me ver, fala com a mesma alegria e sorriso de sempre: “E aí, tia?!”. Confesso que não escondi minha satisfação em vê-lo, e, sorrindo, respondi: “Daniel, como você está? Que bom te ver! Você lembrou de mim!”. Ele acrescentou: “Sim, você estava fazendo um trabalho com ‘moradores de rua’ lá no Centro POP!”. Eu confirmei: “Isso, isso! Mas ainda estou nesse trabalho. Podemos conversar novamente?”. Sorrindo, respondeu: “Sim, tia, mas hoje não, vou me deitar um pouco!”. Eu disse: “Claro, eu estou sempre por aqui, qualquer dia conversamos”.

Ao deslocar-se em busca de um banco para deitar, estranhei a forma como ele andava, devagar, flexionado, um pouco para frente, e indaguei: “O que houve?”. Daniel levanta a camisa e mostra uma enorme cicatriz na vertical de cerca de 20cm, que ia do umbigo até o peito: “Tia, fiz uma cirurgia. Foi retirado metade das minhas tripas, por isso, quando eu ando, dói”. Me limitei a dizer: “Te cuida, depois nos falamos!”. Daniel se afasta e deita-se em um banco bem na nossa frente. Eu e Sônia caminhamos para nos juntarmos ao grupo, e no pequeno trajeto entre o cajueiro e a “casa do canteiro”, ela comenta que Daniel foi baleado, e a cirurgia foi para retirada da bala que tinha se alojado em sua barriga. Segundo Sônia, ele estava envolvido com tráfico de drogas.

¹⁴⁵ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 19/01/2018.

Cena 15 – “Adoro ser Michê”

Sentada no “meu banco” da Praça do Ferreira, escuto o sr. Eli narrando sua vinda para a capital. Cabelos brancos, pele negra, com 54 anos de idade (mas aparentando uns 65), há 19 anos sobrevive à situação de rua. Disse-me que não sabia nem escrever o nome. Nascido na cidade praiana de Camocim, distante 356 km de Fortaleza, veio para a “cidade grande” aos 10 anos. Segundo ele, a mãe bebia demais e não queria criá-lo, por isso foi “doador” a uma tia que morava em um bairro afastado do Centro. Foi parar nas ruas devido ao álcool, por tal motivo, perdeu mulher, filhos e o trabalho de pintor. Sr. Eli é soropositivo, contraiu o vírus HIV de uma companheira de rua, já falecida. Teve tuberculose e atualmente faz tratamento para manter o HIV sob controle. Parou de beber há cinco anos, depois que descobriu ser soropositivo.

Sr. Eli narra suas aventuras sexuais. Seus encontros aconteciam sempre a partir da Praça do Ferreira, quando algum gay o procurava. Afirmou que “trepas com homens é muito bom! Eles fazem tudo que a gente quer! Mas aqui, só tem ‘saída’, nada de ‘entrada’”. Assim, como Daniel referia-se ao fato de não ser penetrado na relação sexual, Sr. Eli gostava de ser *michê*, desde que não mexessem com sua bunda. Não via problema algum em praticar sexo com os homens, e deixa bem claro: “É bom trepar com eles, mas o que me importa é o dinheiro!”

Masculinidades Negociada

De acordo com o antropólogo Néstor Perlongher (1987), o *michê* é definido como o homem que pratica atos de prostituição, mas que não abandonam suas masculinidades em suas relações com os clientes. Para Perlongher, na prostituição viril, o dinheiro *fetichiza* o desejo, ao mesmo tempo em que preserva a masculinidade dos homens diante de possíveis ameaças à homossexualidade. Quando falamos em prostituição, nos referimos à exploração do corpo e da sexualidade na economia do desejo, ou seja, no mercado do sexo, que por sua vez, pressupõe-se ser um negócio; negócio esse que está conectado às atividades entre “prestador de serviço” e cliente. A maioria destas atividades ocorre nas ruas.

Na compreensão das práticas sexuais entre os *michês da Ferreira* e seus clientes, as práticas seguem outros circuitos de sociabilidades. Diferentemente do negócio dos *michês* estudados por Perlongher, que pesquisou a prostituição viril na noite paulistana, ou das análises de Santos e Pereira (2016) sobre a economia do desejo em seus íntimos vínculos com as relações raciais que marcam as saunas de *michê* em São Paulo, as práticas sexuais dos *michês da Ferreira* não seguem a lógica do mercado do sexo da prostituição viril, embora ganhem dinheiro com sexo. A lógica da relação entre os *michês da Ferreira* e seus clientes é diferente, uma vez que, na vivência de suas sociabilidades na Praça, são procurados e assediados, sendo

este um negócio de oportunidade. Portanto, a relação entre os *michês da Ferreira* e seus clientes trata da disponibilidade a partir de encontros fortuitos e casuais, submetida, nas ruas, aos eventuais interesses entre as partes.

Não há, na prática dos *michês da Ferreira*, uma busca intencional de fazer prostituição viril, no moldes das saunas, clube de sexo masculinos ou pontos em esquinas. À medida em que se relacionam em suas sociabilidade nas ruas e encontram com gays que se interessem por um programa, os *michês da Ferreira* entram em cena. Diferentemente da prostituição viril estudada por Perlongher, cujos *michês* tinham desejos e deslumbre por uma série de objetos materiais, bem como pela possibilidade de alcançar novos círculos de relacionamentos e do acesso a outras classes sociais, os *michês da Ferreira* praticam sexo por dinheiro, porém mais com desejo de sobrevivência do que desejo sexual.

Os elementos empíricos de minhas observações evidenciaram que os *michês* da Praça do Ferreira não estavam preocupados com as escolhas eróticas de seus clientes, com as várias formas de prazer sexual ou com desejos de ascender socialmente. O que estava em jogo em seus encontros sexuais fortuitos era a possibilidade de fazer sexo com homens para ganhar dinheiro, não para se prostituírem e entrarem para o mercado do sexo. Esses, inclusive, não fazem ponto nas esquinas do entorno da Praça, ou em qualquer outro local do centro de Fortaleza.

Certo dia¹⁴⁶, por volta das 16h de uma sexta-feira enquanto conversávamos eu e o Sr. Eli, sentados no “meu banco”, ele apontou para uma rapaz jovem, aparentando cerca de 25 anos, bem vestido, de calça *jeans*, camisa social, tênis e mochila nas costas, que circulava na “casa do canteiro” como se estivesse procurando alguém. Sr. Eli me disse: “Aquele rapaz é gay! Eu já fiz programa no apartamento dele. Ele deve estar atrás do morador de rua com quem está saindo agora”. O rapaz sentou-se no banco do canteiro onde ficava o “Pé de Colchão”, e após cerca de 15 minutos, o morador de rua que ele procurava sentou ao seu lado, e os dois ficaram conversando, rindo, dando gargalhadas. Depois de meia hora, aproximadamente, o **HSR**, que estava sem camisa e descalço, aproximou-se da “casa do canteiro” bem na nossa frente, escarafunchou uma das grandes caixas de papelão, retirou e vestiu uma camiseta e um chinelo, e os dois saem no sentido sul da Praça, rumo à Rua Pedro Borges. Esse *michê* morador de rua, que aparentava ter entre 18 e 20 anos, é o mesmo rapaz que vi arregaçar o calção, colocar a genitália para fora e urinar na “casa do canteiro”.

¹⁴⁶ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 24/06/2016.

A possibilidade de viver uma outra *identidade abjeta*, deslocando suas masculinidades e praticando sua sexualidade de modo a subverter as normas de gênero da heterossexualidade compulsória, foram, para alguns de meus interlocutores, experiências perturbadoras. Segundo Butler (2003,), a expressão “heterossexualidade compulsória” foi cunhada pela feminista norte-americana Adrienne Rich, que sugere que os gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e assiduidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Assim, a ideia de que pode existir uma “verdade” do sexo é produzida pelas práticas reguladoras que geram identidades coesas por meio de uma matriz de norma de gênero coerente. A heterossexualização do desejo demanda e institui a oposição assimétrica e discriminatória entre feminino e masculino. Assim, a identidade de gênero que se torna inteligível estabelece que certos tipos de identidade não devam existir, isto é, aquelas em que o gênero não deriva do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’ (Butler, 2003, p. 38).

Na experiência da *Cena 13*, Célio indicou repulsa com o contato com outro corpo masculino, e Dário indicou que, sendo um macho, jamais praticaria sexo com outro homem. Daniel, da *Cena 14*, teve sentimento de desonra ao praticar sexo com um homem. As falas desses **HSR** deixam evidente que, por se afirmarem heterossexuais, e aqui não convém saber se fingidamente ou não, era como se suas masculinidades fossem rebaixadas, e seus deslocamentos de gênero permitissem que suas identidades se alinhassem aos gays e às travestis, produzindo rupturas com valores e atributos de macho, do “homens de verdade”. Tais falas me fizeram pôr em xeque qualquer assertiva mais apressada de que meus interlocutores que praticavam sexo com outros homens por dinheiro suprimiam dessas práticas de sobrevivência, elementos de culpa, angústia, desespero e vergonha.

Nesses termos, gênero assume um “estilo corporal”, ou seja, uma “estratégia” que tem como intenção a sobrevivência. Nessa estratégia, os homens agenciam suas *identidades abjetas* forjando estilos de masculinidades alinhadas à práticas que chamei de *masculinidade negociada*. Lançam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação, atitudes subservientes e condescendentes, um estilo de masculinidade não agressiva. No agenciamento da identidade dos *michês da Ferreira*, a virilidade me parece, pelo menos tacitamente, não ser um atributo o qual estes homens pleiteiem. No entanto, há uma aparente ambiguidade imbricada na *masculinidade negociada*, uma vez que, apesar de se sujeitarem ao sexo com outros homens, há, para alguns, uma valorização de estereótipos anexos à masculinidade, já que sentiram vergonha ou nojo do corpo masculino, pressuposto da sua identificação com o macho. Portanto,

há, ao mesmo tempo, um desejo pelo sexo em vistas de obter dinheiro, e sentimentos de vergonha e repulsa pela prática de relação sexual com outros homens.

Na *masculinidade negociada*, o gênero não se aprisiona na distinção binária da sexualidade de homem que se relaciona apenas com mulher, e vice e versa. Para os *michês da Ferreira*, o sexo entre homem e gays opera mais no sentido de sobrevivência, e não de prostituição viril. Para alguns, as práticas sexuais não adquirem conotação de “anormais” ou “erradas”, mas para outros, tais práticas despertam angústia, vergonha e repulsa. Porém, em ambos os casos, o desejo pelo dinheiro sobrepuja o desejo pelo prazer sexual.

O deslocamento de gênero nas *identidades abjetas* dos **HSRPF** é marcado por disposições entre os agentes e sobre as diferenças das identidades que são marcadas por posições em constante alteração, não sendo caracterizadas como singulares e sim plurais, vivenciando processos de subjetividades múltiplas, contraditórias e instáveis.

A Travesti

Durante a etnografia convivi com algumas travestis nos Centros POP e na Praça do Ferreira. No entanto não consegui estabelecer qualquer conversa com nenhuma delas. As poucas vezes que tentei aproximar-me notei certa hostilidade e até desdém com a pesquisa quando situava sobre o tema. Como observado, elas são agressivas quando se aborrecem ou quando são interpeladas. Sendo assim, preferi não forçar nenhuma aproximação.

A exceção ficou a cargo de Gina¹⁴⁷ uma travesti que foi *espirrada* da Praça do Ferreira há sete meses e devido sua expulsão passou a morar nas imediações do Mercado Central de Fortaleza. Conforme assinalei no início da tese, minha família mantém um grande casarão¹⁴⁸ no centro de Fortaleza, cujo quintal limita-se com o mercado. Morar no Centro possibilita o acesso fácil dos **HSR** ao redor do casarão e muitos moradores de rua aparecem no portão pedindo comida, dinheiro e roupas.

Conheci Gina por meio de minha irmã, que por sua vez a conheceu em uma dessas mendicâncias no portão do casarão. Em um de meus retornos à Fortaleza em uma de minhas visitas ao casarão, eu, Wanda (irmã), minha mãe e sua cuidadora, sentadas em cadeiras na calçada conversávamos amenidades quando Gina aparece pedindo dinheiro. Wanda sabendo do que se tratava minha pesquisa apresentou-me a travesti, nessa tarde de domingo. Sempre que

¹⁴⁷ Conforme assinalei no Capítulo 5 Gina não queria que eu chamasse sua genitália de pênis.

¹⁴⁸ Esse casarão construído em 1916 abriga um enorme acervo de música e cinema com discos, livros, fotografias, filmes e objetos antigos. Chamado de Casa de Cultura Christiano Câmara ficou aberto ao público até março de 2016.

visitava o casarão no fim de semana encontrava-me com Gina e em pouco tempo estabelecemos amizade e a travesti me permitiu proximidade.

Cena 16 – A Travesti ‘Espirrada’ da Praça

Em uma manhã de domingo¹⁴⁹ sentadas no chão da área de entrada da Casa de Cultura Christiano Câmara eu e Gina conversávamos sobre sua história de vida. Ela narra com tristeza o dia em que foi expulsa de casa. “Tia, fui muito abusada pelo meu padrasto! Mas por causa da droga, passei a roubar em casa e fui expulsa!” Disse-me ser usuária de *crack* e já tinha sido presa por roubo. Há cinco anos morando nas ruas, contraiu HIV e tuberculose. Comentou que abandonou o tratamento da tuberculose e que nem sempre ia buscar no hospital os remédios para o tratamento do HIV.

Indaguei como é ser travesti vivendo em situação de rua. Gina enfática diz que a cada dia é um novo dia e que a morte está sempre rondando suas caminhadas. Narra que sofre muito preconceito e quase diariamente é chamada de “viado feio”, mas que esse xingamento não a afeta mais. Perguntei se devido ao HIV ela tomava cuidado nas relações sexuais e para surpresa minha Gina afirmou que não “tá nem aí para camisinha”. Disse que transa sem camisinha faz tempo e afirmou que fica impressionada com a quantidade de homens que transam com ela e dizem ser heterossexuais. Segundo ela maioria de seus programas faz o papel de “ativo”. “Tia, se eu fizer dez programas em uma semana, dois eu ‘dou’ e os outros oito programas eu ‘como’”. Tia, tá assim de homem (faz gesto juntando os dedos) querendo ser comido! Homem, mesmo!”.

Com estatura pequena de porte físico franzino, a travesti mostra-se valente quando narra sobre alguém querer intimidá-la. Às vezes seu comportamento era agressivo e deixava entrever que estava constantemente acionando as masculinidades. Segundo Gina, nas ruas tem que ser valente, caso contrário não consegue sobreviver. Corroborando com minhas observações sobre os moradores de rua que preferem se deslocarem sozinhos pela cidade, ela disse que gostava de andar só. Indago sobre essa prática de caminhar solitário e Gina afirmou que a hostilidade com o morador de rua é bem maior quando estão em grupo pela intimidação que pode causar. Segundo ela, como o grupo é mais temido fica mais difícil mendigar e conseguir comida ou dinheiro, por tal motivo, prefere praticar a cidade sozinha.

¹⁴⁹ Diário de Campo. Centro. 29/10/2017.

Motel de Travesti

Caminhando para o antigo Centro POP (Centro) que funcionava a um quarteirão do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará para se chagar até a sede do Centro POP seguia pela rua Conselheiro Tristão. Caminhando pela calçada chamou-me atenção o forte cheiro de urina e fezes e da quantidade de preservativos usados espalhados pelo chão da calçada.

Esse longo quarteirão tem em sua extensão o muro do Ginásio da Faculdade Marista de Fortaleza. As árvores da calçada com suas copas frondosas formam uma espécie de teto e ao caminhar pela calçada a sensação era como se estivéssemos passando por um túnel. Indaguei às **PSR** nas sociabilidades do quintal do Centro POP por que havia tanta camisinha no chão do trecho da rua Conselheiro Tristão entre as ruas Clarindo de Queiroz e Meton de Alencar. Informaram-me que à noite funcionava um *motel de travestis*. Nesse dia¹⁵⁰ ao voltar para casa bati a fotografia abaixo (Figura 10). Dez meses depois caminhando pelo mesmo trecho da rua presenciei caminhões da PMF cortando as árvores (Figura 11). Na verdade não podavam e sim deixavam as árvores cortadas no tronco. Busquei me informar porque estavam contando as árvores bem no tronco, com cara de poucos amigos viravam o rosto e ninguém quis me responder. Ficou a dúvida: seria mais uma tentativa e esforço da PMF em acabar com a circulação das **PSR** do local?

¹⁵⁰ Diário de Campo. Rua Conselheiro Tristão. 30/06/2014.



Figura 10. “Motel de Travestis”. Fortaleza – Ce/ Centro (2014). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].



Figura 11. “Motel de Travestis”. Fortaleza – Ce. Centro (2015). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].

Capítulo 6

Masculinidades Desviantes e Deslocadas

Embora meu foco nesse trabalho sejam os homens e as masculinidades, não podia perder de vista o fato de que, mesmo em número pequeno, as mulheres estão nas ruas em conexão com os homens. Para livrarem-se de práticas violentas algumas delas utilizam disposições masculinas como modo de sobrevivência. Não há, portanto, como tratar das masculinidades sem considerar as feminilidades, pois o masculino se define em relação ao feminino.

Ao observar empiricamente, as posições e as plasticidades das *identidades abjetas* também das **MSR**, pude entrever que há deslocamentos identitários no sentido de acionar atributos masculinos para driblar as violências nas ruas. Chamei de *masculinidades deslocadas* esse movimento cujas experiências estão imbricadas entre noções de sexualidade, gênero, estado civil. Na situação desigual em que vivem as moradoras de rua, além da cor da pele, sua condição de solteira impõe disposições de gênero que as motivam a migrarem seu gênero como estratégia de sobrevivência.

Cena 17 – As armas das mulheres

“*Estourou!*”, alguém grita lá do fundo do quintal¹⁵¹. Outros homens, em coro, gritam também: “*Estourou! Estourou!*”. Seja no Centro POP ou na Ferreira, o *estouro* é o grito de alerta para avisar que a comida será servida. Naquela manhã de quinta-feira, no Centro POP (Centro), cerca de trinta pessoas se movimentavam pelo quintal. Algumas lavando roupa, outras descansando, cochilando, tomando banho ou “jogando conversa fora”, como se diz no Ceará. A comida era servida apenas para as vinte primeiras pessoas que colocavam seus nomes na lista da oficina socioeducativa do turno.

Com o grito de “*estourou*”, a fila se formou em frente à cozinha, e por meio da portinhola que forma um pequeno balcão, a cozinheira colocava os pratos com as frutas, e o educador social chamava um a um, por ordem de inscrição. Pegavam o prato, a fruta e se ajeitavam em qualquer canto do quintal para almoçar. Sentavam ao redor da grande mesa, comiam com o prato na mão, sentados no chão ou até mesmo em pé. Entre as **PSR**, uma regra é clara: ninguém mexe na comida de ninguém! Às vezes, dividiam a comida com aquelas que não tiveram a oportunidade de chegar a tempo de colocar seus nomes na lista, trocavam comida

¹⁵¹ Diário de Campo. Centro POP (Centro). 17/08/2016.

pela fruta ou, quando estavam satisfeitos, ofereciam o restante para quem quisesse mais. Em meio às conversas e brincadeiras, o almoço era sempre divertido.

Era por volta de 11h da manhã. Sentada embaixo da mangueira, observava o movimento. Às vezes dava risadas, e até gargalhadas com as piadas. Vejo um rapaz que imaginava ser novato; não o tinha visto ainda circulando pelo quintal. Pareceu-me meio perdido em meio ao grupo. Olhava para um lado, para outro, caminhava para cima e para baixo. Sem prato de comida, ficava de butuca na comida dos outros. Alguém resolveu deixar o prato em cima da mesa e caminhou até o fim do quintal para ir ao banheiro. Em um instante, o rapaz foi até o prato e começou a comer a comida que não era dele. Ao ver a atitude do rapaz, Dalva partiu para cima dele gritando: “a comida não é sua! A comida não é sua! Não mexa! Não coma!”. Daiana parte também para cima, e o rapaz tenta se defender. As duas mulheres ficaram indignadas com a atitude do rapaz, que por ser novato no Centro POP, não conhecia as regras. O rapaz xingava, dizia impropérios, ameaçava bater nelas. Em meio à confusão, elas foram retiradas do equipamento, pois há uma regra que diz: não se pode brigar nas dependências do Centro POP.

Por terem as duas mulheres uma estatura baixa e biótipo franzino, em meu imaginário, aqueles corpos não seriam capazes de enfrentar uma briga. Mesmo assim, não se intimidaram com os xingamentos do rapaz, que tinha um porte físico bem mais robusto do que elas. Do lado de fora, após terem sido retiradas do Centro POP, gritavam que iriam matá-lo. Já na rua, foram em busca de “armas” para enfrentar o desafeto. Acharam e quebraram duas garrafas de vidro. Seguravam em uma mão uma garrafa pelo gargalo e na outra um pedaço de pau. Dalva e Daiana estavam prontas para a briga. Gritavam: “vem se tu é homem!”, “vem se tu é macho!”. Alguém chamou a polícia, e elas foram alertadas para irem embora, pois acabariam presas, já que foram elas quem começaram o “barraco”. Elas foram suspensas e passaram três meses sem frequentar o equipamento. Quanto ao rapaz, não foi mais visto pelo Centro POP.

No universo predominantemente masculino das ruas muitas, mulheres em suas experiências nas zonas de fronteira se utilizam de performatizações de gênero como manobras de sobrevivências e para enfrentarem as violências. Agenciam suas *identidades abjetas* para se adaptar às práticas masculinas, em uma forma de se ajustar às sociabilidades e às violências das ruas, sendo a agressividade e valentia suas melhores armas.

Sônia¹⁵² relata que, às vezes, se não agir e reagir como homem, fica difícil sobreviver nas ruas:

¹⁵² Conversa gravada. Praça do Leões. 22/01/2018.

A gente tem que agir e reagir igual ao homem aqui... Porque a gente tem que ser valente igual a eles. Já presenciei uma mulher matar um homem... Na rua a gente tem que se adaptar. Eu fiquei mais violenta e agressiva depois que cheguei na rua, e uso a violência para me defender! (Narrativa transcrita das Notas de Campo. 22/01/2018).

As masculinidades são atributos presentes também nas mulheres, e a situação de rua impõe a elas desafios e provocações em suas relações com os **HSR**. Acionam posturas e expressões de masculinidades no sentido, às vezes, em vão, de enfrentar os homens nas sociabilidades e demarcações de espaços, além de tentarem se proteger e se defender suas condições femininas. As *piranguieras* acionam posturas fortes, agressivas e violentas no sentido de demarcar espaço e impedir que os homens se apropriem de suas supostas fragilidades.

Assim, para sobreviver nas ruas, as mulheres se apropriam de atributos ditos masculinos, e quando ameaçadas, agem com agressividade, valentia, xingamentos e provocações. Diferentemente dos homens, que agem assim para se defender, mas também para “lavar a honra”, as mulheres buscam, em suas agressividades, muito mais uma prática masculina de proteção e defesa de sua condição feminina do que de preservação de códigos de honra.

As masculinidades podem ser pensadas também a partir das mulheres e nesses termos, é nas sociabilidade das ruas que elas se mostram fortes, agressivas, valentes, destemidas, corajosas e resistentes a dor. Se gênero constitui o social, consequentemente a rua é marcada por gênero, uma vez que é predominantemente composta por homens, que por sua vez, mantém relações com as mulheres. Embora venha ocorrendo nas ruas, um aumento do número de mulheres nas ruas, estas não conseguiram alterar os códigos, as regras, as condutas e as práticas das masculinidades.

Cena 18 - A Garota de Óculos

“Mãe Ferreira” abriga um grande grupo de **PSRPF**, que, normalmente, passam o dia por lá. Parece até uma extensa família: compartilham alimentos, colchões, roupas, água para banho. Alguns “membros” do grupo, às vezes, se ausentavam da Praça, ou para se drogar (visto que lá não é permitido esta prática), ou para fazer algum “trabalho”, ou para ir ao Centro POP, ou para *manguiar*¹⁵³.

Do “meu banco”¹⁵⁴, observei uma garota de pele muito branca e lisa que circulava pela “casa do canteiro”. Usava um pequeno short azul e uma camiseta regata branca. Aparentava ter

¹⁵³ Termo êmico que indica quando alguém vai pedir dinheiro aos transeuntes.

¹⁵⁴ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 10/ 07/2017.

cerca de 22 anos, seios fartos, cabelos bem cuidados, um pouco acima do peso, chamava atenção tanto pelos óculos (ainda não tinha visto nenhuma **PSR** de óculos), quanto pelo biótipo, bem diferente dos demais. Com o abdome bem crescido, aparentava estar grávida. Falava alto, gesticulava muito e brigava com quem tentava alguma manobra de intimidação. Enfrentava os homens de igual para igual. A “garota de óculos” parecia dar ordens aos demais. Percebia-se que ela se destacava perante outros membros do grupo, mais pelo seu tipo “patricinha”, porém, do que pelo comportamento masculinizado.

Enquanto fazia minhas anotações, Bob¹⁵⁵ se aproxima. “E aí, Zu, tudo bem?”. Nos cumprimentamos como sempre fazíamos: ele beijava minha mão, e eu, a dele. Sentou-se ao meu lado enquanto ficava de olho nos carros que “pastorava”. Conversávamos sobre minha dormida na Ferreira. Cobrava o dia que iria dormir junto a eles/elas. Assim como Lia já havia advertido, me tranquilizava que nada de mal iria acontecer. Comentei que ainda não estava preparada para tal empreitada, e entre uma saída e outra para atender seus clientes, eu pergunto: “Bob, quem é aquela garota de óculos?”. Não a tinha visto ainda pela Praça. Enfático, me diz: “Zu, essa aí é mais ‘macho’ do que eu. Pense numa mulher valente!”. Comentou que estava grávida do namorado traficante que cumpria pena no presídio, e que ela também tinha “puxado” cadeia por tráfico de drogas na Ferreira.

Observando por vários dias a “garota de óculos” no cenário de circulação das pessoas na Praça, esta deixava entrever as possibilidades de engajamento de sua feminilidade com as práticas das masculinidades. A possibilidade de performatizar outra identidade de gênero fazia com que a “garota de óculos” se resguardasse de possíveis abusos e violências, e assim, protegesse sua condição feminina. Nas ruas, a condição feminina diz respeito ao fato das mulheres estarem expostas a estupro e serem excluídas das relações de poder. Não há muito espaço de manobra para a mulher solteira, visto que, na situação de rua ela torna-se objeto de qualquer um. No mundo masculinizado das ruas, a mulher solteira é de todos, e por tal expediente, elas precisam de um companheiro que dê suporte, apoio e amparo para não serem estupradas.

Tornar-se uma **MSR** é driblar, a cada hora, a cada dia, tanto a ordem estabelecida pela sociedade e pelo Estado, que consideram as *identidades abjetas* homogêneas, quanto driblar os

¹⁵⁵ Bob “mora” há 6 anos na Ferreira. Ganha dinheiro como flanelinha na Praça. Conheci-o no Centro POP, em 2014, e desde então passou a ser o interlocutor com o qual mantive uma maior aproximação. Também me convidou para dormir na Ferreira. Muito politizado e articulado, embora analfabeto, era o representante das **PSRPF** junto à Assessoria Jurídica do Escritório de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Por várias vezes, procurou o escritório para reivindicar moradia e denunciar atos de truculência policial e dos agentes da PMF.

HSR, por vezes, enganando-os, fingindo serem lésbicas. Muitas performatizam gênero e se fazem de *sapatões* para não serem estupradas e fugirem da violência de gênero. Mais adiante, retomarei sobre esta questão.

Cena 19 - A Mulher do gringo

Conheci Dina em uma tarde¹⁵⁶ na Ferreira. Fui apresentada por Bob. Com 42 anos de idade e 3 anos de rua, chegou à Praça seguindo o companheiro, e passou a viver nessa situação. Bob explica que eu era uma pesquisadora de São Paulo que estudava moradores de rua da Praça do Ferreira. Sem dar muita atenção ao que Bob falava, Dina queria saber se ele tinha algum chinelo para ela, e este disse que não.

Dina era muito magra, com a pele bastante castigada pelo sol. Aparentava, na verdade, ter bem mais de 50 anos. Vestia um minúsculo short jeans, uma mini camiseta que deixava toda barriga e abdome à mostra, cabelos desalinhados pintados de louro. Estava descalça, por isso procurava um chinelo. Era o exemplo do que o crack e a condição de rua são capazes de fazer com o corpo das pessoas. Dina estava simplesmente “acabada”.

Levara em minha mochila três tangerinas e uma garrafinha de água. Ofereci uma fruta, Dina aceitou, e em seguida me disse: “Lora, vamos procurar o *gringo*, quero dar um pedaço para ele”. “Vamos lá, mas coma sua tangerina, eu tenho outra aqui na mochila”. Comendo tangerina, descemos a Ferreira no sentido norte, procurando Gringo. Durante o trajeto, perguntei de quem se tratava. Disse-me que era seu namorado há três anos. Narrou que ele sempre a deixava sozinha para ficar com outras mulheres, e isso a aborrecia.

De longe, avistamos Gringo deitado em um banco, debaixo de um sol escaldante. Era por volta de 14h30min. Dina apresentou-me seu namorado, que estava doente. Ofereço uma tangerina e ele recusou a fruta. Perguntei o que sentia, disse-me que estava com frio e dor de cabeça. Constatado que se “queimava” de febre. Sugeri que saísse do sol, mas recusou-se, pois segundo ele estava com frio e precisava se esquentar. Dina comentou que ele tinha remédio no bolso, mas não queria se medicar. Pedi para olhar o remédio, era um antitérmico. Recomendei que se medicasse, mas Gringo se recusava a tomar o remédio. Insisti. Dei a garrafinha de água. Acabou aceitando a sugestão e tomou o remédio. Conseguimos retirá-lo do sol e nos acomodamos na sombra em outro banco. Deitou-se com a cabeça no colo de Dina. Sentei-me ao lado e ficamos conversando.

¹⁵⁶ Diário de Campo. Praça do Ferreira 09/07/ 2017.

Dina não parava de se queixar sobre ser abandonada por Gringo, e do quanto ele procurava outras mulheres para fazer sexo. Os dois começaram a discutir. Rebatia as falas de Dina dizendo que cuidava dela, mas que ela é quem se afastava, e só gostava de dormir na calçada do C. Rolim¹⁵⁷, que segundo ele, apesar de muito ventilado, o local era perigoso, e por isso não a acompanhava. A discussão continuou. Percebendo os ânimos exaltados entre os dois, procurei mudar de assunto. Observei seu sotaque italiano e interrompi a conversa, perguntando: “Em que cidade você nasceu?”. Disse-me que era de Pisa, e que há anos estava em Fortaleza. Devido ao consumo do *crack*, foi morar na rua. Ficamos um bom tempo conversando sobre a Itália, e os dois acabaram se acalmando.

Há uma particularidade nas relações com as **PSR**. Quando as conhecemos e elas percebem que não estamos por perto com o intuito de julgar, agredir, moralizar ou catequizar, embora sejam desconfiadas e arredias com estranhos de início, a relação de amizade se estabelece rapidamente. A impressão que se tem é de que conhecemos a pessoa há anos. Rapidamente falam de suas vidas, contam suas histórias e seus problemas, mesmo sem perguntarmos. No entanto falam sempre do presente e quase nunca comentam do passado. Nessa primeira conversa com Dina, nossa relação se configurava como se fôssemos amigas de longas datas.

16 horas, bateu o relógio da Coluna da Hora (de quinze em quinze, minutos o relógio toca suas badaladas). Passou-se cerca de uma hora e meia, entre discussões, conversas e silêncios. Pelo jeito que Gringo estava deitado, dava para observar que em sua cabeça havia um corte muito profundo, aberto cerca de uns 3 cm. Parecia recente, estava infeccionado. Perguntei o que tinha ocorrido, ele não respondeu. Dina comentou que havia apanhado de cacete de dos seguranças de um bingo no entorno da Ferreira. Foi *manguiar* (pedir dinheiro) na porta do bingo e os seguranças enxotaram ele de lá de “baixo de porrada” como disse Dina. Depois que ela narrou o episódio, Gringo, que já aparentava melhora, levanta-se e, sem falar nada, afasta-se seguindo o rumo norte da Rua Major Facundo. Sem dar nenhuma explicação para Dina, some no meio dos transeuntes.

Por várias vezes encontrei Dina com manchas roxas no rosto e no corpo. Sempre que a encontrava narrava episódios de violência e das surras que levava, tanto de Gringo quanto de outros homens. Segundo ela, apanhava também dos donos de bar do Oitão Preto. Tentei saber

¹⁵⁷ Descendo três quarteirões pra baixo na Rua Pedro Borges, lateral da Ferreira, no cruzamento com a Rua Sena Madureira, tem o Edifício C. Rolim. Os quatros prédios das quatro esquinas formam um corredor de vento. A qualquer hora do dia, o vento encana entre os quatros edifícios, deixando as calçadas ventiladas. No entanto, à noite, o local é pouco iluminado e sem movimento de carros e transeuntes.

por que Dina apanhava tanto, mas não consegui descobrir nada. Minhas hipóteses eram de que, devido aos efeitos das drogas (um dia me confidenciou que fumava *crack* e maconha e cheirava cocaína), não tinha forças para se defender; como também não acionava as masculinidades, Dina estava sempre vulnerável às violências de toda sorte, inclusive sexual.

Nas caminhadas, perambulações, circulações e permanências, tanto na “Mãe Ferreira” quanto em outros espaços praticados as mulheres, vão manobrando, manejando e afrontando códigos e condutas masculinas e nas ruas entremeiam seus deslocamentos de gênero, criando novas identidades e codificação para as sobrevivências. No entanto, nem todas conseguem esse agenciamento, e muitas padecem por não incorporarem as masculinidades, seja por questões de falta de habilidade retórica, por falta de enfrentamento e coragem, ou mesmo por falta de força física.

Assim, a “mulher do gringo”, como muitos a chamam, acaba sucumbindo à violência das ruas por não acionar as masculinidades como forma de proteção e defesa. Já a “garota de óculos”, uma das “mulheres-macho” da Ferreira, têm como base para sua proteção e defesa posturas valentes, agressivas e hostis. Além do suporte físico da “garota de óculos” e do apoio do tráfico como pano de fundo para sua circulação na Praça, haja vista que seu namorado é traficante e que ela mesma já traficou. Tal posição nas sociabilidades torna-a mais forte e masculinizada, o que lhe garante resistência à violência. Diferentemente da “mulher do gringo”, que sem uma outra performance de gênero e expressões de masculinidades, incorpora a parceira, a mulher dócil e “domesticada” acaba sofrendo violências diversas sem nenhuma resistência.

Estupro – as mulheres como objeto sexual

Quando iniciei essa pesquisa, em conversas com algumas **MSR**, elas me afirmaram que havia nas ruas, códigos de honra entre os homens os quais jamais poderiam estuprá-las, abusá-las ou molestá-las. A princípio acreditei nessas falas de que a conduta da violência sexual masculina era, de fato, uma prática pouco utilizada pelos **HSR**. Cabe destacar que nas sociabilidades das ruas, a maioria das regras e códigos seguem as mesmas condutas e os mesmos procedimentos das cadeias, prisões e penitenciárias. A partir desse nexos acreditei que sendo um estuprador nas ruas, ele teria possivelmente o mesmo destino de rejeição e repulsa dos demais, visto que quando um estuprador é encarcerado são hostilizados e às vezes chegam a receber sentença de morte por parte de outros detentos. No cárcere, por exemplo, um estuprador fica, inclusive, em alas diferenciadas para que não seja morto. Assim, levei a sério

as falas das mulheres sobre o fato de que nas ruas o estuprador seguiria o mesmo destino dos detentos: ser visto com desagravo e desprezo por todos. Ledo engano!

Infelizmente, no mundo masculinizado das ruas, na vida nua e crua da situação de rua, a realidade era bem diferente das narrativas dessas mulheres com quem conversei no início da pesquisa. Depois entendi o porquê as narrativas se distinguiam de outras narrativas às quais tive acesso. Essas primeiras mulheres que conversei tinham companheiros, motivo pelo qual concebiam a questão do estupro diferentemente das mulheres solteiras. As falas das mulheres diferiam, confrontavam-se com visões distintas de um mesmo acontecimento. Como dito, o comportamento, as subjetividades e a forma com que as **PSR** percebem os acontecimentos são tidos como homogêneos se vistos “de fora”. No entanto como uma “nativa” vendo “de dentro” a realidade das MSR solteiras é bem mais heterogênea e plural do que se imagina. A depender da maneira como se comportam, como circulam em suas sociabilidades, como praticam a cidade, como estabelecem suas relações afetivas e se são solteiras ou não, as experiências para algumas **MSR** podem ser bem mais danosas.

À medida em que minha pesquisa avançava, e eu circulava entre as **PSR**, percebia que não era bem assim que as coisas aconteciam. Uma constatação foi, para mim, bem marcante! O lugar mais desagradável, desconfortante e violento para uma mulher estar é nas ruas do centro de Fortaleza. Ninguém a respeita! Ali, ela torna-se objeto sexual de qualquer um, ainda que seja valente, que se arme com pau, pedras e garrafas, e que incorpore a *masculinidade exacerbada*. Mesmo assim, ela sofre a violência do estupro; salvo se ela tiver um companheiro. Esta é a condição essencial que a livrará de tal violência.

Sentadas eu e Dina em um banco do lado sul da Ferreira¹⁵⁸, ela desabafa, como dito, sobre o quanto Gringo a abandonava e expressava sua indignação ao fato do companheiro transar com outras mulheres. Perguntei se havia alguma preocupação com o cuidado nas práticas sexuais, e ela me afirmou que não. Segundo Dina, nem ele usava camisinha com ela e nem com as outras mulheres. Indago se, na rua, os homens respeitavam as mulheres quanto aos desejos sexuais. Ela diz que a maioria respeita, mas alguns homens, depois que estão “com álcool ou drogas na cabeça, não estão nem aí”.

Embora Dina não fosse solteira e possivelmente por estar sozinha com frequência, e pelo fato de seu companheiro não acionar a *masculinidade exacerbada*, tornava-se vulnerável à violência sexual. Narrou-me o dia em que foi estuprada na rua por dois homens. “Lora, eu acordei com um metendo em mim e o outro pegando nos meus peitos. Depois que ele saiu de

¹⁵⁸ Diário de Campo. Praça do Ferreira. 10/07/2017.

cima de mim, o outro foi e meteu. Foi horrível! E eu não podia fazer nada”. Perguntei se tinha feito alguma denúncia. Disse-me que não e nem Gringo sabia desse episódio, pois caso denunciasse, poderia dar em briga, e ela poderia até ser morta. Com seu corpo franzino, sem nenhum aparato físico, sem nenhum suporte familiar ou institucional, e sem agenciamento de sua identidade que lhe garantisse proteção, com sofrimento e silêncio, Dina guardou para si as dores e violências das ruas.

Segundo o artigo 213 da Lei nº 12.015/2009 do Código Penal (2017), o estupro passou a ser considerado crime hediondo. A nova Lei originou algumas modificações no Título VI da Parte Especial do Código Penal, que abordava os chamados “crimes contra os costumes”, passando a nomeá-los “crimes contra a dignidade sexual”. Essa alteração de nomenclatura, recomenda de início que a preocupação do legislador não deve se restringir ao sentimento de indignação social ao crime de estupro em si, como ocorria há décadas, mas à dignidade sexual das vítimas desse tipo de crime. A proposta da alteração do Código Penal deveu-se às demandas dos movimentos de mulheres que entendiam a real necessidade da alteração da Lei frente as mudanças ocorridas na sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988. Sendo então a partir dessa modificação considerado como um crime hediondo, os juristas passaram a interpretar os casos como um dos crimes mais violentos contra as mulheres.

Com a redação da nova Lei alterada, o artigo 213 do Código Penal, o crime de estupro se caracteriza pela conduta de "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", tendo como punição a mesma pena de outrora, ou seja de 6 a 10 anos de reclusão. Com a Lei revogada, esse artigo passou a conter em seu enunciado que o estupro passou à prática de atos libidinosos múltiplos da conjunção carnal, não sendo mais caracterizado apenas como crime de atentado violento ao pudor como era enunciado.

Ao infringir essa Lei, posso interpretar que o homem incorre em um *desvio*. Assim, valendo-me dos estudos sociológicos sobre o *desvio* de Howard Becker (2008) busco pensar o estupro na Praça do Ferreira, para entender quais as particularidades deste crime cometido contra as **MSR**. O *modus operandi* do crime de estupro, com práticas de brutalidade me deixava entrever uma constatação: na “terra de ninguém” as mulheres não têm a quem recorrer.

Em seu estudo sobre o *desvio*, Becker argumenta que o *desviante* é todo aquele que comete um ato de transgressão, ou seja, ele falhou ao obedecer as regras. Por sua vez, o ato é ou não *desviante* dependendo de como as pessoas reagem ao *desvio*. Segundo o autor, o *desvio* não é intrínseco às ações ou aos indivíduos que os praticam; outrossim, é definido ao longo de processos de julgamentos morais que envolvem regras e disputas em torno de objetivos de

grupos específicos. Para Becker, o grau em que um ato será tratado como *desvio* depende de quem o comete e de como quem sofreu o ato foi prejudicado e reage a ele. Cada grupo tem um repertório de conhecimento sobre o *desvio*, do qual faz parte um grupo *desviante* organizado. O grupo tem maior probabilidade de dar continuidade às práticas *desviante* aprendendo, por um lado, a evitar problemas, e assimilando, por outro lado uma fundamentação para continuar ou não com os atos infringentes. Assim, o *desviantes* tendem a violar as normas morais sociais, cujos membros de um grupo *desviante* tem algo em comum: o *desvio*.

O estupro, o sexo vinculado a anulação da vontade da mulher no ato sexual, é prática recorrente na Praça do Ferreira e ruas do entorno, onde as mulheres solteiras passam a ser unicamente objeto da dominação masculina e prazer sexual. Às práticas de violência sexual dos **HSR** com as mulheres solteiras chamei de *masculinidade desviante*. Em atos de violência sexual, os **HSR** possuíam as mulheres solteiras sem o menor respeito e receio de punição. Por meio das *masculinidades desviantes*, pude entrever que essa violência se apresentava como “comum”, “normal”, “natural”, como se a virilidade fosse a única prática masculina possível, que fazia os **HSR** se apoderarem do corpo das mulheres. No ato do estupro, a despeito de toda relutância da mulher, o *macho exacerbado* da Praça do Ferreira se apodera do corpo das mulheres em uma demonstração de força e potência e usa de violência sexual. Sendo que, nas ruas, qualquer resistência por parte delas é em vão.

Segundo a antropóloga Lia Zanotta Machado (2004, 2004a, 2003, 2002), em seus estudos sobre masculinidades e a construção social de violência em contexto urbano, nos quais ouviu estupradores apenados, há uma concepção antagonista da sexualidade de um lado o masculino como sujeito do desejo sexual, e do outro o feminino como objeto. Segundo Machado (2004), para os estupradores, há uma afirmação de transgressão da regra. Há também uma afirmação de que sua “falha” não deveria ser considerada uma transgressão, já que “todos os homens fazem isso”, como afirma um apenado estudado pela antropóloga. No estudo em questão, muitos homens afirmavam que “elas dizem não, mas elas sempre querem”. Os estupradores ouvidos por Machado diziam-se conscientes de terem praticado atos de violência e imposição sexual; entretanto, para eles parecia “normal”, visto que seu imaginário erótico cultural seguia a lógica da iniciativa sexual masculina, sendo a mulher seu objeto sexual feminino por excelência.

Possivelmente pelo fato de muitos **HSRPF** terem o sentimento comum de estarem no “mesmo barco”, ou seja, estarem na situação de rua e praticarem crime de estupro, não denunciam uns aos outros. Esse nexo de silenciar, não denunciar e não punir o agressor foge à lógica das cadeias, e nas ruas, as mulheres sofrem de violência sexual e de gênero com

frequência. Afetadas em sua autoestima, sofrendo abuso sexual e estupro nas ruas, elas não têm a quem recorrer. Não há brecha para denúncias, visto que muitas delas têm que conviver diariamente com seus agressores para não serem mortas ficam caladas. Assim, como forma de defesa e sobrevivência, ou silenciam ou performatizam gênero, como veremos a seguir no caso de Cris.

O coordenador do Centro POP¹⁵⁹ narra um fato sobre uma mulher que frequentava o equipamento e viu-se obrigada a performatizar um gênero para sobreviver à violência e ao estupro. Com aspecto bastante masculino pelo jeito de andar, corte de cabelo, roupas e postura, essa mulher parecia lésbica. Na hora do preenchimento da ficha para se cadastrar no equipamento, ao ser interrogada sobre sua orientação sexual, Cris disse ser heterossexual. Sem entender muito a resposta da **MSR**, visto que ela deixava escapar um comportamento masculinizado, o coordenador continuou com as perguntas da ficha. Percebendo então o estranhamento dele, Cris tratou de narrar sua história.

Segundo o coordenador, Cris foi estuprada seis vezes na rua. Os estupros sempre aconteciam à noite, ou melhor, pela madrugada. Bastava um **HSR** saber que uma mulher estava solteira para fazer sua investida. Como era solteira, os homens partiam para cima dela sem nenhum respeito, constrangimento ou preocupação com punição caso outra homem visse a cena do estupro. Os **HSR** faziam “vista grossa” quando presenciavam um estupro, como se nada estivesse ocorrendo. Os estupros de Cris ocorreram em noites distintas. Depois do quinto estupro na Ferreira, resolveu dormir em outras praças num esforço de tentar passar a noite em paz e acabar, de vez, com aquela violência sexual. Foi estuprada mais uma vez na Praça dos Leões. Depois de vários episódios de violência sexual, Cris resolveu performatizar um gênero masculino para sobreviver. Mudou o corte de cabelo, passou a usar bermudas masculinas, a andar de um jeito bem másculo e a se comportar como homem.

Certa feita, circulando pela Praça, Cris deu de cara com um de seus estupradores da Ferreira. Surpreso ao vê-la masculinizada perguntou o que tinha acontecido com ela. Respondeu rapidamente que tinha passado a gostar de mulher, Cris mentia para sobreviver. Assim, ela passou a performatizar um gênero, assumindo masculinidades para afastar de vez os homens agressores. Desde então, não foi mais estuprada, e pôde passar a circular como solteira pelas praças e ruas do Centro sem o risco de ser violentada. A questão é: nas ruas, os homens não querem fazer sexo com mulheres masculinizadas, independentemente de consentimento ou não. No imaginário masculino dos **HSR**, as mulheres têm que ser femininas para serem desejadas,

¹⁵⁹ Entrevista – Centro POP (Centro). 12/03/2018.

motivo pelo qual transam com gays e travestis, já que esses agentes incorporam uma identidade feminina, o que não ocorre com as lésbicas. Se fazem sexo com uma lésbica, é como se transassem com homens.

O estupro e a violência sexual contra as mulheres, tanto por conhecidos quanto por desconhecidos e nas esferas doméstica e pública foram denunciados pelos movimentos feministas desde sempre. Recentemente estas denúncias incidiram mais obstinadamente contra as mais variadas formas de assédio sexual e as redes sociais passaram a ser uma potente ferramenta para as denúncias das mulheres sobre estupros coletivos, “encoxamento” nos transportes públicos e assédios sexuais em *campi* universitários¹⁶⁰ (Campos, et al, 2017).

Atualmente no Brasil com o aumento da violência sexual essas denúncias tomaram espaços e vimos surgir a chamada “cultura do estupro”. Esse termo tem sido amplamente utilizado para abordar os modos como a sociedade culpabiliza as mulheres vítimas de assédio sexual e estupro no sentido de “normalizar” e “naturalizar” o comportamento sexual violento dos homens. A “cultura do estupro” surgiu em decorrência da “naturalização” de práticas masculinas machistas, sexistas e misóginas, que estimulam violências sexuais e outras formas de agressões contra as mulheres. Tais comportamentos são manifestados de diversas formas, como cantadas de rua, piadas jocosas e sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na “cultura do estupro” as mulheres vivem sob constante ameaça e intimidação.

Nesses termos, a “cultura do estupro” se faz presente no espaço doméstico, nos bares, na mídia, nos filmes, nas instituições, na linguagem, nas ruas e até nas leis. Contudo, nenhum argumento me parece justificável para as práticas criminosas como o estupro, contra as mulheres. Segundo Campos, et al, (2017) pesquisas de opinião foram feitas sobre as denúncias contra a “cultura do estupro” que se apoiaram sobre a percepção da violência e vitimização. Tais pesquisas não davam conta da complexidade do tema, pois havia uma (sub)notificação da violência sexual contra mulheres. Ora, se nos espaços sociais estabelecidos essas denúncias são subnotificadas, imagina no espaço masculinizado das ruas onde as mulheres não têm absolutamente a quem recorrer!

As **MSR** vivenciam a violência sexual em que por sua vez é uma violência de gênero, produzida pelas expressões de dominação onde as relações de gênero se constituem em um modelo de relações hierárquicas. Não há como pensarmos gênero sem interseccionarmos outros

¹⁶⁰ Atento a essa questão dos assédios sexuais em *campi* universitários, o Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) /UNESP – Marília/SP, está atualmente com um Projeto de Pesquisa intitulado *Sobrevivência(s) e Violência de Gênero no Espaço Acadêmico: Avanços, Ambiguidades e Perspectivas*, financiado pelo CNPq, sob coordenação da Prof. Lidia Vianna Possas.

marcadores de diferença, visto que, há situações em que, quem é subjugado e quem subjuga são marcados por raça, idade, classe, orientação sexual, localidade etc., é o caso das **MSR**. Como a maioria das **MSR** são negras, a situação de rua potencializa sua condição feminina. Segundo Campos et al (2017) a “cultura do estupro” no Brasil não pode ser desvinculada de nosso passado colonial e escravocrata. Assim asseveram:

As mulheres negras, escravas, eram consideradas “coisas”, propriedades dos donos das fazendas e eram sistematicamente estupradas, além de sofrerem diversas outras violências. Eram responsabilizadas pelas mulheres brancas e pelos homens brancos pela suposta sedução do “senhor”. O comportamento violento dos senhores brancos, donos das escravas e escravos, não era questionado. A hipersexualização das mulheres negras advém dessa criação para justificar o estupro. Assim, o sexismo e o racismo fundamentam a cultura do estupro no Brasil. Não é por outra razão que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência doméstica e sexual em nosso país (Campos et al, 2017, p. 989).

Por limitações do campo, não sendo possível aproximar-me dos homens para ouvi-los sobre essa questão, escutei apenas as narrativas das mulheres, de educadores sociais, coordenador do Centro POP e membros da Pastoral do Povo de Rua. Ficou evidente que, nas ruas, o respeito à condição feminina está atrelado à questão do estado civil ou das relações afetivas, ou seja, só são estupradas mulheres solteiras, visto que, segundo elas não têm quem as protejam e defendam.

As mulheres têm suas identidades alteradas pelas dinâmicas das ruas, pelas suas vivências e pelas experiências, e à medida que agenciam suas *identidades abjetas*, utilizam-se de estratégias de sobrevivência, tomando posições masculinas no sentido de resguardar suas condições femininas, ou seja, não serem estupradas nas ruas. As mulheres de quem me aproximei, e mesmo aquelas que apenas observava em suas circulações pelas ruas, a maioria, tinha companheiros, salvo as duas idosas que circulavam pela Ferreira na “casa do canteiro”. Uma dessas idosas frequentava o Centro POP (Centro) e a outra estava sempre na Ferreira. Tentei aproximação, mas não se manifestaram para me responder qualquer pergunta que fosse. Deste modo, preferi me manter distante.

Ficou evidente que, para se manterem longe de situações de violência sexual necessitavam encontrar um companheiro, mesmo que sofressem violências físicas deles. Mesmo assim, as mulheres preferem sujeitar-se aos seus comandos e até algumas agressões nas sociabilidade das ruas. Logo, aquelas que se intitulavam heterossexuais nunca estavam sós. Se saíam de um relacionamento “relâmpago” que fosse, tipo, de uma semana, em seguida logo engatavam outro relacionamento. O fato é que, estar solteira nas ruas está fora de cogitação para sobrevivência de uma mulher. Ser uma **MSR** solteira na Praça do Ferreira é ter a certeza de que, um dia, poderá ser estuprada.

Parece-me útil para a compreensão do que é ser uma mulher solteira, moradora de rua e estuprada, fazer uma pequena digressão sobre violência de gênero, masculinidades, estupro e machismo propostas por Rita Segato, antropóloga e feminista argentina radicada no Brasil. As análises apontadas por Segato (2017, 2017^a, 2015, 2014, 2013), ajudam-me a pensar sobre o que faz com que os homens arbitrem sobre o corpo das mulheres usando de violência, de poder e de virilidade sentindo-se no direito de estuprá-las, agredi-las e até matá-las.

Para Segato, não é possível estudar a violência contra as mulheres como se esse fosse um tema desconectado e separado do atual contexto histórico, sobretudo da América Latina. O contexto histórico ao qual a autora se refere sugere uma política capitalista onde as estruturas econômicas neoliberais agem com crueldade no tecido social com políticas “predatórias”. Para Segato as estruturas econômicas neoliberais se apropriam de territórios, despejam populações, exploram trabalhadores, confiscam os corpos em seus espaços de vida do cotidiano. Tais políticas são levadas a cabo com extrema truculência, por parte do Estado e sociedade. A antropóloga asevera que a fronteira entre a miséria do excesso e a miséria da falta é um abismo. Também adverte que nas manifestações de violência não podemos generalizar as questões de gênero, isso significa considerar o contexto histórico das relações entre homens e mulheres e entre a sociedade e as instituições.

As ideias provocativas de Segato a faz ter noção do caráter inaudito de suas análises e da ousadia em pensar as masculinidades, o machismo, o feminicídio e a violência de gênero fora dos padrões analíticos existentes. Talvez, por tais motivos, seu pensamento muitas vezes não encontre eco nas análises recentes sobre esses temas. Seus textos apresentam uma ampla leitura da compreensão da violência, os quais submetem o leitor a um olhar profundo sobre novas formas de perceber as violações, como o estupro, por exemplo, em suas várias facetas e relações diretas com gênero. A autora revela que o epicentro da violência em geral tem base nas relações de gênero patriarcais e para sustentar esta afirmação, Segato, sugere análises dos processos de produção da violência que resultam de um mundo no qual o valor dos agentes assenta-se na desigualdade de direitos políticos e sociais.

Para Segato o propósito da violência não é instrumental, ou seja, os procedimentos masculinos não agem sendo forçados a prestar um serviço a quem quer que seja. O que há é uma “violência expressiva” que diz respeito as relações entre corpos, entre pessoas, entre forças sociais de um determinado território. Essa é uma violência que produz regras implícitas, por meio das quais circulam legendas de poder, não legais e não óbvios, mas efetivas e eficazes. Segato argumenta que os atuais paradigmas centrado na exploração acarretam em uma gama de variedade de formas de privação da vida humana e esse modo de exploração depende do

recuo da empatia entre as pessoas, que para ela é o princípio da crueldade. Nesses termos, o capital hoje em dia está sujeito, ao que Segato chamou de a “pedagogia da crueldade”, e o capital acostumou-se com o espetáculo da crueldade.

A antropóloga chama atenção para os feminicídios e estupros cujos problemas excedem as questões de gênero para tornarem-se indícios sociais de perturbações e abjeções. Ou seja, tornam-se manifestações de uma sociedade que precisa da “ pedagogia da crueldade” para aniquilar a compaixão, empatia, alianças e raízes comunitárias. Dito de outra forma, esses elementos se tornam obstáculos em um capitalismo "predatório", que depende dessa pedagogia para instruir-se. Assim, as masculinidades utilizam de estratégias voltadas para algo muito mais central, uma “pedagogia da crueldade” em torno da qual a prática capitalista gravita.

De acordo com Segato, as masculinidades não operam violências contra as mulheres apenas sexualmente, que segundo ela esta é uma questão menor de análise. Para a antropóloga, as masculinidades têm poder de força e de guerra, além de poder físico, econômico, moral, intelectual, jurídico e político. Essas dimensões do social, estão sendo concentradas e articuladas por uma pequena parcela de agentes, sendo o homem também prejudicado pelo que chamou de “mandato da masculinidade”. A violência masculina atua contra as mulheres como um crime "expressivo" pelo qual os homens demonstram sua potência e esta é uma violência praticada para ser mediada e exibida.

Em suas análises Segato, atêm-se às ações de estupro e do que chamou de ações espontâneas da dominação masculina. As práticas espontâneas acabam esquecendo uma dimensão fundamental do tecido social: a violação/estupro. A violação é fundamentalmente, um “mandato da masculinidade” que seria condição necessária para desempenho de gênero como estrutura de relações entre posições marcadas por hierarquias e subordinações. Para Segato, o estupro não é um crime como outro qualquer, é um crime de poder. O estupro é a última instância de um crime produto de uma série de pequenos gestos que estão na vida cotidiana e que não são considerados crimes, mas são percebidos “apenas” por agressões. Tais agressões deixam o terreno fértil para a manifestação do crime de estupro sendo esse, o último grau de violação. No entanto, Segato adverte que tais comportamentos não aconteceriam se a sociedade não fosse como ela é. Muitas vezes a sociedade atribui ao estuprador a categoria de psicopata, no entanto, o maior número de estupros e agressões sexuais contra as mulheres não são feitas por psicopatas, mas por agentes que estão circulando livremente, em uma sociedade que pratica agressões de gênero de múltiplas formas, sendo que, tais agressões nunca são classificadas como crimes. O problema, segundo a antropóloga, se inicia no grande número de ataques e agressões que constituem as relações de gênero no cotidiano, mas que por não serem

consideradas crime são percebidas como “normal”. A antropóloga conclui que o homem não tomaria esse caminho de violação se não houvesse tal terreno fértil, cuja sociedade confere um caráter de naturalidade e normalidade às violências e machismos do cotidiano.

Na epidemia de violência que vemos manifestar-se na atualidade, de acordo com Segato, os primeiros a serem lesados são os próprios homens, mas eles não sabem disso porque não se percebem ou não conseguem se colocar como prejudicados, pois seria sua morte viril. O que Segato vai chamar atenção é que o “mandato da masculinidade” indica que o homem tem que provar que é homem, e não sendo capaz de fazê-lo por não ter os meios de provar sua masculinidade, age com violência. Assim, o conjunto de poderes lhes permite uma virilidade diante da sociedade, o que leva alguns homens ao desespero e acabam por serem lesados pelo “mandato da masculinidade” e pelas circunstâncias de absoluta falta de poder e autoridade a que são submetidos pelo espancamento econômico e político. Ou seja, de sofrerem espancamento de não poderem ser capazes de ter tanto bens materiais quanto simbólicos.

A antropóloga aponta, o lugar do estupro como o espaço de recuperação da masculinidade que sendo naturalizada há por parte dos homens uma cobrança sexual que se configura na reprodução da economia simbólica de poder, tendo como marca o gênero. O estupro, portanto, opera nos ciclos regulares de restauração do “mandato da masculinidade”. O estupro é uma expressão que se dirige basicamente a interlocutores presentes fisicamente no cenário do crime ou presente no cenário mental do agressor, ou seja do agente da violação. Por essa perspectiva o estupro, deriva de um “mandato de masculinidade” que flui do próprio arcabouço de gênero, e garante, em determinados casos, a dependência que se acredita ter acesso, tal esquema forma o que Segato chamou de desenho do patriarcado e das estruturas de gênero que alinham suas disposições de práticas.

Segato sustenta seus argumentos aludindo que nos acostumamos a pensar que a única instância existente de autoridade e comando é o Estado. É certo que o Estado tem o DNA da história dos homens, dos discursos masculinos e leis dos homens, que não são das mulheres. No entanto a autora sugere um aumento das mulheres nos espaços públicos, implicaria em uma mudança substancial no campo qualitativo do exercício do poder, e a maneira de ver, enfrentar e solucionar problemas cotidianos de violência contra as mulheres. Segato não quer dizer que devemos abandonar as leis, ou colocarmos todas as esperanças e esforços no campo da aprovação de novas leis, pois segundo ela mudar a lei em busca de um maior punitivismo para resolver o problema da violência não leva a lugar nenhum. Antes das leis é necessário oferecer mais educação de gênero nas escolas, nas universidades, com professores capacitados, e que a abordagem envolva discussões e debates sobre violência de gênero e machismo em suas várias

formas. Ela chama atenção para não esquecermos a política de relações de gênero no cotidiano, visto que as leis não necessariamente dão conta da vida real e do comportamento das pessoas.

Para Segato, os homens restauram sua potência e recompõem sua virilidade na violência contra as mulheres. E adverte que a violência de gênero é um problema de toda a sociedade não somente das mulheres. Segato não vislumbra outro espaço onde os homens possam articular e manusear sua autoridade, poder, dominação e moralidade, que não seja a violência contra a mulher, em face ao espancamento econômico e político os quais eles vivenciam. Segato argumenta que a situação de violência ao mesmo tempo em que é instável é perigosa visto que, para o homem ser alguém ele tem que ter posses e não a tendo vive uma existência precária e essa precariedade leva à violência. A questão para Segato é: os homens devem aprender a ver na mulher um agente moral e político e que eles não precisam ter que provar quem são através da violência contra as mulheres.

Depois de muitos anos estudando sobre violência e entrevistando estupradores na Penitenciária de Brasília, Segato conclui que o estuprador é um homem moralizador e acrescenta, ele não está sozinho nesta empreitada, visto que seus procedimentos de violação e agressão estão em constante processo de diálogo com os modelos de masculinidades. Ou seja, o estuprador está confirmando e demonstrando sua virilidade e poder para outro homem. No ato do estupro o homem sente e afirma que está punindo a mulher livre por algum comportamento que ele entende como um desrespeito a uma lei patriarcal. Segato adverte que o problema da violência sexual é que o estuprador não deve ser visto como um ser anômalo, como muitos sugerem. O estuprador é um agente vulnerável, castrado socialmente que se rende a um “mandato de masculinidade” que exige um gesto extremo, um gesto aniquilador de outro ser para sentir-se homem. Para chegar a essas conclusões Segato dialoga com a psicanálise de Lacan que a faz pensar as produções das subjetividades masculinas em contextos históricos contemporâneos. Para finalizar esta digressão cabe transcrever um trecho de uma entrevista da antropóloga sobre o que o estuprador procura com o ato de violação:

As relações de gênero são um campo de poder. É um erro falar sobre crimes sexuais, o que ocorre são crimes de poder, de dominação, de punição. O estuprador é o sujeito mais moral de todos: no ato do estupro ele está moralizando a vítima. Acredita que as mulheres mereçam isso. No entanto, os juízes, os advogados, os legisladores não são treinados ou têm educação suficiente para entender esta questão. O que aconteceu com Lucía Pérez em Mar del Plata¹⁶¹, são ataques à sociedade e à vida do corpo da mulher. É um erro pensar o estuprador como psicopata que ele é um ser anômalo. Nele está incorporado certos valores que estão em toda a sociedade. Então, ficamos

¹⁶¹ Lucía Pérez, foi uma adolescente argentina de 16 anos que foi drogada, estuprada e morta por empalamento no balneário de Mar del Plata (Argentina) em 2016. Suspeita-se que ela tenha sido vítima de uma gangue de traficantes.

assustados e o estuprador se torna um bode expiatório, mas ele, na realidade, foi o protagonista de uma ação que é de toda a sociedade, uma ação moralizadora das mulheres. Não é com mais prisão, muito menos com a sua castração química, que vamos resolver o problema. Estupro não é um evento genital, é um fato de poder! Isso pode ser feito genitalmente e de muitas outras maneiras. Se a sociedade em que vivemos não mudar, essa situação o problema não desaparecerá (Segato, 2017, s/n).

O que gostaria de reter da exposição acima aponta, para um “mandato de masculinidades” por parte dos **HSRPF**, em um desejo de controle e apropriação dos corpos das **MSR** por meio do estupro. Sabemos que em um estupro não há relação sexual, mas, o poder de violência machista contra os corpos das mulheres. O que está em jogo quando um homem penetra à força e com crueldade uma mulher, é que seu órgão sexual masculino toma a forma de uma arma, a qual o homem busca demonstrar sua capacidade de dominar, controlar, reprimir e arrebatrar o corpo da mulher. Nas ruas o estuprador se rende a um “mandato de masculinidade” que exige de sua performance um extremo gesto aniquilador da mulher para se sentir poderoso. O problema do estupro nas MSR

Cabe aqui um adendo para situar o leitor sobre minha experiência no campo e ser vista como mulher e não como pesquisadora. Em uma tarde por volta das 15h na Praça do Ferreira em meio as socializações dos **HSR** na “casa do canteiro”, um rapaz se aproxima com uma caixa de som tocando forró. Em pé no meio do grupo conversando com Marcos, este comentava que era a alegria da Ferreira pelo humor que proporcionava aos demais. Em um determinado momento Marcos pega no meu braço e me puxa para dançar e ali no meio dos transeuntes dançamos um forró eletrônico.

O grupo ria de nossa performance e ao terminar a música eu brinquei: “obrigada pela dança!”. Marcos sorrindo responde: “de nada senhorita!”. Aproxima-se do grupo um **HSR** elogiando nossa dança e Marcos me apresenta a Olavo (58 anos e 6 de Praça). Imediatamente Olavo pega nas minhas mãos como se estivesse procurando algo. Eu sem entender, pergunto: “o que você está procurando?”. Ele responde “tô atrás de aliança. Tô vendo que você é solteira”. Eu respondi: “eu não tenho aliança, mas tenho um namorado há dez anos” e apontando para Lia que estava sentada no banco, continuei “Já apresentei meu namorado a ela¹⁶²” e Lia disse: “sim, eu conheci”.

Essa não foi a primeira vez que um **HSR** buscou saber sobre meu estado civil. Em um outro momento logo no início de minha pesquisa conheci Fábio (o vi duas vezes) que foi logo perguntando assim, de cara: “você é casada ou solteira?”. Informei que tinha um namorado há

¹⁶² Meu companheiro me acompanhou algumas vezes à Praça do Ferreira e tive oportunidade de apresentá-lo a alguns interlocutores e interlocutoras em minhas circulações pela Praça.

anos, e ele não se fez de rogado “podemos dar um fim nele! (risos)”. Eu respondi sorrindo: “homi, faça isso não, ele é muito bom pra mim”, ele retrucou: “eu também posso ser”. Notei que Fábio se aproximou de mim com outras intenções. Elogiava meu jeito, sorriso, cor da pele e o modo como me abraçava e pegava na minha mão, me deixava assustada. Depois deste episódio passei vinte dias sem frequentar a Praça na esperança de não mais encontrá-lo, o que de fato aconteceu. Depois deste período de ausência ao retornar à Praça busquei informações sobre ele, me disseram que tinha viajado para o interior.

Ficou evidente que as práticas de *masculinidades desviantes* indicavam comportamentos dominadores e machistas como se as mulheres fossem coisas das quais os homens pudessem manipular a qualquer tempo e de qualquer jeito. Se a mulher está solteira nas ruas, para seus agressores fica subentendido que ela está sem proteção, amparo e assistência de um “macho”, ou seja, de um poder masculino e viril. Sendo assim, para os agressores elas podem ser violentadas, estupradas e bolinadas. Essa ideia de dominação e machismo só reforça a imagem da mulher como propriedade e objeto do homem. Assim, nas ruas as mulheres podem ter seus corpos confiscados e interditados para práticas do “mandato de masculinidade” como indica a antropóloga Rita Segato.

Mulher, moradora de rua, negra e solteira.

Ao observar empiricamente tanto os homens quanto as mulheres que moram nas ruas, as posições dos agentes e as plasticidades de suas *identidades abjetas* me ajudam a refletir sobre o reconhecimento da interseccionalidade entre os marcadores sociais de diferença (classe, etnia, geração, regionalidade, orientação sexual, gênero etc), que possibilitam pensarmos outros modos de abordagens da complexa multiplicidade das relações de poder. Articular conceitos e análises acerca dos homens, estilos de masculinidades, *identidades abjetas* e performatizações de gênero nos remete ao quanto as discussões sobre interseccionalidade abalizam diferentes possibilidades de viver o gênero para sobrevivências e resistências as violências das ruas.

Considerar a interseccionalidade é permitir identificar, registrar e analisar estratégias de poder que podem ser acionadas ora por gênero, por classe, por raça, por estado civil ou por orientação sexual. Esses marcadores de diferença nos permitem distinguir as especificidades das experiências das mulheres negras, solteiras e que vivem em situação de rua.

Nas ruas, as masculinidades se deslocam e as mulheres acabam por incorporar atributos masculinos para sobreviver. Assim, uma vez na rua, não se mantêm apáticas e indiferentes à sua condição feminina. A maioria carrega em suas experiências e agenciamento de suas *identidades abjetas* uma dupla condição de subalternidade e exclusão: ser mulher e ser

de situação de rua. Os corpos das **MSR** viabiliza dispositivos repressores não apenas por parte do Estado e das “pessoas de bem”, mas principalmente por parte dos homens, que marcam seus corpos com violência. Se no contexto social estabelecido fora das ruas as mulheres padecem de misoginia, machismo, opressão e subordinação, nas ruas estas expressões são reforçadas e quadruplicadas: padecem por ser mulher, ser negra, ser solteira e ser de situação de rua.

Assim, me parece rentável para pensar as **MSR** em suas condições de subalternidade, raça e situação de rua, considerar as discussões da teoria feminista as quais proporcionaram aos agentes no Ocidente, outros modos de vida, diferentes possibilidades de viver o gênero, outras formas de relações e distintas maneiras de se pensar o social.

Valendo-me de um atalho analítico retomo as discussões da teoria feminista no sentido de situar o leitor sobre as provocações contemporâneas que comportam vivências mais urbanizadas, transgressoras e subversivas. Dentro deste cenário de experiências pessoais e sociais, o movimento feminista ofereceu às mulheres outro olhar para suas posições de subordinação e opressão.

Segundo Bandeira (2014) as feministas americanas denunciavam desde anos 1970, a violência sexual contra a mulher e décadas depois foi que esse fenômeno social persistente, multiforme articulado por aspectos psicológicos, morais e físicos, foi apresentado como categoria sociológica e passou a ser uma questão central do movimento feminista.

Não irei discorrer sobre a história do movimento feminista, apenas quero reter dos feminismos, os debates que, a partir dos anos 90 proporcionaram à teoria social outro foco de análises feministas sobre a abordagem interseccional. Esta abordagem expandirá o conceito de gênero que passou a ser formulado como parte do conjunto heterogêneo das relações cambiáveis, variáveis e transformadora das relações sociais.

Avtar Brah e Ann Phoenix em seu texto *Não sou uma Mulher? Revisitando a Interseccionalidade* (2004) propõem discutir o que significa ser mulher em diferentes circunstâncias históricas, cujos debates datam dos anos 70/80. Assinalam para um processo antigo de inquietações feministas com formas de entrelaçamento de diferenças na produção de desigualdades sociais.

As autoras referem-se ao movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos em meados do século XIX, cuja mulher negra, foi excluída do imaginário político na campanha abolicionista. Tal silenciamento marcou a compreensão do que era ser uma mulher branca e negra. Para sustentarem seus argumentos Brah e Phoenix (2004) lançam mão do discurso de uma mulher afro-americana escravizada chamada Sojourner Truth. Em seu discurso proferido em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio, Truth, pôs em relevo a

crítica sobre os processos sócio-políticos, econômicos e culturais de “alterização”, ou seja, a importância das subjetividades.

Para Brah e Phoenix, a fala da escrava revelaria a complexidade da posição das mulheres negras. Em seu discurso Truth, ajuizando sobre o conjunto articulado de desigualdades que a afetavam, assim como às outras mulheres negras, a escrava se pergunta: “Não sou uma mulher?”. A busca de uma possível resposta levou as feministas a desafiar as noções a-históricas e essencialistas sobre as mulheres e colocou em pauta as discussões sobre a interseccionalidade. A interseccionalidade sugere reflexões e teorizações sobre uma multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, atravessam o social (Piscitelli, 2008). Nesses termos a abordagem interseccional é articulada a partir da perspectiva de classe e etnia indicando que o debate nessa linha de discussão contribuiria para criticar a categoria “mulher” como homogênea.

Judith Butler, (2003) vai problematizar a categoria “mulher” como sujeito do feminismo ao argumentar que “ser uma mulher” certamente não é tudo que alguém possa ser. Portanto, gênero estabelece interseções com outras modalidades de raça, classe, etnia, sexualidade, regionalidade e identidades discursivamente constituídas. Para Butler, tornou-se impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente as identidades são produzidas e mantidas.

Foi a partir dos anos 90 que as análises das teóricas feministas buscavam entender a questão da “diferença”. Ou seja, a “diferença” não se apresentava apenas nas relações entre homens e mulheres. Argumentavam que a subordinação das mulheres não poderia ser entendida apenas pelo viés de diferença de gênero. Estas discussões demandavam especial atenção para as múltiplas diferenças entre as próprias mulheres. Assim, teóricas negras, judias, operárias, lésbicas do chamado “Terceiro Mundo”, questionavam sobre as relações de “diferença” entre as próprias mulheres (brancas e negras, europeias e latino-americanas, elite e trabalhadoras, heterossexuais e homossexuais,). Portanto, as discussões deslocam-se do campo do binarismo de gênero masculino/feminino para explorar as diferenças entre as próprias mulheres.

A partir da produção intelectual feministas, questionou-se os modelos normativos de gênero, sexo, sexualidade e neste cenário de discussões o pensamento da teórica feminista norte-americana de descendência mexicana autodeclarada mestiça Glória Anzaldúa, traz valiosas contribuições para os estudos sobre a interseccionalidade. Dentro do pensamento feminista a categoria “mulher” se intersecciona com outros marcadores sociais de diferença como “raça”, “cor”, “região” etc. Anzaldúa com seu pensamento de “existências nas fronteiras” vai enfrentar as visões e versões hegemônicas e deste modo deslocar e desestabilizar as

“fronteiras identitárias” de gênero. A autora introduz nos debates feministas questões como construção cultural das identidades e relação com a linguagem (Costa; Ávila, 2005).

As perspectivas analíticas de Avtar Brah (2006) sobre como a categoria “negro” operou como sinal contingente em diferentes circunstâncias políticas, e de como as questões de “diferença” foram enquadradas na teoria e na prática feministas durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como foco principal o debate britânico, me ajuda a pensar sobre as diferenças entre as mulheres e as masculinidades.

Brah (2006) buscou compreender como a categoria “diferença” se constituía nas diferenças, como eram produzidas em discursos específicos, contestadas, forjadas e (re)significadas. A autora pensa a diferença como experiência, relação social, subjetividade e identidade, não sendo sempre a diferença um marcador de opressão e hierarquia. Segundo Brah (2006), há que problematizarmos se a diferença remete à desigualdade, repressão e exploração, ou se reporta à diversidade, igualitarismo ou formas democráticas de agência política. Brah (2006) empenha-se em revelar que a questão não é, exatamente, a diferença em si, mas sim quem define a diferença, e como as mulheres são representadas no discurso da “diferença”. Para tanto, ela vai propor um esquema analítico no sentido de desvendar como os discursos e práticas se inscrevem nas relações sociais de posições de sujeitos e subjetividades. A autora assinala que a categoria “negra” operou como sinal contingente em diferentes circunstâncias políticas. É necessário analisarmos como algumas categorias são construídas e como são hierarquicamente organizadas. A questão é, quaisquer escolhas à categoria política ‘mulheres de cor’ não podem ser pensadas fora de discursos econômicos, políticos e culturais.

A partir dessas autoras fazendo uma analogia com as **MSR**, esta categoria compartilha com as ‘mulheres de cor’ (assim como outras categorias de mulheres) experiências de opressão, discriminação e violência. Se o feminismo tem como um dos objetivos mudar as relações de poder imbricadas no gênero, há que fazer parte de sua agenda de luta as vivências das **MSR**. As desigualdades de gênero circulam em todas as esferas institucionais e relações sociais; assim, as estratégias feministas, me parece, tem deixado de fora de sua agenda política a tripla condição de subordinação das mulheres negras, em situação de rua e solteiras.

Tornar-se uma **PSR** implica, ao mesmo tempo, em desfigurar o espaço urbano, o cenário da “Mãe Ferreira”, e ser desfigurado por ele. Esta dinâmica provoca alterações nas *identidades abjetas* das mulheres, e elas performatizam gênero por meio de suas práticas masculinas. Os ajustes e reajustes de suas relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representações têm efeitos profundos sobre a forma como as mulheres são identificadas, localizadas e representadas. Assim, as mulheres masculinizadas e as pirangueiras

participam das sociabilidades das ruas, num “jogo de identidades” (Hall, 2006, p.20), fazendo-as se deslocarem do feminino para o masculino, e alterando, por sua vez, a maneira como são interpeladas.

Essa discussão assinala para contextos urbanos contemporâneos como *lócus* de diversos modos de vida e estilos de masculinidades, comportando em si processos culturais específicos de articulações e tensões sociais próprias. Entretanto, o espaço geográfico, ou seja, o próprio lugar, produz com frequência suas próprias resistências e sujeições. Mesmo parecendo homogênea, uma vez que a cidade é urbana, contemporânea e globalizada, seus agentes produzem um espectro amplo e heterogêneo de comportamentos, atitudes, agenciamento, experiências, vivências específicas, masculinidades e *identidades abjetas*.

Colocar em relevo os debates sobre interseccionalidade é considerar que as **MSR** têm suas *identidades abjetas* entrecruzadas com raça, gênero, estado civil e situação de rua. Suas subjetividades são marcadas por vivências nômades, experiências violentas e situação de precariedade. Como agentes subalternos as **MSR** têm suas existências e corpos mais do que quaisquer outro agente social marcadas por práticas de poder e virilidade. Diferentemente de outras mulheres, embora mestiças ou negras, a situação de rua impõem as mulheres serem o “resto” dos “resíduos humanos”. Embora consigam agenciar suas *identidades abjetas* com performatização de gênero para sobreviverem, acionando as masculinidades, mesmo assim, não encontram muito espaço de manobra para resistirem as violências e agressão e defendem-se parcialmente.

Considerações Finais

Tentando dar respostas às indagações iniciais que impulsionaram essa tese é possível apresentar ao leitor, à guisa de considerações finais, os pontos que se sobressaíram nesse trabalho. Tais considerações partem da indagação central sobre quais masculinidades constituiriam as *identidades abjetas* dos homens que moram na Praça do Ferreira / Fortaleza – CE, e de como agenciariam suas masculinidades e identidades com performatizações de gênero para sobreviverem. Para tanto, busquei, inicialmente, olhar para o fenômeno “população em situação de rua” de modo específico, qual seja, um “olhar fronteiriço”, para entender a relação contemporânea entre as margens, os chamados moradores de rua, e o centro, as chamadas “pessoas de bem”.

Nos primeiros meses da investigação, minhas experiências etnográficas oscilaram, ora com entusiasmo, ora com desânimo. Esse dilema pendular deveu-se à dificuldade de conseguir entrevistar meus interlocutores para, inicialmente, compreender as distintas trajetórias que os levaram a morar na Praça do Ferreira, para, a partir daí, buscar estabelecer conexões entre a rua e suas sociabilidades, e assim compreender como constituíam suas masculinidades. Em um primeiro momento me parecia importante conhecer em profundidade as narrativas das histórias de vida de meus interlocutores, para minhas interpretações etnográficas. No entanto, com o andar da pesquisa logo percebi uma grande dificuldade no campo. Além da resistência em conceder entrevistas, o que mais movia, estimulava e interessava os **HSRPF** com os quais convivi eram as conversas sobre o cotidiano da Praça, as sociabilidades, as idas ao Centro POP, os conflitos e os acontecimentos diários; pouco falavam sobre suas experiências passadas, suas relações familiares e raramente faziam referências às suas biografias.

Percebendo, então, que muitos **HSRPF** assumiam uma postura desconfiada e arredia, suspeitando de quem os interpelava com perguntas ou curiosidade sobre suas vidas, aos poucos fui entendendo que, para estabelecer aproximação e constituir uma relação de confiança de modo a participar das conversas e conviver entre eles como uma “nativa”, tinha que utilizar de cautela e respeito. Como demonstrei (Capítulo 1), ilude-se quem pense que, por se tratar de moradores de rua vivendo em condições precárias, agentes desprovidos de bens materiais e simbólicos, o acesso às suas narrativas e biografias seria fácil, e entrevistas seriam aceitas prontamente. Não foi o que constatei. Demandou algum tempo para que minha presença fosse acolhida e os homens estabelecessem, de fato, diálogos comigo. Assim, fui percebendo o tamanho do desafio etnográfico que teria pela frente. Teria que captar os silêncios, os olhares, as interações, a linguagem corporal e as conversas nas entrelinhas. Diante desse desafio de obter

as narrativas ficou claro que o campo tem poder, e que meus interlocutores eram quem ditavam as regras, às quais tive que me submeter. Com a ausência de longas narrativas foquei-me, portanto, nas conversas e sociabilidades cotidianas. Possivelmente, minhas observações não foram bastantes para compreender, em profundidade, as histórias de vida de meus interlocutores. Por hora, o que apresentei a você, leitor, foi uma pequena amostra dessa complexa e instigante “terra de ninguém”, e as produções diárias das masculinidades dos **HSRPF** na trama social da situação de rua.

Encarando esse desafio e compreendendo as regras do campo, meu dilema foi se esvaindo quando constatei empiricamente que, para saber sobre as masculinidades de meus interlocutores, não seria necessário escarafunchar seus passados e histórias de vida; bastava um olhar mais apurado e cuidadoso para a maneira com que os **HSRPF** estabeleciam relações com os transeuntes, com as instituições, com outras **PSR**, com o espaço da Praça, com os corpos em trânsito e com suas emoções. Seguindo, portanto, por outras trilhas que não as entrevistas, cheguei a aspectos relevantes para minha etnografia, observando os homens em seus contextos de sociabilidades na Praça, no Centro POP e em seus deslocamentos. Deste modo, fiz as pazes com minhas escolhas metodológicas e aceitei o fato de não conseguir ouvir suas narrativas biográficas. Optei, então, por narrar as *cenar*s de nossas conversas, nossas interações e nossas sociabilidades no cotidiano da “Mãe Ferreira”.



Das *cenar*s etnográficas e das análises apresentadas no corpo da tese, destaco cinco argumentos centrais:

1) O fenômeno população em situação de rua é um fenômeno multifacetado, que produz no urbano diferenças e desigualdades que evidenciam conexões de força e tensionamento que atravessam questões políticas e sociais. São várias as faces que configuram e alimentam essa questão, que vão desde fatores que envolvem transformações capitalistas, demandas de moradia, precariedade habitacional, vulnerabilidade familiar e desordens mentais, até o uso abusivo de álcool e outras drogas, com destaque para o *crack*. Esses fatores não formam o fenômeno se dissociados uns dos outros; ao contrário, apresentam-se ou se entrecruzando ou se tangenciando, em um processo de retroalimentação. Na trama social desse fenômeno há diferenças e desigualdades que produzem cruzamentos entre as margens (moradores de rua) e o centro (“pessoas de bem”) com posicionamentos que provocam controvérsias públicas, conforme demonstrei nas matérias e nas reportagens de jornais (Introdução).

As **PSR** da Praça do Ferreira têm sido alvo constante da mídia, que divulga, a partir de um olhar reducionista, uma maneira equivocada de perceber e compreender a situação de rua. A mídia, com raras exceções, repassa uma imagem e um enquadramento da situação de rua e como análoga à criminalidade; daí a querela entre os fortalezenses para empreender esforços ao combate da situação de rua da Praça do Ferreira, nem que seja às custas de “higienização social”, conforme demonstrei ao tratar do incômodo que os Centros POP geram em seu entorno (Capítulo 3) e do possível “pânico moral” provocado pelas **PSR**. Busquei demonstrar que a situação de rua deve ser tratada como uma questão social e política, e não como uma questão criminal e policial.

Esses deslocamentos do olhar para o tecido social quando não há identificação de que o “outro” tenha uma configuração de humano leva a sentimentos de desprezo. À medida que o “outro” é visto como diferente, é como se sua condição de semelhante levasse os agentes a destruírem as próprias condições de humanidade do outro, tornando-o um estranho. Se as vidas dos moradores de rua são rejeitadas e hostilizadas como resultado do racismo e xenofobia, são também valoradas como escória e pária. Parece-me importante resistir contra essa valoração, no sentido de identificar, conhecer e construir pontes para a real compreensão da complexa situação de rua. Observa-se que há esforços em separar as margens do centro, e nesse processo há uma distribuição diferencial da dignidade de certas vidas que acontece dentro das organizações e discursos racistas e xenofóbicos da sociedade, os quais acenam que algumas vidas devem ser defendidas a todo custo, e “outras” devem ser tratadas como descartáveis, sendo consideradas socialmente “perdidas”.

O que mais chamou atenção nas falas dos transeuntes, comerciantes, jornaleiros, vendedores e inclusive das pessoas do meu ciclo pessoal, quando sabiam do que se tratava minha pesquisa, foi o desprezo, repulsa, aversão, rejeição e até ódio aos moradores de rua. Os discursos sempre indicavam os moradores de rua como um “trambolho social”, que só atrapalha, enfeia, perturba e amedronta os transeuntes. O efeito principal desses discursos é o controle dos corpos dos moradores de rua, sendo as práticas de controle, dominação e política autoritária do Estado, “normais” aos olhos das “pessoas de bem”. Daí a naturalização e legitimação por parte da “boa sociedade” das ações de tortura e truculência pelos dispositivos repressivos do Estado sobre eles.

Os discursos que forjam as diferenças entre as margens e o centro operam atitudes, valores e comportamentos das “pessoas de bem” que indicam as **PSR** como grupos sociais minoritários marcados por uma naturalização de fixação de supostas características, como se todas fossem “bandidas”, “vagabundas” e “perigosas”. Nesse sentido, temos que lidar tanto

com a imagem do morador de rua como com a figura do eterno “bandido”, ou com a presunção de que as **PSR** seriam desprovidas de história e de humanidade. Esse racismo e essa xenofobia atribuem categorias de diferenças que são utilizadas para legitimar formas de segregação e estratificação. O lugar correspondente de uma pessoa de centro ou das margens em uma sociedade é deduzido a partir de seu pertencimento e de características específicas. Assim, para muitos fortalezenses que transitam pela Praça do Ferreira, as **PSR** deveriam continuar nas periferias, lugar de onde nunca deveriam ter se deslocados.

2) A Praça do Ferreira se define como um lugar masculino, que demarca fronteiras de gênero tanto para delimitar posições de comando quanto para indicar sobrevivência. As ideias e práticas que regem as masculinidades na Praça do Ferreira e ruas do entorno são evocadas em aprendizados e exercícios de virilidade, tendo muitas vezes a violência como pano de fundo das sociabilidades. Tais práticas exprimem discursos que orientam comportamentos, atitudes e valores, sugerindo um padrão idealizado do que seja um modelo de “homem-macho”. Nas ruas e na Praça, muitos homens se identificam dentro desse modelo masculino bastante carregado com a insígnia do macho viril.

Diferentemente dos homens fora da situação de rua que buscam mudar seus estilos de masculinidade percebendo a importância nas alterações sociais entre os agentes, constatei que nas ruas e na Praça do Ferreira há um recrudescimento de valores e posições masculinas, tidos como supostamente superados. Fora do mundo das ruas, nem todos os homens necessitam acionar suas masculinidades como um valor simbólico a ser conquistado, mas para os homens que habitam este ambiente, acioná-las é uma questão de necessidade, pois de outra forma torna-se difícil sobreviver às violências diárias.

Chamei de *masculinidades exacerbadas* o *modus operandi* das masculinidades que encarnam o falo como um valor simbólico imaginário, adquirido pela vigor do órgão sexual. É possível constatar que as características que sustentam as masculinidades na Praça do Ferreira estão calcadas em atributos de virilidade, na qual a coragem, valentia, frieza e insensibilidade são valores positivados a partir da simbologia do falo, significante cujo valor está ligado às representações do pênis como potência e força.

Os **HSRPF** forjam masculinidades cujos significados são herdados de um passado que valorizava o macho viril, másculo, agressivo corajoso. Tais significados assentam em visões de mundo tendo o falo como valor simbólico vantajoso e prestigiado pelos homens. As masculinidades dos **HSR** da Praça do Ferreira estão atreladas às várias formas de violência e agressividade, produzindo um *macho exacerbado* urbano. As masculinidades das ruas não operam de maneira a criar hierarquias ou competições, mas justaposições. Estes estilos de

masculinidades operam mais como uma tentativa de resistência para manutenção de suas sobrevivências.

O corpo do *macho-exacerbado* urbano, potente, meio rústico, meio animalesco, pode ser pensado como um “aparelho” de composição viril. No entanto, não é tanto pelo seu corpo, masculinizado ou não, fisicamente potente ou não, que se caracteriza sua virilidade, mas sim pelo comportamento agressivo e violento que os impulsionam a enfrentar situações de conflitos e desafios. A virilidade, nas ruas do entorno da “Mãe Ferreira” se materializa em um *macho exacerbado* que evoca e se apropria do “pau” como símbolo de força e poder, ainda que alegoricamente.

3) Em suas sociabilidades, os **HSRPF** se apoiam e se subscrevem em atributos masculinos para suas condições de sobrevivência. Os *machos exacerbados* urbanos da Praça do Ferreira, com seus corpos, por vezes, intimidantes, assumem comportamentos, arranjos e disposições de virilidade, cujas identidades tomam posições de gênero políticas subversivas. A depender das invenções de seus cotidianos, circunstâncias de suas circulações e deslocamentos pelas ruas e de suas performances de gênero, seus *corpos abjetos* serão atualizados de modo a forjar dispositivos de sobrevivências, e assim, performatizam gênero em práticas as quais chamei de *masculinidade negociada*. Tais práticas, mais dependentes, indolentes e apáticas, pelas quais os homens lançam mão de acordos tácitos ou explícitos de cooperação e coadjuvação e atitudes subservientes e condescendentes, modelam um estilo de masculinidade menos agressivo.

Na *masculinidade negociada*, o gênero não se aprisiona na distinção binária da sexualidade de homem que se relaciona apenas com mulher, e vice-versa. Para alguns **HSRPF**, aos quais chamei de *michês da Ferreira*, o sexo entre homem e gays opera mais no sentido de sobrevivência, e não de prostituição viril. Para alguns, suas práticas sexuais não adquirem conotação de “anormais” ou “erradas”, mas para outros, estas práticas despertam angústia, vergonha e repulsa. Porém, em ambos os casos, o desejo pelo dinheiro sobrepuja o desejo pela satisfação sexual.

Os elementos empíricos das observações etnográficas evidenciaram que os *michês da Ferreira* não estavam preocupados com as escolhas eróticas de seus clientes, com as várias formas de prazer sexual ou com desejos de ascender socialmente. O que estava em jogo em seus encontros sexuais fortuitos era a possibilidade de fazer sexo com homens para ganhar dinheiro, não com finalidade de se prostituírem e entrarem para o mercado do sexo. Estes, inclusive, não fazem ponto nas esquinas do entorno da Praça, ou em qualquer outro local do centro de Fortaleza.

4) Há nas ruas e Praça do Ferreira formas de sobrevivência que fogem aos hábitos sociais aos quais estamos acostumados, práticas às quais chamou-se de *masculinidade animalesca*, assemelhando-se tais comportamentos mais aos de um macho animal do que aos de um humano. Pela possível ausência de “civilidade”, em suas buscas por comida, as práticas animalescas dos HSRPF deixavam entrever que alguns mais pareciam não-humanos ou inumanos.

A identidade humana é constituída pela linguagem, num mundo de palavras expressões, representações e simbologias, sendo também determinada, porém, em termos de relações de inclusões, alteridade, lealdade, rupturas ou exclusões. A situação de rua rompe, porém, com as noções de identidade humana à medida que as relações sociais dos **HSR** reduzem-se, por vezes, a comportamentos animalescos para atender às suas necessidades fisiológicas e de sobrevivência. As *masculinidades animalescas* são produtos de condições sociais pelas quais a situação de rua os impõe a uma vida em zonas de fronteira, cujo sonho ou pesadelo indica lutar pela sobrevivência; daí se comportarem, algumas vezes, como animais, seja à procura de comida, de droga, de álcool, de sexo ou de um local para dormir.

Muitos **HSRPF** se aproximavam de *homens animalescos* destituídos de predicados que nos distinguem propriamente como humanos, reduzidos a um feixe mínimo de funções orgânicas, no limite da exaustão. Esses homens correspondem ao que resta, depois de terem sido privados de todos os atributos que qualificam as condições humanas; ou seja, referem-se ao extrato meramente biológico e animalesco para sobrevivência. Esses *homens animalescos* são as “sobras” dos *machos exacerbados* urbanos das ruas do Centro de Fortaleza.

5) Em atos de violência sexual, os **HSR** possuíam as mulheres solteiras sem o menor respeito ou receio de punição, práticas às quais se chamou de *masculinidade desviante*. Por meio das *masculinidades desviantes*, pude entrever que esta violência era, possivelmente, percebida pelos **HSR** como “comum”, “normal”, “natural”, como se a virilidade fosse a única prática masculina possível, que levava estes **HSR** a se apoderarem do corpo das mulheres. No ato do estupro, a despeito de toda relutância da mulher, o *macho exacerbado* se apodera do seu corpo em uma demonstração de força e potência, sendo que, nas ruas, qualquer resistência por parte delas é em vão. No sentido de se livrar dos atos de violência sexual, as mulheres performatizavam gênero, incorporando atitudes, posturas, aparências e comportamentos masculinos, práticas essas que se chamou de *masculinidades deslocadas*.

Uma constatação foi, para mim, bem marcante: o lugar mais desagradável, desconfortante e violento para uma mulher estar é nas ruas do centro de Fortaleza. Ninguém a respeita! Nas ruas e Praça do Ferreira, ela torna-se objeto sexual de qualquer um, ainda que seja

valente, que se arme com pau, pedras e garrafas, e que incorpore uma *masculinidade exacerbada*. Mesmo assim, ela sofre a violência do estupro; salvo se ela tiver um companheiro. Essa é a condição essencial que a livrará de tal violência. Caso contrário, lança mão de um último recurso: performatizar comportamentos masculinos no sentido de inibir a atração sexual por parte dos homens.

As mulheres têm suas identidades alteradas pelas dinâmicas das ruas, pelas suas vivências e experiências, e à medida que agenciam suas *identidades abjetas*, utilizam-se de estratégias de sobrevivência, tomando posições masculinas no sentido de resguardar suas condições femininas e não serem estupradas nas ruas.



As análises sugerem que as experiências das ruas estão norteadas não apenas pela ideia de masculinidades e performatizações de gênero como manobras de resistências e sobrevivência, mas pelo tensionamento que articula formas diferenciadas de “higienização social”. As masculinidades das ruas do centro de Fortaleza produzem normas, gestões, tensões, violências, territorialidades e alteridades, onde os corpos em suspensão são a última fronteira entre a vida e a morte nessa “terra de ninguém”, ou seja, as ruas.

A questão central que busquei perseguir e defender foi a ideia de que, se fora das ruas há tentativas de desconstruir as masculinidades nas relações sociais (sendo estas masculinidades construídas como socialmente dominantes), nas ruas há reforços para mantê-las a todo custo, como moeda de troca, resistência e sobrevivência. A experiência etnográfica mostrou que sem as masculinidades como atributo de pano de fundo para as sociabilidades, a sobrevivência torna-se bem mais difícil. Também busquei mostrar que as masculinidades não são atributos apenas dos homens, e que podem ser pensadas também a partir das mulheres, já que, nas sociabilidades das ruas, muitas se mostram fortes, agressivas, valentes, destemidas, corajosas e resistentes a dor. Se gênero constitui o social, consequentemente a rua é marcada por gênero, sendo predominantemente composta por homens, que por sua vez, mantém relações com as mulheres. Embora venha ocorrendo um aumento do número de mulheres nas ruas, estas não conseguiram alterar os códigos, regras, condutas e práticas das masculinidades.

Espero ter mostrado também nessa pesquisa que o modelo de percepção das “pessoas de bem” para os comportamentos e identidades dos **HSRPF** e discursos correspondentes é equivocado e tendencioso, pois nem todo morador de rua é “bandido” ou “vagabundo”, ou é ameaça à ordem pública.

Por fim, faz-se imperativo na presente contribuição insistir na ideia de que a situação de rua e seus moradores são produtos de dramas sociais, e não de uma simples e extraordinária

vontade de viver às intempéries das ruas. Os homens escorregaram para a situação de rua. Não podemos entender as masculinidades dos moradores de rua como uma questão de identidade, mas como uma questão de manobra de sobrevivência. Para além de binarismos como cidadão/vagabundo e público/privado, a situação de rua deveria ser encarada não como paralela e equivalente à criminalidade, mas sim como produto de múltiplas e complexas situações político-sociais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. (2008). *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2014). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (2016). *Xenofobia: Medo e Rejeição ao Estrangeiro*. São Paulo: Cortez.

_____. (2013). *Nordestino: Invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2 ed. São Paulo: Intermeios.

_____. (2011). *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2004). *A História em Jogo: a atuação de Michael Foucault no campo da historiografia*. Anos 90. Porto Alegre, v.11, n 19/20. p. 79-100.

AZEVEDO, Otacílio. (2012). *Fortaleza descalça*. Fortaleza: Tecno Gaa.

AZEVEDO, Sânzio de. (2011). *Breve História da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC.

_____. (1996). *A Padaria Espiritual e o Simbolismo no Ceará*. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC.

BANDEIRA, Lourdes Maria. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*. v. 29 N. 2. Maio/Agosto. Pp 449 – 469.

BECKER, Howard. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.

BENJAMIN, Walter. (1989). *Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire um lírico no auge do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

BENTO, Berenice. (2009). A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas*. n. 04. pp 95-112.

BHABHA, Homi K. (2007). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BIONDI, Karina. (2010). *Junto e Misturado: uma etnografia no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

BOURDIEU, Pierre. (2005). *A Dominação Masculina*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil.

BRAH, Avtar. (2006). Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu* (26). Jan-jun. pp. 329-376.

BRAH, Avtar.; PHOENIX, Ann. (2017). Não sou uma Mulher? Revisitando a Interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel et all. *Tradução da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970 – 2010)*. Florianópolis: UDUFAL; Editora da UFSC. Pp 661 – 684.

BRASIL. IBGE. (2018). População. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama> Acesso em: 07 jul 2018.

BRASIL. (2015). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Esplanada dos Ministérios. Brasília/ DF.

BRASIL. (2015). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL.(2014). Secretaria de Direitos Humanos. *IBGE se prepara para incluir população em situação de rua no censo demográfico*. 2013. Disponível em:
<<http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/novembro/ibge-se-prepara-para-incluir-populacao-em-situacao-de-rua-no-censo-demografico>> Aceso em: 10 mar 2014.

BRASIL.(2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional*

Básica – NOB/SUAS. Disponível em: <www.mds.gov.br/asistencia-social/...nacional-de-assistencia-social..p.....> Acesso em: 09 de abril 2013.

BUTLER, Judith. (2018). *Corpos em aliança e as Políticas das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2011). Vida Precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. n 1, p. 13 – 33.

_____. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós,

_____. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CÂMARA, Christiano. (2015). Entrevista em 12 de abril. Residência do memorialista. Fortaleza/Ce.

CAMPOS Carmen Hein et all. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*. São Paulo. v. 13, n. 3. pp 981-1006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (1986). *Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense.

CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith. (2007). Condição humana contra a “natureza”. *Estudos Feministas*. 15 (3). pp. 647 – 662.

CONNEL, Raewyn. (1995). *Masculinities*. Berkeley: University of California.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). (2015). *Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP.

COSTA, Ana Lúcia Peixoto. (2013). *Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza.

COSTA, Cláudia de Lima; ÁVILA, Eliana. (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, Florianópolis. v 13. pp 691-703.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (1986). *Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense,

CÓDIGO PENAL. (2017). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, Decreto-lei no 2.848/1940.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (2003). *História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades*. História Oral. n. 6, pp 9 – 25.

DUBAR, Claude. (2016). In: SALLUM JÚNIOR, Brasília, *et al.* Identidades. São Paulo: Edusp. Pp 173 - 191

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “*Ser Afetado*” (1990). Tradução Paula Siqueira. Caderno de Campo. n.13. 2005.

FELTRAN, Gabriel; ARRETCHE, Marta. (2016). Apresentação. In: RUI, Taniele; MATINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. (org). *Novas Faces da Vida nas Ruas*. São Carlos: EdUFScar.

FELTRAN, Gabriel de Santis (2018). *Irmãos: Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2017). A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu* (51).

_____. (2010). Periferias, direito e diferenças: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia. USP*, v 53 n 2. p 565 – 610.

_____. (2008). *O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo*. *Dilemas*. v.1, n1. p 93-126.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1987). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FONSECA, Cláudia. (2008). *O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”*. *Teoria e Cultura. Juiz de Fora*. v 2 n 1 e 2. jan/dez,. p. 39-53.

FOUCAULT, Michael. (2016). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2011). *Vigiar e Punir*. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (1988). *História da Sexualidade: a vontade de saber*. 17. Ed. Rio de Janeiro: Graal,

_____. (1979). *La vie des hommes infâmes*. In: *Dits Et Ecrits. Galimard*. p. 237 – 253.

_____. (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FRANGELLA, Simone Miziara. (2009). *Corpos Urbanos Errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, FAPESP.

GEERTZ, Clifford. (1999). Os Usos da Diversidade. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, pp. 13-34.

GIRÃO, Blanchard. (1997). *O Liceu e o Bande: Na paisagem sentimental da Fortaleza-Província*. 2 ed. Fortaleza: ABC Fortaleza.

GIRÃO, Raimundo. (1959). *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB.

HALL, Stuart. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A.

IBGE. População. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>>
Acesso em 12 maio 2018.

JACQUES, Paola Berenstein (2005). Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. UFRGS: ARQTexto. Pp 17-25.

LEITÃO, Cláudia. (2001). Memória do Comércio Cearense. Rio de Janeiro: SENAC.

LUSTOSA, Isabel. (2012). A Padaria Espiritual. Jornal Diário do Nordeste. 26 maio.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e Violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Edunisc. Pp 35-78.

_____. (2004). Perspectivas en Conflicto: Género y Patriarcado. *Revista de História Social y de Las Mentalidades*, Santiago-Chile, v. VIII, n.8, p. 25-40..

_____. (2003). Violência e Violências. Brasil e Brasília. O que fazer? Informativo do Centro Cultural de Brasília, Brasília-DF, v. 3, p. 5-9, 2003.

_____. (2002). Atender Vítimas, Criminalizar Violências. Dilemas das Delegacias da Mulher. *Série Antropologia*, Brasília, v. 319, p. 1-23.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (2002). *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 17, n 49. pp 12 – 29.

MARQUES, Adalton. (2014). *Crime e Proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Mattar. (2005). O que se diz, o que se Escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, V. 48 N° 1. Pp 37-74.

MARCUS, George E. (1994). *O que vem (logo) depois do 'PÓS': o caso da etnografia*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, vol. 37, pp. 7-34,

_____ (1995) - *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, California, vol.24, 1995, pp. 95-117.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. (2013). *Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências humanas. Campinas, SP.

MISKOLCI Richard. (2007). Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho. pp 101-128.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. (2016). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil Texto para discussão*. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

NILO, Fausto. (2001). O Lugar. In: LEITÃO, Cláudia. *Memória do Comércio Cearense*. Rio de Janeiro: SENAC.

NOBRE, Leila. (2011). *Fortaleza Nobre. Parque da Liberdade – Cidade da Criança*. Disponível em: < <http://www.fortalezanobre.com.br/2011/05/parque-da-liberdade-cidade-da-crianca.html> > Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. (2010). *Passeio Público*. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/07/passeio-publico.html>> Acesso em: 30 de maio de 2017.

NOLASCO, Sócrates (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir. (2006). Nordeste: violência e política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*. v. 37 n.1. pp -53-62.

PELUCIO, Larissa. (2007). *Nos nervos, na carne e na pele: uma etnografia de prostituição travesti e modelo preventivo de AIDS*. São Carlos; UFSCAR. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.

PERLONGHER, Néstor. (1987). *O Negócio do Michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2003). *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

PISCITELLI, Adriana. (2008). Interseccionalidade, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v 11, n2, jul/dez. pp 263 – 274.

PONTES, Sebastião Rogério. (2015). A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. (Org). *Uma Nova História do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha. Pp 162-191.

PORTELLI, Alessandro. (1997). Tentando aprender um pouquinho. Algumas Reflexões sobre Historia Oral. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. pp. 13-49.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. (2017). Entrevista. Campus TV. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ArUoaqPbsck>. Acesso em 19 out. 2017.

_____. (2012). As Blusas-Verdes e as Marchadeiras. Movimentos de Mulheres e de Participação Política nos Anos 30 e 60. *Revista Nuevas Tendencias en Antropología*. nº 3. pp. 20-43

_____. (2011). As Fronteiras: retomando a palavra e libertando significados. Quem sou eu? As mulheres e as identidades redescobertas. *Revista Territórios e Fronteiras*. V.4 n.1 / Jan/Jul 2011. p. 59-70.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. (2008). Etnografia: Saberes e Práticas. *Iluminuras*. v 9, n 21.

RUI, Taniele. (2014). *Nas Tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome.

SAFATLE, Vladimir. *Reflexão clínica é essencial para entender mutações dos laços sociais*. 08/09/2017. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/09/1916709-reflexao-clinica-e-essencial-para-entender-mutacoes-dos-lacos-sociais.shtml#> >Acesso em:8 set. 2017.

SEGATO, Rita. (2017). Una falla del pensamiento feminista es creer que la violencia de género es un problema de hombres y mujeres. *Conclusion*. Disponível em <<http://www.conclusion.com.ar/info-general/una-falla-del-pensamiento-feminista-es-creer-que-la-violencia-de-genero-es-un-problema-de-hombres-y-mujeres/08/2017/>> Acesso em: 18 maio 2018.

_____. (2017a). Por qué la masculinidad se transforma en violencia. *La Voz*. Disponível em <http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-se-transforma-en-violencia> Acesso em: 18 maio 2018.

_____. (2015). La Pedagogía de la crueldad. Resumen Latinoamericano. Disponível em <<http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/06/03/entrevista-a-la-antropologa-argentina-rita-segato-la-pedagogia-de-la-crueldad/>> Acesso em: 18 maio 2018.

_____. (2014). El Sexo Y La Norma: Frente Estatal, Patriarcado, Desposesión, Colonidad. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304. p 593-616.

_____. (2013). La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. - 1a. ed. - Buenos Aires: Tinta Limón.

SALLUM JÚNIOR, Brasília, *et al.* (2016). Identidades. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Élcio Nogueira; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. (2016). Amores e Vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. *Estudos Feministas*. Florianópolis. 24(1): 406, janeiro-abril. Pp 133 – 154.

SARTI, Cynthia. (2015). *A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o sistema CEP/CONEP*. *Revista Brasileira de Sociologia*. V. 03, No. 05 | Jan./Jun. pp. 79 – 96.

SARTI, Cynthia; DUARTE, Luis Fernando Dias. (2013). *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA.

SCHUCH, Patrece. (2013). A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). In: SARTI, Cynthia; DUARTE, Luis Fernando Dias. *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA. pp. 31 – 80

SCHUCH, Patrece. (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte / MG: Didática Editora do Brasil.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SECULT. Secretaria de Turismo. (2015). *História do Cineteatro São Luiz*. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/cine-teatro-sao-luiz/44712>> Acesso em: 10 jul. 2017.

SETRA. (2014). 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de rua. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

SILVA, Alden. *Tatuagem Criminal Desvendando Segredos*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TuYqmyR5WW0>> Acesso em 13 set. 2017.

SILVA, Giselda Brito; ANDRADE, Helisângela. (2015). *A vanguarda feminina à direita*. Diário de Pernambuco. Política. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/03/09/interna_politica,565024/a-vanguarda-feminina-a-direita.shtml> Acesso em 20 jan 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil – 1995 – 2005*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Política Social.

SILVA NETO, Francisco Secundo da. (2009). *O Ceará moleque dá um show [manuscrito]: da história de uma interpretação sobre o que faz ser cearense ao espetáculo de humor de Madame Mastrogilda*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

SILVA, Tadeu Tomaz da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). (2009). *Identidade e Diferença: a perspectiva de estudos culturais*. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SOARES, Iana. (2015). In: OLIVEIRA, Marília; AMORA, Régis. *Afetos Urbanos*. Fortaleza: Expressão Gráfica.

SOUSA, Simone de. (2015). (Org). Uma Nova História do Ceará. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha.

STEPAN, Nancy Leys.(2004). Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

STRATHERN, Marilyn. (2017). *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios*. São Paulo: Ubu Editora.

TUAN, Yi-Fu. (1983). *Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL.

WACQUANT, Loïc. (2011). *As Prisões da Miséria*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar

Anexos

SETRA

Recebido em 10/04/2017
 Hora: 16:12
 Assinatura: Valéria Lira

Sistema de Protocolo Único
 Prefeitura Municipal de Fortaleza

Nº Processo: P644477/2017
 Dt. Abertura: 10/04/2017 - 16:13
 Local Abertura: SETRA/PROT - PROTOCOLO
 Local Atual: SETRA/SEC - Secretário
 Tipo: - Protocolo De Documentos Externo
 Interno
 Assunto: - Solicitações de entidades de classe(sindicatos, conselhos, fóruns, associações, etc)
 Envolvido: Universidade Estadual Paulista
 Observação: SOL. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA NO CENTRO POP-CENTRO, ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO.
 Folhas:
 Anexos: TIR 16195/3491.9790

Para consultar o processo acesse:
<http://spuevolucao.fortaleza.ce.gov.br/totem>
 Fortaleza - 10/04/2017 - 16:13

Tir 16195 - 3105 - 3491.9790

SETRA

Recebido em 15/03/2016
 Hora: 16:00
 Assinatura: [Assinatura]

Sistema de Protocolo Único
 Prefeitura Municipal de Fortaleza

Nº Processo: P110917/2016
 Dt. Abertura: 15/03/2016 - 16:08
 Local Abertura: SETRA/PROT - PROTOCOLO
 Local Atual: SETRA/SEC - Secretário
 Tipo: - Protocolo De Documentos Externo Interno
 Assunto: - Solicitações de entidades de classe(sindicatos, conselhos, fóruns, associações, etc)
 Envolvido: Universidade Estadual Paulista
 Observação: SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA INSTITUCIONAL NO CENTRO POP CENTRO PARA A ALUNA ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO.
 Folhas: 5
 Anexos: 0

Para consultar o processo acesse:
<http://spuevolucao.fortaleza.ce.gov.br/totem>
 Fortaleza - 15/03/2016 - 16:08

P. 110917



Prefeitura de
Fortaleza
Secretaria Municipal de Trabalho,
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

À Coordenação do Centro Pop Benfica

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a pesquisadora **Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro**, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso de Doutorado, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, a realizar pesquisa intitulada "*Vidas Infames: identidades e performatizações de gênero de Homens de Rua – Fortaleza-Ce*" no Centro Pop Benfica, localizado na Avenida da Universidade, nº 3215, no Bairro Benfica, fone: (85) 3105.3522.

Declaramos, ainda, estarmos cientes de que a pesquisa tem como objetivo é compreender e analisar como as identidades dos homens em situação de rua são construídas, considerando que muitos deles utilizam de performatizações de gênero a fim de sobreviverem às intempéries das ruas. A pesquisadora utilizará como recurso metodológico a etnografia e a técnica da observação participante.

Fortaleza, 25 de abril de 2017.

Recebido,
Elas 3.10.17
08/05/2017

Francisca Enilce V. Rocha
Francisca Enilce Vieira Rocha
Gerente da Célula do SUAS

► Av. da Universidade, 3305 • Benfica • CEP 60.020-180 Fortaleza, Ceará,
Brasil - 85 3105-3445



original



Prefeitura de
Fortaleza
Secretaria Municipal de Trabalho,
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

À Coordenação do Centro Pop Centro

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a pesquisadora **Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro**, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso de Doutorado, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, a realizar pesquisa intitulada "*Vidas Infames: identidades e performatizações de gênero de Homens de Rua – Fortaleza-Ce*" no Centro Pop Centro, localizado na Rua Antônio Pompeu, nº 134, no Bairro Centro, fone: (85) 3105.1024/31051618.

Declaramos, ainda, estarmos cientes de que a pesquisa tem como objetivo é compreender e analisar como as identidades dos homens em situação de rua são construídas, considerando que muitos deles utilizam de performatizações de gênero a fim de sobreviverem às intempéries das ruas. A pesquisadora utilizará como recurso metodológico a etnografia e a técnica da observação participante.

Fortaleza, 29 de Março de 2016.

Recebido
em 31/03/16

P.P. Maria Lourdes
Gerente da CESuas

Av. da Universidade, 3305 • Benfica • CEP 60.020-180 Fortaleza, Ceará,
Brasil - 85 3105-3445



original



Prefeitura de
Fortaleza
Secretaria Municipal de Trabalho,
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Fortaleza, 09 de junho de 2014

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Centro Pop Benfica
Avenida da Universidade, 3215 – 60020-181
Telefone: 3105 3522

3105.1024 - Elias

Apresentamos **Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro**, doutoranda pela **Universidade Federal do Ceará – UFC**, para o cumprimento da pesquisa “**Sexo fora do lugar – quando os sujeitos invisíveis entram em cena: etnografia sobre as práticas sexuais de homens em situação de rua na Praça do Ferreira**”, a ser realizada neste centro. Declaramos, ainda, autorização para o desenvolvimento da tese e ciência quanto à aplicação das seguintes técnicas: observação e entrevistas.


Lidiana Rios Farias
Gerente da Célula de
Gestão do Suas - CESUAS

▲ Avenida General Osório de Paiva, 02 – Parangaba CEP – 60720-015
Telefone: 3105 3409





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA
SECRETARIA

OFÍCIO Nº 061/14/DED/CCA

P. 196 781 / 2014

Fortaleza, 23 de abril de 2014.

Ilmo Secretário do SETRA,

Leonardo - 3105.3442.
GSUAS

Venho através deste solicitar autorização para que a professora ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO e seus alunos possam frequentar as dependências do CENTRO POP – Benfica, e acompanhar o trabalho dos Educadores Sociais nas abordagens nas ruas. O intuito dessa autorização deve-se ao fato de que a referida professora está desenvolvendo uma pesquisa sobre a saúde sexual e reprodutiva de homens que vivem em situação de rua.

Atenciosamente,

Professora Maria Nilka de Oliveira
Chefe do Departamento

Maria Nilka de Oliveira
Chefe do Departamento de
Economia Doméstica / UFC

Ao Ilmo Secretário
Dr. Cláudio Ricardo Gomes de Lima
Secretário da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento
Social e Combate à Fome – SETRA

SETRA
Recebido em 26/05/14
Hora: 15:54 min
Assinatura: Talsa

Universidade Federal do Ceará - Campus do Pici - Bloco 860
Fone: (0**85) 3366 9664 - Fax: (0**85) 3366 9662

CMA-SAG003

061/14

1/1



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
FREI TITO DE ALENCAR**

Ofício n. 18/2016

CDHC – EFTA/ALCE

Fortaleza, 11 de maio de 2016

2ª VIA

**Ao Ilmo. Sr. Deodato Ramalho, Presidente da Comissão de Defesa dos
Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso**

Rua: Thompson Bulcão, 830 – Patriolino Ribeiro. CEP: 60810-460

Fortaleza-CE

RECEBI em: 13/05/16
[Assinatura]
Secretaria

O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, no cumprimento de sua missão institucional de “representar aos órgãos competentes, para fins de adoção das medidas cabíveis” e “desenvolver atividades compatíveis com a defesa da família, da mulher, do idoso, do portador de necessidades especiais e das minorias étnicas e sociais dentre outros” (Lei Estadual 14.922/11) vem, por meio deste, relatar o que segue e ao final solicitar:

No dia 27 de abril de 2016, na Praça do Ferreira, o Escritório Frei Tito realizou visita técnica para verificação de denúncia e atendimento inicial à população em situação de rua ali residente. Cerca de 40 pessoas se fizeram presentes na

Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE
- CEP: 60170.900 | Contatos: 85- 3277.2687 (2688) | e-mail: freitito@yahoo.com.br

Entregue por mim



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
FREI TITO DE ALENCAR**

visita e relataram algumas das várias situações que envolvem violações de direitos humanos. Neste sentido, gostaríamos de destacar a seguintes denúncias apresentadas:

- Violações de direitos humanos dentro da Pousada Social da Prefeitura de Fortaleza, por parte de funcionários;
- Outras situações referentes à política de assistência social à população em situação de rua.

Diante do exposto, gostaríamos de **SOLICITAR** reunião, em **CARÁTER DE URGÊNCIA**, com esta Comissão de Direitos Humanos, o Escritório e a população de rua atendida, para tratar das questões acima relatadas.

Certos de vosso atendimento, aproveitamos para enviar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Luanna Marley de Oliveira e Silva

OAB-CE nº 25.879

Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE
- CEP: 60170.900| Contatos: 85- 3277.2687 (2688)| e-mail: freitito@yahoo.com.br



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
FREI TITO DE ALENCAR**

Guilherme Bezerra Barbosa

Estagiário

Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE
- CEP: 60170.900| Contatos: 85- 3277.2687 (2688)| e-mail: freitito@yahoo.com.br



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR FREI TITO

FICHA DE ATENDIMENTO

☒	Direito à cidade/moradia/reg. fundiária	☒	Grupos socialmente discriminados
	Direito à terra, território e Meio ambiente		Acesso à Justiça
	Suposto Abuso de autoridade/Violência Policial/Invasão domiciliar		Violência Institucional (Sistema Penitenciário)
	Violência Institucional (Sistema Socioeducativo)		Assessoria jurídica a associação e grupos organizados
	Direito à Saúde		Direito à Educação
	Direito do Consumidor		Outros: _____

1. DEMANDA: () INDIVIDUAL (x) COLETIVO

2. NOME DO(A) INTERESSADO (A) / COMUNIDADE: População em Situação de Rua na Praça do Ferreira

2.1. NOME E CONTATO DA REDE/LIDERANÇA QUE ACIONOU: (é flanelinha e vive na Praça do Ferreira) _____

3. NÚMERO DE FAMÍLIAS: 800 pessoas

4. CIDADE: Fortaleza

5. ENDEREÇO: Praça do Ferreira

6. CONTATOS: Marquim (98528.1109)

7. E-MAIL:

8. Existe Processo Judicial em andamento? () Sim (X) Não

8.1. CASO EXISTA: No do Processo _____ Vara: ____ Comarca: _____

9. HÁ LIDERANÇA AMEAÇADA? () SIM (x) NÃO

10. LOCAL ONDE OCORREU A VIOLAÇÃO: Centro (Praça do Ferreira)

11. RESUMO DO CASO:

O Sr. _____ é flanelinha e vive há mais de 6 anos em situação de rua. O mesmo relata que na Praça do Ferreira existem mais de 800 pessoas (entre idosos, mulheres e crianças) que estão em situação de rua. Estas pessoas tem vivenciado várias outras situações de violações de direitos, por parte da Guarda Municipal e também de lojista.



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR FREI TITO

Dentre os pontos onde ficam localizadas estas pessoas, está, além da Praça do Ferreira, a Praça da Bandeira e algumas lojas grandes do Centro. Informou que não ficam mais no Parque das Crianças porque foram expulsos de lá pela Guarda Municipal. Relata ainda que no Centro POP (equipamento da Prefeitura de Fortaleza), são atendidas apenas 20 pessoas por dia onde conseguem se alimentar, ressaltando que antes eram atendidas cerca de 60 pessoas. Há algum tempo, alguns chegaram a se cadastrar para receber aluguel social, mas sem êxito. Algumas famílias são beneficiárias do Bolsa Família. Não há crianças matriculadas em escolas. A demanda da comunidade é pela moradia e que sejam tirados desta situação. Tomaram conhecimento do Escritório Frei Tito devido a uma atividade que foi realizada ano passado na Praça do Ferreira e o Escritório estava presente.

12. ENCAMINHAMENTOS:

- O Escritório de Direitos Humanos irá realizar visita no dia 27 de abril às 18h na Praça do Ferreira.

ATENDIDO POR: Luanna Marley (advogada)

DATA DO ATENDIMENTO: 25/04/2016

ASSINATURA DO/A INTERESSANDO/A:

Luanna Marley de Oliveira e Silva

Advogada OAB nº 25.879

Escritório de Direitos Humanos Frei Tito

Assembleia Legislativa do Ceará



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR FREI TITO

FICHA DE ATENDIMENTO

DATA DO ATENDIMENTO: 07/06/2017

X	Direito à cidade/moradia/reg. fundiária	X	Grupos socialmente discriminados
	Direito à terra, território e Meio ambiente		Acesso à Justiça
X	Suposto Abuso de autoridade/Violência Policial/Invasão domiciliar		Violência Institucional (Sistema Penitenciário)
	Violência Institucional (Sistema Socioeducativo)		Assessoria jurídica a associação e grupos organizados
	Direito à Saúde		Direito à Educação
	Direito do Consumidor		Outros:

1. DEMANDA: () INDIVIDUAL (X) COLETIVO

2. NOME DO(A) INTERESSADO (A) / COMUNIDADE: _____

2.1. NOME E CONTATO DA REDE/LIDERANÇA QUE ACIONOU: O MESMO

3. NÚMERO DE FAMÍLIAS: 200

4. CIDADE: Fortaleza

5. ENDEREÇO: Praça do Ferreira

6. CONTATOS: 3035-4602 Gardênia – Pousada

7. E-MAIL: _____

8. Existe Processo Judicial em andamento? () Sim (x) Não

8.1. CASO EXISTA: .

9. HÁ LIDERANÇA AMEAÇADA? (x) SIM () NÃO.

Obs: a atendida relata que recebeu ameaças pela PM

10. LOCAL ONDE OCORREU A VIOLAÇÃO: Na Praça do Ferreira

11. RESUMO DO CASO: Esteve no escritório novamente o Sr. _____ morador da Praça do Ferreira, relatando que mantêm-se a mesma situação de um ano atrás, no qual foi pleiteado por aproximadamente 200 famílias que

Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE
- CEP: 60170.900 | Contatos: (85) 3277.2687 (2688) | e-mail: freitito@yahoo.com.br



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR FREI TITO

precisavam de moradia e nada foi feito. Agora relata que sofreram ameaça da PM que iria tirá-los de lá de madrugada a qualquer custo inclusive usando a força. Disse que as famílias vem até a Assembleia fazer uma manifestação e acamparão em frente a mesma até serem ouvidos.

12. ENCAMINHAMENTOS:

Oficiar Secretaria de Segurança Pública;

Oficiar Câmara de Vereadores;

Solicitar reunião com Secretario de Segurança Pública;

Solicitar Audiência Pública com os Deputados.

ATENDIDO POR: Cláudia Ribeiro

ASSINATURA DO/A INTERESSANDO/A:

Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE
- CEP: 60170.900 | Contatos: (85) 3277.2687 (2688) | e-mail: freitito@yahoo.com.br

Eu não consigo fazer sexo com preservativos
Porque quando eu uso o meu pênis
não permanece firme

Quando eu entou no bone o efeito de drogas (CRACK)
Por que não consigo ter relações sexuais?

ALGUÉM

Porque os homens não querem usar
preservativo?

SEXO Faz parte da vida do
homem e mulher
PORQUE Faz parte da vida

Quando o homem não aceita
fazer sexo com camisinha?

Se é pecado sexo antes do casamento?

E SERTO VOCÊ FAZER ~~SEXO~~ SEXO ANAL
E FAZE UM BOBO

Ó BEE VOCÊ ACHA

~~NO~~ DISSO

Por que as drogas
são sem VALOR

As drogas é facil de deixar?

ADROGA CAUSA A MORTE

POR QUE QUANDO O HOMEM DESEJA MUITO A
MULHER E QUER TER. RELAÇÕES SEXUAIS
E ELA NÃO PODE (TA MENSTRUADA) ELE SENTE
DOR NOS OVOS.

A PROPIA DROGA
A TRAI O HIV AEU NÃO

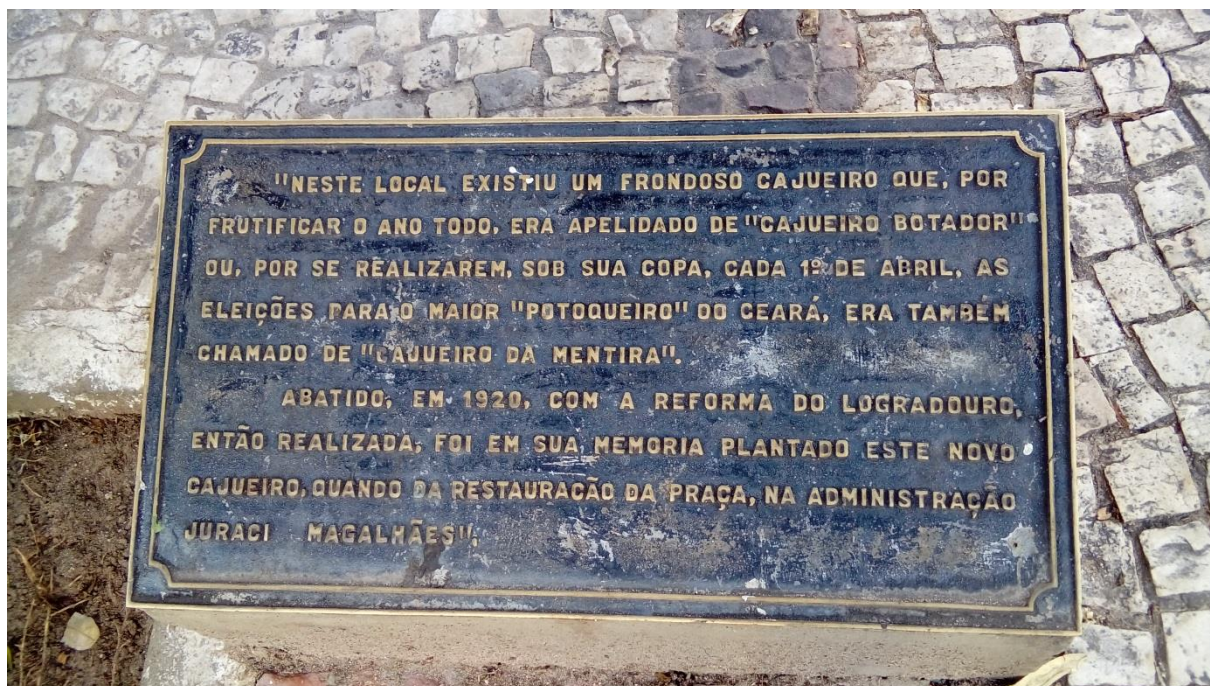


Figura 12 . Placa de inauguração do Cajueiro da Mentira. Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce (2017). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].



Figura 13. Estátua de Raquel de Queiroz – Praça do Leões. Fortaleza – Ce/ Centro (2017).
[Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].

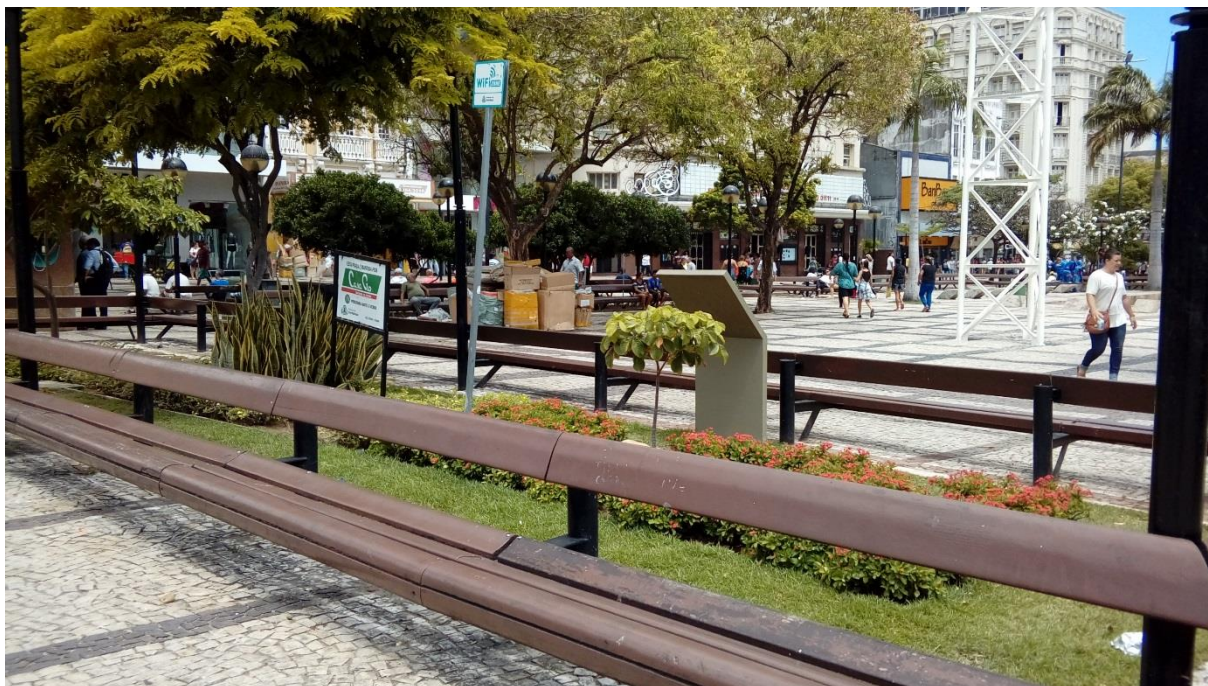


Figura 14. Canteiro onde ficava o “Pé de Colchão” – Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. Centro (2017). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].

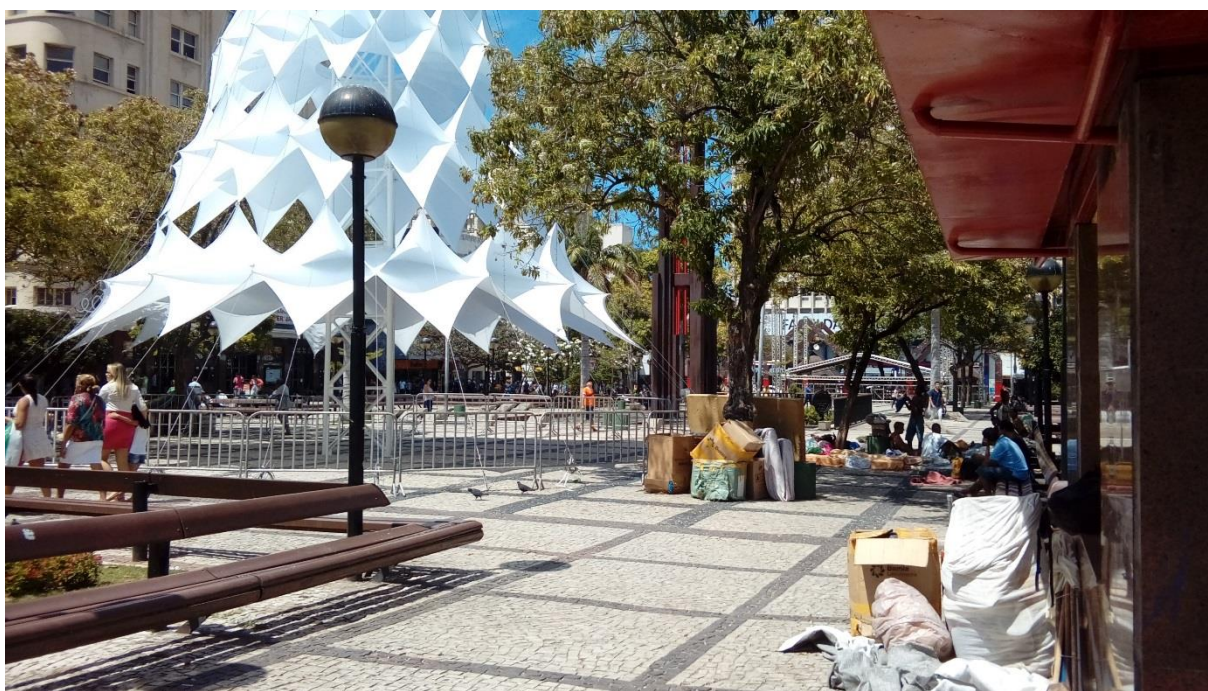


Figura 15. “Caso do Canteiro” – Praça do Ferreira. Fortaleza – Ce. Centro (2017). [Foto e Arquivo: Zuleika Câmara].